

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DILNEI ABEL DAROS

**PERCURSOS FORMATIVOS NO CURSO NORMAL REGIONAL DE
SÃO FRANCISCO DE PAULA-RS (1953-1962): HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS**

CAXIAS DO SUL/RS

2020

DILNEI ABEL DAROS

**PERCURSOS FORMATIVOS NO CURSO NORMAL REGIONAL DE
SÃO FRANCISCO DE PAULA-RS (1953-1962): HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS**

Tese de Doutorado apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Orientador: Dr. José Edimar de Souza.

CAXIAS DO SUL/RS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

D224p Daros, Dilnei Abel

Percursos formativos no curso normal regional de São Francisco de Paula-RS (1953-1962) [recurso eletrônico] : histórias e memórias / Dilnei Abel Daros. – 2020.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

Orientação: José Edimar de Souza.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação - História - São Francisco de Paula, RS. 2. Professores - Formação - São Francisco de Paula, RS. 3. Escola Normal (São Francisco de Paula, RS). I. Souza, José Edimar de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(816.5)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

“Percurso Formativos no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula-RS (1953-1962): Histórias e Memórias”

Dilnei Abel Daros

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 21 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Dr. José Edimar de Souza (presidente – UCS)

Dra. Andréia Morés (UCS)

Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Ariane dos Reis Duarte (UNISINOS)

Participação por videoconferência

Dr. Jorge Luiz da Cunha (UFSM)

Participação por videoconferência

Dra. Maria Helena Camara Bastos (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Este estudo não foi realizado unicamente por minhas mãos, pois foi sendo construído em cada quadra das cidades por onde passei nas centenas de quilômetros percorridos pelas estradas dos Campos de Cima da Serra, tanto de carro, quanto de ônibus. Trata-se de um enorme entrelaçamento de conversas, pensamentos, olhares, alegrias, frustrações, silêncios e muitos momentos de solidão. Escrever agradecimentos, nesse caso, é um risco grande em função das traições da memória, entretanto, aos que aqui estarão registrados, tenham certeza de que não estarão sozinhos, pois mesmo os que aqui não estiverem estão “misturados” nas frases que lerão. Em uma caminhada como essa, onde as demandas em sua grande maioria não podem ser compartilhadas com todas as pessoas que nos rodeiam e faz desse trabalho uma estrada onde poucos estão trilhando, se fazendo necessária uma solidão quase institucional no sentido de ter um barulho constante em pensamentos que não podem e muitas vezes não devem ser compartilhados, agradecer é fundamental e uma parte indispensável.

Eu nunca estive sozinho, pois o Senhor é meu abrigo diariamente, então o primeiro agradecimento é para Deus, sempre, sem Ele eu não estaria nesse lugar. A amorosidade e o respeito ao próximo ensinado por Cristo me mantiveram firme nesses tempos peculiares.

A Dona Eva Nilda, minha mãe, mesmo dizendo que estudar demais não faz bem à saúde, ao ver minha mochila sempre cheia de rascunhos, cadernos e livros quando pernoitava em sua casa uma vez por semana, pelo significado de sua existência em minha vida e também por representar as mulheres do interior de São Francisco de Paula em sua essência.

Meu pai querido, Dorvalino (*in memoriam*), professor formado na década de 1960 em Curso Normal Rural, e que de certa maneira me ensinou muito mais do que talvez tenha percebido enquanto estava conosco. Serviu de exemplo em todos os sentidos e em especial como educador, pai, esposo e avô. Hoje percebo que ele trazia consigo muitos elementos de sua constituição como normalista.

Minha filha Júlia, o meu presente de Deus, historiadora laureada, exemplo para mim e motivo de incentivo em continuar a estudar. Dela sempre vieram

palavras de poderoso incentivo, uma filha ativista e uma guerreira exemplar. Eu não seria o que sou hoje sem a experiência de ser pai dessa filha.

Meu orientador, Prof. Dr. José Edimar de Souza, para escrever aqui, confesso que fiquei uns minutos relembrando desde o primeiro contato que tivemos em dezembro de 2017. Para mim defino esse profissional como alguém a ser lembrado sempre pela excelência. E chegar ao ponto de ser excelente é: ser humano com defeitos, exigente, disciplinado, organizado, alguém de quem aprendi a gostar e, principalmente, a respeitar e admirar. O meu muito obrigado pela paciência nesses anos de convivência. Esta tese não teria essa dimensão sem a tua presença.

A cada membro da Banca Avaliadora, por ter dedicado tempo para a leitura e apontamentos nesses tempos de agendas cheias e de correrias que envolvem nossos dias. Meus sinceros agradecimentos, pois vocês marcaram minha vida e trajetória de maneira valiosa: Dra. Maria Helena Camara Bastos, Dra. Ariane dos Reis Duarte, Dra. Andréia Morés, Dra. Terciane Ângela Luchese e Dr. Jorge Luis da Cunha.

Aos meus colegas doutorandos da famosa “#melhor turma”. Ficarão marcas profundas de uma intensa humanidade em um ambiente que geralmente é permeado por disputas de vaidades acadêmicas. Vocês fizeram a diferença de uma maneira muito significativa, só posso agradecer a cada uma e cada um, muito obrigado. Aqueles cafés eram momentos que muitas pessoas buscam ter durante uma vida toda, nós tínhamos a cada semana. Grupo de respeito, amizade intensa, amorosidade, seriedade, humanidade. Rimos e choramos, vencemos. Alexandre (Pró-Reitor), João (Vice-Reitor), Flávia, Mariana, Valdete, Sirlei, Cassiane, Débora, Marcelo, Milena, Joanne.

A professora Dra. Carla Beatriz Valentini, coordenadora do PPGEDU UCS, pelo seu perfil condutor e conciliador, sempre disponível em atender e responder às demandas, atenciosa e ao mesmo tempo incentivadora do grupo de estudantes.

Ao grupo de professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul- PPGEDU UCS, que contribuíram cada um à sua maneira no meu polimento, ensinando, orientando, aconselhando, dando sugestões, agradeço vossas presenças em minha formação, são parte da minha família.

Às funcionárias da secretaria do PPGEDU UCS, por estarem à disposição em atender os pedidos dos alunos com atenção e rapidez. Agradeço às atuais, Simone e Débora, bem como às anteriores, Letícia e Liziane.

Aos meus colegas de orientação pela convivência afetuosa desenvolvida e vivida nesses anos, pelos momentos de discussões e aprendizados proporcionados nas nossas orientações coletivas, presenciais e virtuais. Minhas manhãs de sábado não serão mais as mesmas, sentirei saudades de vocês.

À Rosane Silva, servente do Colégio Estadual José de Alencar, o elemento mais importante na organização do Arquivo Institucional de onde as fontes documentais puderam ser analisadas e utilizadas neste estudo.

À Diretora do Colégio Estadual José de Alencar Professora Iracema e toda a equipe gestora que em 2018 recebeu a minha apresentação como pesquisador e contribuiu de maneira valiosa para que as fontes documentais e informações estivessem à disposição da pesquisa.

Eu não poderia esquecer das professoras que colaboraram nesta pesquisa. Foram desafiadas ao desconhecido, literalmente à distância e muitos foram envolvidos para que cada entrevista pudesse acontecer. Muitas vezes foram acionadas várias pessoas conhecidas até chegar à entrevistada. Em muitos momentos, este estudo teve o auxílio de pessoas que saíram de suas casas e caminharam até as residências das professoras para auxiliá-las no momento da entrevista em razão de suas dificuldades no uso das tecnologias. Meu sincero e profundo agradecimento a cada uma e cada um. Fiz uma pequena tentativa de registrar alguns nomes e corro o risco de esquecer outros, entretanto fica aqui meu registro com todos que se envolveram direta ou indiretamente nas entrevistas. Muito obrigado.

Liane Netto, filha da professora Noemy, que articulou durante vários meses nossa entrevista e auxiliou no momento de nossa conversa de maneira dedicada.

Altair Medeiros, que indicou vários nomes de maneira solícita, para possíveis entrevistas, algumas concretizadas, como com a professora Selma e a Sandra.

Daely Gallio, que também auxiliou indicando várias egressas e nomes de parentes de algumas, como foi o caso da professora Andradina.

Marissane, filha da professora Andradina, que se deslocou de Taquara a São Francisco de Paula para auxiliar no dia da entrevista.

Mariangela e João Paulo, filhos da professora Nair, pelo contato e ajuda no momento da entrevista.

Jefersom, filho da professora Isaura, que fez os contatos com sua mãe, mesmo a distância.

Renata, filha da professora Maria Lúcia, que auxiliou no agendamento e contato com sua mãe.

Ana, filha da professora Lori, que cedeu seu email para usar como ferramenta de contato com sua mãe.

Fernanda Silva, que contactou e agendou a entrevista com sua mãe, a professora Vanda Silva.

Marta, filha da professora Cecília Camillo, que auxiliou e apresentou o pesquisador para sua mãe.

Clara Ghidini, sobrinha da professora Vanilda, que fez indicações de vários nomes e foi até a casa da entrevistada auxiliar no dia da entrevista.

Cris Rabelo, filha da professora Maria Claudete, que agendou, organizou o local para a entrevista e auxiliou no momento de sua realização.

Elisa, neta da professora Cecília Martins, que auxiliou sua avó, estreitando os laços entre pesquisador e entrevistada, também ajudando no momento.

Lylian Cândido, filha da professora Iolanda Cândido e sobrinha da professora Jussara Cândido, que fez os contatos com as duas docentes e auxiliou desde o início.

Silvana Maciel, dedicada e interessada na pesquisa, sobrinha da professora Zaíra, auxiliou em todas as etapas que antecederam e também depois, enviando materiais, buscando e me reenviando, bem como as fotografias.

A cada uma das mulheres professoras que foram entrevistadas neste estudo: Andradina Peixoto da Silva Damasceno, Bernildes dos Reis, Cecília Camilo, Cecília Viana Martins, Maria Claudete da Rocha Rabelo, Isaura Cabral Pinto, Iolanda Cândido, Maria Jussara R. Cândido, Lia Peres Rabelo, Lori Celuta Cavalin Camilo, Maria Lúcia Teixeira, Maria Beatriz Nodari, Nair Machado Freitas, Noemy Brentano Brackman, Sandra Paim Dias, Selma Medeiros, Vanda Silva, Vanilda Lopes da Silva e Zaíra de Oliveira Maciel, pela disposição de seu tempo, pela coragem ao aceitarem o desafio de utilizar as tecnologias digitais de comunicação e

especialmente pela riqueza e belíssima contribuição para o campo da História da Educação pelas narrativas que chegaram.

José Carlos, historiador memorialista, escritor e defensor de arquivos documentais em São Francisco de Paula, um elo importante em fornecer informações sobre as entrevistadas e materiais que ampliaram e enriqueceram o horizonte da pesquisa.

Lucas Dalsotto, esposo de minha colega Mariana, que conheci durante os estudos e mostrou ser um desses humanos que está cada vez mais raro de encontrar. No momento de imprimir o texto para a Banca de Qualificação, não tendo dinheiro para as impressões, ele colocou-se à disposição e consegui com a ajuda dele. Simples assim, por isso raro.

Ao programa de Bolsas PROSUC CAPES, que, a partir de outubro de 2019, concedeu auxílio fundamental para o andamento desta pesquisa e sobrevivência do pesquisador até esse momento.

Professor Alex Brando Francisco, pela ajuda na transformação dos dados em estatísticas e percentuais utilizados nos gráficos deste estudo, sem cobrar por seus honorários.

A atual gestão do Colégio Estadual José de Alencar, na pessoa da Diretora Miriã Paiva e sua equipe, pelo apoio ao estudo.

Reverendo Hermes e Reverendo Elheutério, que indicaram contatos vinculados com a paróquia da Igreja Anglicana de São Francisco de Paula.

Padre Marciano Petrykoski e secretária Vanessa dos Reis, pelo atendimento junto à Casa Paroquial de São Francisco de Paula.

Maria Aparecida Ril e equipe de funcionários responsáveis pelo Centro de Documentação DSL/SEDUC/RS em Porto Alegre.

Direção e funcionários do Arquivo Histórico Municipal de São Francisco de Paula.

Andrea Andriolo, Coordenadora do Polo UAB SFP, e Girleu Santos, secretário do Polo UAB SFP, pelo apoio ao estudo e indicação de nomes para entrevistas e locais de possíveis documentos.

RESUMO

A tese situa-se no campo da História da Educação e vincula-se à linha de pesquisa de História e Filosofia da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - UCS, em Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, e tem como objeto de estudo o Curso Normal Regional, da Escola Normal do município de São Francisco de Paula/RS, entre 1953 e 1962. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar e compreender o processo de formação de professoras de São Francisco de Paula, a partir de memórias e representações. O referencial teórico utilizado foi o da História Cultural e são problematizados conceitos que envolvem tempo, identidade e constituição docente, formação de professores, cultura escolar, representação, prática e apropriação, os quais desembocam na análise do processo formativo desenvolvido naquele período. A tese está organizada em 5 partes sendo 4 os capítulos e mais as considerações finais observadas a partir do término da pesquisa. No capítulo 1 estão as considerações iniciais e as descrições referentes ao uso metodológico da história oral, memórias e fontes documentais. Nesse capítulo delineou-se o interesse em compreender o funcionamento de uma instituição formadora de professores, no caso a Escola Normal Regional daquele município. São mencionadas as indagações sobre o objeto de investigação e os objetivos que a pesquisa buscou responder, bem como os aportes teórico-conceituais e metodológicos que acompanharam o estudo. Considero valioso para esse estudo a utilização de todo o aporte documental (escrito, fotografia, memória) que foi mobilizado, pois trouxe contribuições para responder aos questionamentos que foram propostos. No capítulo 2 a formação de professores em um município dos campos de cima da serra está descrita de maneira sucinta com aspectos ligados à parte histórica envolvendo a instrução/formação na metade do século XIX, a importância da chegada do CNR na região ao atender a demanda existente na época, descrição da formação histórica do município, menções sobre as condições locais, sociais, culturais, políticas, religiosas, assim como a instalação do Grupo Escolar em 1918, registro histórico das primeiras décadas com gráficos de matrículas, número de escolas e a construção do prédio que sediou a ENR. No capítulo 3 está contemplada a Escola Normal: o Curso Normal Regional em São Francisco de Paula (1953-1962) e descreve-se a autorização de instalação do CNR, a abertura, os anúncios do evento, abertura de matrículas, elementos políticos, primeiros professores do curso, os termos de posse, movimentações de funcionários, composição das primeiras turmas de normalistas e suas características. São transcritas as primeiras atas de reuniões com suas orientações e diretrizes, bem como a existência das instituições internas da escola. O último capítulo envolve os processos formativos: identidades, culturas e práticas. É descrito o universo que permeou o processo formativo e suas marcas mais salientes. Partes de narrativas das egressas são descritas e corroboram características daquele processo formativo. Percebe-se a constituição de uma identidade construída com traços ligados ao cotidiano de elementos existentes dentro do CNR, evidenciando o contexto educacional com o docente. As considerações finais indicaram a importância do acervo escolar nesse estudo (necessidade de preservação e institucionalização dos arquivos escolares para os estudos envolvendo a História da Educação e seus micros campos), bem como a importância do uso das memórias como documento das professoras (egressas/diretoras). Destaca-se o uso das tecnologias digitais para as entrevistas à distância, o que pode constituir um elemento novo nas pesquisas que envolvam a história oral.

Ser normalista no CNR era ter uma vida constituída de processos diários dentro da formação, onde se pretendeu forjar uma identidade nos professores, não significando que matizou essa personalidade, pois cada docente possuía suas estratégias e formas de resistência em sua prática. Um Curso Normal que produziu uma identidade docente em São Francisco de Paula, percebida até os dias atuais, tendo em vista que a instituição que completou 100 anos durante a pesquisa ainda mantém um curso de Magistério com mais de 65 anos. A instituição possui relevância social reconhecida na região, dentro de uma tradição ligada à formação de professores desde a década de 1950, evidenciada nos discursos narrativos dos jornais e das egressas. Esse estudo mantém a possibilidade de continuação de pesquisas no futuro, junto a essa Instituição escolar em relação com outros objetos de estudo, bem como recortes temporais distintos.

Palavras-chave: Curso Normal Regional. Processo Formativo. Identidade Profissional. São Francisco de Paula. História da Educação.

ABSTRACT

The thesis is located in the field of History of Education and is linked to the line of research in History and Philosophy of Education, of the Graduate Program in Education at the University of Caxias do Sul - UCS, in Caxias do Sul in Rio Grande do Sul and has as object of study the Regional Normal Course, of the Normal School of the municipality of São Francisco de Paula / RS, between 1953 and 1962. In this sense, the research sought to analyze and understand the process of teacher training in São Francisco Paula, based on memories and representations. The theoretical framework used was that of Cultural History and are problematized concepts that involve time, identity and teacher constitution, teacher training, school culture, representation, practice, and appropriation which lead to the analysis of the training process developed in that period. The thesis is organized into 5 parts with 4 chapters and the final considerations observed after the end of the research. In chapter 1 are the initial considerations and descriptions regarding the methodological use of oral history, memories and documentary sources. In this chapter, the interest in understanding the functioning of a teacher training institution was outlined, in this case, the Regional Normal School of that municipality. The questions about the object of investigation and the objectives that the research sought to answer are mentioned, as well as the theoretical-conceptual and methodological contributions that accompanied the study. I consider it valuable for this study to use all the documental input (writing, photography, memory) that was mobilized, as they brought contributions to answer the questions that were proposed in the search to understand that training environment. In chapter 2, teacher training in a municipality in the fields above the mountains is described briefly with aspects related to the historical part involving instruction/training in the middle of the 19th century, the importance of the arrival of the CNR in the region to meet the demand existing at the time, description of the historical formation of the municipality, mention of local, social, cultural, political and religious conditions, as well as the installation of the School Group in 1918, a historical record of the first decades with enrollment charts, number of schools and the construction of the hosted that would host ENR. In chapter 3 is contemplated the Normal School: the Regional Normal Course in São Francisco de Paula (1953-1962) and are described the authorization to install the CNR, the opening, the announcements of the event, the opening of enrollments, political elements, first course teachers, terms of tenure, movements of employees, the composition of the first classes of normalists and their characteristics. The first minutes of meetings with its guidelines and directives are transcribed, as well as the existence of the school's internal institutions. The last chapter involves the formative processes: identities, cultures, and practices along with the categories identified after analyzing the documents and recording of the interviews. The universe that permeated the formative process and its most salient marks is described. Parts of the graduates' narratives are described and corroborate the characteristics of that formative process. It is possible to perceive the constitution of an identity constructed with traits linked to the daily life of elements existing within the CNR, evidencing the educational context with the teacher. The final considerations indicated the importance of the school collection in this study (the need to preserve and institutionalize school archives for studies involving the History of Education and its micro fields) as well as the importance of using memories as a document for teachers (alumni/principals). The use of digital technologies for distance interviews is highlighted, which may constitute a new element in researches involving oral history. Being a normalist at the

CNR was to have a life made up of daily processes within the training, where it was intended to forge an identity in the teachers, not meaning that it was nuanced this personality, as each teacher had their strategies and forms of resistance in their practice. A Normal Course that produced a teaching identity in São Francisco de Paula, perceived to the present day, since the institution that completed 100 years during the research still maintains a Teaching Course with more than 65 years. The institution has a recognized social relevance in the region, within a tradition linked to teacher training since the 1950s, evidenced in the narrative speeches of newspapers and graduates. This study maintains the possibility of continuing research in the future with this school institution in relation to other objects of study, as well as different time frames.

Keywords: Normal Regional Course. Formative Process. Professional Identity. São Francisco de Paula. History of Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACASFP	Acervo da Comunidade Anglicana de São Francisco de Paula
AICEJA	Acervo Institucional Colégio Estadual José de Alencar
AHP	Ata Hora Pedagógica
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AMDCXS	Arquivo da Mitra Diocesana de Caxias do Sul
APRS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
APSFP	Arquivo Paroquial de São Francisco de Paula
ARE	Ata Registro Exames
ADSEDUC	Arquivo Documental da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul
BEPE	Boletim de Ensino Público Estadual
DO	Diário Oficial
DRE	Delegacia Regional de Educação
CEJA	Colégio Estadual José de Alencar
CNR	Curso Normal Regional
CNRSFP	Curso Normal Regional de São Francisco de Paula
CPOE	Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais
CTP	Caderno Termo de Posse
ENR	Escola Normal Regional
ENRSFP	Escola Normal Regional de São Francisco de Paula
FEE	Fundação Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
GEE	Grupo Escolar Estadual
GEJA	Grupo Escolar José de Alencar
FS	Folha da Serra
LAX	Livro Atas de Exames
LOEN	Lei Orgânica do Ensino Normal
LRF	Livro de Registros de Formatura
NSLE	Não sabe ler e escrever
SEFAE	Superintendência da Educação Física e Assistência Educacional
SFP	São Francisco de Paula

SLE

Sabe ler e escrever

SMEC

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição dos Jornais “Folha da Serra” analisados.....	47
Quadro 2	Fontes documentais do Recorte Temporal AICEJA.....	49
Quadro 3	Entrevistadas Localizadas no Registro de Matrículas Modelo I (1953-1960).....	65
Quadro 4	Nomes das Entrevistadas e sua posição no CNR.....	69
Quadro 5	Data/Duração das entrevistas.....	70
Quadro 6	Transcrição do Anúncio da chegada da Colônia de Férias da Superintendência Educação Física e Assistência Educacional- Jornal Folha da Serra 31.01.1948.....	90
Quadro 7	Transcrição do Anúncio da chegada da Nova Colônia de Férias da Superintendência Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra 31.01.1948.....	91
Quadro 8	Transcrição da Continuação Anúncio da chegada da Nova Colônia de Férias da Superintendência Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra 31.01.1948.....	93
Quadro 9	População Urbana e Rural 1920.....	128
Quadro 10	Transcrição do anúncio da chegada do CNR Jornal Folha da Serra 24.05.1953.....	144
Quadro 11	Transcrição do anúncio de matrículas Jornal Folha da Serra 05.04.1953.....	146
Quadro 12	Movimentação de funcionários 1952-1956.....	149
Quadro 13	Matrículas da 1ª Turma do CNR (1953).....	152
Quadro 14	Transcrição da Ata nº 1, 1ª reunião Direção e Docentes 02.06.1953.....	166
Quadro 15	Transcrição da Ata nº 2, 2ª Reunião entre Direção e Docentes do CNR 09.06.1953.....	167
Quadro 16	Transcrição da Ata nº 3 Reunião Direção e Docentes 16.06.1953.	171
Quadro 17	Transcrição Parcial do Boletim Ensino Público Estadual (novembro/1955).....	173
Quadro 18	Transcrição da Ata nº 1 de 10/08/1953.....	182
Quadro 19	Transcrição da continuação da Ata nº 1 Exames 10/08/1953.....	183

Quadro 20	Diretoras e Diretores (1914-2020).....	194
Quadro 21	Datas X Exames.....	204
Quadro 22	Categorias X Entrevistas X Fontes Documentais.....	206
Quadro 23	Transcrição da Ata nº 6 reunião Direção e Docentes 22.09.1955..	216
Quadro 24	Transcrição de teores dos anexos 23,24 e 25, provas finais de Religião Católica.....	226
Quadro 25	Transcrição de teores dos anexos 28,29 e31, exames de Artes Aplicadas.....	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Profissões maiores percentuais.....	103
Tabela 2	Grupo de profissões das mulheres.....	103
Tabela 3	Grupos profissionais autônomos, funcionários públicos, gerais e específicos.....	104
Tabela 4	População, distribuição, estado civil (1940).....	106
Tabela 5	População, distribuição, estado civil (1950).....	106
Tabela 6	População que sabe/não sabe ler e escrever (1920).....	118
Tabela 7	População que sabe/não sabe ler e escrever (1950).....	118
Tabela 8	Alunos matriculados 1º ano frequência livre.....	155
Tabela 9	Alunos matriculados 2º, 3º e 4º ano frequência livre.....	155
Tabela 10	Procedência dos alunos 1ª turma (1953) municípios.....	163
Tabela 11	Procedência dos alunos 1ª turma (1953) interior de SFP.....	164
Tabela 12	Procedência dos alunos 1ª turma (1953) sede de SFP.....	164
Tabela 13	Disciplinas X Quantidade de atas com descrição de conteúdos.....	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O município de São Francisco de Paula no mapa do Rio Grande do Sul.....	27
Figura 2	Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (1809), indicando “Cima da Serra”, atual São Francisco de Paula.....	86
Figura 3	Anúncio da Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional/ Jornal Folha da Serra, 31 de janeiro de 1948.....	89
Figura 4	Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional/ Jornal Folha da Serra, 23 de fevereiro de 1948.....	91
Figura 5	Continuação do Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional/ Jornal Folha da Serra, 23 de fevereiro de 1948.....	92
Figura 6	Anúncio da chegada do Curso Normal Regional em São Francisco de Paula, Folha da Serra 24.05.1953.....	145
Figura 7	Anúncio das matrículas de 05 de abril de 1953.....	147
Figura 8	Ata nº 1 da 1ª reunião Direção e Docentes, 02.06.1953.....	166
Figura 9	Ata nº 2 da 2ª reunião Direção e Docentes, 09.06.1953.....	167
Figura 10	Parcial do Boletim de Ensino Público Estadual (Nov/1955).....	172
Figura 11	Ata nº 1 Exames do Curso Normal Regional 1953, 10.08.1953.....	181
Figura 12	Continuação da Ata nº 1 Exames do CNR 1953, 10.08.1953.....	183
Figura 13	Ata 1ª formatura do Curso Normal Regional 1957, 18.05.1957.....	187
Figura 14	Parte final Ata da 1ª formatura do CNR 1957 18.05.1957.....	188

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Vila de São Francisco de Paula de Cima da Serra (1878).....	29
Fotografia 2	Grupo Escolar Estadual José de Alencar “Colegião” (1920)....	31
Fotografia 3	Professora Bernildes dos Reis.....	72
Fotografia 4	Professora Cecília Camilo.....	72
Fotografia 5	Professora Isaura Cabral Pinto.....	72
Fotografia 6	Professora Iolanda Cândido.....	72
Fotografia 7	Professora Maria Jussara R. Cândido.....	72
Fotografia 8	Professora Lia Peres Rabelo.....	73
Fotografia 9	Professora Lori Celuta Cavalin Camilo.....	73
Fotografia 10	Professora Maria Lúcia Teixeira.....	72
Fotografia 11	Professora Mariana Beatriz Nodari.....	73
Fotografia 12	Professora Nair Machado Freitas.....	73
Fotografia 13	Professora Noemy Brentano Brackmann.....	73
Fotografia 14	Professora Sandra Paim Dias.....	73
Fotografia 15	Professora Vanda Silva.....	74
Fotografia 16	Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo.....	74
Fotografia 17	Professora Vanilda Lopes da Silva.....	74
Fotografia 18	Professora Cecília Viana Martins.....	74
Fotografia 19	Professora Andradina Peixoto da Silva Damasceno.....	74
Fotografia 20	Professora Zaíra de Oliveira Maciel.....	74
Fotografia 21	Sede de São Francisco de Paula (1910).....	87
Fotografia 22	Hotel Serrano e Bodega dos Medeiros(1946).....	94
Fotografia 23	Comemoração dos 28 anos de emancipação municipal e da vitória de Getúlio Vargas em 07 de janeiro de 1931.....	96
Fotografia 24	Comemoração dos 28 anos de emancipação municipal e da vitória de Getúlio Vargas em 07 de janeiro de 1931.....	96
Fotografia 25	Construção da Igreja Católica de pedra (1923).....	98
Fotografia 26	Procissão religiosa católica na Av. Júlio de Castilhos (1929)...	99
Fotografia 27	Procissão religiosa católica (1945).....	100
Fotografia 28	Constituição do 1º Corpo de Escoteiros, com 84 meninos, prestando juramento à bandeira na festa do centenário da	

	independência. O Intendente municipal Odon Cavalcanti segura a bandeira. Ao fundo, observa-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1922).....	124
Fotografia 29	O Intendente municipal Odon Cavalcanti distribui medalhas de honra aos vencedores do concurso de tiro 24 de maio. Festa do centenário da independência. Ao fundo observa-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1922).....	125
Fotografia 30	Grupo Escolar Estadual José de Alencar (fundos) 1919.....	126
Fotografia 31	1º Livro de Registros de Matrículas (1918-1939) do Grupo Escolar Estadual José de Alencar.....	127
Fotografia 32	Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918). Na porta, o Diretor Antero Gonçalves de Almeida.....	129
Fotografia 33	Lançamento da pedra fundamental da Escola Normal Regional.....	133
Fotografia 34	Início das obras da Escola Normal Regional (1942).....	135
Fotografia 35	Fase final das obras da Escola Normal Regional.....	136
Fotografia 36	Conclusão das obras da Escola Normal Regional.....	137
Fotografia 37	Escola Normal Regional de São Francisco de Paula.....	139
Fotografia 38	Vista área /década de 1960, em destaque a Escola Normal Regional.....	140
Fotografia 39	Desfile 07 de setembro 1960/ Professora Isaura Cabral Pinto.	178
Fotografia 40	Pelotão Curso Normal Regional, desfile 07 de setembro de 1959/ Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo.....	179
Fotografia 41	Professora Zaíra de Oliveira Maciel recebendo diploma 1959.	190
Fotografia 42	Formatura Professora Maria Jussara dos Reis Cândido 1960.	191
Fotografia 43	Formatura Curso Normal Regional 1961.....	192
Fotografia 44	Formatura Professora Cecília de Aguiar Camilo 1963.....	193
Fotografia 45	Professora Isaura Cabral Pinto Hasteando a bandeira (1960).	215
Fotografia 46	Carro alegórico das artes femininas, década de 1960.....	230
Fotografia 47	Turma de 1962a na porta da Escola Normal Regional.....	245
Fotografia 48	Turma de 1962b na porta da Escola Normal Regional.....	245
Fotografia 49	Banda Escola Normal Regional, década de 1960.....	261
Fotografia 50	Vista parcial do centro, nevasca (1970).....	263

Fotografia 51	Excursão Escola Normal Regional (1960).....	267
Fotografia 52	Excursão formandas (1962).....	268

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Estado civil década de 1940.....	107
Gráfico 2	Estado civil década de 1950.....	108
Gráfico 3	Nascimentos, casamentos e óbitos 1940.....	109
Gráfico 4	Nascimentos, casamentos e óbitos 1950.....	109
Gráfico 5	População ocupação década de 1940.....	110
Gráfico 6	População ocupação década de 1950.....	110
Gráfico 7	Residências dos responsáveis pelos alunos (1950).....	113
Gráfico 8	Relação de homens e mulheres que sabem/não sabem ler e escrever 1920).....	119
Gráfico 9	Relação de homens e mulheres que sabem/não sabem ler e escrever 1950).....	119
Gráfico 10	Movimentação de professores município de São Francisco.....	120
Gráfico 11	Matrículas 1918-1929.....	130
Gráfico 12	Matrículas 1930-1939.....	130
Gráfico 13	Matrículas 1943-1948.....	131
Gráfico 14	Mulheres e Homens 1ª turma (1953).....	157
Gráfico 15	Quantidade de mulheres e homens 2ª turma (1954).....	157
Gráfico 16	Matrículas por frequência 1ª turma (1953).....	158
Gráfico 17	Matrículas por frequência 2ª turma (1954).....	159
Gráfico 18	Média da faixa etária 1ª turma (1953).....	159
Gráfico 19	Média da faixa etária 2ª turma (1954).....	160
Gráfico 20	Responsáveis pelas matrículas 1ª turma (1953).....	161
Gráfico 21	Ascendência étnica 1ª turma (1953).....	161
Gráfico 22	Ascendência étnica 2ª turma (1954).....	162
Gráfico 23	Apresentaram/Não apresentaram Registro Civil (1953).....	162
Gráfico 24	Quantidade de Estudantes nas Formaturas do CNR.....	189

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	25
1.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL.....	44
2 A FORMAÇÃO DE PROFESSOR EM UM MUNICÍPIO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA.....	76
2.1 SÃO FRANCISCO DE PAULA: UM TERRITÓRIO DE FORMAÇÃO.....	83
2.2 ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	115
2.3 O GRUPO ESCOLAR ESTADUAL: O PRINCÍPIO (1918) DO CNRSFP.....	122
3 A ESCOLA NORMAL: O CURSO NORMAL REGIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1953-1962).....	142
3.1 OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA: SUJEITOS, RITOS E PRÁTICAS.....	151
4 OS PROCESSOS FORMATIVOS: IDENTIDADES, CULTURAS E PRÁTICAS.....	196
4.1 DOCÊNCIA: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES.....	207
4.2 PRÁTICAS COTIDIANAS: OS EXAMES E AS PROVAS.....	233
4.3 SER PROFESSORA: AS RELAÇÕES COM A CULTURA.....	251
4.4 EM BUSCA DE UMA TRADIÇÃO FORMATIVA ESCOLAR.....	265
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	275
REFERÊNCIAS.....	286
APÊNDICES.....	299
APÊNDICE A – GRÁFICOS QUANTIDADES/UTILIZAÇÃO DOS REBANHOS..	300
APÊNDICE B – GRÁFICOS ÍNDICES DE USO AGROPECUÁRIO.....	302
APÊNDICE C – GRÁFICOS PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1940).....	304
APÊNDICE D – GRÁFICOS PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1950).....	306
APÊNDICE E – ESTABELECIMENTOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (1950).....	307
APÊNDICE F – QUADRO DE PROFESSORES E ESCOLAS, DECRETO nº 39 (25.05.1954).....	308

ANEXOS.....	311
ANEXO 1 – POPULAÇÃO SÃO FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA (1872).....	312
ANEXO 2 – POPULAÇÃO, IDADE, GRAU DE INSTRUÇÃO (1920).....	313
ANEXO 3 – POPULAÇÃO, IDADE, GRAU DE INSTRUÇÃO (1920).....	314
ANEXO 4 – PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, GRAU DE INSTRUÇÃO (1950).....	315
ANEXO 5 – RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA (1890- de 1 ano à 29 anos).....	316
ANEXO 6 – RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA (1890- de 29 à idade ignorada).....	317
ANEXO 7 – LISTAS DE MATERIAIS DE ENSINO E MOBILIÁRIO PERTENCENTES AO COLLEGIO MUNICIPAL (1918).....	318
ANEXO 8 – LISTAS DE MATERIAIS DE ENSINO E MOBILIÁRIO PERTENCENTES AO COLLEGIO MUNICIPAL (1918).....	319
ANEXO 9 – LISTAS DE MATERIAIS DE ENSINO E MOBILIÁRIO PERTENCENTES AO COLLEGIO MUNICIPAL (1918).....	320
ANEXO 10 – 1ª LISTA DE MATERIAIS RECEBIDOS PELO GRUPO ESCOLAR ESTADUAL JOSÉ DE ALENCAR (1918).....	321
ANEXO 11 – 2ª LISTAS DE MATERIAIS RECEBIDOS PELO GRUPO ESCOLAR ESTADUAL JOSÉ DE ALENCAR.....	322
ANEXO 12 – DECRETO Nº 59 DE 25 DE MAIO DE 1954, QUADRO DE PROFESSORES DESIGNADOS, ESCOLAS E LOCALIDADES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1954- nº 1 á nº 45).....	323
ANEXO 13 – DECRETO Nº 59 DE 25 DE MAIO DE 1954, QUADRO DE PROFESSORES DESIGNADOS, ESCOLAS E LOCALIDADES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1954- nº 46 à nº 106).....	324
ANEXO 14 – DECRETO Nº 59 DE 25 DE MAIO DE 1954, QUADRO DE PROFESSORES DESIGNADOS, ESCOLAS E LOCALIDADES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1954- nº 107 à LBA).....	325
ANEXO 15 – JORNAL FOLHA DA SERRA, 24 DE JANEIRO DE 1948. (ANÚNCIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL).....	326

ANEXO 16 – JORNAL FOLHA DA SERRA, Nº 451, 31 DE JANEIRO DE 1948. (ANÚNCIO DA 1ª COLÔNIA DE FÉRIAS E FUTURO GINÁSIO).....	327
ANEXO 17 – JORNAL FOLHA DA SERRA, Nº 545, 23 DE FEVEREIRO DE 1948. (ANÚNCIO DA 2ª COLÔNIA DE FÉRIAS).....	328
ANEXO 18 – 1º REGISTRO DE MATRÍCULAS GRUPO ESCOLAR ESTADUAL JOSÉ DE ALENCAR (1918) E INDICAÇÃO DO DIRETOR SOBRE A DATA OFICIAL DE ABERTURA.....	329
ANEXO 19 – REGISTRO DE MATRÍCULA DA 1ª TURMA DO CNR 1953.....	330
ANEXO 20 – REGISTRO DE MATRÍCULA DA 1ª TURMA DO CNR 1953.....	331
ANEXO 21 – REGISTRO DE MATRÍCULA DA 1ª TURMA DO CNR 1953.....	332
ANEXO 22 – REGISTRO DE MATRÍCULA DA 1ª TURMA DO CNR 1953.....	333
ANEXO 23 – ATA Nº 3 3ª REUNIÃO DIREÇÃO DOCENTES CNR 16.06.1953.	334
ANEXO 24 – ATA S/Nº PROVA FINAL RELIGIÃO 22.11.1954, 2ª SÉRIE.....	335
ANEXO 25 – ATA S/Nº PROVA FINAL RELIGIÃO 21.06.1955, 3ª SÉRIE.....	336
ANEXO 26 – ATA S/Nº PROVA FINAL RELIGIÃO 20.11.1954, 1ª SÉRIE.....	337
ANEXO 27 – BILHETE ENCONTRADO NA ATA DE PROVA FINAL RELIGIÃO.....	338
ANEXO 28 – ATA N 266 EXAME ART.APLICADAS 28.02.1956, 3ª SÉRIE...	339
ANEXO 29 – ATA S/Nº EXAME DE ART. APLICADAS 22.02.1954, 2ª SÉRIE...	340
ANEXO 30 – ATA S/Nº EXAME DE ART. APLICADAS 23.11.1954, 1ª SÉRIE...	341
ANEXO 31 – ATA S/Nº EXAME DE ART APLICADAS 23.11.1954, 1ª SÉRIE....	342
ANEXO 32 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA ORAL.....	343

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas ligadas à História da Educação, sobretudo no campo da história cultural, costumam proporcionar um olhar mais nítido em torno das temáticas abordadas, bem como direcionam novos olhares em perspectivas que se originam a partir dos estudos conduzidos e das proposições levantadas. Realizar estudos vinculados à história de instituições escolares é reconhecer os desdobramentos e complexidades que emergem e envolvem a rede de dimensões entrelaçadas a partir da análise histórica de uma escola. O interesse em analisar e compreender o processo de formação de professores em São Francisco de Paula¹ iniciou no contexto das comemorações do centenário do Colégio Estadual José de Alencar, ocorrido em 2018 como uma forma de evocar memórias sobre o Curso Normal Regional, entre as décadas de 1950/1960, e os elementos entrelaçados que constituíram aquele cotidiano focado em formar professores naquela cidade e região. Outro ponto considerado para adentrar nessa área foi minha relação familiar, pois meu pai também era egresso de Curso Normal Rural da Escola Murialdo de Ana Rech, na década de 1960, além disso, iniciou sua trajetória profissional no interior de São Francisco de Paula, local de meu nascimento.

Estudar uma instituição escolar é estar diante de um ambiente identificado com vários aspectos, e, nesse caso específico, o processo que envolvia a formação de professoras. A formação estabelece relação direta com o espaço escolar e o contexto onde a instituição está instalada. Nesse local, diferentes particularidades estão imbricadas de relações, tensionamentos e poderes perceptíveis à cultura escolar, portanto nos sujeitos e na sua relação com os objetos e instituições em um determinado espaço e tempo.

Aprofundar o estudo no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula² envolveu reconhecer que as formações e práticas das primeiras turmas naquele

¹ No processo de revisões de trabalhos que pudessem contribuir no desenvolvimento da pesquisa, fez-se a opção por algumas concepções que iriam permear de maneira mais abrangente esta investigação, nesse sentido, buscaram-se trabalhos mais significativos e que tivessem sintonia com a tese. Foram escolhidas as pesquisas de Amaral (2003), Ávila (2018), Arriada (2007), Bergozza (2010), Bonfada (2017), Brito (2018), Fraga (2017), Gonçalves (2013), Louro (1986), Queiroz (2017), Souza (2015), Teixeira (2017), Thoen (2011), analisadas com maior profundidade.

² A instituição que atualmente chama-se Colégio Estadual José de Alencar passou por várias alterações de nomenclatura. No período estudado, chamava-se Escola Normal Regional José de Alencar e no seu interior estava o Curso Normal Regional. Para melhor entendimento, usarei a sigla

local podem contribuir para entender os resultados de perfis profissionais, visto que o Curso Normal, hoje Magistério, ainda permanece funcionando na mesma instituição. Também contribuiu para a “compreensão do papel dos estabelecimentos de ensino como organizações, funcionando numa tensão dinâmica entre a produção e a reprodução” (NÓVOA, 1995, p. 18).

A escolha do Curso Normal Regional, instituído na década de 1950, em São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul, contempla complexidade ligada a uma Instituição Escolar, que é o atual Colégio Estadual José de Alencar, na época Grupo Escolar Estadual/ Escola Normal Regional. Envolve sua historicização, tendo como foco de pesquisa analisar o processo de formação docente, entre 1953 e 1962. Esse recorte temporal foi definido por representar o ano de início do Curso Normal Regional, que tinha como objetivo formar Regentes de Ensino Primário, e o início do 2º Ciclo (Decreto nº 13220, de 23 de fevereiro de 1962).

De certa forma, com a realização desta pesquisa, também celebro uma pequena parte de minha trajetória profissional nessa instituição. É necessário dizer que nem sempre trabalhei na área da educação, aliás, ser professor nunca esteve nos meus projetos, pelo menos até 20 anos atrás, quando ainda pelo mundo bancário transitava. Olhando pelo retrovisor da estrada profissional, percebo que, mesmo trabalhando em um setor diferente da educação, eu já frequentava o curso de graduação em história, que futuramente seria meu campo de trabalho.

Ser filho de professor formado em Curso Normal Rural, como mencionei, não me conduziu diretamente para o ensino, ao contrário: levou-me à busca de um emprego na área bancária, afinal era o final da década de 1980, e ir para uma faculdade, sendo filho de professor estadual com titulação única de magistério e de dona de casa com experiência de ter sido merendeira escolar, estava longe de ser concretizado. Se fosse o caso, estudar história não seria um curso com futuro promissor, afinal ensinaria a pensar, e não a ganhar dinheiro para a tão sonhada estabilidade material.

Tornei-me professor por teimosia e necessidade. Penso que talvez o segundo motivo foi o gatilho que sucedeu a insistência e, em 2003, no interior do Estado, em uma noite fria no município de Jaquirana, ensaiei meus primeiros passos como docente. O sujeito acostumado aos ambientes onde os números eram frios e

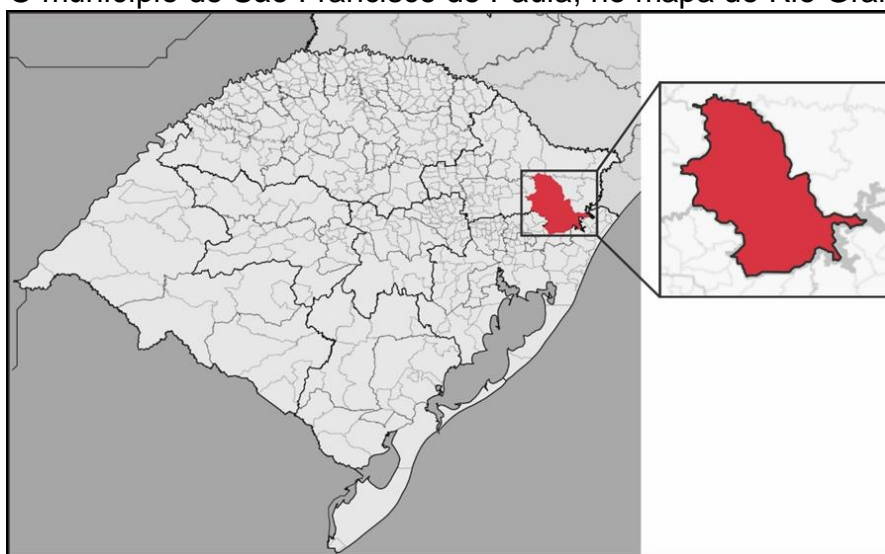
CNRSFP (CURSO NORMAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DE PAULA) para me referir à instituição onde estava inserido o curso e CNR (CURSO NORMAL REGIONAL) ao curso especificamente.

inquestionáveis agora estava em um ambiente onde o resultado de todas as formas de políticas públicas, privadas, sociais, culturais, religiosas, étnicas, inclusivas ou exclusivas desemboca: a sala de aula.

Hoje, passados todos esses anos e mergulhando neste estudo, algumas percepções começam a surgir, e é quase impossível deixar de buscar esclarecer como chegamos em alguns pontos específicos que envolvem a história da educação. Nesse sentido, minha investigação tem como objetivo analisar e compreender como o processo formativo ocorria no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula entre 1953 e 1962, valendo-me de representações evidentes nas memórias e documentos. A singularidade desta pesquisa não está no ineditismo do tema ou nos poucos estudos, mas no volume de fontes identificadas, acionadas e envolvidas especificamente no estudo dessa instituição, curso e região sobre os quais pela primeira vez se realiza estudo dessa natureza científica (NOSELLA; BUFFA, 2013).

O município de São Francisco de Paula está localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul, microrregião dos Campos de Cima da Serra, como se observa no mapa da região, caracterizada geomorfologicamente pela presença de elevada altitude, predomínio de vegetação rasteira constituída por gramíneas utilizadas na pecuária extensiva, bem como extensas áreas de campos abertos e presença de plantios e reflorestamentos, fruticultura e horticultura.

Figura 1: O município de São Francisco de Paula, no mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Samanta Vanz (2019).³

³ O mapa não foi publicado anteriormente, mas elaborado especificamente para esta tese por Samanta Vanz (2019).

A densidade populacional atual é de 6,27 hab./km² (IBGE, 2017), o que nos indica vazios demográficos em grandes extensões, visto que o tamanho atual do município é de 3.264,490 km². Essa condição das grandes distâncias entre a vila e as propriedades da maior parte da população, já que o maior percentual, na década estudada, residia na área rural, indica uma certa forma de hierarquia social característica daquela região, como mencionam Grazziotin e Almeida referindo-se ao município vizinho, Bom Jesus: “Os camponeses que foram os primeiros habitantes certamente viveram isolados e sujeitos aos donos das propriedades, em acordo com a matriz de oligarquia rural do estado e do país” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 51).

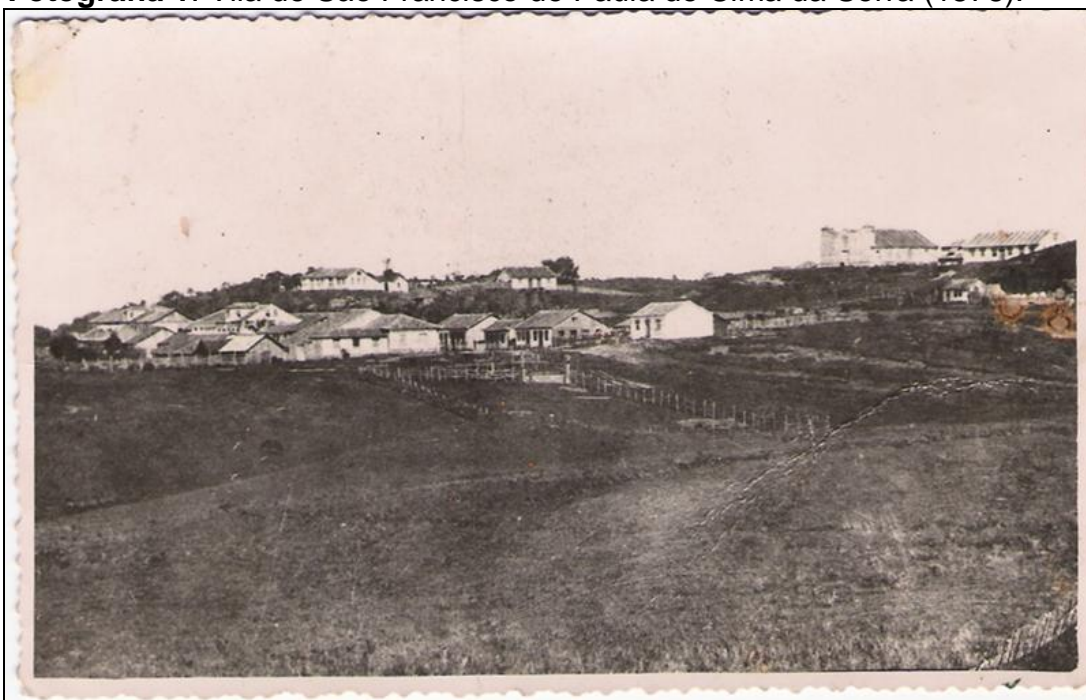
O clima na região apresenta predomínio subtropical com invernos rigorosos e verões amenos, tendo boa distribuição de chuvas e nevoeiros constantes em função da localização com contraste reconhecido de ar frio entre a proximidade dos cânions dos Aparados da Serra e parte da Serra Geral em direção ao município de Taquara, caracterizado pela presença de ar quente. O choque de massas de ar com temperaturas diferentes favorece o fenômeno da “cerração”, um nevoeiro espesso (AURÉLIO, 2019).

Observando o tamanho atual do município, percebe-se que, mesmo após os movimentos emancipacionistas e de anexações que fizeram parte dos contextos municipais pelo país até a década de 1990, continua com uma área extensa e características que apresentam certo grau de similaridade com o seu passado em relação aos aspectos dos setores produtivos, mantendo um percentual significativo de vínculo com atividades extrativistas ligadas à exploração da madeira, pecuária extensiva e fruticultura, sendo a agricultura de modelo extensivo agroexportador a última tendência chegada aos campos desse local. De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística contidos na obra “Censos do Rio Grande do Sul 1803-1950”, a área de São Francisco de Paula na década de 1950 era de 6.155 km², com uma densidade demográfica de 6,65 habitantes por km² (FEE, 1981, p. 174).

Nos anos que se aproximam do final do século XIX, a imagem a seguir nos indica a presença de uma organização de comunidade estruturada e uma população que, segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística, é estimada em

“5.360 pessoas livres e escravos e 545 casas” (FEE, 1981, p. 77). É possível perceber que se trata de um vilarejo em meio ao campo e com um pequeno aglomerado de casas de madeira em sua quase totalidade, juntamente com a igreja católica, que se destaca na parte mais elevada. Salienta-se que, em razão da população estar espalhada nas áreas rurais e distantes da sede, o número de casas indicado acima não é especificamente da parte onde está localizada a vila.

Fotografia 1: Vila de São Francisco de Paula de Cima da Serra (1878).



Fonte: Acervo particular do senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

Nesse contexto, investigar essa Instituição que completou 100 anos é importante para a História da Educação por colocá-la junto ao grupo de outras escolas centenárias que formaram professores no Estado⁴, mas com suas especificidades e entrelaçamentos de contextos específicos locais que podem emergir no foco da formação de professores naquele período, singularidades que poderão proporcionar outros entendimentos nessa temática, afinal, como lembra Magalhães, a escola é uma “construção histórica, produto de complexos processos

⁴ No ano de 2018, a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul publicou um e-book chamado “Narrativas e Memórias das Escolas Estaduais de Curso Normal do Rio Grande do Sul”, organizado por Clark Balbuena Sarmento, Claudia Gewehr Pinheiro e Sonia Maria Oliveira. A obra é constituída por artigos elaborados por professores, professoras e alunos das Escolas Estaduais onde o Curso Normal estava em funcionamento. Essa publicação não analisa com profundidade os elementos que se pretende estudar em relação ao Curso Normal Regional de São Francisco de Paula.

de escolarização e realidade epistêmica que oscila entre escola e escolas” (MAGALHÃES, 1998, p. 58).

A escola aqui estudada e seu Curso Normal dentro do recorte temporal escolhido (1953-1962) estão inseridos em um meio geográfico com extensas áreas rurais de campos e matas, entretanto a instituição está localizada em um povoado com elementos característicos urbanos específicos daquele período e com sua dinâmica. Percebeu-se, ao pesquisar os jornais da época, alguns traços que puderam auxiliar no entendimento de relações sociais, políticas, culturais, religiosas, econômicas, podendo ter desdobramentos diretos ou indiretos com o contexto que envolveu a educação.

Minha relação com o Colégio Estadual José de Alencar iniciou em 2014, quando passei a desempenhar a função de professor naquele estabelecimento escolar, lecionando na área de humanidades do Ensino Fundamental, Médio e de Magistério, a partir de um contrato emergencial com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. A imersão nesse cotidiano centenário ainda intocado nas pesquisas me instigou a adentrar nos meandros que constituíram essa escola em toda a sua complexidade, em especial no Curso Normal Regional.

Fazer parte da rotina dessa instituição possibilitou estar perto, de certa forma, de pequenas porções de passado que surgiam nas conversas entre os professores que estavam há mais tempo trabalhando naquele local. O acesso a materiais valiosos que passaram a servir de fontes nesta pesquisa também foi possível em função do meu contato mais próximo e facultou, igualmente, aproximar-me de nomes de egressas daquela escola, auxiliando de maneira importante por trazerem informações referentes ao período aqui estudado.

Em 1914 é criado o Collegio Municipal Bento Gonçalves, que, a partir de 1918, torna-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar, pelo decreto nº 2333 de 22 de março de 1918, passando a ser gerido pelo Estado do Rio Grande do Sul, fato que nos remete necessariamente a identificar historicamente aquele período em que essa instalação vai ocorrer e também o contexto relacionado com a educação no Brasil, Estado e na região daquele município. Em relação ao uso do nome Grupo Escolar, Souza (2016, p. 9) indica que “o termo nem sempre representou a estrutura institucional e arquitetônica destes tipos de escolas, pois o termo também foi utilizado [...] para designar escolas reunidas”. Pela Fotografia 2, observa-se essa

escola nos primeiros anos e que atendia a 200 alunos aproximadamente. Na Fotografia 2 ainda percebem-se traços da época, como os uniformes dos meninos em sintonia com o estilo militar e a figura do Diretor sendo o “centro” da imagem, entre outros elementos, como a postura das meninas e os letreiros laterais indicando que era o Collegio Municipal.

Fotografia 2: Grupo Escolar Estadual José de Alencar, “Colegião”. Ao centro, na porta, o Diretor Adelino Pereira de Souza (1920).



Fonte: Acervo pessoal da senhora Mamélia Souza da Rocha (2019).

Desse modo, buscou-se identificar possíveis elementos que indicassem o processo de formação desenvolvido pelas normalistas como futuras professoras e entender a constituição da identidade institucional como resultado de entrelaçamentos complexos envolvendo políticas públicas, culturas locais e regionais, valores e significações dos sujeitos ali inseridos (ESCOLANO BENITO, 2017; VIÑAO FRAGO, 1995). Essa característica se constituiria em decorrência da localização geográfica do território do município, de certo isolamento em relação aos grandes centros, embora seja um polo formador de professoras que exercerão suas atividades docentes nas extensões do território ou além dele.

O espaço é entendido como território gerador de uma cultura específica, constituída nas práticas, rotinas, costumes, hábitos, falas, calendários, gestos, sons,

cheiros entre tantos indícios compositores relacionados à formação de professores. Trata-se de pertences que foram de um tempo específico com materialidades e imaterialidades próprias, que podem ter produzido um código de cultura (ESCOLANO BENITO, 2017).

As linguagens e signos produzidos no interior daquele curso são únicos e puderam ser identificados dentro daquela dinâmica, o que pode tornar este estudo relevante e abrir possibilidade para estabelecer novos sentidos às práticas de formação desenvolvidas na contemporaneidade, visto que o curso, aberto em 1953 com a função de formar professores, continua em funcionamento até os dias atuais.

Nesse sentido, investigou-se o processo de funcionamento dessa estrutura que tinha como função a criação, a formação, e as práticas relacionadas dentro do contexto didático pedagógico, entendendo, ao mesmo tempo, que não era um micromundo isolado, estático, pronto e sem possibilidade de retroalimentação e criação.

O entendimento dos enredos que constituíram o Curso Normal Regional de São Francisco de Paula, no final da década de 1950 e início de 1960, trouxe subsídios importantes daquela territorialidade tão vasta que era naquela época e permeava dezenas de localidades e sujeitos que estavam nelas inseridos, cada um com seus contextos específicos, porém com traços em comum, que era a presença de uma professora oriunda e resultante de todo aquele processo formativo envolvendo exames, testes, trabalhos, estágios, exercícios intelectuais, posturais, artísticos, relações de poder social, político, religioso, didático, pedagógico, constituindo parte significativa da constituição daquela profissional. “Es uno de los aspectos esenciales para entender el proceso de profesionalización docente y, em definitiva, para hacer la historia de la docência como profesión” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 66).

Situar a escola, que inicia seu funcionamento como sendo estadual no período de reeleição de Borges de Medeiros (1913-1928), pode auxiliar a enxergar o cenário político do Estado do RS na época e, com isso, situar o horizonte inicial da instituição que em 1918 passa a ser administrada no âmbito estatal. O Início do Curso Normal Regional ocorre durante o governo de Ernesto Dornelles, empossado em 31 de janeiro de 1951 (FLORES, 1997). É necessário também situar esse período em nível nacional, pois coincide com o final do último governo de Getúlio

Vargas (24.08.1954), natural desse Estado e de certa forma representante de um perfil em sintonia com a região onde a escola está localizada, caracterizada pela existência de economia relacionada ao setor agropastoril e pelo senso de valorização a uma tradição gaúcha com forte tendência positivista e disputa política acirrada ao nível local (RIZZON; POSSAMAI, 1992).

No transcorrer da investigação, a busca por relações que fizessem junções nos princípios envolvendo processos formativos e práticas da instituição formadora, bem como as representações que se constituem e passam a cotejar no cotidiano naquele ambiente foram indispensáveis. As composições de estrutura envolvendo os conceitos que deram a base epistemológica se entrelaçaram nas contribuições da metodologia da história oral e memória que foram se revelando no decorrer das indagações feitas junto às fontes documentais analisadas, deixando clara a relação que vai se estabelecendo em um quadro amplo quando se faz uma análise historiográfica tendo como objeto de estudo a escola e suas estruturas (MAGALHÃES, 1998).

Os acessos às fontes documentais nesta pesquisa, em vista da aproximação aos documentos do Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar (AICEJA) e de entrevistas com egressas que trouxeram representações de um passado vivido que, no sentido atribuído por Pollack (1989), permitiram estabelecer associações a identidades e pertencimentos na memória de um grupo social, indícios e elementos que podem atribuir novos sentidos até então não mencionados, nem observados por sujeitos pertencentes ao mesmo grupo, que vivenciaram na mesma época aquele cotidiano do Curso Normal Regional, porém com lembranças e impressões singulares naquilo que se conhece como “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 2004). Historicizar esse próximo permite perceber os entrelaçamentos, os emaranhados envolvendo a “temporalidade” não como um processo histórico linear dessa instituição, mas com rupturas, continuidades, descontinuidades, fazendo parte característica de eventos nos quais há inserção de sujeitos produtores de história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Com relação às narrativas, é necessário lembrar que elas ocorreram em meio ao isolamento causado pela pandemia de COVID 19, que mais adiante será mencionada e aprofundada, mas que serviu como espaço de valorização dessas mulheres em um momento paradoxal, em que a modernidade digital confere uma

dicotomia entre a proximidade pelos usos de equipamento de comunicação virtual e ao mesmo tempo um distanciamento do humano. Como lembra Alberti (2004, p. 21),

[...] quanto mais moderna é a sociedade, quanto mais rápida e fragmentada é a comunicação, tanto mais precisamos, para entendê-la, de formas “tradicionais” de explicação, isto é, narrativas orais, transmitidas de gerações mais velhas para mais novas, de modo a conservar a “identidade” e a construir os significados da sociedade.

A história dessa escola é vista de maneira interligada e não isolada de sua localização no tempo e no espaço geográfico. Relevante olhar e “enxergar” as costuras do tempo que permitem aproximar as realidades vividas naquele período em uma relação envolvendo a instituição e as microestruturas que a constituíam, fazendo as ligações necessárias com as turmas de alunas que frequentaram o Curso Normal Regional de São Francisco de Paula.

O espaço que produziu determinados perfis profissionais em sintonia com a cultura produzida naquele período é observado e analisado com a presença dos objetos, fontes e artefatos que fizeram parte daquele cotidiano, permitindo que a escrita utilize aquele “lugar social” (CERTEAU, 1998).

O acesso a esses elementos torna essa escrita significativa, levando em consideração que eles possuem representatividade e função específica naquele contexto, não podendo ser concebidos “fora das práticas que os constituíram” (CHARTIER, 1990) ou isolados das práticas ocorridas no interior daquela instituição, onde modelos formativos oferecidos aos alunos normalistas retratavam propostas para conduzir os fazeres dos futuros professores dentro das construções existentes naquele momento e com aqueles atores das políticas públicas (BOTO, 2012), relacionados à educação e ao sentido dela.

Nesse sentido, o estudo do cotidiano envolvendo uma instituição centenária com foco em seu Curso Normal Regional no viés de formação de profissionais docentes é um mundo escolar que pode ser observado a partir de “rasgos y comportamientos singulares” (RICO, 2012, p. 174).

É pelos vestígios, como argumenta Rico (2012), que podemos perceber aquilo que está em muitos momentos dentro de uma Instituição que forma professores diluído nas premissas de orientação das práticas didático-pedagógicas, ou seja, um viés de ambiguidade, em que se reforça a representação do papel

social/funcional cujo ator é o professor, aqui pensando no âmbito interno do Curso (NÓVOA, 1992).

Este estudo se desenvolveu buscando defender a tese de que a presença da Escola Normal Regional em São Francisco de Paula e a realização do Curso Normal Regional produziram um modo de ser e se identificar com a docência. Nesse sentido, criaram-se algumas condições que pudessem contribuir no andamento da pesquisa com o cuidado de não se afastar dessa busca e, para isso, questionamentos iniciais foram importantes na criação de uma estrutura que pudesse servir de base nessa temática.

No início deste estudo, no ano de 2018, algumas indagações foram surgindo, entre elas: Que representações sobre o CNRSFP 1953-1962 se evidenciariam nas memórias de professores e alunos como uma contribuição ao processo formativo na constituição de uma identidade profissional? Em que medida essas representações dialogariam com o contexto social, cultural e político? Como essas memórias produziram representações e possibilitaram conhecer e compreender as práticas, representações e culturas escolares desse curso nessa instituição? Como essa profissão era pensada na época dentro do CNR? Como essa escolarização possibilitou uma identidade de ser e viver nesta comunidade? Que representações se evidenciaram nas memórias de alunos e professores sobre o processo de formação no CNR, entre 1953 e 1962? Como se deu o processo de constituição de identidade profissional? Que relações se estabeleceram entre o contexto de São Francisco de Paula e a construção de uma identidade profissional? Como o contexto político, social, cultural contribuiu para a escolha do município para a instalação de uma Escola Normal? Que tradição formativa se identifica nas memórias e narrativas das professoras ao falarem de seu processo profissional? Essas indagações são revisitadas e problematizadas ao final da escrita, nas considerações finais, onde as concretudes dos resultados são mais perceptíveis.

O objetivo geral deste estudo é analisar e compreender o processo de formação de professores do Curso Normal Regional de São Francisco de Paula, a partir de memórias e representações.

Entre os objetivos específicos se destacam os seguintes.

1) Identificar e compreender, a partir das entrevistas, características do cotidiano dos processos de formação de professores naquele período.

2) Identificar, a partir das memórias de professoras e alunas, representações que dialoguem com o contexto cultural entre 1953-1962 e evidenciem contribuições na constituição da identidade docente.

3) Caracterizar e analisar, a partir de fontes mobilizadas nesta tese, vestígios da cultura escolar produzidas no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula (1953-1962).

No âmbito desta pesquisa, foram considerados como lastros teóricos elementos que foram compondo o mosaico de entrelaçamentos problematizadores no sentido de efetivar abordagens que pudessem nortear os esclarecimentos em busca de respostas aos objetivos propostos. Esses encadeamentos foram se formando no intuito de não deixar lacunas e para que se pudesse responder de maneira efetiva e propositiva o estudo que ora se apresentava, envolvendo como núcleo central do estudo o processo de formação que permeou o CNR instituído no ano de 1953, no interior do atual Colégio Estadual José de Alencar, tendo como recorte temporal o ano de início até 1962.

Fazer um esforço para compreender os meandros do CNRSFP, no intuito de perceber características que deixaram impressões ou “jeitos” naquelas normalistas que lá concluíam seus estudos, foi como decifrar um ambiente com especificidade distinta, no caso, a formação docente.

E até chegar às especificidades desses professores que lá se formaram, foi profícuo passar pelos entrelaçamentos de elementos e suas problematizações, como a questão que envolveu representações, tempo, cotidiano, dinâmicas sociais, escolares, culturais, geográficas, imaginários, políticas públicas, discursos e a própria constituição docente e suas práticas.

A necessidade de fazer uma análise de cada elemento da composição do CNRSFP nesse período (1953-1962) foi pertinente, pois pode auxiliar no esclarecimento de questões diversas. Como escreve Boto (2012, p. 138), “essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido”, por isso entendo que tendo como objetivo compreender o que ocorreu naquele processo formativo foi primordial verificar todos os aspectos estruturantes, não apenas aqueles relacionados com o interior do Curso Normal Regional e a escola, mas onde ela está inserida naquela comunidade específica.

Foi um trabalho que envolveu o senso do detalhe e o observar de cada traço ao movê-los para a contemporaneidade. Dialogando com Febvre (1933), a história se organiza, se instala desde a base social e, nesse caso, a começar pelo chão das salas de aula e corredores do Curso Normal Regional de São Francisco de Paula nos Campos de Cima da Serra, bem como na comunidade e no espaço geográfico municipal onde estava inserido.

O fazer uso da história neste estudo é também a escolha e o emprego de noções ligadas aos conceitos e suas significações que vão dar sentido ao que se propõe. Envolve também fazer a historicidade de uma instituição com mais de 100 anos de existência em uma região com características específicas e no interior dessa escola a existência do Curso Normal Regional, que emerge no início da década de 1950.

Quando faço referência ao tempo de existência dessa escola, preciso buscar sinais de entendimento sobre um período em que o município abre a instituição (1914) e, 4 anos depois, em 1918, o Estado assume aquele espaço. Naquele momento, de início de século XX, ocorreram no mundo eventos que deixaram rastros muito profundos na história, citando aqui a I Guerra Mundial e a Revolução Russa para mencionar apenas dois e que, eventualmente, puderam ser observados nas entrelinhas internas do Brasil, do Rio Grande do Sul e também naquele momento em São Francisco de Paula.

A abordagem da História Cultural foi utilizada neste estudo por corresponder diretamente, como escreveu Burke (2005), às “ações humanas” e suas percepções, sendo que essas atuações envolvendo os sujeitos do contexto pesquisado permitiram enxergar simbolismos importantes para a compreensão do que foi proposto como objetivo. O campo da História Cultural tem importante presença função de que, para compreender o objeto de estudo, foi relevante acionar e perceber entrelaçamentos de vários outros elementos.

Nesse sentido, a pesquisa histórica levanta, pelos instrumentos utilizados, a perspectiva de direcionamento do estudo, bem como das possibilidades de resultados, levando em consideração que a escolha do viés deve agregar significados integrais e, para atingir esse efeito mencionado, preciso ter o entendimento da cultura (PESAVENTO, 2005) e considerar a amplitude desse conceito dentro da História Cultural.

Como a cultura é constituída por elementos de grupos e vai se estruturando, se amalgamando a cada componente que se movimenta nessa arrumação, tendo aproximações e afastamentos, torna-se dentro da perspectiva da Nova História Cultural um universo que não possui demarcações engessadas, entretanto apresenta características que definem suas identidades em relação às “práticas respectivas, que permitem reconhecer sua identidade” (REIS, 2012, p. 106).

Ampliam-se, dessa maneira, os objetos de estudo, bem como os métodos utilizados do decorrer de cada parte que vai sendo observada dentro do andamento da pesquisa e também do aparecimento das fontes, bem como das mensagens que elas trazem em relação aos questionamentos da pesquisa sobre o processo formativo, em que “atuam poderosos mediadores culturais” (FONSECA, 2008, p. 54).

Neste estudo, segui na linha da história-problema (LE GOFF, 1990), na qual as perguntas precisaram ser feitas diante de uma situação-problema, pois inicialmente inúmeras questões, hipóteses e conjecturas se levantavam e possuíam sinais que caracterizavam possíveis construções de fatos históricos relacionados à instituição escolar que ora se pesquisou e seu Curso Normal Regional dentro daquele limite temporal indicado (1953-1962).

Esses indícios de questionamentos necessitaram ser observados, analisados e, principalmente, compreendidos de acordo com os ambientes em que estavam situados, sendo possível que justamente nesses cenários pudessem ser levantadas evidências que contribuiriam em uma linha de esclarecimentos entre as propriedades de discursos que chegavam até o momento em que a pesquisa estava iniciando e os informes que as fontes documentais/monumentos acabaram indicando.

Nesses vestígios que foram emergindo, dentro desse processo, foi ocorrendo um encadeamento de pormenores, levando para um afunilamento de perspectiva dentro do horizonte da história da educação ligado à formação docente naquela região, auxiliando, de certa forma, a compreender os respingos que permitem observar as expressões na atualidade em referência ao que ocorreu naquele CNR no período histórico estudado.

Com relação à existência concreta de uma professora, uma profissional da educação, é necessário lembrar que, como bem menciona Cavaco (1995), “na construção da identidade profissional de professor se entrecruzam a dimensão

peçoal, a linha de continuidade que resulta daquilo que ele é, com os trajetos partilhados com os outros de que participa” (CAVACO, 1995, p. 161). Nesse sentido, perceber que a normalista formada era enviada para locais geralmente distantes nos interiores daquele município, o que tornava a experiência docente um grande desafio não apenas profissional, mas humano.

Atrelada às dificuldades de adaptação aos locais geralmente desconhecidos, ao atraso de pagamentos por vários meses, havia as expectativas das famílias das comunidades onde essas professoras passavam a ser parte cotidiana em razão de sua função docente e também por aquilo que traziam como representação até aqueles locais. Se o sistema educacional apresentava limitações no trabalho docente das professoras, a visão das comunidades dizia o contrário, que elas eram instrumentos que mudariam as perspectivas de vida de seus filhos, como lembra Nóvoa (1995), “personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também inevitavelmente, agentes políticos” (NÓVOA, 1995, p. 17).

A profissão docente está vinculada a um intenso polimento formativo que vai constituindo de maneira gradativa um perfil com características que em sua atuação podem repetir os elementos que o constituíram, pois “a profissão docente exerce-se a partir da adesão colectiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores” (NÓVOA, 1995, p. 19).

O fato de ser professor uma profissão também remete diretamente aos ambientes de formação profissional, nesse caso o CNR, onde se evidencia que, a partir da passagem dos sujeitos pelos anos de aprendizagens específicas, saíam daquele ambiente formador com um perfil específico que tinha características relacionadas a uma extensa rede de regramentos, pois “os sistemas de regras, distinções e categorias dos currículos privilegiam certos tipos de interpretação do mundo” (POPKEWITZ, 1995, p. 47).

Leva-se em conta a instituição que está funcionando com a função de formar professores, pois ela é constituída de uma cultura organizacional com objetivos específicos que se alinham às políticas públicas educacionais vigentes na época, que possuem componentes sociais, políticos, ideológicos, históricos que irão permear a constituição de uma identidade profissional, no caso, a docente.

O constituir-se docente considera princípios comportamentais e atitudinais específicos, assim como a visão que o sujeito desenvolve sobre si como um professor, dimensão que as egressas passaram a ter consigo a partir do andamento do processo de formação.

Trata-se de uma identidade que, nos primeiros anos de formatura, está mais latente com os elementos caracterizantes da formação, entretanto podem alterar-se com o passar dos anos de trabalho no magistério, uma vez que as estruturas profissionais acabam exercendo certo relaxamento das características dos primeiros anos, mas que permanecem na constituição profissional, ou seja, mesmo com os respingos das atualidades que fazem parte do dia a dia escolar, a profissão, como menciona Tardiff e Lessard, vai se mantendo “uma ocupação tradicional e em continuidade com o passado, uma espécie de ofício artesanal” (TARDIFF; LESSARD, 2013, p. 13).

Tornar-se professora interferiu nas identidades daquelas mulheres que passaram pelo processo de serem normalistas naquele curso e, ao saírem para lecionar pelos interiores do município, os traços das mudanças ocorridas as acompanhou, o modo de olhar o mundo a partir de sua formação era outro, podendo-se afirmar que houve, dentro de todo o período do curso, significativa alteração identitária.

Pode-se afirmar que o entrelaçamento do tempo de duração do curso e os aprendizados adquiridos naquele ambiente foram acionados a partir da ida das professoras para as escolas, que passaram a adicionar ao seu perfil profissional a experiência da docência na prática, uma característica que envolvia o ensino primário para onde eram designadas as Regentes de Ensino, como indica Tardiff, fazendo referência a essa relação,

[...] saberes mobilizados e empregados na prática cotidiana, saberes esses que dela provém, de uma maneira ou de outra, e servem para resolver os problemas dos professores em exercício, dando sentido às situações de trabalho que lhe são próprias (TARDIFF, 2014, p. 58).

As práticas educativas que se desenvolveram no CNRSFP foram percebidas nesta investigação nas fontes documentais, em especial nos registros de atas dos exames e reuniões, mas também nas entrevistas com as egressas e professoras. O cotidiano formativo daquela escola alinhava uma extensa rotina de práticas que

incluíam desde os ritos de chegada, conteúdos e formas didático-pedagógicas, atividades realizadas em casa até as cerimônias envolvendo a comunidade, como os desfiles cívicos e formaturas. Conforme afirma Boto (2012, p. 145) em relação ao conceito de práticas, “é um dos paradigmas da Nova História Cultural: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica”.

Faço menção relacionando as práticas ao cotidiano da escola, pois penso ser importante considerar aquela dinâmica que ocorria naquele ambiente com os outros elementos contextuais, como a visão social, política, cultural e religiosa local sobre o curso, afinal era um espaço com possibilidade de existência de disputas e tensionamentos.

Esse processo não ocorreu somente no momento em que frequentavam o curso, mas na influência que foi exercida no imaginário cultural da região, antes de sua efetivação e também após as formaturas, como um “selo” característico dessa escola no egresso (CERTEAU, 1998), e por onde elas foram lecionar, na sua prática social individual (BORDIEU, 1988). As maneiras como as professoras executaram seu ofício para onde foram designadas, as formas como colocaram em ação o que aprenderam durante seu processo formativo nas comunidades onde passaram a viver e trabalhar foram sinais de uma “continuação” processual que permite perceber/enxergar a existência em maior dimensão da mulher professora como “comportamento socialmente aceito” (ELIAS, 2011, p. 71) e reconhecido pelo modo de atuar.

Reconheço neste trabalho a existência de uma identidade profissional vinculada ao andamento das fases do processo formativo, caracterizada por aspectos plurais e diferentes entre si, ou seja, a partir do momento em que as normalistas tornaram-se efetivamente Regentes de Ensino Primário, a bagagem de conhecimentos adquiridos no CNR passou a interagir com o tempo da experiência docente do cotidiano, modificando-se e ao mesmo tempo se solidificando como profissional da educação.

Houve a constituição de um estilo docente a partir da convivência e exposição às rotinas ritualísticas que perfaziam, davam corpo e rosto para uma cultura escolar específica. Faço menção a Julia para o que pode ser aquele agrupamento de elementos que constituía a vida das estudantes: “conjunto de normas que definem

conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). A questão de definir o que se ensinaria, o inculcar para um modo comportamental foram identificados nas falas das egressas e nas fontes documentais, como são mostradas neste estudo.

Aquele ambiente não deixou de ser também um campo de poder (BOURDIEU, 1996), pois ali estão de certa maneira concretizadas “relações de força”, uma mistura composta por um “capital cultural” específico, no caso o educacional, que pode ter servido para direta ou indiretamente promover a ocupação de espaços sociais naquela região pela presença e reprodução de modelos politicamente necessários na época.

É pertinente registrar que os saberes profissionais são amalgamados também pela interação e socialização com outros profissionais nas escolas, entretanto, no caso deste estudo, as formandas que iam para escolas isoladas não tinham esse convívio, o que pode nesse caso ter contribuído para que os conhecimentos do saber/fazer adquiridos durante o curso permanecessem por mais tempo como recurso de fundamento dominante.

Nesse sentido, tem-se normalistas que são provenientes do interior do município com uma bagagem socioantropológica com características específicas e que, após passarem pelo processo formativo, retornam para áreas similares, o que pode ter contribuído para uma cultura profissional específica, pois, segundo afirma Tardiff com relação à influência do meio social na profissão docente,

[...] pode-se constatar que os diversos saberes dos professores estão longe de serem produzidos diretamente por eles, que vários deles são de um certo modo “exteriores” ao ofício de ensinar, pois provêm de lugares sociais anteriores à carreira propriamente dita ou situados fora do trabalho cotidiano (TARDIFF, 2014, p. 64).

O processo de formação envolveu representações legitimadas não apenas no discurso, mas também na concretude da estruturação da instituição e do próprio curso em seu “ritual” de funcionamento, desde o processo de instalação e no seu dia a dia. Observa-se que, nessa mobilização de instalação do CNR naquela localidade, o entorno é modificado, e pode-se dizer que certo imaginário social permeou os sujeitos envolvidos.

Um entrelaçamento de componentes simbólicos foi se constituindo e sendo fortalecido com as práticas que contribuíram para o nascimento de uma identidade vinculada à profissão docente naquela comunidade, percebidas em muitos momentos como marcas invisíveis, mas ao mesmo tempo existentes nas memórias das tradições que envolveram aquele ambiente como uma rede de fortes relações de poder em níveis que criaram símbolos presentes até a contemporaneidade.

A instituição é percebida como ente social importante a partir de sua função estratégica na região, no suprimento de uma necessidade relacionada com a demanda reprimida de professores dentro de toda a extensão do território de abrangência daquele município na época e, ao mesmo tempo, torna-se um símbolo histórico na área da educação percebida junto às fontes documentais encontradas e nas memórias das egressas e professoras, bem como aos sujeitos que foram acionados para essa pesquisa dentro de uma rede de contatos em função do isolamento social causado pela pandemia assunto mencionado na parte metodológica da escrita.

A escola também foi percebida como um ambiente que produziu cultura específica relacionada aos aspectos constitutivos que permeavam o Curso Normal Regional não apenas pelas particularidades percebidas nos acervos de fontes documentais investigados, mas nas narrativas, em que foram identificados vestígios do cotidiano e um encadeamento de hábitos nas rotinas, tarefas, ritos, comemorações e inserção social, cultural, política e religiosa, como lembra Faria Filho ao fazer menção à cultura escolar:

[...] forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2007, p. 195).

Como menciona Le Goff (1990), em relação ao tempo e à historicidade, “o conceito de historicidade indica o próprio pertencer de cada indivíduo a seu tempo, e existe em toda a espécie humana”, e esse movimento no tempo é parte da função do historiador. O tempo aqui é percebido não apenas como elemento

Esse pertencimento humano no tempo deixa seus registros, suas marcas, por isso perceber onde estão e compreender o que e como se constituíam, finalidades

dessas dinâmicas, também estiveram presentes neste estudo em relação à elaboração de uma identidade docente nos Campos de Cima da Serra.

1.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Neste estudo, o CNRSFP ocupa “lugar no passado” daquela sociedade, porém é um registro que apareceu de maneira nítida quando as memórias das egressas foram acionadas, portanto foi relevante que as recordações tivessem espaço nesta pesquisa no sentido de legitimação da própria existência das dinâmicas que existiram naquele curso, como escreve Pollack (1989) sobre o “sentido da identidade individual e do grupo”.

As memórias mobilizadas puderam trazer para a contemporaneidade, ou pelo menos para um espaço de divulgação que é também esta pesquisa, aquilo que aquela sociedade tem como percepção histórica da existência do curso, porém sem a profundidade que as narrativas trouxeram. Foi perceptível, durante esta investigação, que, pelo fato de as egressas rememorarem seus tempos de processo formativo, reconheceram nas falas parte do seu “lugar social” (POLLACK, 1989, p. 13).

As narrativas tornaram-se documentos valiosos para a compreensão daqueles cotidianos que foram relacionados envolvendo não somente o processo formativo normalista especificamente, mas todo um oportuno complexo contextual temporal dessas mulheres, que permitiu validar pelas suas memórias experienciais detalhes daquela conjuntura vivida.

Entendo neste estudo um entrelaçamento do tempo vivido, observado nas trajetórias de vida das entrevistadas, e também do tempo concebido como parte do enredo que envolveu a escola e sua organização institucional com todas as microinstituições que são elencadas nesta escrita e sua situação temporal naquela sociedade em que estava inserida.

Fez parte deste estudo a investigação no tempo que nos separa daqueles momentos e, nesse sentido, buscou-se identificar os sinais diferenciados que porventura caracterizaram as práticas daquele Curso Normal, naquela área geográfica do Rio Grande do Sul.

Nesse ambiente de formação docente, foi possível perceber, nas descrições de atas e nas narrativas, o que Bourdieu chamou de “habitus” no que se refere ao sistema de condução, inculcação dos sujeitos pelo uso de “espaços de treinamento” no campo educacional, onde podem se desenvolver determinados traços certo a partir de uma interiorização de determinadas condições criadas, por exemplo, durante o tempo de formação das normalistas em São Francisco de Paula. Os traços caracterizantes são de cada professora, mas foram adquiridos, impressos dentro do ambiente escolarizante, nesse caso o que normatizou um perfil docente.

Também nessa perspectiva entendo a escola como componente que faz uma espécie de conjunção, no sentido de ser a parte que permite a aproximação de certas linhas demarcatórias entre aspectos pedagógicos, didáticos, sociais, políticos, culturais, geográficos, étnicos, religiosos, tudo dentro do ambiente das práticas, naquele local. Como afirma Carvalho sobre a cultura escolar, “são postas em foco as práticas constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar, de transmissão cultural” (CARVALHO, 1998, p. 33).

É possível afirmar que as egressas desse Curso Normal Regional saíam com determinadas características que foram compostas e vinculadas àquele meio de formação e práticas, levando-as consigo aos locais, escolas, comunidades onde desenvolveram suas atividades como professoras. Com isso é presumível pensar que naquele local havia uma definição de perfil profissional a partir da “aplicação dos conhecimentos científicos e as técnicas de ensino” (GARRIDO, 2014, p. 46), da formação e da prática existente naquele ambiente, partindo de representações específicas levando em consideração os entrelaçamentos culturais que emergiam naquele município dos Campos de Cima da Serra, dentro daquele determinado período.

Os encaminhamentos e direcionamentos que surgem no decorrer de um estudo sobre uma instituição formadora de professores levam em conta um mundo de complexidades e entrelaçamentos que envolvem elementos problematizadores em sintonia com o que defende Garrido (2014), como o cotidiano, o saber docente e a cultura em um amplo leque de possibilidades.

Entre eles estão o interior da escola e todos os seus componentes constitutivos, mas também o exterior da instituição, que envolve a comunidade escolar e o “meio” caracterizante com suas particularidades, que servem para uma

contextualização mais completa de uma pesquisa relacionada nesse viés citado inicialmente: “campo de multiplicidades, passando pelas histórias de vida, as memórias coletivas e individuais, as biografias, as imagens, as representações memorialistas, o imaginário, os grafismos” (MOURA FILHO, 2002, p. 50).

Nesse horizonte, a complexidade que envolve e compõe esse universo precisa ser considerada para que o estudo consiga trazer respostas aos questionamentos abordados, ou seja, cada parte, como já mencionado, possui uma importância, que, caso não seja considerada, pode indicar uma pesquisa com limitações e lacunas dentro de uma investigação desse porte, pois a construção de identidade vinculada à docência pressupõe 3 elementos:

[...] adesão, ação e autoconsciência. A adesão, porque ser professor implica aderir princípios, valores [...], ação, porque a escolha das maneiras de agir deriva do foro pessoal e profissional. A autoconsciência, porque tudo se decide no processo de reflexão do professor sobre sua ação” (GARRIDO, 2014, p. 115).

É pertinente fazer menção à importância dos espaços relacionados aos arquivos históricos municipais e sua constituição, preservação e conservação, mas também, de maneira particular, aos acervos escolares, locais onde deve haver uma preocupação com sua manutenção em função de sua importância para o campo da pesquisa relacionada com a História da Educação, em razão da existência de materiais significativos da cultura escolar.

O embrião deste estudo no que se refere à parte operacional e metodológica foi iniciado em janeiro de 2018 junto ao Arquivo Histórico do Município de São Francisco de Paula, localizado em uma casa nos fundos da Biblioteca Pública Municipal.

Lá permaneci primeiramente fazendo um trabalho de organização e seleção de possíveis materiais que pudessem ser investigados após a sistematização dos mesmos. Esse processo de reorganizar foi necessário em função do estado em que foram encontrados naquele momento os materiais, no interior do local destinado ao Arquivo Histórico Municipal. Após a reorganização, que levou em conta o que poderia ser utilizado em minha pesquisa, foram analisados os exemplares encontrados do Jornal Folha da Serra em um total de 234 páginas, entre 1945 e 1960.

No decorrer do estudo, retornei ao AHMSFP, nos meses de maio, junho e julho de 2019, para novamente rever os exemplares que havia analisado no ano anterior. A intenção de voltar aos materiais foi decorrente de buscar mais esclarecimentos sobre o contexto municipal da época e em função do curto espaço de tempo dedicado para estar naquele local e, ao mesmo tempo, continuar trabalhando como docente. Como menciona Ragazzini, “para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver” (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Nesse retorno, depois de feitas novas análises das edições que traziam subsídios para o estudo, procedeu-se ao escaneamento dos exemplares que são mostrados no Quadro 1, onde está o ano da publicação, o número de exemplares encontrados em cada e as páginas que foram escolhidas por trazerem auxílios no entendimento do contexto comunitário da época: “O trabalho utilizando jornais é fruto de mudanças na compreensão do documento e da própria história. O refletir acerca do noticiado, não o encarando como algo absolutamente verídico, sem contestações, precisa ser considerado” (SOUZA/GRAZZIOTIN, 2015, p. 389).

Quadro 1: Descrição dos Jornais “Folha da Serra” analisados.

Ano de publicação	Número de exemplares encontrados
1945	6
1948	8
1949	48
1950	0
1951	35
1952	29
1953	40
1954	31
1955	1
1956	42
1957	44
1958	38
1959	0
1960	1
Total de páginas selecionadas e digitalizadas para este estudo.	234

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O próximo passo naquele mesmo mês de janeiro de 2018 foi contatar pessoalmente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Francisco de Paula em busca da existência de um arquivo ou depósito que pudesse oferecer materiais para agregar à pesquisa. A SMEC na época não possuía um local

específico para a guarda de documentos, mas foi possível ter um contato superficial com uma pequena sala/depósito de materiais diversos onde alguns documentos relacionados com a educação também se encontram estocados. Os materiais lá encontrados não foram utilizados diretamente neste estudo em razão de não estarem em sintonia com o recorte temporal proposto nem com o objeto de estudo.

A investigação dentro da própria instituição de ensino pesquisada ocorreu a partir de março de 2018, quando fiz a apresentação de intenção de pesquisa naquele local junto à Direção, sendo ali também o local onde foram feitas as primeiras indagações sobre a existência de documentos/fontes e de possíveis futuras entrevistandas ligadas diretamente ao Curso Normal Regional.

O Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar - AICEJA localiza-se no último andar da Instituição, em uma sala ao final de um longo corredor no lado esquerdo. Na primeira visita, percebi que o local possuía um acervo de materiais misturados que necessitavam de limpeza e organização, que foram realizadas nas semanas seguintes pela servente daquele estabelecimento em seus períodos de folga. É importante indicar que houve interesse da direção e da servente em proceder à limpeza do local e à primeira organização, pois nós, pesquisadores, temos a real noção dos problemas enfrentados nesses locais e de quão valiosos são os auxílios que encontramos.

A investigação dentro do AICEJA envolveu algumas etapas, descritas a seguir:

a) Entre os meses de março e agosto de 2018, separou-se cada documento e por vezes pacotes dos mesmos dentro do recorte temporal inicial da pesquisa (1953-1971)⁵. Isso significa que uma nova reorganização interna do Arquivo foi necessária em razão da troca de lugares enquanto se procedia à investigação e classificação temporal.

b) De setembro de 2018 até março de 2019, foram analisados os documentos individualmente em um processo de nova filtragem, envolvendo a abertura de sacos, envelopes, pacotes, correspondências, ofícios, notas de despesas, entre outros. Nesse período, houve o recesso de verão, e a escola funcionou com plantões de atendimento somente para a secretaria, o que de certa forma inviabilizou os

⁵ A delimitação temporal inicial da pesquisa era entre 1953-1971, que levaria em conta do início do curso até a nova legislação do magistério, entretanto uma nova delimitação foi necessária e o recorte então passou a ser 1953-1962, que abrange a abertura do Curso Normal Regional (1º ciclo) em São Francisco de Paula até o ano de início do 2º ciclo.

trabalhos ligados ao Arquivo nesse momento. Outro ponto a ser enfatizado é que esse trabalho com os documentos só pôde ser executado nos intervalos existentes dentro da carga horária do pesquisador, que exercia a função docente com 40 horas nesse período.

c) A partir de abril de 2019, iniciou-se a investigação para categorização do teor de cada documento e posterior problematização conceitual, para que depois fosse possível perceber as singularidades que o estudo procurava. Também se fez uma nova delimitação de recorte temporal envolvendo o período de 1953 até 1962, a fim de que, com a nova definição periódica, se conseguisse uma aproximação mais enxuta do objeto de pesquisa, pois, a partir da década de 1960, houve a mudança na legislação do curso estudado, com a chegada do 2º ciclo de estudos.

No Quadro 1, está indicada a parte documental localizada e separada no interior do AICEJA e que foi utilizada dentro do processo de análise nesse estudo. Algumas dessas fontes documentais ultrapassam o recorte temporal proposto, pois entendo que a história não é nem linear, nem isolada, podendo ocorrer movimentos de fluxo e refluxo além do período contemplado, como lembra Ragazzini, “a pesquisa não é um belo mapa, definido e preciso, mas sim um mapa no qual partes bem representadas se alternam com partes menos representadas, zonas em escalas pequenas se entrelaçam com zonas em escalas maiores” (RAGAZZINI, 2001, p. 25).

Alguns elementos esclarecedores foram localizados fora daqueles anos escolhidos (Quadro 2), trazendo elucidação ao estudo, demonstrando a seriedade e maturidade da pesquisa ligada à história daquela instituição e, como aponta Pimentel, é “indispensável olhar para o conjunto de documentos de forma analítica, buscando averiguar como poderia proceder para torná-lo inteligível” (PIMENTEL, 2001, p. 183). No Quadro 2 está a descrição das fontes do AICEJA que foram observadas.

Quadro 2: Fontes Documentais do Recorte Temporal – AICEJA.

Documento	Ano	Páginas
Livro de Matrículas	1918 até 1939	175
Livro de Matrículas	1939 até 1940	24
Livro Matrícula Curso Normal Regional	1953 até 1959	54
Livro de Matrículas Ensino Primário	1949 até 1955	314
Livro de Termo de Posse	1953 até 1956	16
Livro Situação Funcional dos Professores	1950 até 1985	474
Regulamento do Estágio	1958	5

Ata de Registro dos Conteúdos dos Exames	1957 até 1959	76
Ata de Registro das bancas Organizadoras dos Exames	1959 até 1972	246
Ata de Registro Reuniões de Professores e Hora Pedagógica	1952 até 1972	171
Atas de Registro dos Conteúdos dos Exames	1956 até 1957	200
Atas do Corpo Docente	1958 até 1981	200
Ata do Clube de Mães	1959 até 1972	36
Livro-Pasta Registro do Grêmio Estudantil	1958 até 1970	432
Ata de Registro das Reuniões do Conselho de Direção	1960 até 1985	28
Livro de Registro das Notas 1º Ciclo	1962 até 1964	200
Livro de Registro das Notas Curso Normal	1960 até 1964	200
Ata de Registro de Comemorações	1959 até 1973	112
Ata de Registro do Cinquentenário da Escola Normal José de Alencar	abril até dezembro de 1964	44
Ata de Registro dos Exames	1953 até 1955	200
Ata de Registro das Formaturas	1957 até 199	200
Ata de Registro das Notas de Exames	1953 até 1959	126
Ata de Registro Hora Pedagógica	1958 até 1963	12
Livro Fichário de Matrículas	1960 até 1962	90
Livro Fichário de Notas	1953	100
Livro Fichamento/ Histórico Funcional de Professores	1947 até 1948	100
Livro de Registro do Caixa da Cooperativa Escolar	1955 até 1956	28
Ata de Registro dos Exames de Admissão	1959 até 1971	100
Livro Inventário de Registro da Biblioteca Infantil	1954 até 1957	100
Livro de Registro das Portarias Funcionários	1953 até 1959	100
Livro de Controle Matrícula e Frequência	1953 até 1956	54
Livro de Atas Exames Curso Primário	1959 até 1970	48
Índice de Decretos, Portarias e Boletins	1947 até 1962	60
Registro de Correspondências	1939 até 1940	180
Livro de Registros Mobiliário e material escolar	1918 até 1944	100
7 Ofícios de Transferência de Professores	1924	2
19 Boletins Mensais da Escola Normal Regional	1956	-
30 Registros de Movimento dos Professores	1955	-
27 Listas de Exames do CPOE - Quadro de Aproveitamento	1960	-
30 Listas de Exames do CPOE - Quadro de Aproveitamento	1962	-
Livro de Registro Clube das Canções Infantis	agosto 1963 até dezembro de 1963	32
Boletins Estatísticos	março 1955 até dezembro de 1955	1 volume ⁶
Boletins Estatísticos	jun/jul/out/1950	1 volume
Boletins Estatísticos	Abril/1949	
Boletins Estatísticos	março de 1956 até dezembro de 1956	1 volume
Boletim CPOE	1960	1 volume
Boletim CPOE	1962	1 volume
Boletins Registro de Exames CPOE	1953	1 volume
Registro de Efetividade/folha de pagamento	1953	1 volume
Registro de Efetividade/folha de pagamento	1954	1 volume

⁶ Optei por nomear como “volume”, pois essas documentações estavam acondicionadas em pacotes de folhas de tamanhos irregulares, o que dificultaria padronizar o número de páginas de cada pacote. A maioria das páginas é formada pela colagem de várias folhas de tamanho ofício A4 lado a lado para que o tamanho fique maior e sejam preenchidas no formato horizontal.

Registro de Efetividade/folha de pagamento	1950	1 volume
Registro de Efetividade/folha de pagamento	1952	1 volume
Registro das Folhas de pagamento	janeiro de 1959 até novembro de 1960	1 volume
Registro dos Exames CPOE	1952 até 1956	5 volumes

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Além dos documentos que foram listados no quadro anterior, encontrei grande quantidade de documentos avulsos, como certidões de nascimentos, transferências de outras Escolas Normais da época, protocolos oficiais, entre vários comprovantes manuscritos da existência de uma dinâmica burocrática envolvendo aquele ambiente escolar profissional. Os documentos encontrados nessa busca, relacionados a esse objeto de estudo, puderam fazer um encadeamento agregando mais informações, pois, como defende Luchese, “todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação” (LUCHESE, 2014, p. 149).

No mês de julho de 2019, iniciei a investigação junto às fontes documentais do Arquivo Paroquial de São Francisco de Paula, após apresentação de motivos feita com uma semana de antecedência. O Arquivo está bem conservado e o Acervo pode ser consultado. Nessa primeira visita, foram analisadas 100 páginas que contemplam, desde 06 de abril de 1938 até 17 de abril de 1967, registros feitos de forma manuscrita, onde consta a doação de 1 légua para criar a igreja da Vila de São Francisco de Paula de Cima da Serra e mais 50 vacas como patrimônio, feita por Pedro da Silva Chaves, incluindo o pedido para ser enterrado no altar-mor, descrito no testamento de 1777.

Alguns dos indícios levantados apontaram para uma proximidade entre os membros da paróquia e o Grupo Escolar José de Alencar antes da chegada do CNR, como local de uso para aulas de catequese no dia “04 de abril de 1945” (Livro Tombo, p.16), bem como descrições das opiniões sobre as escolas e da importância do CNR ditas pelo Bispo quando em suas visitas pastorais, indicam uma estreita relação com a instituição na análise das fontes documentais observadas.

É uma característica de trabalhos que envolvem a história da educação: no campo da história de instituições, por vezes, microelementos precisam ser aproximados para se tornarem uma mensagem no tempo; “se a realidade é opaca,

existem zonas privilegiadas-sinais, indícios que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

A continuidade de reforçar a pesquisa utilizando fontes documentais conduziu-me para acervos particulares de historiadores locais, como a professora e escritora Iva da Silva, que possui um minimuseu nos fundos de sua residência, onde artefatos de sua trajetória docente e de escritora de livros de poesia estão guardados de maneira organizada e catalogada. Chama a atenção para a roupa que ela utilizou quando deu a primeira aula como professora no interior de São Francisco de Paula e que lá está exposta.

Outro acervo particular visitado por pelo menos duas vezes foi o do escritor e memorialista José Carlos Santos da Fonseca, que chama a atenção pela quantidade de documentos, fotografias, jornais e revistas originais. Foi um conselheiro importante na indicação de nomes de egressas e professoras, seus endereços, números de telefones e parentescos que poderiam auxiliar na aproximação de futuras entrevistas.

Em janeiro de 2020, após agendamento prévio feito por e-mail, visitei durante dois dias o Centro de Documentação da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, na busca por decretos, leis e outros documentos que pudessem fazer ligações com o Curso Normal Regional de São Francisco de Paula. Nesse sentido, foram encontrados o Regulamento de Ensino Normal do Rio Grande do Sul (1955), os Boletins do CPOE (1954, 1955, 1956, 1957), o Registro “Comunicação” do III Congresso Nacional de Professores Sobre a Reforma do Ensino Normal do Rio Grande do Sul (1957), a obra “Oportunidades de Preparação no Ensino Pedagógico (informações para orientar a escolha de uma atividade profissional) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nº 72/ 1951 do Ministério da Educação e Saúde. Também foram encontrados os Ofícios SEDUC emitidos entre 1954-1957, bem como cópia (ilegível) do Decreto de criação do Grupo Escolar de São Francisco de Paula nº 2333 de 22 de março de 1918.

O Acervo Documental Comunidade Anglicana de São Francisco de Paula (ACASFP) não pôde ser visitado in loco, em função do início do isolamento relacionado com a pandemia de COVID-19, no mês de março de 2020, entretanto na busca por contatos que me conduzissem a possíveis dados daquele local, localizei

os Reverendos Eleuthério e Reverendo Hermes, respectivamente o anterior e atual responsável por aquela comunidade.

O motivo de buscar investigar nessa comunidade foram as menções encontradas nas atas de exames de religião evangélica descobertas nas fontes documentais do AICEJA, onde identifiquei que as bancas avaliadoras desses exames eram constituídas por um casal membros dessa comunidade religiosa. Nesse sentido, saliento que os trabalhos dessa congregação se iniciaram no ano de 1903 naquele município, e sua relação de proximidade com a comunidade também pode ser observada no ambiente do CNR nos seus primeiros anos de funcionamento.⁷

Com relação às fontes documentais referentes a este estudo, a maior quantidade foi encontrada no Acervo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar (AICEJA), entretanto se buscou alinhar diferentes indícios em sintonia com o objeto de pesquisa, em função da ausência de grande parte de fontes ocasionada por extravios, armazenamento impróprio, bem como a incineração,

⁷ Com relação à presença da Igreja Anglicana em São Francisco de Paula/RS, de acordo com o atual Rev. Hermes Daniel Rodriguez, remonta ao ano de 1903, mais ou menos, o início do trabalho episcopal em São Francisco de Paula, primeiramente em Casinhas, depois Cedro, Vila e Lagoas. Foi pioneiro e pároco, desde o início, o saudoso Rev. Américo Vespúcio Cabral e com seu falecimento sucederam-lhe, respectivamente, os reverendos Gamaliel V. Cabral, Marçal de Oliveira e Nadir Mattos. Foi a paróquia atendida pelos reverendíssimos Bispos Kinsolving, Tomas e o Bispo Diocesano D. Athalicio Pithan. Lá pelo ano de 1915 foi adquirido um terreno com uma grande casa onde funcionava um cinema, sendo o mesmo adaptado para funcionar a igreja. Em 1929 foi construída uma capela em Casinhas, a seguir outra no Cedro, depois em Lagoas, e agora o Templo da Bênção Divina, na cidade, velha aspiração de todos os ministros acima mencionados. Em 1932 foi construído na cidade um salão, para uma escola, o qual serve, atualmente, para fins sociais e por vários anos funcionou como templo, após a demolição do velho prédio de madeira. Dos ministros referidos, apenas o Rev. Marçal foi residente na paróquia, por um espaço de seis anos, sendo que nas gestões dos demais foi a paróquia atendida pelos catequistas Oliveiros Muniz dos Reis e, depois, desde 1925, pelo atual catequista Pedro Duarte Barcelos. Tendo a igreja adquirido, por meio do catequista Teixeira e por conselhos do Diocesano D. A. Pithan, uma colônia de campos em Casinhas, foi esse campo aumentado o preço, e determinada sua venda por Cr\$ 70.000,00, dinheiro esse votado à construção da igreja na cidade. Determinada a construção, foi firmado contrato de construção no dia 14 de novembro de 1952, iniciando-se na paróquia uma campanha de ofertas por meio de listas, etc. A construção marchou rapidamente, de modo que, no dia 11 de janeiro de 1953 o Rvmo. Bispo Pithan inaugurou o novo templo, com solene ofício, estando ao órgão Dona Anita Pithan. Determinada a obra, foi organizada uma comissão construtora que se reuniu semanalmente, às sextas-feiras, para estudar os trabalhos e resolver os diversos assuntos. O novo templo da Bênção Divina levantou-se em cerca de dois meses. Todo de alvenaria, mede 9 metros de frente por 15,50 de fundos e mais uma vestimenta de 2,50 m. de largo. Torre simulada, artisticamente trabalhada, com correspondente cruz de concreto no topo, janelas estilo gótico, tesouras internas em arco; construído em lugar de encosta, ligeiramente elevado e afastado da rua principal cerca de 7 metros, tem na frente espaço para jardim. Foi afastado o salão para a mesma linha da igreja, o que aumentou e embelezou a frente. Tem ao lado terreno para nele ser reconstruída a futura casa. (Texto afixado no templo da paróquia da Bênção Divina. Digitado pelo Reverendo Hermes Daniel Rodriguez, atual pároco desde 2019).

como consta em três Termos de Incineração registrados entre 1975 e 1977, nos quais estão relacionados os documentos que foram queimados.

As fontes documentais encontradas no AICEJA após todas as etapas de seleção já mencionadas anteriormente puderam ser utilizadas neste estudo em diferentes momentos, que passo a descrever a partir de agora levando em consideração que em cada capítulo esses documentos auxiliaram a dar corpo, base, no sentido de indicar reflexos, características, nuances daquele cotidiano, no sentido de compreendê-lo, pois, como mencionam Giacomoni e Daros,

[...] os documentos históricos estão permeados por subjetividades e intencionalidades, pois foram submetidos a uma seleção de conteúdo, por quem e para quem foram redigidos, porque foram preservados, e, portanto, consideramos impossível sua apreensão como uma verdade absoluta (GIACOMONI; DAROS, 2020, p. 431).

Os Livros de Registro de Matrículas que lá foram encontrados serviram como um banco de dados inicial e puderam trazer uma base que pode auxiliar na elaboração de várias partes dessa escrita em função das informações que possuíam. Estavam em boas condições e apresentam preenchimento com capricho e cuidados nos detalhes de grafia como lembram Souza e Grazziotin: “A documentação segue uma característica formal, evidenciando cuidado com a forma e a apresentação. Registra caligrafada no tipo cursivo e sobre papel traçado de linhas” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2015, p. 394).

No caso dos registros da época de início da escola (1918) pude, de maneira preliminar, perceber os contextos envolvendo a quantidade de alunos daquelas décadas e uma possível dinâmica de funcionamento em razão disso, mas saliento que esse não era o objeto de estudo específico, no entanto trouxe números que puderam dar uma noção relacionada aos aspectos populacionais escolares da época parcialmente.

Esses documentos possuíam formatos diferenciados em relação a tamanho e aos dados⁸. A percepção que se teve foi que, a partir dos modelos de registros da

⁸ O Livro de Registro de Matrículas de 1918-1939 é um documento com 400 páginas, sendo que dessas foram utilizadas 175. Cada página com espaço para 30 matrículas em cada lado, onde consta nº de matrícula, nome, filiação (somente do pai ou responsável homem), “idade”, nacionalidade, domicílio, classe, nº de requerimento e a contribuição financeira de cada pai/responsável. Foi confeccionado pela empresa Selbach e Cia de Porto Alegre e seu tamanho fechado é de 32 X 46 cm e aberto 32 X 92 cm. Outro Livro de Registro que chama a atenção é o de 1939-1948. Ele tem 202 páginas, sendo que apresenta uma diferença nos registros de dados com a inclusão de duas

década de 1930, houve um acréscimo de detalhes solicitados no ato da matrícula, aumentado consideravelmente como o uso do “Modêlo I”⁹ e como mencionam Daros e Figueiredo em relação à importância dos detalhes em fontes em arquivos escolares, “havia uma precaução intencional em seguir as instruções emitidas, para que o máximo de dados pudesse ser obtido e utilizado futuramente” (DAROS; FIGUEIREDO, 2020, p. 228).

Esse modelo de Livro de Registro foi importante em função do número de dados que pude observar relacionados às matrículas das normalistas do Curso Normal Regional, mas ao mesmo tempo, o “Modêlo I”, usado para registrar as matrículas dos alunos primários, forneceu valiosos subsídios que foram utilizados no capítulo 3, referentes às profissões e suas distribuições no município no período e à ocupação geográfica da cidade (endereços das residências), auxiliando na contextualização do momento em que o CNR entrou em funcionamento.

No caso de uso de dados desse modelo com as turmas de normalistas, sua ajuda foi pertinente pela quantidade de informações que puderam ser retiradas e tabeladas estatisticamente. Observei que essas fontes ainda podem trazer mais detalhes relativos àquele período em futuros estudos com outras abordagens.

Além dos Livros de Registros de Matrículas, encontrei um Livro de Registros sem capa, mas que, pelas suas características e títulos dos registros encontrados em seu interior, servia como “Inventário do mobiliário, utensílios e livros existentes no Grupo Escolar de São Francisco de Paula”. É um documento que, apesar de sua idade, está em boas condições para ser analisado. Neste estudo, foi importante no sentido de que seu primeiro registro foi feito no dia 10 de abril de 1918 e teve como objetivo descrever a “Relação do mobiliário e outros objectos existentes no Grupo Escolar de São Francisco de Paula e que pertenciam ao extinto Collegio Municipal da mesma Villa” e está assinado pelo primeiro Diretor Antero Gonçalves de Almeida.

“seccções” sendo a e b. A secção “b” é específica sobre o pai e a mãe (agora incluída) onde se solicita instrução, profissão, nacionalidade e religião dos mesmos. Com relação à secção “a”, além dos dados básicos do futuro aluno (a) passou a ser solicitado certidão de registro civil, sexo, endereço, religião, promovido ou repetente quantas vezes. O Tamanho do Livro é igual ao anterior sendo esse confeccionado por J. R. da Fonseca de Porto Alegre.

⁹ Esse Livro de Registros foi utilizado também para registro de matrículas das primeiras turmas do Curso Normal Regional a partir de 1953. Em sua capa está escrito “Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931, República dos Estados Unidos do Brasil, Registro Escolar Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar (Modêlo I). Possui várias páginas iniciais com instruções sobre o modo de preencher cada espaço de informação que o documento possui em um total de 31 para cada matrícula.

Nesse documento pode-se verificar parte do que existiu em relação aos materiais desse Grupo Escolar. Há descrições detalhadas dos nomes e quantidades de materiais escolares, móveis, livros, períodos de registros no livro tomo, chegada de novos materiais, ou seja, é possível perceber componentes daquele cotidiano. O período de registros desse documento é de 1918 até 1944, ou seja, ali estão registros de mais de 3 décadas de movimentações de materiais de uso escolar dos mais diversos. Esse documento serviu para a contextualização histórica inicial daquela instituição.

As atas encontradas e escolhidas para análise, de acordo com o recorte temporal deste estudo, se destacaram pela riqueza de detalhes na maioria das vezes, mas o critério de filtragem, de escolha minuciosa teve de ser realizado. Por exemplo, os 4 Livros de Atas com Registros de Exames onde encontrei um total de 1.149 registros, entre 1953-1971, a seguir, na primeira seleção para usar o recorte temporal, esse número caiu para 977 exames e, fazendo um segundo processo de escolha, em que o critério foi analisar somente aquelas atas que tivessem a descrição dos conteúdos aplicados nos exames dentro do período pesquisado, cheguei ao número de 191. Nessas quase 200 atas estão descritos em detalhes os conteúdos de cada disciplina/exame aplicado, a banca avaliadora, hora de início e finalização e nomes das normalistas presentes e ausentes.

Outras atas, como da Hora Pedagógica, Exames de Admissão, Formaturas, Comemorações, Notas, Reuniões Docentes e Direção auxiliaram principalmente no sentido de contribuir para que aquele ambiente pudesse ser trazido em um formato contextual para o entendimento do pesquisador nos dias atuais, não sendo uma verdade absoluta, mas uma das ferramentas utilizadas na busca por entender o funcionamento daquele cotidiano de formação docente.

Em todas as fontes foi necessário fazer escolhas, mesmo dentro do recorte temporal proposto, em função de que os preenchimentos nem sempre respondiam aos objetivos da investigação, como no caso das Atas de Reuniões entre Direção e Docentes. A ata principal possui registros desde a primeira reunião do Curso Normal Regional, em 02 de junho de 1953 até 20 de novembro de 1972, totalizando 170 registros, sendo que desse total foram analisadas somente 61, que ficaram dentro do recorte 1953-1962.

No caso da Ata de Formaturas, foram analisados 9 registros entre maio de 1957 e dezembro de 1962, e serviu para verificar o número de formandas, presença de autoridades, formatos e características específicas daquelas cerimônias, bem como os significados que emergiram dentro das observações feitas. Com relação às 3 Atas que possuem registros das notas daquelas turmas, foi possível observar as tendências de médias durante o ano (permanências/alterações) e também nos exames escritos e orais, as quantidades e médias de alunas. Outro constituinte verificado nessas Atas foi os registros de notas realizados por “divisões” de áreas a partir da década de 1960. Nesses documentos também foi aplicada uma filtragem para separar os períodos de tempo em razão dos registros existentes nas atas serem de 1953 até 1964, o que me conduziu a analisar somente 164 páginas entre 1953-1962, de um total de 279.

O documento encontrado sobre registros de comemorações da Escola Normal Regional abrange os anos de 1959 até 1974; outros registros de anos anteriores não foram localizados. Entretanto, como o número da primeira ata nessa fonte é 160, presume-se que houve outro documento anterior também com anotações mais antigas. Desse documento foram analisadas 27 atas entre 1959 e 1962, que trouxeram indícios relacionados à organização e aos teores de cada comemoração realizada no interior da instituição naquele momento.

As instituições existentes no interior da Escola Normal Regional, como Hora Pedagógica, Biblioteca Infantil, Cooperativa Escolar, Clube de Mães, Clube das Canções Infantis e Sopa Escolar, foram estruturando-se no decorrer do funcionamento do Curso Normal Regional, e seus registros, apesar de menores em quantidades, auxiliaram na pesquisa no sentido de perceber como foi se constituindo um corpo estrutural dentro do ambiente que envolvia o cotidiano de estudos das normalistas, pois essas microestruturas eram frequentadas e organizadas também pelas estudantes, fazendo parte daquele cotidiano e processo formativo.

Observou-se pelas fontes existentes que, conforme o CNR tinha seguimento, houve desdobramentos/necessidades que conduziram na criação dessas instituições internas, pois os registros indicam, por exemplo, que na década de 1950 existiam a Cooperativa Escolar e a Sopa, bem como a Biblioteca Escolar e a Hora Pedagógica, sendo que o Clube de Canções Infantis e de Mães possuem seus registros na década de 1960. Outro indicativo verificado é que a Hora Pedagógica,

que nos primeiros anos era registrada na mesma Ata de reuniões da direção e docentes, passou, a partir de 1958, a ter registro próprio, indicando alterações nas constituições internas da Escola ou também o empoderamento dessa instituição em relação ao espaço da mesma dentro das práticas relacionadas ao processo formativo das normalistas.

Os Livros de situações funcionais de professores, fichamentos, históricos funcionais encontrados para o recorte escolhido trouxeram informações, mas em muitos dos registros não apresentavam dados completos, por isso sua utilização na pesquisa foi reduzida, entretanto, naqueles documentos onde foram registrados efetividade/pagamentos e nos volumes de boletins estatísticos vinculados ao CPOE, percebi que os dados solicitados para serem preenchidos estavam mais completos nas vias que ficavam arquivadas na escola por determinação do órgão citado anteriormente.

Nesses volumes citados no parágrafo anterior, constam informações sobre carga horária dos docentes, suas remunerações, as disciplinas que lecionavam e indicativos significativos nas observações dos “Boletins Mensais” de como estavam os corredores da escola em relação a enfeites de comemorações, por exemplo. Também nesses volumes foram encontrados os valores de movimentações financeiras das instituições internas da Escola Normal Regional (caixa escolar, pelotão da saúde, biblioteca, merenda, cooperativa e museu didático).

Com relação aos alunos foram encontrados 3 Livros e percebeu-se que as finalidades dos registros dos mesmos era ter o controle de dados específicos, como matrícula, frequência e um acompanhamento sobre o desenvolvimento individual de cada aluna nos 4 anos de estudos no Curso Normal Regional. Um dos livros é específico para matrículas a partir de 1960 e apresenta o formato de páginas com fichas, onde os dados pessoais dos estudantes eram inseridos e nas observações indicava-se como haviam acessado o Curso (exames de admissão, frequência, ano). O outro Livro de Registros apresenta páginas no formato horizontal e é específico para “Contrôle de Matrícula e Frequência”, por turma, mês, dia e sexo, onde, ao final de cada mês, é necessário calcular o percentual mensal de cada um dos dados mencionados. E o último Livro de Registros referente aos alunos é utilizado com dados individuais e das disciplinas cursadas durante os 4 anos, com suas respectivas notas em páginas individuais para cada aluno.

As fontes documentais encontradas no AICEJA tiveram funções significativas em duas frentes. Na primeira, quando da elaboração de referências sobre como era o município na época de chegada do CNR em relação ao contexto social, econômico, geográfico, profissional do município. Na segunda frente de utilização dessas documentações, foi em relação aos objetivos que eram buscados em enxergar vestígios do que acontecia naquele ambiente durante o processo formativo daquelas primeiras normalistas. Nesse sentido, as Atas de Registro dos Conteúdos dos Exames e das Reuniões entre Direção e Professores se mostraram valiosas. Lembro, por isso, o que Ragazzini chama a atenção em relação à importância dos documentos: “é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos” (RAGAZZINI, 2001, p. 26).

Outra fonte que trouxe contribuições foram as fotografias encontradas, e aqui descrevo um pouco o itinerário em que foram sendo descobertas. As imagens foram importantes veículos que, pelo olhar, contribuíram para indicar vários vestígios/símbolos daquele contexto. Desde o uso dos uniformes das normalistas, os desfiles na avenida principal, gestos, olhares, paisagens e momentos sócio-históricos capturados no tempo como uma espécie de “pedagogia pragmática do olhar”, como escreveu Borges, lembrando do que se percebe ao observar uma fotografia “sentimentos de ordem, respeito, patriotismo, heroísmo e consciência nacional e cidadã” (BORGES, 2011, p. 29).

Neste estudo, o uso da fotografia serviu para abrir janelas ao pesquisador, para que ele pudesse enxergar melhor o que as fontes documentais e entrevistas traziam em vários momentos, mas também serviu de documento no sentido de contribuir para a reflexão histórica dos elementos que fizeram parte daqueles cotidianos, desde os registros iniciais do município e seus contextos envolvendo sua tradição campestre e presença da igreja católica, até ao que essa pesquisa se propôs, com imagens significativas abrangendo a instituição escolar e seu curso. Nesse sentido, o “poder de persuasão pode ser muito superior e mais eficiente do que o que emerge de um relato escrito” (BORGES, 2011, p. 92).

Utilizo fotografias em partes desse estudo pois entendo que esse material não fala sozinho, preciso questioná-lo em relação ao objetivo da pesquisa, selecionar as

imagens e observar o sentido (Mauad/1996) que pode ser pertinente na atualidade em que está sendo utilizada contribuindo para compreender aquele contexto.

As primeiras imagens relacionadas com a pesquisa encontrei no saguão do Colégio Estadual José de Alencar, em seus murais. Já estavam lá há vários anos, mas sem indicação de informações mais detalhadas sobre as fotos. Contatando a direção na época de início da pesquisa, algumas outras fotografias foram encontradas em uma gaveta na mesma sala da Diretora, entretanto a maioria não pertencia ao recorte temporal do estudo e faziam parte da história recente da escola.

O contato com o senhor José Carlos Santos da Fonseca, mencionado em parágrafos anteriores, abriu a possibilidade de acessar um banco de imagens antigas de São Francisco de Paula, que estão localizadas em um perfil privado de rede social na internet.¹⁰ Como o perfil é uma comunidade formada por milhares de pessoas que são aceitas como membros a partir da autorização do titular moderador, as imagens que lá se encontram não seguem critérios relacionados com o tempo, ou seja, as imagens lá postadas fazem parte dos mais variados contextos e períodos relacionados com São Francisco de Paula, portanto uma filtragem foi necessária.

¹⁰ O perfil encontra-se na rede social Facebook e seu nome é “São Francisco de Paula-RS- Fotos, História, Cultura e Tradição”, conforme aviso na abertura do perfil sobre sua função “ Grupo para postar fotos do passado de São Francisco de Paula e das famílias antigas e também algumas recentes, prioritariamente da nossa parte arquitetônica, cultural e pontos turísticos, além de antigas casas de moradia. Este grupo foi criado para os fins descritos, não serve para discussões ou provocações, Política recente, mandar recados tipo bom dia, boa noite etc ou querer colocar nada a ver com o objetivo descrito, tipo procurando alguém ou familiares que morem ou viveram aqui. Responda as 3 perguntas para ser aceito, caso não respeite as regras será excluído do grupo, se não responder as perguntas, não será aceito(a). Nossa intenção é de lembrar e conhecer os fatos de um passado distante, o qual muitas vezes não fomos personagens. Programação de festas, bailes, feiras ou eventos culturais são bem-vindos além de poesias e músicas mencionando a nossa terra. Não ofenda as pessoas que figurem nas fotos, respeitem a vida particular delas, não escreva o que não deve ser dito, tipo apelidos que estas pessoas não gostam ou gostavam, pois se começar a denegrir a imagem dela o seu comentário será apagado, não insista. Às vezes os antigos comentários nas fotos ficam para trás, então verifique se já não foi dito o que deseja saber, eia todos os comentários, evite repetir o que já está mencionado antes nos comentários. Para as mídias atuais podem colocar vídeos que apareça a nosso município, mas não fotos de acontecimentos políticos muito recentes, sobre religião (exceto festas no município) ou que promovam algumas pessoas ou algo comercial do presente. Se há livros de escritores serranos, ou que falem da nossa terra, divulguem. Sempre faça a Procura (desenho da lupa) com palavras, tipo cinema, cuja etc e veja se já não há a foto antes de postar, o clique, em FOTOS, abaixo da foto principal do grupo, e verá todas as fotos já expostas aqui, a foto colocada mais antigamente é a que ficará e a outra será apagada. Se não quiser receber as notificações deste grupo para o seu e-mail, vá em NOTIFICAÇÕES e desmarque. Este grupo foi criado por José Carlos da Fonseca, escritor sobre a história e outros fatos do município de São Francisco de Paula. Este grupo foi parte de uma reportagem do Jornal Pioneiro de Caxias do Sul em agosto de 2013. Convidem seus amigos(as) a participar, mas digam a eles antes. Grupo fundado em 16 em junho de 2012”.

O contato com as egressas também possibilitou que algumas fotografias chegassem até esta pesquisa, pois algumas das entrevistadas manifestaram seu interesse em compartilhar também imagens de sua época na Escola Normal, o que serviu de enriquecimento ao estudo.

Para verificar se existiam imagens que pudessem contribuir na pesquisa, realizei uma atividade de garimpagem em cada fotografia e também nos comentários que encontrei ao lado delas. Levando em consideração o recorte temporal proposto e também o contexto sócio-histórico da instituição, foram separadas para análise 185 imagens que englobam um recorte de tempo mais amplo em função da historicização que foi feita da escola. Apesar de o número de fotografias separadas para análise, um outro estágio de investigação relacionado com as imagens teve que ser feito, que foi buscar informações sobre o documento para que realmente pudesse contribuir.

O uso de fotografias neste estudo levou em conta as possibilidades que poderiam ser agregadas na compreensão dos contextos que se entrelaçavam na época, e é considerada um documento pela perspectiva que abre na busca de ajudar no entendimento do que envolveu, naqueles anos de processo formativo, as normalistas, a instituição, os docentes e a comunidade municipal, pois “informa sobre os cenários, as personagens e os acontecimentos de uma determinada cultura material” (BORGES, 2011, p. 82).

Utilizar as fotografias que puderam ser analisadas e classificadas para serem inseridas neste estudo não foi um elemento que substituiu a narrativa escrita por si só, mas trouxe, como menciona Borges, “magia e múltiplos significados” em mais um elemento que enriquece a pesquisa e se junta ao papel do historiador com as outras fontes levando a “conhecer, compreender e interpretar, à luz das evidências históricas, da qual a imagem fotográfica é uma das manifestações, os sentidos que os indivíduos, isoladamente ou em grupo, quiseram atribuir às suas práticas sociais” (BORGES, 2011, p. 112).

Esses movimentos que ocorrem dentro de uma pesquisa relacionada com o viés da história da educação e, nesse caso específico, envolvendo a história de uma Instituição Escolar e seu Curso Normal Regional, nos remetem à possibilidade de uso de metodologia da História Oral como recurso na recuperação daqueles momentos, pois, como afirma Ragazzini, “o historiador precisa ser capaz de desvelar

todas as passagens que o conduzem da fonte aos diversos graus de contexto” (RAGAZZINI, 2001, p. 23).

Nesse sentido, foram utilizadas entrevistas com egressas do CNR e também com professoras. Essas brechas, que a ausência de fontes documentais gera, puderam, de certa maneira, ser complementadas com o uso da oralidade daquelas que lá vivenciaram os processos, pois “narrativas são práticas de socialização, de formulação de significados e conceitos, sempre relacionados a contextos que envolvem “outros” (PASINATO; CUNHA, 2020, p. 379). As entrevistas são portas que podem descortinar horizontes importantes nos direcionamentos e esclarecimentos referentes ao objeto estudado, além de, por si só, reavivarem pela evocação rudimentos pertinentes. Como escreve Errante, (2000, p. 143), “todas as entrevistas são eventos que contam”, e podem também apresentar significações pelos silenciamentos ocorridos em meio às narrativas de acordo com os temas e as marcas deixadas pelo cotidiano estudado.

As narrativas das professoras entrevistadas tornaram-se documentos para este estudo, pois como mencionam Grazziotin e Almeida, “a memória sem a pretensão da verdade e com a clareza de que ela não é a história, mas que nutre a pesquisa” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 28). A partir de uma estrutura elaborada especificamente para esta pesquisa, envolvendo o processo formativo do Curso Normal Regional, ou seja, houve uma organização em etapas desde a escolha desse instrumento metodológico, a investigação que levou às entrevistadas, às redes de contatos, a elaboração do questionário, o momento da entrevista, a gravação, análise do teor, a categorização e seu uso na interpretação dessa investigação histórica. As relações que são estabelecidas dentro dessa organização pré-definida são decisivas para o funcionamento propositivo da oralidade, para que ela tenha sentido dentro do que foi disposto, como lembra Alberti “produzimos deliberadamente, através de várias etapas, o documento que se torna fonte” (ALBERTI, 2005, p. 23).

O uso da história oral foi um instrumento importante e decisivo, pois as fontes documentais se mostraram limitadas na aproximação das realidades daquele período para os objetivos que aqui foram propostos, ou seja, foram encontrados testemunhos documentais valiosos, mas, mesmo após as investigações feitas, ainda

permaneciam lacunas significativas que, com o uso das narrativas, puderam se aproximar das realidades vividas naquele tempo:

A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu no início (ALBERTI, 2005, p. 81).

Neste estudo, o uso da História Oral como parte metodológica está sendo construída desde janeiro de 2018, quando iniciei um levantamento de egressas que passaram pela Escola Normal José de Alencar, registrando sua idade, seus endereços, seus familiares e amigos. Fui tecendo uma estrutura de aproximação lenta, pois, ao mesmo tempo, as análises das fontes que iam sendo classificadas indicavam novos indícios de nomes e locais.

Durante o ano de 2018, a escola comemorou seu centenário, e fez parte da comissão organizadora dos eventos durante aquele período. Um dos pontos do evento foi a criação e a inauguração de uma galeria com as ex-diretoras, desde 1918, trabalho realizado pela Professora Tatiana Marques Reis, na época também membro da comissão. A listagem utilizada naquele momento para a elaboração do referido conjunto também foi importante neste estudo, pois, a partir de alguns daqueles nomes registrados, pude montar mais alguns quadros de ligações dentro da estrutura que havia iniciado.

A função desses entrelaçamentos de quadros foi criar uma rede de informações ao redor de cada sujeito/nome que seria localizado e entrevistado, no caso as mulheres relacionadas com o contexto do objeto de pesquisa, e foi necessário verificar todo o “terreno” para que, no momento da entrevista, o pesquisador pudesse realizar essa tarefa com tranquilidade e certeza de que iria encontrar princípios valiosos, pois “é preciso cavar essas camadas, escavar cada espaço dessa mina onde estão escondidas as mais valiosas memórias” (BRITO, 2018, p. 55).

É essencial que o pesquisador esteja cercado do maior número de informações, detalhes relacionados com a profissão, escola, curso e com as fontes documentais também, se for possível, pois, como descreve Errante, “a voz da narrativa da história oral não somente emerge da relação entre história e biografia, o

pessoal e o coletivo do narrador, mas também dentro e entre o narrador e historiador (ERRANTE, 2000, p. 167).

O contexto que envolveu a busca do objetivo deste estudo esteve enredado com grande quantidade de elementos e, entre eles, a verbalização daqueles tempos que foram assumidos para si, “a própria escola, mediante suas práticas, cria, codifica e transmite modelos culturais que [...] constituem uma determinada gramática, nem sempre visível, embora operante no funcionamento institucional” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 119). Nesse sentido, a oralidade consegue abrir espaço para que o passado se torne vivo, como mencionava Thompson ao afirmar que “a evidência oral transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente” (THOMPSON, 1992, p. 137).

A História Oral foi utilizada neste estudo como aparato metodológico que faz uso das memórias como uma ferramenta documental, um documento de identificação, pois a intenção foi aproximar as fontes documentais para que pudessem estabelecer “leituras”, permitindo trazer luz à direção do objetivo do estudo. “As entrevistas transcritas aqui são tomadas como documento e servem para refletir e compreender o passado, também ao lado de outros documentos escritos, imagens e demais tipos de registro encontrados ao longo da investigação” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2015, p. 388).

Com relação às entrevistas com egressas do curso, professoras, diretoras e equipes, os primeiros movimentos em busca de possíveis sujeitos que pudessem contribuir tiveram início em janeiro de 2018 com os contatos iniciais na secretaria da escola, junto ao Arquivo de Funcionários do Colégio Estadual José de Alencar, o Livro de Registro de Matrículas do Curso Normal Regional e o contato com as professoras mais antigas da Instituição ainda em atividade.

Como as listas de nomes que existem no Livro de Registro de Matrículas não possuem rigorosamente todas as normalistas que por lá passaram, em virtude de algumas serem transferidas de outras escolas, outras terem vindo do Ginásio das Irmãs de São José que existia no município na época e já entrarem no 3º ano em diante e por terem sido encontrados registros somente até 1959, não serviu nesse momento como uma ferramenta importante.

Entretanto foi possível localizar 5 egressas que possuíam seus registros naquele documento e com isso pude acionar familiares para localizar as mesmas.

As normalistas que foram encontradas no Registro Escolar, Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar “Modêlo” I (1953-1960) estão mencionadas no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Entrevistadas Localizadas no Registro de Matrículas 1953-1960.

Normalista	Ano	Número de Registro Matrícula
Andradina Peixoto da Silva Damasceno	1953	12
Zaíra de Oliveira Maciel	1956	12
Iolanda Cândido	1957	37
Maria Jussara R. Cândido	1957	31
Vanilda Lopes da Silva	1958	18

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base no Registro Escolar Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar “Modêlo” I.

A Direção do CEJA também indicou possíveis contatos, em função da existência, naquele ano, de uma comissão aqui já mencionada para organização das festas do centenário. Após os primeiros contatos, busquei identificar e contatar autores locais de obras escritas sobre São Francisco de Paula, no intuito de buscar agregar mais informações e nomes, assim montando um perfil estrutural de possibilidades futuras para entrevistar.

O escritor José Carlos Santos da Fonseca também auxiliou e me recebeu com entusiasmo ao saber que haveria um pesquisador envolvido com estudos sobre a educação local. Indicou vários nomes, endereços e telefones, bem como uma rede de parentescos, elemento valioso em se tratando de História Oral, pois foi o componente que desencadeou uma rede de contatos.

Segundo o cronograma que foi estruturado para esta pesquisa e considerando a demora na criação de uma rede de contatos, para localizar as egressas, o período escolhido no calendário para a concretização das entrevistas foram os primeiros meses de 2020.

Entretanto, esse não foi um momento tranquilo, em função do isolamento proposto pelo Ministério da Saúde na época em razão da COVID 19¹¹ e das minhas entrevistadas fazerem parte do chamado grupo de risco em relação a essa doença.

¹¹ Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. “Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de Coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de Coronavírus. Os Coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Ao todo, sete Coronavírus

O mundo mudou naquele momento e várias ações de prevenção e cuidados relacionados ao novo vírus passaram a fazer parte do cotidiano de todas as pessoas do planeta. No mês de março, foi decretado o início de uma forma de isolamento/distanciamento no Estado do Rio Grande do Sul, e todas as pessoas que faziam parte do chamado grupo de risco¹² precisaram ficar em casa e evitar contatos diretos com pessoas. É pertinente salientar que esse período vai contribuir para que uma nova organização relacionada às entrevistas seja feita em virtude de que não foi mais possível visitar pessoalmente as egressas e, nesse sentido, um grande desafio foi repensar como seriam concretizados esses “encontros”.

Em função do isolamento social, ferramentas de comunicação à distância tiveram de ser utilizadas em vários setores da sociedade para que o chamado “novo normal”¹³ pudesse estar em andamento. No caso específico desta pesquisa, toda a estrutura criada a partir dos contatos realizados antes da pandemia se tornou inócua, e uma reformulação ampla foi necessária. Em poucos dias, as egressas se constituíram em pessoas que estavam no grupo que apresentava mais chances de, no caso de contrair, a COVID 19 vir ao óbito.

As listas de nomes tiveram de ser refeitas, os contatos tiveram de ser realocados e substituídos por novos, afinal, em um tempo de crise inédita e aguda, como a vivida naqueles dias, o foco das pessoas passou a ser os cuidados para não contrair a doença, nem transmitir.

Fazer um contato para uma entrevista passou a ser um grande desafio no clima de insegurança que se instalou em todas as áreas da vida social e familiar. A partir dessa perspectiva, alguns passos foram dados, pois apesar de o mundo estar “parado”, os cronogramas de pesquisa acadêmica pouco se alteraram naquele

humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo Coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo Coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19”.

¹² Segundo o Ministério da Saúde, “Pessoas acima de 60 anos se enquadram no grupo de risco, mesmo que não tenham nenhum problema de saúde associado. Além disso, pessoas de qualquer idade que tenham comorbidades, como cardiopatia, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma e puérperas, entre outras, também precisam redobrar os cuidados nas medidas de prevenção ao Coronavírus”.

¹³ Expressão criada por Mohamed El Erian (empresário egípcio), para dizer que “esse tempo de mudança não é igual às grandes mudanças que ocorreram no passado de maneira cíclica, ou seja, quando passaram o normal foi restabelecido, o que com a pandemia da atualidade isso não irá ocorrer, pois o “antigo” normal não vai retornar”.

momento, e neste estudo as entrevistas foram parte significativa para chegar às considerações necessárias sobre o Curso Normal Regional.

Fazer novos contatos e ampliar a rede de pessoas que poderiam auxiliar nos agendamentos das egressas foi uma das primeiras tarefas. Algumas das egressas, por questões de segurança, mudaram de endereços, passando a residir com filhos, filhas, netas, netos, genros, vizinhos e também para fazendas no interior do município de São Francisco de Paula, e outras se isolaram em suas residências.

Nesse novo processo, uma rede nova de informantes precisou ser montada, o que demandou mais tempo, ligações telefônicas, mensagens por meio de aplicativos, criação de um perfil do pesquisador na rede social *Facebook*, pois descobri que grande parte daquelas senhoras possuía um perfil nessa referida rede. O escritor local José Carlos da Fonseca foi um elo importante no sentido de lembrar de vizinhos, parentes, conhecidos das normalistas, bem como de auxiliar ou indicar números de telefone ou nomes de perfis no *Facebook* para futuros contatos. Entretanto, um problema enfrentado em relação aos contatos via rede social foi que eu era um desconhecido enviando mensagens solicitando referências sobre determinadas senhoras, o que demandava conversas mais longas, detalhadas em função da insegurança inicial do contato.

Também foi importante acessar as fotografias postadas no perfil do *Facebook* “São Francisco de Paula-RS, Fotos, História, Cultura e Tradição” e verificar nos comentários que estavam registrados a indicação dos nomes de quem estava na imagem. A partir dos nomes que eram comentados nos diálogos eu acionava a rede de contatos para confirmar ou pedir mais informações. Nesse sentido, a Coordenadora do Polo UAB de São Francisco de Paula, Andrea Andriolo, e o Secretário do mesmo Polo, Girleu Santos, também auxiliaram nessa rede de contatos.

Esse trabalho demandou um tempo maior que o previsto também em função das dificuldades de manuseio por parte das egressas das tecnologias digitais de comunicação que precisaram ser utilizadas em todos os momentos, com auxílio de familiares e vizinhos, por isso a rede de contatos precisou ser ampliada e novos combinados de horários e dias da semana foram acertados.

Em muitos casos, para a concretização de uma entrevista foram gastas mais de 3 semanas, e os motivos estavam relacionados diretamente com o momento

vivido, pelo isolamento. Muitas das entrevistadas, como mencionado, tinham dificuldades no manuseio das tecnologias de comunicação à distância e necessitavam de ajuda no momento da entrevista. Para agendar a entrevista, foi necessário que os horários dos (as) ajudadores(as) também coincidisse em função das mudanças de rotinas de trabalhos das pessoas que ainda permaneciam com serviços externos.

Outro elemento que dificultou as entrevistas foi o sentimento de medo e incertezas que passou a fazer parte da vida dessas professoras. Percebeu-se que foi um momento de perda de referências de cotidiano e também de perspectivas de futuro imediato, em razão de fazerem parte do grupo que poderia ser afetado imediatamente pela doença. Entretanto o espaço para as narrativas onde houve, como lembra Escolano Benito (2017, p. 207), “recuperação da experiência escolar pela memória”, serviu também como momento terapêutico para as egressas.

Ao mesmo tempo, quando a entrevista era concretizada, foi possível notar que era um momento bastante especial para elas, pois além das recordações da época de Curso Normal Regional, aquele momento serviu para que pudessem quebrar aquele cotidiano de isolamento. De certa forma, as entrevistas possibilitaram que elas, pelo menos naquele momento, “saíssem” de casa por meio da tela do computador ou do celular. Também em razão do envolvimento de terceiros ou familiares, serviu de ponto aglutinador em torno daquela professora.

As entrevistas foram realizadas com a utilização da plataforma de comunicação *Whatsapp*¹⁴ e também do *Google meet*¹⁵, em que um link era enviado

¹⁴ “O WhatsApp é um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet, disponível para smartphones Android, iOS, Windows Phone, Nokia e computadores Mac e Windows. O programa tem mais de 1,5 bilhão de usuários ativos mensais espalhados por mais de 180 países. O nome do aplicativo é uma brincadeira com a expressão “What’s Up?”, em inglês, que pode ser traduzida como “E aí?” ou “Como vai?”. O serviço foi criado em 2009 por Brian Acton e Jan Koum, dois ex-funcionários do Yahoo, que venderam sua criação ao Facebook em 2014 por US\$ 19 bilhões (valor da época). Hoje o WhatsApp é um dos aplicativos de mensagem mais usados no mundo, especialmente fora do seu país de origem, os Estados Unidos. No Brasil, Índia e partes da Europa, o app é um dos mais populares entre usuários de smartphone”. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/whatsapp-historia-dicas-e-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-app/80779>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁵ O Google meet é uma ferramenta de comunicação que já existia antes da pandemia mundial de COVID 19, mas que passou a ser utilizada de maneira mais acentuada a partir dos regramentos sobre circulação de pessoas, trabalho, estudo, negócios, entre outros. Colocando a pergunta “o que é o google meet?” na procura da internet o próprio site do Google indica direcionamentos sobre essa ferramenta “O Google está disponibilizando videoconferência de nível empresarial para todos. Agora qualquer pessoa com uma Conta do Google pode criar uma reunião on-line com até 100 participantes e duração de até 60 minutos. Empresas, escolas e outras organizações podem aproveitar os recursos avançados, como reuniões com até 250 participantes internos ou externos e transmissão ao vivo para

no dia agendado com uma hora de antecedência para que, caso houvesse problemas, pudessem ser solucionados. Foram entrevistas que funcionaram de maneira colaborativa entre todos os que se envolviam, alguns organizando o local onde deixariam o celular na melhor posição para a entrevista, outros ensinando suas avós, mães, tias ou vizinhas no uso do link, e eu, como entrevistador, “instrutor” auxiliar técnico e um novo amigo de confidências para elas também.

Com o uso desses aplicativos digitais, foi possível gravar as entrevistas e gerar um arquivo para cada momento, que posteriormente foi utilizado na degravação e envio para as entrevistadas, tanto do arquivo escrito, quanto do arquivo em vídeo para que elas também permanecessem com suas cópias.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e agosto de 2020 e contaram com 16 egressas e 3 professoras, sendo que 2 dessas docentes são as únicas que existem da turma de docentes que iniciou o Curso Normal Regional em 1953 e 1 professora do ano seguinte (1954), totalizando 19 entrevistadas. No Quadro 4, estão os nomes das participantes das entrevistas e suas funções em relação ao CNR.

Quadro 4: Nomes das Entrevistadas e sua posição no CNR.

Nome	Professora	Diretora/vice	Aluna
Andradina Peixoto da Silva Damasceno			X
Bernildes dos Reis	X		X
Cecília Camillo			X
Cecília Viana Martins			X
Claudete Rabello			X
Isaura Cabral Pinto	X	X	
Iolanda Cândido			X
Jussara Cândido			X
Lia Rabello	X	X	
Lori Camillo			X
Maria Lucia Teixeira			X
Mariana Beatriz Nodari			X
Nair Machado Freitas			X
Noemi Brentano Brachmann	X	X	
Sandra Paim Dias			X
Selma Medeiros			X
Vanda Silva			X
Vanilda Lopes da Silva			X
Zaira de Oliveira Maciel			X

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dentro do total de entrevistas realizadas, duas delas não puderam ser concretizadas por meio dos recursos digitais. A professora Zaira de Oliveira Maciel, que foi para sua fazenda no interior do município em razão do isolamento social causado pela pandemia, pediu para responder de forma manuscrita, e sua irmã, que estava na cidade de São Francisco de Paula, fotografou todas as páginas com os comentários e respostas das perguntas que haviam sido enviadas para o local onde ela estava. As fotografias foram enviadas para mim pelo uso do *Whatsapp*, baixadas e transcritas. A professora Lori Camillo, em virtude de problemas de saúde na família, solicitou que pudesse enviar seus comentários e respostas por meio de um arquivo em formato Word, via e-mail, no qual ela digitou suas lembranças sobre o Curso Normal Regional.

A maior parte das entrevistas se realizou nos turnos da tarde e foram utilizados todos os dias da semana para esse momento, independentemente de sábado ou domingo, em função de que a prioridade de escolha da ocasião oportuna envolvendo dia e hora era da entrevistada, para que se sentisse tranquila e segura, bem como da disponibilidade das pessoas que iriam auxiliá-las. No Quadro 5 estão registrados os dias em que foram realizadas as entrevistas e a duração das mesmas.

Quadro 5: Data/Duração das entrevistas

Nome	Data	Tempo
Andradina Peixoto da Silva Damasceno	17.05.2020/15:00	36:25
Bernildes dos Reis	14.08.2020/14:00	1:27:01
Cecília Camillo	10.08.2020/20:00	1:05:07
Cecília Viana Martins	13.05.2020/16:00	1:13:33
Claudete Rabello	09.05.2020/14:00	1:01:07
Isaura Cabral Pinto	26.08.2020/14:00	01:00:37
Iolanda Cândido	04.05.2020/14:00	46:02
Jussara Cândido	11.05.2020/20:00	44:51
Lia Rabello	01.06.2020/14:00	2:39:04
Lori Camillo	05.09.2020	*Word
Maria Lucia Teixeira	11.08.2020/15:00	55:11
Mariana Beatriz Nodari	12.05.2020/16:00	35:57
Nair Machado Freitas	15.05.2020/15:00	26:03
Noemi Brentano Brachmann	24.04.2020/14:00	56:04
Sandra Paim Dias	13.05.2020/20:00	43:19
Selma Medeiros	12.05.2020/13:30	39:06
Vanda Silva	12.05.2020/19:00	36:38
Vanilda Lopes da Silva	11.05.2020/15:00	37:41
Zaira de Oliveira Maciel	17.04.2020	*Manuscrito

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Percebeu-se que o momento da entrevista era aguardado com certa insegurança em razão da utilização de tecnologias digitais e também do envolvimento de terceiros na preparação do local e do dispositivo usado. Entretanto, também é importante salientar que a maioria delas demonstrou interesse, visto que estavam ao mesmo tempo preparadas para a ocasião, fazendo anotações prévias e separando materiais, como boletins e fotografias de sua época numa evidência de carinho por conversar sobre o Curso que frequentaram.

Usar a história oral como metodologia possibilitou enxergar vestígios que não seriam possíveis de verificar nas fontes documentais de maneira concreta, ou seja, a partir do momento em que houve o espaço para as narrativas, apareceram os elementos que de certa forma impregnaram os perfis das normalistas e as acompanharam na vida de professoras.

As entrevistas foram caracterizadas por momentos valiosos, em que percebi normalistas em um estado de vivência tão intensa na rememoração dos tempos do Curso Normal e de detalhes daquele cotidiano que ocasionaram instantes singulares, como quando a Professora Vanilda pediu licença para cantar o hino da Escola Normal Regional, que ela ajudou a criar na época de aluna, e quando a Professora Cecília Martins, ao chegar próximo do término da entrevista, disse que gostaria de ler um agradecimento ao pesquisador, que ela havia preparado.

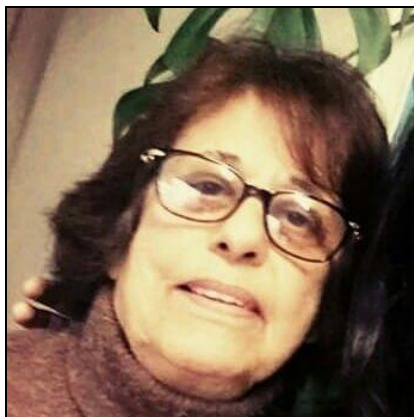
Solicitei que cada professora, caso tivesse interesse, pudesse enviar uma fotografia atual para que fosse inserida na tese como forma de homenageá-las e em retribuição à disponibilização para aquela entrevista. Na sequência estão as imagens daquelas que manifestaram interesse em enviar suas imagens pelos meios digitais.

Fotografia 3: Professora Bernildes dos Reis.



Fonte: Acervo Professora Bernildes dos Reis (2020).

Fotografia 4: Professora Cecília Camilo.



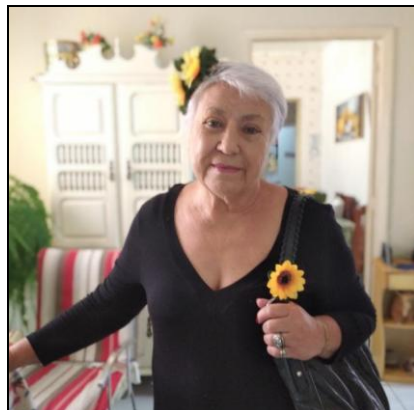
Fonte: Acervo Professora Cecília Camilo (2020).

Fotografia 5: Professora Isaura Cabral Pinto.



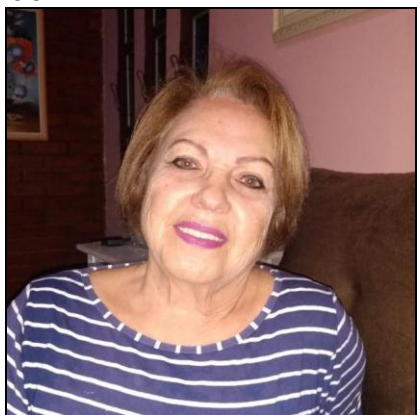
Fonte: Acervo Professora Isaura Cabral Pinto (2020).

Fotografia 6: Professora Iolanda Cândido.



Fonte: Acervo Professora Iolanda Cândido (2020).

Fotografia 7: Maria Jussara R. Cândido.



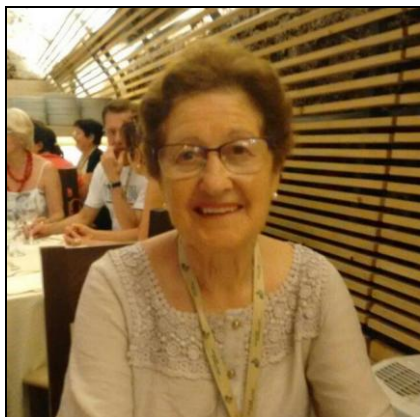
Fonte: Acervo Professora Maria Jussara R. Cândido (2020).

Fotografia 8: Lia Peres Rabelo;



Fonte: Acervo Professora Lia Peres Rabelo (2020).

Fotografia 9: Professora Lori Celuta Cavalin Camilo.



Fonte: Acervo Professora Lori Celuta Cavalin Camilo (2020).

Fotografia 10: Professora Maria Lúcia Teixeira.



Fonte: Acervo Professora Maria Lúcia Teixeira (2020).

Fotografia 11: Professora Mariana Beatriz Nodari.



Fonte: Acervo Professora Mariana Beatriz Nodari (2020).

Fotografia 12: Professora Nair Machado Freitas



Fonte: Acervo Professora Nair Machado Freitas (2020).

Fotografia 13: Noemy Brentano Brackmann.



Fonte: Acervo Professora Noemy Brentano Brackmann (2020).

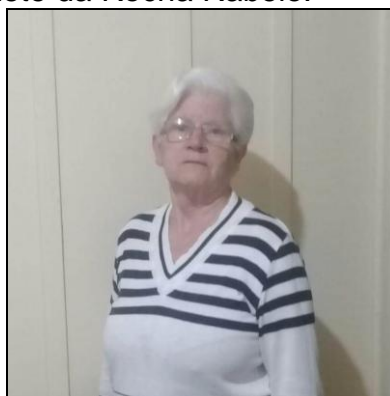
Fotografia 14: Professora Sandra Paim Dias.



Fonte: Acervo Professora Sandra Paim Dias (2020).

Fotografia 15: Professora Vanda Silva.

Fonte: Acervo Professora Vanda Silva (2020).

Fotografia 16: Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo.

Fonte: Acervo Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo (2020).

Fotografia 17: Professora Vanilda Lopes da Silva.

Fonte: Acervo Professora Vanilda Lopes da Silva (2020).

Fotografia 18: Professora Cecília Viana Martins.

Fonte: Acervo Professora Cecília Viana Martins (2020).

Fotografia 19: Professora Andradina Peixoto da Silva Damasceno.

Fonte: Acervo Marissane Foscarini (2020).

Fotografia 20: Professora Zaíra de Oliveira Maciel.

Fonte: Acervo Professora Zaíra de Oliveira Maciel (2020).

A importância da utilização da história oral como metodologia em pesquisas sobre instituições formadoras de professores se dá pelo fato de também aproximar as sintonias das fontes utilizadas em conjunto (documentais, fotografias) e pelo fato de, em muitos momentos, servir como documento elucidativo diante de perguntas não respondidas ou esclarecidas somente com a utilização dos outros meios disponíveis.

A oralidade também serviu, de certa forma, para que as memórias dessas professoras pudessem constituir uma espécie de patrimônio imaterial sobre aquela época, até então inédito naquele local: “as histórias de vida de professores compõem um todo orgânico que une a instância pessoal com a proporção profissional. Esse todo orgânico dilui os limites entre o mundo privado e o mundo público de sua vida” (PASINATO; CUNHA, 2020, p. 388). Esse espaço contribui para que essas mulheres não sejam esquecidas, pois são singulares em seus percursos de vida naquela região e no campo da história da educação e das instituições formadoras de professores.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSOR EM UM MUNICÍPIO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Os aspectos que estiveram interligados nos processos que abrangeram a criação de espaços para que fossem formados professores no Brasil nos indicam um transcurso permeado de um ambiente com disputas políticas e econômicas em sua maioria. Os sujeitos sociais de relevância estão geralmente em sintonia com as elites, o que pode nos indicar respostas na demora pelo estabelecimento de escolas para formação de professores com boa estrutura e remuneração. O modelo agrário exportador permaneceu em longo período como o espaço de utilização de número significativo da mão de obra no país, nesse sentido, instruir a população e investir dinheiro público não aparece como um dos grandes objetivos. As fases de transição dos modelos econômicos e dos modos de condução política vigentes no país vão abrir espaço para discussões sobre a criação de locais específicos que formassem docentes.

No que se refere a isso, ocorre a instalação em Niterói, na Capital, da primeira Escola Normal do Brasil (1835-1851), tendo como objetivo “preparar os mestres no domínio teórico-prático do método monitoria/mútuo” (BASTOS, 2011, p. 43). Convém salientar que em outras províncias também estarão ocorrendo, embora lentamente, regulamentações para instalação de Escolas Normais.

Em termos históricos, temos menção a essa nomenclatura de escola (Normal) em 1774 na Áustria, conforme Bastos (2019), em palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no dia 06 de junho, envolvendo a temática dos 150 anos de Escola Normal nesse Estado:

[...] regulamento que criava a Normalschulen para a formação de professores e seu regulamento foi redigido pelo abade agostiniano Johann Ignaz Felbiger, a convite da Imperatriz Maria Tereza, para reformar o sistema escolar com o controle do Estado. (BASTOS 2019, palestra conferida em 6 set. 2019, no IHGRS).

Com a Constituição de 1824, direcionamentos em torno do horizonte da educação no Império passam a ser debatidos, entretanto o contexto da ex-colônia apresenta desequilíbrios sociais e econômicos graves, tanto na Capital quanto nas Províncias, o que condiciona a conjuntura da época ligada ao ensino em oferecer a instrução, independentemente das condições, como menciona Vecchia (2011) sobre

o referido panorama: “a instrução pública passou a ser, então, o reflexo da instabilidade política, da carência de recursos nas províncias e suas especificidades”. Convém salientar que, além dos poucos recursos financeiros e materiais para a instrução pública, a ausência de um modelo institucional nacional que possa servir de norteador para as Províncias era inexistente, pelo menos até 1837, quando ocorre a criação do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Pensar que somente a questão envolvendo a parte financeira e material dos espaços destinados para as escolas, cursos e professores foi o obstáculo definidor também para a baixa procura dos Cursos Normais pode ser incorreto. Os concursos públicos exigiam ter idade de 21 anos e atestado de boa conduta moral, juntamente com o conhecimento daquilo que se iria ensinar (VICENTINI; LUGLI, 2009), o que nos leva para uma reflexão ou questionamento de qual seria a importância para um sujeito que gostaria de entrar em uma Escola Normal, sabendo que teria de ter a idade mínima de 18 anos para participar de uma seleção, “enquanto que com 12 ou 13 anos já se podia exercer atividade remunerada no ensino como professor adjunto, esperando a idade mínima para prestar concurso público de nomeação” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 33).

Nessas disputas de visões do que seria realmente importante para a nação em termos de instrução, seguirão longos anos, e o que se observa é que alguns Estados terão iniciativas importantes no sentido de atender suas necessidades na implantação de escolas, currículos, estruturas, não levando em consideração os movimentos que ocorriam no âmbito federal. Percebe-se como um dos exemplos a reforma que em 1890 ocorre em São Paulo: “ampla reforma educacional, começando pela implementação do ensino graduado na Escola Normal, à vista do entendimento de que a condição prévia para eficácia da escola primária à adequada formação de professores” (SAVIANI, 2011, p. 30).

A partir da década de 1930, alguns processos que vinham ocorrendo na área da educação em prol de uma conciliação de direcionamentos passarão por regulamentações importantes, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão de amparo legal e norteador de perspectivas nessa dimensão. Em decorrência de não ser o objetivo da pesquisa aprofundar temas ligados às políticas públicas da época, penso ser importante fazer menção a esse período na Constituição de 1934, que vai conciliar posições antagônicas entre católicos e

conservadores, os decretos de Francisco Campos e Gustavo Capanema, o Fundo Nacional do Ensino Primário (SAVIANI, 2011). É pertinente observar também que se abre um espaço para diferentes instruções com destinos distintos para os sujeitos inseridos na sociedade da época, ou seja, há uma condução de “condições” instrutivas segmentadas, direcionadas.

É importante analisar também os períodos do Governo Vargas (30/45, 50/54) para não fazer uma leitura total e rotular como um período em que apenas houve avanços educacionais. Caso essa reflexão nos conduza para um exame historiográfico mais detalhado, poderemos perceber que os acontecimentos ocorridos nas políticas públicas nesse longo espaço de tempo trarão diretrizes importantes que estarão sendo observadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961/Reforma Capanema.

Significativa também é a década de 1950 no Rio Grande do Sul, com aumento de escolas e professores antecedendo o Governo Leonel Brizola, conhecido pelo foco na educação. Segundo Quadros, “entre 1950 e 1958, no âmbito do ensino estadual, o número de estabelecimentos escolares passou de 899 para 1.795 e o número de professores aumentou de 6.648 para 12.244” (QUADROS, 2003, p. 48).

Com relação ao Rio Grande do Sul, os movimentos para a criação da Escola Normal ocorrem a partir de 1860, quando, pela lei 446, de 4 de janeiro de 1860, em seu artigo 36, parágrafo 21, a Assembleia Legislativa Provincial autorizou a Presidência da Província (SCHNEIDER, 1993) a estabelecer na capital uma escola para formar professores. Longos desafios e obstáculos econômicos, políticos, disputas de poder irão permear esse processo durante alguns anos ainda antes de concretizar a definitiva criação dessa modalidade de escola, que vai ocorrer no dia 05 de abril de 1869, portanto em 2019 completaram-se 150 anos da Escola Normal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Como descreve Schneider em seu estudo,

O regulamento do Curso de Estudos Normais determinava em seu artigo 1º que haveria uma Escola Normal anexa ao Liceu, na qual se preparariam os professores de ambos os sexos para a instrução primária. O Curso teria a duração de dois anos. O artigo 2º determinava que o caráter dessa Escola seria principalmente prático e obrigatório a todos os que pretendessem exercer o magistério de 1º e 2º graus. Para dirigir a Escola Normal foi nomeado o padre Joaquim Cacique de Barros, a 5 de abril de 1869. (SCHNEIDER, 1993, p. 234).

Esse período da instrução no Rio Grande do Sul é transposto por eventos que apontam determinadas características que, até a contemporaneidade, parecem manter-se, como, por exemplo, a falta de estrutura física para estabelecer a Escola Normal, a ausência de verba pública efetiva para custeio de despesas básicas de manutenção da Escola Normal, funcionários e professores.

Fazendo sintonia com esse estudo e relacionando as dificuldades enfrentadas na época em que se inicia a Escola Normal na Província, busquei localizar aproximações com o município de São Francisco de Paula, nesse momento uma Freguesia, e identifiquei por meio dos estudos de Schneider, que um dos problemas estava relacionado aos prédios escolares, já que “as casas ocupadas pelas escolas públicas eram alugadas e o aluguel das mesmas corria totalmente pelos cofres provinciais” (SCHNEIDER, 1993, p. 202). No caso da Freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, o Ofício 35 do dia 22 de setembro de 1859 indica uma tabela de valores máximos de locação que a Província se compromete a pagar, sendo para essa Freguesia “12\$000” (SCHNEIDER, 1993, p. 203).

Com relação à distribuição de escola pública para a região de abrangência dessa Freguesia, conta nesse período com três, sendo uma na Vila atendida pelo Intendente Henrique Jaeger, outra em São José do Campo Bom, de responsabilidade de um professor interino, o senhor Paulino Teixeira Ferraz d’Elly, e em Contendas (Capão Comprido), onde quem respondia era o professor efetivo Miguel Antonio Dutra Neto. Todas essas escolas atendiam somente o público masculino, segundo Schneider (1993, p. 398).

O término de contratos dos professores, que foi determinado em 1876, também vai somar-se aos problemas relacionados ao ensino, entre eles a questão do baixo aproveitamento/utilização de vagas oferecidas. Nesse item, buscou-se investigar a situação do local centro deste estudo e, de acordo com Schneider (1993, p. 321-322), o relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública de 1876 vai apontar que, em São Francisco de Paula, das 827 vagas oferecidas, somente 62 possuem alunos frequentando, o que nos conduz à possibilidade de futuras análises para averiguar esse apontamento.

A existência dessa Instituição desde o início parece estar refletindo nos desafios que equipes gestoras ainda enfrentam para manter abertas e em funcionamento escolas públicas. É importante salientar o pioneirismo desse evento

dentro da história da educação e os elementos que a caracterizaram, como seu caráter de independência de ação, aspectos voltados para as realidades, a feminização profissional, entre outros. Foi um elemento transformador da sociedade na época (SCHNEIDER, 1993).

A abertura de um espaço para formação de professores na região dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul também pode ser enxergada como um momento de alento para aquelas populações que geograficamente permaneciam distantes dos centros que se urbanizavam e ofereciam oportunidades profissionais mais variadas.

Assim, chega-se ao elemento central deste estudo, que envolve o processo formativo desenvolvido no interior do CNRSFP no período de 1953 e 1962. Faz-se necessário aproximar uma compreensão de como se procediam naquele ambiente as nuances com objetivos de formar professores naquele período, suas particularidades que podem ter desencadeado ou estar relacionadas com o processo formativo dentro daquele curso.

O Decreto-Lei de 02 de janeiro de 1946, de número 8.530, institui a Lei Orgânica do Ensino Normal no Brasil e indica fundamentos norteadores de como deveriam se estruturar dentro do país. Estão mencionados, no teor do texto dessa lei, alguns aspectos que se direcionam ao Curso Normal Regional, que é interesse neste estudo. Entre os referenciais que lá constam estão as “finalidades”, os “limites” e prazos de formação, bem como de atuação posterior à formação desses alunos. Com relação à finalidade do Ensino Normal, o 1º artigo dentro do capítulo 1 indica:

Art. 1º O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades: 1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias. 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. (BRASIL, 1946).

Na sequência, dentro do capítulo 2, no 2º artigo, há o indicativo dos ciclos do Ensino Normal, de seus cursos; permite a observação ao tempo de curso: “Art. 2º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos”. (BRASIL, 1946). Com relação aos modelos de estabelecimentos, o artigo 4º no capítulo 3 contém o seguinte texto: “Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola

normal e o instituto de educação”. (BRASIL, 1946). O primeiro parágrafo indica diretamente a destinação, a função do Curso Normal Regional: “§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal”. (BRASIL, 1946).

Observa-se que a construção do teor dessa lei, publicada no período que inicia o pós-guerra, pode ter indicativos ou elementos característicos do momento político anterior, quando foi elaborada, como mencionam Vicentini e Lugli (2009, p. 42) quando sinalizam sobre esse decreto-lei. O Curso Normal Regional fica ligado diretamente à formação de regentes de ensino articulados com o curso primário, e na estrutura onde constavam as disciplinas que seriam cursadas se observa um percentual maior para a área de formação geral, deixando as matérias específicas de formação profissional somente no último ano.

O capítulo 1 do artigo 7º, que trata da estrutura do ensino normal no curso de formação de regentes de ensino primário, esclarece sobre sua composição de sustentação:

Art. 7º O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e economia doméstica. 8) Educação física.

Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos. Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5) Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos.

§ 1º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região.

§ 2º O curso normal regional, que funcionar em zonas de colonização, dará ainda, nas duas últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicações sobre o seu modo de vida, costumes e tradições. (BRASIL, 1946).

A constituição do texto-base dessa lei ainda vai estabelecer pontos importantes relacionados ao que deve compor a escola, como, por exemplo, “manter escolas primárias anexas para demonstração e prática do ensino”, “manter pelo

menos, duas escolas primárias isoladas”, “idade mínima de 13 anos” e “trabalhos escolares diariamente, exceto aos domingos e dias festivos”.

Percebe-se ser um modelo que, pelas características do texto-base, será de uma abrangência peculiar nas comunidades onde será instalado, bem como nas regiões de predominância. Tem um forte apelo de gerenciamento operacional e administrativo envolvendo detalhes de rotina, burocracias remetendo a uma visão de controle de toda a estrutura que fazia parte daquela composição institucional.

Como essa legislação foi fruto de um período caracterizado politicamente pelo autoritarismo em nosso país (o Estado Novo), não houve debates a respeito do seu alcance nem se discutiu qual deveria ser seu objetivo. O resultado foi uma lei minuciosa, que pretendia regular os aspectos cotidianos do ensino, tal como o limite máximo de horas semanais de aula, o modo pelo qual os programas das disciplinas deveriam ser redigidos, chegando mesmo a registrar que “os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 42).

É necessário buscar compreender como o espaço de formação desse modelo profissional vai se apropriar ou mesmo coexistir, fazer a transição entre o modelo artesanal de formação e a formação agora institucionalizada (VILLELA, 2011). Naquele espaço, naquele lugar, como menciona Certeau, haverá uma “ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” (CERTEAU, 1998, p. 201), o que me leva a buscar verificar o que de imperativo acaba por se tornar uma certa lei do “próprio” local.

A formação institucionalizada de professores no Brasil nos remete à primeira metade do período do oitocentos, com a Escola Normal do Rio de Janeiro e uma sequência de estruturações e desestruturações profundas envolvendo não somente o ambiente de instrução no país, mas o contexto macro onde os sujeitos estavam inseridos socialmente, aspectos esses que não serão aprofundados neste estudo, mas que precisam ser indicados, como, por exemplo, os investimentos que serão mobilizados em relação desenvolvimento, no Brasil, de “mudanças que redefiniam percepções de tempo e espaço, formavam novos hábitos na população, estimulavam uma variedade de serviços e, conseqüentemente, ampliavam a demanda por instrução” (VILLELA, 2011, p. 106).

Novos tempos acabaram fomentando novas posturas e, para fazer o tão sonhado país se desenvolver, pelo menos na visão da elite da época, a instrução precisava ser também “enxergada” no cotidiano do professor que se formará na

Escola Normal. Como menciona Villela (2011), “saber se portar, saber o que ensinar e saber como ensinar”, afinal se no passado o improvisado fazia parte da constituição do mestre instrutor, agora o delineamento de um perfil modelo específico faz-se necessário ser distinto.

Esse processo que envolveu os primeiros Cursos Normais no Brasil, tendo como âmbito uma formação profissional diferente do modelo anterior, não será rápido e passará por longos períodos de dificuldades, lembrando que nem sempre serão obstáculos relacionados com aspectos financeiros da capital e nas províncias, mas também em resistências à aceitação desse novo modelo profissional de professor, visto que as formações de viés artesanal ainda permaneciam.

Salienta-se que as formas de ocupar cadeiras no magistério público estarão de certa forma permeadas com uma sociedade dos “favores”, o que certamente abria espaços para concessões de profissionais nem sempre qualificados na sua posição de docente, afinal os critérios para as seleções eram duvidosos em certa medida, ficando um vazio entre os discursos em prol da valorização da formação profissional e outros interesses,

[...] por muito tempo ainda a cultura dos concursos e indicações de professores para o magistério público permaneceu limitando e enfraquecendo a formação institucionalizada nas escolas normais, depois institutos de educação e, mais recentemente, cursos pedagógicos e faculdades de educação. (VILLELA, 2011, p. 113).

Evocar e analisar, a partir dos elementos que emergiram nesse processo de estudo relacionado ao interior do CNRSFP, foi verificar em certo sentido alguns exemplos de cenário recriados dentro das aulas dessas normalistas, para que, em um futuro próximo, quando estivessem desempenhando suas funções como professoras, pudessem de certa forma repetir o aprendido. Como menciona Schön, “tudo isto tem lugar num *practicum*, que é o mundo virtual que representa o mundo na prática” (SCHÖN, 1992, p. 89).

2.1 SÃO FRANCISCO DE PAULA: UM TERRITÓRIO DE FORMAÇÃO.

É pertinente também compreender o que constituía o panorama onde estava esta instituição, pois, de acordo com Nóvoa, “o território da formação é habitado por

actores individuais e colectivos, constituindo uma construção humana e social, na qual os diferentes intervenientes possuem margens de autonomia e condução dos seus projectos próprios” (NÓVOA, 1992, p. 30).

Estabelecer onde está situada a instituição que faz parte deste estudo é considerar que o objeto estudado não existe de maneira isolada ou aleatória, mas encontra-se entrelaçado em um espaço geográfico específico. As partes que o tecem são fatores que podem constituir vestígios ou mesmo fazer parte direta ou indiretamente do ambiente de formação daquelas normalistas. Para isso, buscou-se entender o local que circundava o CNRSFP, o que existia fora dos muros daquela escola em termos sociais, climáticos, geográficos, históricos, econômicos, profissionais, religiosos, entre vários outros que puderam de alguma forma e intensidade deixar marcas naquele cotidiano.

O município de São Francisco de Paula está localizado no Estado do Rio Grande do Sul dentro da chamada divisão política geoeconômica do Brasil conhecida como região sul, na qual mais dois Estados, Santa Catarina e Paraná, completam sua composição e organização em uma área classificada geomorfologicamente como pertencente ao planalto meridional do país, uma área ampla que abrange vários Estados da Federação, apresentando como característica principal altitudes acima de 300 metros.

Especificamente em São Francisco de Paula, as altitudes alcançam variações acima da média nacional. Na sede do município, atingem 925 metros acima do nível do mar e nos interiores podem estar mais altas e trazem como consequência um clima diferenciado, sendo característico o inverno rigoroso, com possibilidade de precipitações de geadas e neve, bem como verões amenos, com chuvas bem distribuídas. A aglomeração urbana do município fica localizada na borda da Serra Geral, nos limites sul da mesma com o município de Taquara, norte com Cambará do Sul, leste com Itati, oeste com Caxias do Sul, São Marcos, Canela, Gramado, Noroeste Jaquirana, Bom Jesus, Vacaria, Sudeste Rolante, Riozinho, Maquiné. A área de abrangência territorial municipal atual é de 3.264.490 km² (IBGE, 2017). No período em que o Grupo Escolar de São Francisco de Paula é inaugurado (1918), o município tinha 6.830 km² de tamanho, e quando o Curso Normal Regional é aberto (1953), o tamanho territorial é constituído de 6.155 km² (FEE, 1981, p. 174).

O município de São Francisco de Paula, na década de 1950, é um dos maiores do Estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial (6.155 km²). Sua localização tem como peculiaridade estar limitando-se de certa maneira com a região metropolitana, com acesso pelo município de Taquara, nordeste via Caxias do Sul e Canela, litoral norte por caminhos de Santo Antônio da Patrulha e Serra do Pinto, Campos de Cima da Serra pela opção de Bom Jesus, ou seja, de certa forma, naquele período, mesmo com estradas não pavimentadas, é a rota obrigatória de deslocamentos entre essas microrregiões.

Historicamente, o município tem suas origens com o Capitão português Pedro da Silva Chaves, natural de Lisboa, e sua esposa, paulista de Itu, Gertrudes Godoy Leme, que se estabelecem nessa região em 1742, então conhecida como Cima da Serra (Figura nº2) e pertencente na época a Santo Antônio da Patrulha. A região possuía moradores anteriores, que pertenciam aos grupos de Caaguaras, Coroados e Botocudos, que foram perdendo seus espaços a partir da chegada dos europeus, inicialmente portugueses, tanto de Portugal como dos Açores. Convém mencionar que esse município irá se originar a partir do atual Santo Antônio da Patrulha, que era um dos municípios que constituíam a província do Rio Grande do Sul juntamente com Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre.

Figura 2: Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (1809), indicando “Cima da Serra”, atual São Francisco de Paula.

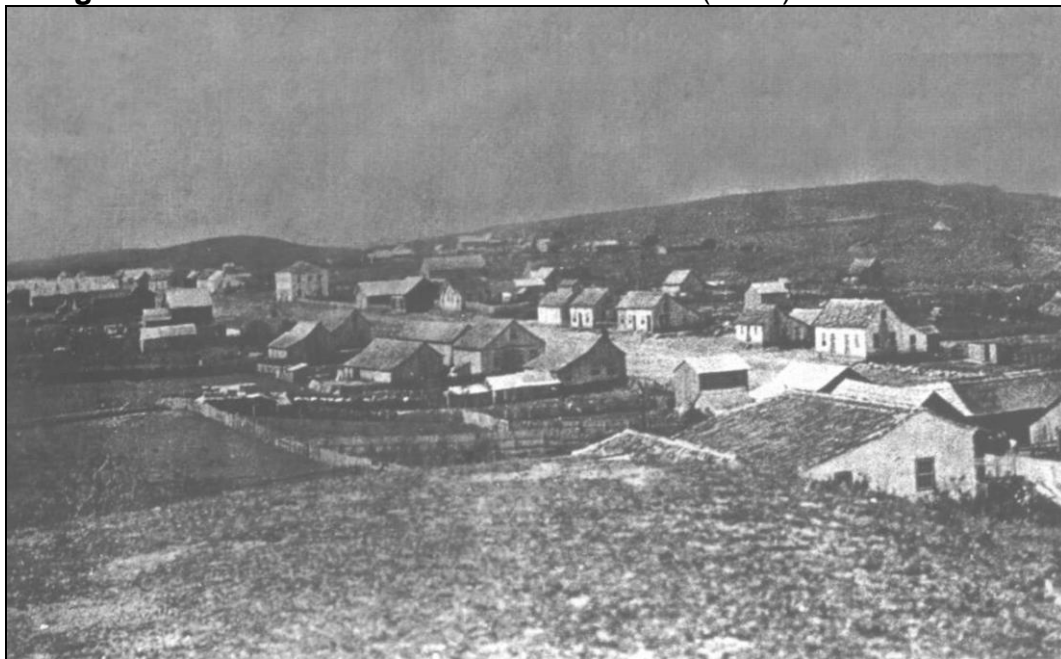


Fonte: Fundação de Economia e Estatística (1981), capa do Censos do RS 1809-1950.

A fotografia de 1910 nos auxilia a compreender o tamanho populacional no início do século passado, corroborando os dados que indicavam uma parcela maior da população vivendo nas áreas rurais, entretanto já existia uma organização espacial para o vilarejo, com destaque para o que viria a ser a atual Av. Júlio de

Castilhos. O sobrado de 2 andares que é visto no alto da imagem ainda é utilizado nos dias atuais, e isso de certa maneira reforça a importância da manutenção dos acervos de imagens para a preservação das memórias das comunidades.

Fotografia 21: Sede de São Francisco de Paula (1910).



Fonte: Acervo de Alceu Feijó (1910).

O município está situado a 116 km de Porto Alegre e, durante muitos anos, foi um dos maiores em área territorial do Estado, passando a perder seu tamanho com os primeiros desmembramentos de distritos nos anos 50 e depois com os movimentos emancipacionistas da década de 60. Para termos uma noção do tamanho inicial do município de São Francisco de Paula, basta observar que 55% do território do vizinho Caxias do Sul pertenciam originalmente ao primeiro, onde hoje estão os distritos caxienses de Vila Oliva, Vila Seca, Criúva, Fazenda Souza e partes de Santa Lúcia do Piaí e Ana Rech “traduzindo uma nova visão sobre sua ocupação geográfica e étnica” (ALVES, 2007, p. 9) Também os atuais municípios de Cambará do Sul, Jaquirana e parte de São Marcos fizeram parte da área territorial de abrangência de São Francisco de Paula, a partir da sua emancipação definitiva de Taquara.

Esses movimentos de anexações em direção ao território caxiense podem ser explicados em função de vários aspectos, dentre eles o geográfico, por essas localidades estarem nos limites municipais e mais próximos da sede daquele

município do que o seu de origem, bem como econômicos e estruturais, pois o desenvolvimento da economia ligada a setores de indústrias na área de imigração italiana teve uma aceleração maior nesse momento em comparação com os setores agropecuários dos Campos de Cima da Serra. A distância para o atendimento do poder público municipal de São Francisco de Paula em seus distritos mais distantes (mais de 100 km) se tornou de certa maneira oneroso e escasso, causando em muitos momentos deficiência em prestação de serviços como manutenção de estradas e atendimento de saúde.

Examinar anos anteriores à chegada do CNRSFP e tentar entender como era o município é motivado de certa forma em função de ser esse um trabalho pioneiro naquela instituição, vinculado com uma pesquisa científica que envolve esses elementos da formação de professores especificamente, como menciona Luchese, “entender a escola como instituição que lida, de modo dinâmico, com a condição de ser produzida e produtora, instituída e instituinte de processos, práticas, formas de organização, perspectivas temporais e espaciais” (LUCHESE, 2018, p. 57).

A relação desse município com o poder público estadual e federal apresentava uma aproximação naquele período, como demonstram as manchetes sobre direcionamento de verbas em várias esferas e a presença de prédios com autarquias representando esses poderes de maneira fixa e também itinerante, como foi o caso das Colônias de Férias do Estado do Rio Grande do Sul, mostradas nas figuras a seguir.

A instalação, no final de década de 1940, da 1ª e da 2ª Colônia de Férias (Figuras 8 e 9), uma das 10 existentes no Estado na época, é comentada na maioria das edições de jornal nos períodos dos meses de verão. Esse evento envolvia vários setores do município, como a Prefeitura, empresa de transporte e Escola Estadual dentro de certa sintonia entre as instituições, como se observa desde os agradecimentos feitos pela Superintendência da Educação Física e Assistência Educacional, órgão da Secretaria de Educação e Cultura, até elogios pelos munícipes.

As referidas Colônias acolhiam em períodos de férias meninos e meninas de idades entre 7 e 14 anos que o Setor Médico da SEFAE “julga fisicamente mais necessitado de uma estação de repouso e tratamento” e que necessitam de “reajustamento social, moral e religioso”.

Figura 3: Anúncio Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra em 31.01.1948 (ANEXO 16).

Colônia de Férias

Conforme divulgamos em nosso numero passado, acha-se em nossa cidade, estacionada, uma das 10 Colônias de Férias, de nosso Estado, as quais, formadas por alunos pobres, subnutridos, são encaminhadas aos pontos de veraneio do Estado, sendo a presente a que inaugura o ponto em nosso município.

A colônia que hospedamos desde o dia 16 formada só de meninas e que retirar-se-á amanhã, para ser substituída por outra formada só de meninos, ao que nos informam os seus dirigentes, tem aproveitado imensamente o estagio, pois que as crianças melhoraram visivelmente no seu aspecto e disposição, estando, todos, encantados pelo que em nossa comuna lhes foi dado usufruir.

Apesar de não termos muitos pontos de atração, contudo, a colônia tem visitado diversos, entre os quais o nosso aqueduto, praças, repartições, etc. etc.

No domingo passado, a Colônia excursionou á Vila Eletta, visitando a barragem do Salto, para isso, a Empresa Silva & Irmão, no alto espirito de compreensão e cooperação, colocou gratuitamente, 2 de seus finos e possantes ônibus, que levaram e trouxeram a colônia, bem assim, o Secretario do Município, e o sr. Podaliro Alves e Exma. Esposa. A excursão, que fora iniciada com uma bellissima manhã de sol, foi prejudicada, a tarde, por um violento temporal. Mesmo assim, tiveram os visitantes, ocasião de visitar as obras daquela barragem em construção, a usina elétrica, tunnel, onde tiraram diversas fotografias. Ao meio dia foi-lhe oferecido um almoço pela Prefeitura Municipal. Numa gentileza toda especial do sr. Plínio Soares, após o almoço as crianças tiveram oportunidade de descansar no aprazível parque de sua residência. Antes da merenda, houve uma hora de arte na qual tomaram parte os componentes da colônia, que foram muito aplaudidos.

Um ponto que nos merece a atenção e que bem merece referencia afim de que se possa avaliar como são dirigidas estas colônias afim da oriação aproveitat o maximo possível. é que, diariamente, logo após o jantar, ha uma hora recreativa sob a orientação de elementos especializados, quais sejam, Assistentes Sociais e professores da Educação Física. Independente desta a qualquer hora do dia, quando o tempo não permite passeios, excursões etc. a criança é entregue a horas de leitura, recreações, para isso tem a cooperação de radio, biblioteca etc.

Neste particular, temos que salientar a colaboração espontânea do jovem ginasiario Dizeu Borges de Assis que, com o seu bando- neo muito contribuiu para abrilhantar e auxiliar nas horas de recreação da Colônia.

Fonte: Acervo do AHMSFP (2019).

Essa Colônia de Férias ficava instalada nas dependências do Grupo Escolar José de Alencar, prédio onde em 1953 é iniciado o CNR, como veremos no capítulo referente à instituição. Percebe-se em parte do texto da figura 3 que, nesse ano (1948), a cidade é uma das 10 escolhidas no Rio Grande do Sul para acolher meninas e meninos em períodos intercalados “as quais formadas por alunos pobres, subnutridos são encaminhados aos pontos de veraneio do Estado, sendo a presente que inaugura o ponto em nosso município” (Figura 3), como pode ser observado na transcrição da reportagem no Quadro 6:

Quadro 6: Transcrição do Anúncio Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra em 31.01.1948.

Anúncio Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional – Jornal Folha da Serra em 31.01.1948.

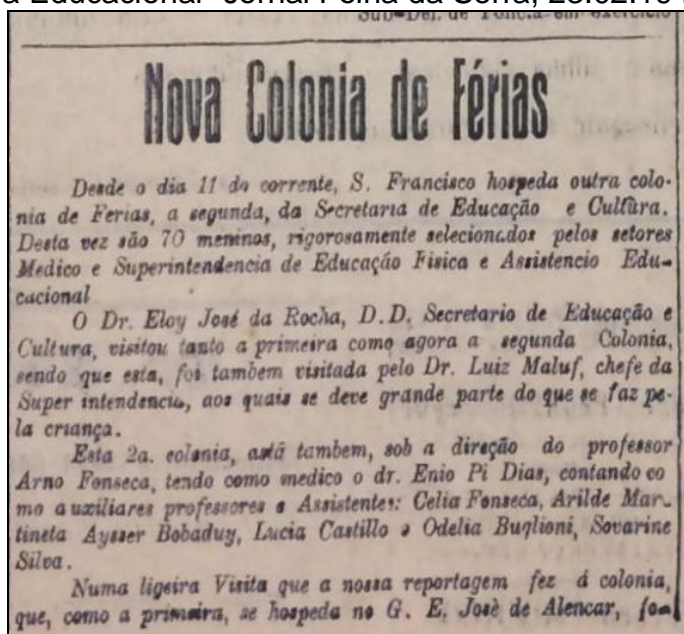
“COLONIA DE FÉRIAS

Conforme, divulgamos em nosso número passado, acha-se em nossa cidade, estacionada, uma das 10 Colonias de Férias de nosso Estado, as quais formadas por alunos pobres, subnutridos, são encaminhados aos pontos de veraneio do Estado, sendo a presente a que inaugura o ponto em nosso município. A colônia que hospedamos desde o dia 16 formada só de meninas e que retirar-se-á amanhã para ser substituída por outra formada só de meninos, ao que nos informam os seus dirigentes tem aproveitado imensamente o estagio, pois que as crianças melhoraram visivelmente no seu aspecto e disposição, estando, todos encantados pelo que em nossa comuna lhe foi dado usufruir. Apesar de não termos muitos pontos de atração, contudo a colônia tem visitado diversos, entre os quais o nosso açude, praças, repartições, etc, etc. No domingo passado, a Colonia excursionou à Vila Eletra, visitando a barragem do Salto, para isso a empresa Silva & Irmão, no espírito de compreensão e cooperação, colocou gratuitamente, 2 de seus finos e possantes ônibus, que levaram e trouxeram a colônia, bem assim, o Secretário do Município, e o Sr. Podalírio Alves e Exma. Esposa. A excursão, que fora iniciada com uma belíssima manhã de sol, foi prejudicada, a tarde por um violento temporal. Mesmo assim, tiveram os visitantes, ocasião de visitar as obras daquela barragem em construção, a usina elétrica, túnel, onde tiraram diversas fotografias. Ao meio dia foi-lhe oferecido um almoço pela Prefeitura Municipal numa gentileza toda especial do Sr. Plínio Soares, após o almoço as crianças tiveram oportunidade de descansar no aprasível parque de sua residência. Antes da merenda, houve uma hora da arte, na qual tomaram parte os componentes da colônia que foram muito aplaudidos. Um ponto que merece atenção e que bem merece referência a fim de que se possa avaliar como são dirigidas estas colônias a fim da criança aproveitar o máximo possível, é que diariamente, logo após o jantar, há uma hora recreativa sob a orientação de elementos especializados, quais sejam, Assistentes Sociais e professores de Educação Física. Independente desta a qualquer hora do dia, quando o tempo não permite passeios, excursões, etc. a criança é entregue a horas de leitura, recreações, para isso tem a cooperação de rádio, biblioteca, etc.

Neste particular, temos que salientar a colaboração espontânea do jovem ginasião Dirceu Borges de Assis, que com seu bandoneo muito contribui para abrilhantar e auxiliar nas horas de recreação da Colonia”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 4: Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional- Jornal Folha da Serra, 23.02.1948, (Anexo 17).



Fonte: Acervo do AHMSFP (2019).

É descrito o envolvimento de representantes dos setores ligados às políticas públicas estaduais e municipais, bem como de responsáveis pelas execuções dessas políticas, como Professores e Assistentes Sociais, indicando uma dinâmica de estreita sintonia entre município e Estado, bem como o envolvimento de setores da própria comunidade, em uma manifestação de que a presença dessa colônia de férias na cidade possuía significado que ia além do aspecto social e permitia a existência de um espaço profícuo para relações entre as entidades locais e de estado, como se percebe na transcrição da Figura 4 no Quadro 7:

Quadro 7: Transcrição do Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra, 23.02.1948.

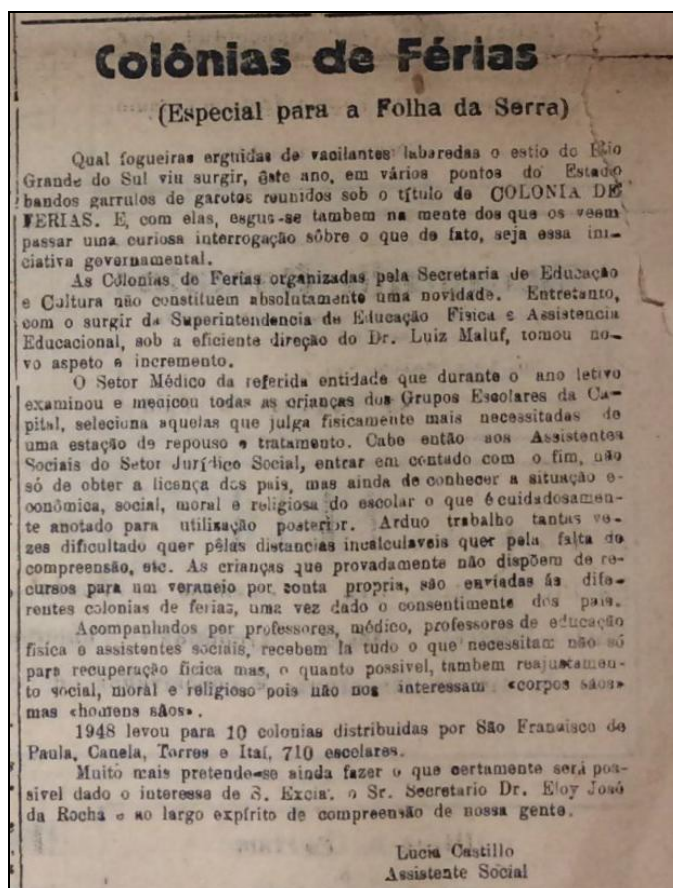
Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional- Jornal Folha da Serra, 23.02.1948.

“NOVA COLONIA DE FÉRIAS

Desde o dia 11 do corrente, S. Francisco hospeda outra colônia de férias, a segunda, da Secretaria de Educação e Cultura. Desta vez são 70 meninos, rigorosamente selecionados pelos setores Médico e Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional. O Dr. Eloy José da Rocha, D.D. Secretário de Educação e Cultura, visitou tanto a primeira como agora a segunda colônia sendo que esta, foi também visitada pelo Dr. Luiz Maluf, chefe da Superintendência, aos quais se deve grande parte do que se faz pelas crianças. Esta 2ª colônia, está também, sobre a direção do professor Arno Fonseca, tendo como médico o dr. Enio Pi Dias, contando como auxiliares professores e Assistentes: Celia Fonseca, Arilde Martineta, Aysser Bobaduy, Lucia Castillo e Odélia Buglioni, Sovarine Silva. Numa ligeira visita, que a nossa reportagem fez à colônia, que, como a primeira, se hospeda no G.E. José de Alencar”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 5: Continuação do Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra, 23.02.1948. (Anexo 17).



Fonte: Acervo do AHMSFP (2019).

A figura corrobora o mencionado no parágrafo anterior sobre a função de existência dessa instituição itinerante indicando que não é algo novo, mas que nesse ano possui prerrogativas diferenciadas (Quadro 8) a partir de uma triagem feita durante todo o ano com o auxílio do setor médico e jurídico social da Secretaria Estadual de Educação e Cultura que fizeram levantamentos da “situação econômica, social, moral e religião do escolar que é cuidadosamente anotado para utilização posterior” (Figura 5), bem como indica na frase “não nos interessam “corpos sãos” mas “homens sãos”, uma visão de que existe um modelo, um perfil social de ser que precisa estar alinhado ao padrão considerado normal para a visão das políticas públicas na época.

Quadro 8: Transcrição do Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional - Jornal Folha da Serra, 23.02.1948.

Anúncio da Nova Colônia de Férias da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional- Jornal Folha da Serra, 23.02.1948.

“COLONIA DE FÉRIAS (Especial para a Folha da Serra)

Qual fogueiras erguidas de vacilantes labaredas o estio do Rio Grande do Sul viu surgir, êste ano, em vários pontos do Estado bandos garridos de garotos reunidos sob o titulo de COLONIA DE FÉRIAS. E, com elas, segue-se também na mente dos que vem passar uma curiosa interrogação sobre o que de fato, seja essa iniciativa governamental. As colônias de férias organizadas pela Secretaria de Educação e Cultura não constituem absolutamente uma novidade. Entretanto, com o surgir da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional, sob a eficiente direção do Dr. Luiz Maluf, tomou novo aspecto e incremento. O Setor Médico da referida entidade que durante o ano letivo examinou e medicou todas as crianças dos Grupos Escolares da Capital, seleciona aquelas que julga fisicamente mais necessitados de uma estação de repouso e tratamento. Cabe então as Assistentes Sociais do Setor Jurídico Social, entrar em contato com o fim, não só de obter a licença dos pais, mas ainda de conhecer a situação econômica, social, moral e religiosa do escolar o que é cuidadosamente anotado para utilizações posterior. Arduo trabalho tantas vezes dificultado quer pelas distancias incalculáveis que pela falta de compreensão, etc. As crianças que provavelmente não dispõem de recursos para um veraneio por conta própria, são enviadas às diferentes colônias de férias, uma vez dado o consentimento dos pais. Acompanhados por professores, médicos, professores de educação física e assistentes sociais, recebem la tudo o que necessitam não só para recuperação física mas, o quanto possível também reajustamento social, moral e religioso pois não nos interessa “corpos sãos” mas “homens sãos”. 1948 levou para 10 colonias distribuídas por São Francisco de Paula, Canela, Torres e Itaí 710 escolares. Muito mais pretende-se ainda fazer o que certamente será possível dado o interesse do S. Excia. O Sr. Secretario Dr. Eloy José da Rocha ao largo espírito de compreensão de nossa gente. Lucia Castello. Assistente Social”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Identifica-se, nos jornais da época, uma movimentação da comunidade em busca de um Colégio de freiras que possibilite a instalação do Ginásio, mas que também possa servir de internato para as meninas do município, pois se observa preocupação com educação e segurança, bem como a questão das despesas que envolviam o envio das filhas para internatos distantes. Esse entendimento aparenta ser unânime entre as autoridades locais e cidadãos, sendo a reportagem colocada na capa (Folha da Serra, 31 de janeiro de 1948, Anexo 16). Também se identificou a existência de expressiva quantidade de anúncios de concursos e processos seletivos para admissão de docentes para lecionar no município todos os anos, legitimando um paralelo entre o tamanho do território municipal na época e a presença de uma grande população nas áreas rurais.

A conjuntura da sede do município apresentava um comércio bem constituído (armazéns, revendas de caminhões, indústria química, tipografias, funilarias, papelarias, cinemas, joalherias, carpintarias), uma gama ampla de ofertas de serviços (farmácias, médicos, advogados, dentistas, cooperativas), rede de hotéis e pousadas na parte urbana, mas nos distritos também se observou uma

movimentação de comércios e hotéis, que demonstra uma grande circulação de pessoas em todo o território à época.

Na imagem a seguir, apresenta-se um dos pontos de convergência comercial e de hospedagem desde a década de 1930. Nessa fotografia, no final da década de 1940, está o prédio do Hotel Serrano e na esquina a casa de comércio da família Medeiros conhecida na época como a “Bodega dos Medeiros”. No estabelecimento hoteleiro, havia uma grande circulação de viajantes comerciantes, caminhoneiros e funcionários encarregados de construções de instituições na cidade, como o Hospital de Caridade naquele período. Na imagem, observa-se que a maioria dos veículos ali estacionados são caminhões e estão carregados com madeira em sua na forma de tábuas, indicando a presença de locais de corte e beneficiamento que durante décadas movimentaram grande parte da economia do município. Essas indústrias localizavam-se nos interiores do município e possuíam dezenas de funcionários que residiam em vilas construídas para esse fim.

Fotografia 22: Hotel Serrano e Bodega dos Medeiros (1946).



Fonte: Acervo acessado por José Carlos da Fonseca (1946).

Percebeu-se, observando as fontes consultadas, que historicamente alguns elementos estão presentes de maneira acentuada nos cotidianos de várias gerações e momentos naquela comunidade, entre eles a religião católica, a política e a tradição vinculada ao campesinato. A relação entre esses 3 elementos acabou

respingando no modo como aquela sociedade se constituiu e se organizou em uma espécie de dualidade entre fortalecer os costumes tradicionais herdados de uma história fortemente ligada à presença de grandes latifúndios com “líderes” políticos locais que influenciavam e dominavam as relações sociais e ao mesmo tempo se abrir para as modernidades que circulavam no Estado.

Esses constituintes daquela sociedade também estão presentes nas fotografias de eventos ligados ou em sintonia com fatos históricos locais, estaduais ou nacionais, como as comemorações do centenário da independência e a revolução de 1930 (Fotografia 23), em que 3.600 mil homens e seus cavalos se reuniram para comemorar junto com os líderes municipais alinhados com a União, no caso específico a Getúlio Vargas. Analisando as duas próximas imagens, percebe-se essa relação entre religião, tradição e política permeando o cotidiano daquele município e demonstrando uma simbiose tão intensa que, dependendo o momento, não é possível visualizar uma dissociação, ou seja, os representantes políticos e religiosos podem, em determinados períodos, legitimar a existência de ações em vários âmbitos, seja social, cultural, econômico ou educacional.

A imagem da igreja matriz da época (Fotografia 32), como que fundida em meio aos cavalarianos, pode nos conduzir para a mistura anteriormente mencionada, bem para o fato de que comemorar a emancipação em conjunto com a chegada ao poder de um gaúcho que, de certa forma, representava também o campesinato tão característico local, remete para uma noção de que todos estão unidos no mesmo pensamento, linguagem e objetivos, tendo como ligação a própria tradição gauchesca, muito próxima daqueles cotidianos específicos de cidadãos dos Campos de Cima da Serra.

Fotografia 23: Comemoração dos 28 anos de emancipação e da vitória de Getúlio Vargas (07.01.1931).



Fonte: Acervo de Nadja D Ávila (1931).

Fotografia 24: Comemoração dos 28 anos de emancipação e da vitória de Getúlio Vargas (07.01.1931).



Fonte: Acervo José Carlo da Fonseca (1931).

Na Fotografia 24, identifica-se a Avenida Julio de Castilhos, com chão batido, sem pavimentação, e a presença dos plátanos, que foram plantados na década de 1920 para fazer o delineamento da rua, como uma espécie de balizadores. Observa-se também a largura dessa rua, que, na atualidade, ainda mantém de certa forma traços dessa época, e os cavaleiros se colocando em uma fila, ordenadamente e

vestindo uma espécie de capa que tem função tanto de proteger da chuva, quanto da poeira da estrada.

A presença da religião católica é registrada desde o início do povoamento, como já mencionado anteriormente, quando da doação de terras e gado para a futura igreja pelo Capitão Chaves ao seu filho e padre no século XVIII. Sua existência e influência naquele cotidiano é observada nos mais variados registros, desde reportagens dos jornais encontrados, Livro Tombo onde se buscou verificar registros relacionados com o Curso Normal na época, bem como imagens que indicam o envolvimento comunitário nos ritos católicos.

Essa presença da comunidade consta no relatório provincial de 1835 dirigido à Assembleia Legislativa Provincial e descrito pelo Presidente da época, Doutor Antonio Rodrigues Fernandes Braga, nos parágrafos que descrevem o estado dos templos da Província “consagrados ao culto da Religião do Estado” (ROCHE, 1961, p. 113), em que faz a seguinte menção: “Na importante Villa de São Francisco de Paula, a única Igreja que existe, he a Matriz, edificada à custa dos seus Parochianos, ella ainda não está concluída” (ROCHE, 1961, p. 113).

Havia também outras representações de instituições religiosas, entre elas uma das mais antigas é a Igreja Episcopal Anglicana, bem como Adventistas do Sétimo Dia e Assembleia de Deus. Em visitas naquele município, o Bispo responsável por aquela paróquia deixa sua opinião sobre a existência do Curso Normal Regional como um “fator” diferenciado na formação dos habitantes daquela região em relação aos “valores e tradições”.

Entre os registros fotográficos localizados foi encontrado um número significativo de imagens relacionadas com a igreja católica desde a década de 1910, particularizando momentos desde a construção da igreja de pedra, que marca vários registros do município, até as procissões onde a presença da comunidade é intensa em várias décadas desde a emancipação.

As próximas imagens foram escolhidas por mostrarem elementos significativos de momentos em que a população esteve envolvida diretamente em ritos com a igreja católica de maneira pública, indicando uma grande adesão em festividades que faziam parte importante da vida local. A primeira (Fotografia 25) faz parte do registro de construção da igreja de pedra de São Francisco de Paula idealizada com o Padre Ritter, que aparece na imagem. O prédio religioso foi

erguido em 1923 para substituir o outro, demolido em 1922, sendo que permaneceu até 1961, quando também foi substituído pela construção do templo atual.

Fotografia 25: Construção da Igreja Católica de Pedra (1923).



Fonte: Acervo disponibilizado por José Carlos da Fonseca (1923).

A segunda (Fotografia 26) é do final da década de 1920 e apresenta uma procissão realizada na Avenida Júlio de Castilhos, onde hoje está o centro da cidade. Observa-se que os plátanos que se tornaram característica daquela rua, plantados em 1922, já aparecem, bem como um número significativo de jovens compondo a parte inicial do cortejo, que tem em seu centro indivíduos com roupas sacerdotais.

Fotografia 26: Procissão religiosa católica na Av. Júlio de Castilhos (1929).



Fonte: Acervo de Alba Paglioli Fogaça, acessado pelo sr. José Carlos da Fonseca (1929).

Na última imagem (Fotografia 27), a procissão está sendo realizada também na Av. Júlio de Castilhos, mas no ponto de esquina com a Rua Benjamim Constant, no final da década de 1940. Observa-se mais uma vez o envolvimento da população com número expressivo de homens e mulheres ajoelhados, participando ativamente daquele momento. É possível também observar uma organização de quadras em razão da existência de delimitação de esquinas e terrenos com cercas de madeira, indicando que a área urbana está aumentando e se caracterizando como tal.

Fotografia 27: Procissão religiosa católica (1945).



Fonte: Altair Medeiros e família (1945).

A influência da igreja católica será importante no sentido de fomentar a abertura do ginásio e internato feminino no município no final da década de 1940, administrado pela Congregação de São José, e organizar as partes legais de auxílios financeiros dirigidos pela Sociedade Amigos de São Francisco de Paula e seus membros, que realizaram doações parceladas em 3 anos, 1948, 1949 e 1950, contribuindo para concretizar a existência daquela instituição privada. (Jornal Folha da Serra, nº 451, 31.01.1948). Também terá presença forte dentro do CNR e no processo formativo, como indicado nos próximos capítulos.

Neste estudo, os dados obtidos analisando os relatórios de estatística da FEE (1981), edições do Jornal Folha da Serra e fontes documentais do AICEJA como o “Registro Escolar de Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar- Modêlo I” entre 1949 e 1955 apontam para evidências que ajudaram a compreender como estava constituído o município no momento de abertura do Curso Normal Regional.

O “Registro Escolar de Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar- Modêlo I” entre 1949 e 1955, em que foram registradas as matrículas dos alunos que frequentaram o Jardim da Infância e as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries, mencionado no parágrafo anterior, apresenta dados individuais referentes aos responsáveis pelos estudantes que utilizaram a Escola Normal Regional para os estudos primários. Mesmo que essa fonte específica não esteja relacionada diretamente com as

normalistas, serve para trazer indícios que ajudam a entender o contexto social do município no período em que o Curso Normal Regional foi instituído, pois os alunos matriculados naquelas séries faziam parte de uma grande parcela da população naquela localidade.

Entre os dados que eram necessários para fazer a matrícula nessas séries mencionadas estão os seguintes: número da matrícula, data da matrícula, nome do aluno, sexo, existência ou não de certidão de registro civil, data de nascimento, idade em anos completos até 30 de junho, nacionalidade, série que vai cursar, se é a 1ª, 2ª ou 3ª vez que está cursando essa série, tempo escolar (na própria escola ou em outra escola), procedência do aluno (da própria escola, de outra escola federal, estadual, municipal, particular), se veio do próprio lar ou não, já sabe ler ou escrever, distância que reside da escola, aprovado ou reprovado ao exame, grau de aprovação, exclusão do aluno e motivo da exclusão, nome do responsável, é pai ou mãe, endereço, nacionalidade do pai e da mãe, profissão do pai e da mãe, instrução do pai e da mãe e religião do pai e da mãe.

Entre 1949 e 1955, foram encontrados registros de 2.664 matrículas nessas séries, e escolheu-se verificar os dados relativos aos pais e mães no que se refere a profissões, instrução, religião e endereços, objetivando perceber parte da dinâmica social existente naquele momento em São Francisco de Paula, pois “é importante focalizar a situação econômica e social da região (contexto)” (NOSELLA; BUFFA 2013, p. 69). Nos dados existentes nos censos realizados pela Fundação Estadual de Estatística, foram analisados indicadores envolvendo comércio atacadista, varejista, produção agropecuária, industrial, tamanho de propriedades, empregos, bem como alguns traços de indicadores sociais específicos relacionados à instrução. Nessa fonte escolheu-se um recorte de dados entre a década de 1940 e 1950 em virtude das coletas da FEE serem realizadas a cada dez anos, e mantendo o objetivo proposto de compreender como estava estabelecida aquela sociedade no período que antecedeu a abertura do CNR.

Com relação à análise do Jornal da Serra disponível no Arquivo Histórico Municipal de São Francisco de Paula, foram examinadas 234 edições entre 1946 e 1958, buscando notícias relacionadas com o CNR, entretanto também se escolheu aproveitar o contato com essa fonte e explorar elementos que pudessem auxiliar no

fornecimento de referências sobre a situação daquela sociedade e não apenas relacionadas à instituição.

Pelo número de anúncios relacionados com comércios e profissões encontrados nas edições analisadas, percebe-se que existia uma demanda alta de consumo daqueles serviços oferecidos, entre eles de tipografia, consultórios dentários, charutarias, bancas de jornal, escritórios de contabilidade, advocacia, aluguéis de salas (gabinetes) para consultórios odontológicos e médicos com especialidades, ao mesmo tempo havia a divulgação de produtos e serviços relacionados à agricultura e à pecuária.

A partir da coleta e seleção dos dados encontrados no Livro de Registro de Matrículas “Modêlo” I (1949-1955) LRMML, foi possível perceber que o município de São Francisco de Paula nesse período apresentava uma sociedade estruturada dentro de uma dinâmica que envolvia a presença de várias profissões, tanto na esfera privada quanto na pública. Havia uma comunidade com presença dominante de profissões exercidas por homens, em um total observado de 103 atividades em contrapartida com as 15 atividades exercidas pelas mulheres daquela época. Entretanto, mesmo com um número menor de presença em termos de profissões, as mulheres formavam os maiores grupos em quantidades nos ofícios encontrados.

Na Tabela 1, é possível verificar as maiores presenças profissionais masculinas dentro das 103 atividades, comparando-se às femininas, nas 15 atividades encontradas. No grupo masculino de profissões, observou-se a presença em maior número de turmeiros, que eram funcionários da prefeitura encarregados de realizar obras pelo território do município, entre essas tarefas a manutenção de estradas, pontes e prédios escolares. Na sequência, estão os operários em geral, agricultores, criadores, comerciantes, pedreiros, carpinteiros, choferes, mecânicos, funcionários públicos, escrivães, carreteiros e madeireiros, que nos remetem para algumas características econômicas dominantes naquele período, que tinham sintonia com a pecuária, agricultura e extração de madeira, de modo que acionavam a necessidade de existência de uma estrutura com prestadores de serviços que poderiam manter em funcionamento aquele sistema econômico específico.

Tabela 1: Profissões Maior Percentual.

Homens		Mulheres	
Turmeiro	145	Doméstica	655
Operário	110	Dona de Casa	340
Agricultor	81	Lavadeira	35
Criador	68	Professora	32
Jornaleiro	64	Costureira	5
Comerciante	57	Telefonista	3
Pedreiro	41	Zeladora	2
Carpinteiro	29		
Lavrador	26		
Mecânico	19		
Chofer	16		
Func. Público	14		
Escrivão	13		
Carreteiro	12		
Madeireiro	12		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No intuito de demonstrar mais claramente a constituição de profissionais naquele município, se agrupou em categorias com ofícios similares, e para isso, optou-se por separar em 5 grandes grupos, que são as mulheres, os autônomos, empregados gerais, funcionários públicos e também os específicos, que eram aqueles envolvidos com áreas administrativas, financeiras, jurídicas, econômicas e cartoriais. Nas Tabelas 2 e 3, estão listados cada um desses grupos para uma melhor visualização.¹⁶

Tabela 2: Grupo de Profissões das Mulheres.

Grupo Mulheres	
Empregada	1
Funcionária do Telégrafo	1
Roceira	1
Escrivã	1
Educadora	1
Cozinheira	1
Funcionária Estadual	1
Zeladora	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

¹⁶ Os nomes das profissões foram retirados de maneira literal do Livro de Registros de Matrículas Modelo I 1949-1955 das fontes documentais analisadas, o que em alguns casos não deixaram claro a função que o cargo poderia desempenhar na época, como é o caso das menções de educadora, zelador, zeladora, capitalista, negociante entre outros, o que pode indicar que é um nome utilizado pelo senso comum local na época.

Tabela 3: Grupos Profissionais Autônomos e Funcionários Públicos.

Grupo autônomos		Grupo funcionários públicos		Grupo específicos		Grupo empregados gerais	
Jardineiro	6	Fiscal de Estatística	1	Juiz de Comarca	1	Empregado do Matadouro	4
Lenhador	3	Fiscal de Turma	2	Coletor	1	Empregados Gerais	2
Sapateiro	6	Capataz de Turma	5	Advogado	4	Servente de Pedreiro	5
Padeiro	4	Fiscal da Coletoria	2	Tesoureiro	2	Bilheteiro	4
Ferreiro	11	Fiscal do Posto de Higiene	2	Bancário	6	Empregado de Hotel	1
Barbeiro	5	Fiscal Municipal	1	Agrimensor	4	Empregado Comércio	6
Músico	1	Funcionário DAER	3	Médico	5	Porteiro Prefeitura	2
Chapeador	1	Chefe do DAER	1	Promotor	1	Guarda do Posto Fiscal	2
Serrador	6	Operador do DAER	1	Guarda Livro	2	Zelador de Turma	2
Construtor	1	Funcionário Municipal	7	Empresário	1	Militar	2
Cambista	1	Servidor Posto de Higiene	1	Juiz	2	Notário	2
Cortador	7	Servidor da Justiça	1	Contador	1	Zelador de Estrada	2
Fazendeiro	2	Contínuo Prefeitura	1	Capitalista	1	Classificador	1
Pintor	7	Funcionário da Delegacia	1	Estatístico	1	Foguista	1
Açougueiro	4	Funcionário Estadual	1	Oficial de Registros	1	Negociante	1
Oleiro	2	Orientador Municipal	1	Escriturário	1	Soldado	3
Rádio Técnico	1	Funcionário Federal	1	Industrialista	1	Capataz Rural	1
Motorista	4	Funcionário da Hidráulica	3	Tipógrafo	1	Capataz de Turma	4
Viajante	6					Guarda Noturno	1
Marceneiro	2					Porteiro Servente	1
Alfaiate	3					Ajudante Eletricista	2
Caixeiro	1						
Enfermeiro	3						
Roceiro	4						
Funileiro	3						
Hoteleiro	5						
Eletricista	5						

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os anos que antecederam a chegada do Curso Normal Regional em São Francisco de Paula 1940-1950 apresentam referências importantes de indicadores sobre a performance populacional e econômica, bem como dos componentes que

podem auxiliar na compreensão de como aquele município estava estabelecido. A existência de repartições com autarquias federais e estaduais demonstram que havia no período uma movimentação importante de recursos naquela região, bem como vários setores que faziam parte dessas estruturas e seus funcionários.

O segmento de prestação de serviços é bastante amplo e variado, o que indica uma grande demanda populacional que fazia uso dessas ocupações. Seu cotidiano envolvia desde alimentação, hospedagem, entretenimento, transportes, imprensa e serviços gerais, entre tantos outros, como é indicado nos quadros anteriores.

Analisando as profissões dos responsáveis pelas matrículas que foram encontradas, percebeu-se em maior quantidade entre as primeiras 15 os turmeiros e os operários, seguidos dos agricultores e criadores. Os turmeiros eram funcionários que trabalhavam em grandes grupos, “turmas”, realizando obras para a Prefeitura em toda a extensão do município. A presença de operários, agricultores e criadores indica uma tendência dentro das relações de trabalho e economia daquela região vinculada à agricultura, pecuária e ao comércio em expansão, como demonstram os números encontrados e que serão apresentados mais adiante nos gráficos específicos.

A existência de grande número de profissões relacionadas com ofícios que podiam trabalhar de maneira autônoma, como comerciantes, pedreiros, carpinteiros, lavradores, mecânico, carreteiros, entre outros, revelam movimento de relações econômicas significativas para que fossem mantidas essas especialidades. Outro indício que corrobora o que foi mencionado é o grande número de funcionários ligados a instituições públicas em cargos estratégicos, como Fiscais de Coletoria e de Estatística, bem como as profissões específicas, entre elas os bancários, advogados, tesoureiros, agrimensores, contadores, estatísticos e escriturários, legitimando a existência de uma estrutura que dava amparo legal e operacional para um grande leque de instituições que faziam a composição de uma sociedade com aquelas características e volume de negócios.

Para entendermos melhor esse dinamismo municipal, faz-se necessário observar os números que a FEE¹⁷ nos fornece em seus arquivos de estatística da

¹⁷ A referência utilizada para subsidiar os dados foi a obra “De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul, Censos do RS 1803-1950”, de 1981, publicada pela Fundação de Economia e Estatística do RS-FEE, Porto Alegre/RS, por abranger todo o período que permeou a escrita desta

época em relação às peculiaridades importantes, como dados populacionais e de comércio, bem como de atividades que estavam ligadas ao agronegócio, que é um ponto de extrema importância naquela região durante muitos anos e envolvia uma rede de trabalhadores diretos e indiretos de maneira substancial.

O município de São Francisco de Paula estava constituído em 1950 por 9 distritos (Sede, Cazuzza Ferreira, Criúva, Eletra, Jaquirana, Juá, Oliva, Rincão dos Kroeff e Tainhas) e sua área de abrangência era de 6.155 km², entretanto, em razão de seus aspectos geográficos, culturais e históricos relacionados com a presença forte dos setores ligados ao campesinato, sua densidade demográfica sempre foi baixa: era de 4.78 habitantes por quilômetro quadrado na década de 1940, passando para 6.65 por quilômetro quadrado em 1950. Nas tabelas abaixo, estão demonstrados índices relevantes que ajudam a perceber melhor aquele cenário com relação à composição populacional, faixas etárias, e situação civil.

Tabela 4: População, distribuição e estado civil (1940)¹⁸.

1940	6.155 km ² / 4,78 hab/km ²	Homens	Mulheres	
População	Urbana	935	1.052	
	Suburbana	574	672	
	Rural	13.256	12.900	
Total		14.765	14.624	29.389
Estado Civil	Solteiro (a)	10.370	9.649	
	Casado (a)	4.138	4.338	
	Viúvo (a)	241	607	
	Separado (a), Desquitado (a), Divorciado (a).	15	19	
	Não Declarado	1	11	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Tabela 5: População, distribuição e estado civil (1950)¹⁹.

1950	6.155 km ² / 6,65 hab/km ²	Homens	Mulheres	
População	Urbana	1.177	1.466	
	Suburbana	957	1.034	
	Rural	18.638	17.638	
Total		20.772	20.135	40.910
Estado Civil	Solteiro (a)	4.489	3.420	
	Casado (a)	6.324	6.530	
	Viúvo (a)	335	810	

pesquisa, trazendo dados anteriores à emancipação do município até a década de 1950, quando o CNR passa a funcionar.

¹⁸ Para auxiliar na compreensão do tamanho de São Francisco de Paula em termos populacionais na época, o município de Taquara, do qual se emancipou no início do século XX possuía nessa mesma década 54.327 habitantes. Caxias do Sul, também na região nordeste, 39.677 e Porto Alegre 272.232 no mesmo período.

¹⁹ Nesse mesmo período (1950), o município de Taquara possuía 51.585; Caxias do Sul, 58.594; e a capital Porto Alegre, 394.151. Faço essas menções para uma melhor compreensão na visualização daquele momento em termos regionais e estadual.

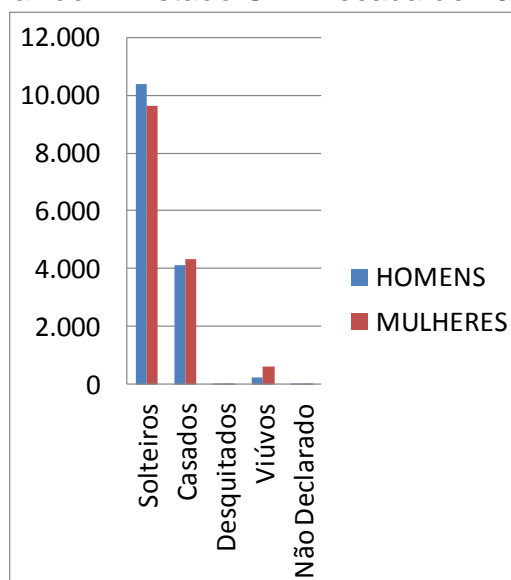
	Separado (a), Desquitado (a), Divorciado (a).	7	6	
	Não Declarado	34	11	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

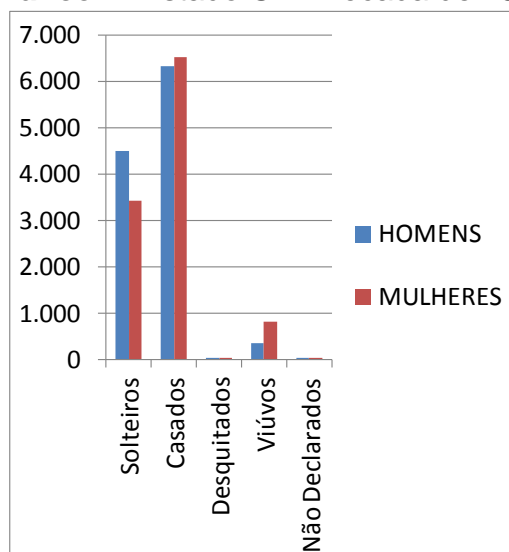
Os quadros demonstram um aumento populacional considerável do município, bem como indicam que a maioria dessa população não reside na área urbana e sim na zona rural, o que pode auxiliar a compreender a dinâmica econômica e seus elementos constituintes. O percentual de homens é maior em relação ao número de mulheres, apesar da diferença não ser significativa. Com relação ao estado civil da população, os dados indicam porcentagem maior de homens solteiros, bem como maior de mulheres casadas. Chama a atenção o grande número de mulheres viúvas nas duas décadas analisadas pelas estatísticas, o que, em estudos futuros, poderia nos trazer subsídios específicos para o entendimento dos motivos para o grande número de falecimentos de homens naquele local, o que o estudo atual não abrange.

No intuito de aproximar as realidades descritas acima, busquei trazer os números para a linguagem dos percentuais nos gráficos que seguem.

Gráfico 1: Estado Civil Década de 1940.



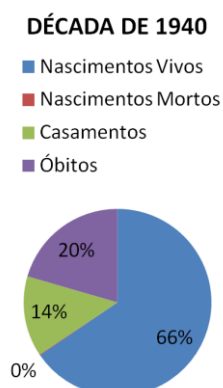
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico 2: Estado Civil Década de 1950.

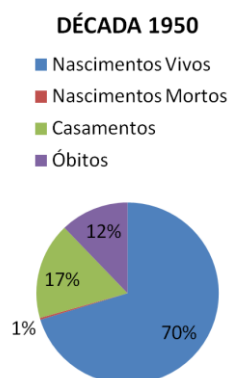
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os percentuais sobre os dados encontrados entre as décadas de 1940 e 1950 indicam uma sociedade com um equilíbrio em termos de número de indivíduos homens e mulheres casados e solteiros, mantendo um maior número de homens solteiros (1940: 35,285% contra 32,832%, 1950: 10,972% contra 8,359%) e um maior número para as mulheres casadas (1940: 14,760% contra 14,080% de homens casados, 1950: 15,961% contra 15,458%). Entretanto, como já mencionado, o número de mulheres viúvas é bem maior nos dois períodos investigados (1940: 2,065% de viúvas contra 0,820% de viúvos, 1950: 1,979% de viúvas contra 0,8118% de viúvos).

Com relação aos nascimentos de vivos, a realização de casamentos e falecimentos, percebeu-se que, entre as décadas de 1940 e 1950 (Gráficos 3 e 4), houve um aumento no número de casamentos e nascimentos vivos, e uma diminuição considerável no número de óbitos no mesmo período, como mostram os próximos gráficos. Esse dados podem estar indicando melhoras na estrutura de atendimento populacional em relação a saúde e aumento da ocupação urbana, bem como coincidem com a abertura do hospital de caridade, aspectos que podem ser aprofundados em futuros estudos.

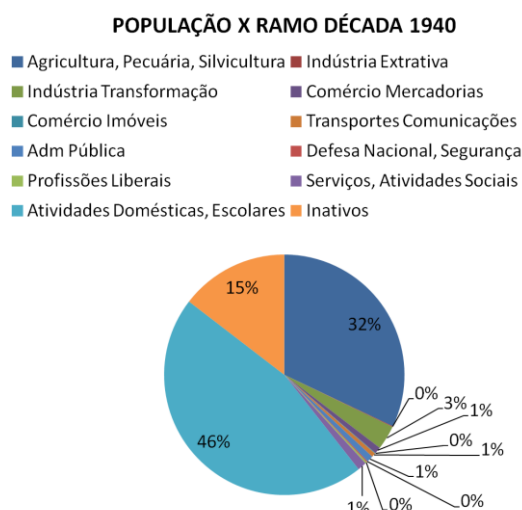
Gráfico 3: Nascimentos, Casamentos e Óbitos-1940.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico 4: Nascimentos, Casamentos e Óbitos-1950.

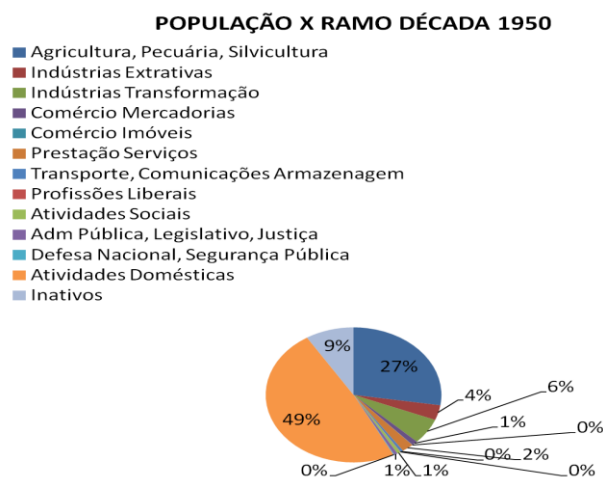
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Percebe-se que, com uma população em sua maioria residindo fora do perímetro urbano, as atividades econômicas em que havia predominância de ocupação eram aquelas que envolviam agricultura, pecuária e extrativismo de maneira direta, bem como atividades que utilizavam os produtos desses setores no comércio e indústrias de transformação, que poderiam estar localizadas na zona rural, como as serrarias e madeireiras, ou também na área urbana em indústria e comércio de móveis, ração para animais, sementes e insumos agropecuários utilizados em grandes quantidades. Nos próximos gráficos, apresenta-se a distribuição da população com mais de 10 anos de idade na década de 1940 e 1950.

Gráfico 5: População Ocupação Década de 1940.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Observa-se, no gráfico da década de 1940, um número expressivo de pessoas com mais de 10 anos ocupando-se nas atividades domésticas e atividades escolares, bem como na agricultura, pecuária, silvicultura e também de inativos. Como estamos observando uma sociedade que está constituída em grande parte nas áreas rurais, esses índices podem nos indicar neste estudo específico uma ligação com o grande número de escolas distribuídas na área territorial do município, como vamos verificar no andamento da pesquisa.

Gráfico 6: População ocupação década de 1950.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Pelos índices que as estatísticas trouxeram nas investigações sobre o contexto econômico daquele município, percebe-se que as atividades domésticas, agricultura, pecuária, silvicultura, indústrias de transformação eram peculiares há muitos anos e mantinham crescimento acentuado envolvendo grande parte da população acima de 10 anos de idade.

Houve naquele período um grande crescimento na área das indústrias extrativas, que, na década de 1940, eram 20 e passaram a ser 969 nos anos 50, bem como o comércio de mercadorias, que eram 173 e passaram a ser 291 na década seguinte. Há também indícios de algumas áreas em que houve decréscimo, como foi o caso do comércio de imóveis e das profissões liberais, entretanto, observando o quadro geral por ramo de ocupações, aconteceram crescimentos em todos.

Ao verificar que as grandes áreas que embasavam a economia estavam ligadas às produções agropecuárias, o estudo buscou detalhar os produtos que resultavam dessas atividades e suas quantidades. Também procurei encontrar uma noção de tamanho das propriedades, visto que a extensão territorial do município na época era grande (6.155 km²). Nos próximos gráficos, estão demonstrados índices referentes a quantidades dos rebanhos, bem como das espécies animais que eram criadas, as quantidades de animais abatidos, os produtos que tinham origem animal e em sintonia também os dados relativos aos implementos agrícolas encontrados na época. Outras informações vão se reportar às áreas de utilização daqueles estabelecimentos agropecuários, sua produção em hortifrutigranjeiros e o pessoal que se ocupava trabalhando nesses locais entre as décadas de 1940 e 1950.

Em um município com população em sua maior parte residindo e mantendo suas ocupações na área rural, as relações econômicas vão estar atreladas às atividades ligadas à pecuária e agricultura na maior parte, como demonstram os dados que seguem, relacionando os maiores rebanhos, quantidades de animais abatidos e espécie, bem como os produtos e quantidades de origem animal naquele período.

Observando os números dos gráficos (APÊNDICE A), vai ficando mais clara a relação de setores econômicos pertencentes com as ocupações populacionais das áreas rurais de São Francisco de Paula naquelas décadas. As produções oriundas das criações de animais, como carne, leite, ovos e queijo, entre outros, são

possíveis em virtude da existência das propriedades com extensões propícias para sobrevivência desses animais, bem como de espaços grandes para alimentação dos mesmos.

No gráfico sobre implementos agrícolas (APÊNDICE B), observa-se a relação entre a quantidade de arados e baixa quantidade de tratores, que pode indicar ou corroborar a presença e utilização de mão de obra e tração animal como uma característica daquela região.

Observando a relação entre tamanho das áreas e seus usos (APÊNDICE B), podemos inferir que tanto as produções agrícolas quanto as pecuárias vão possuir microespaços determinados dentro dessas propriedades, de acordo com seus usos e períodos no ano, como indica, por exemplo, a grande quantidade de culturas de longa duração com mais de 6 meses (APÊNDICE C) em conjunto com o elevado índice de uso pastagens para pecuária (APÊNDICE B). Essas relações de cenários estão ligadas diretamente com a ocupação dessa população e seus cotidianos de vida, relações sociais, culturais, religiosas, políticas, que vão ao mesmo tempo estar envolvidos com a presença das escolas e professoras naqueles interiores. Por isso a importância de conhecer essas informações como parte de um cenário maior, onde também vai estar inserida a criação do CNR.

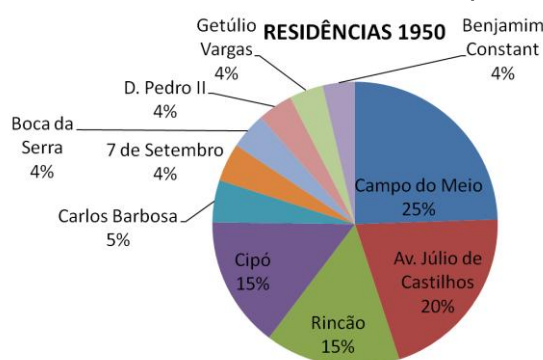
As quantidades e detalhamentos do número de pessoas ocupadas dentro de uma faixa etária nos estabelecimentos agropecuários de São Francisco de Paula nas décadas de 1940 (que antecedem a chegada do CNR) e 1950 (quando se estabelece o CNR) apontam para sinais que demonstram como eram constituídos aqueles locais. Os gráficos (APÊNDICES C e D) mostram as divisões de ocupação entre homens e mulheres junto aos proprietários (familiares), bem como empregados. Nesse sentido, existe também, na década de 1940, uma diferenciação de nomenclatura em relação aos trabalhadores desses estabelecimentos que pode indicar a região de origem dos mesmos como sendo de colonização italiana, no caso chamado de “colonos” nas estatísticas. Vale lembrar que os limites territoriais do município de São Francisco de Paula são em grande parte com Caxias do Sul, área de colonização italiana.

Com relação aos estabelecimentos que se ocupavam de atividades industriais e de comércio (atacadista e varejista), os números encontrados (APÊNDICE E), neste estudo indicam que os maiores índices de estabelecimentos estavam ligados

à indústria (156) e ao comércio varejista (121), sendo o atacadista o menor número (8). Com relação ao número de empregados, a maior quantidade também estava vinculada à indústria (1.613), e na sequência o comércio varejista (276) e atacadista (30). Do número total de empregados da área industrial, 1.363 são operários, o que nos conduz ao elevado número de responsáveis encontrado no registro de matrícula anteriormente mencionado. Com relação aos estabelecimentos do comércio varejista, do total de pessoas ocupadas nessa atividade, 152 estavam na administração e 124 empregados; no caso do comércio atacadista, 14 trabalhavam na administração e 16 como empregados. Esses números são importantes pois trazem a relação mais próxima da área urbana naquela época e mostram um pouco mais das estruturas que existiam nesses setores.

Outro dado importante foi analisar a procedência das famílias dos alunos no Registro de Matrículas, ou seja, de quais endereços os estudantes que frequentavam as séries primárias eram oriundos. Esse subsídio serviu para entender um pouco da distribuição daquela população e de maneira indireta também aferir qual era o público frequentador da instituição naquele tempo. No gráfico a seguir, o resultado demonstra os números obtidos após as filtragens e tabulações.

Gráfico 7: Residências dos responsáveis pelos alunos 1950.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Pelos números obtidos, a maioria dos estudantes tinha como procedência as áreas periféricas da cidade, ou seja, as regiões dos subúrbios afastados do centro e com predominância de famílias constituídas por turmeiros e operários, bem como alguns autônomos de ofício, como padeiros, sapateiros, carpinteiros, pedreiros e jornaleiros. Entretanto, um número significativo de alunos residia na avenida

principal da cidade (Av. Júlio de Castilhos), uma área de famílias com um poder aquisitivo maior na época.

A partir das análises e dos indícios que as fontes utilizadas para esse fim mostraram, é possível entender como estava constituída a sociedade daquele município em relação a aspectos ligados a economia, empregos, distribuição da população, ocupação de homens e mulheres, religião, estado civil, tamanho de estabelecimentos e instrução, entre outros.

Com relação aos aspectos populacionais, havia um maior número de homens em relação ao grupo representado pelas mulheres, ao mesmo tempo verificou-se um número expressivo de mulheres viúvas. Nas profissões, a existência de um número significativo exercido por homens (103) em comparação às mulheres (15) indica um forte estreitamento de oportunidades profissionais. Existia um grande número de homens ocupados nas funções de turmeiros, operários, agricultores e criadores, seguidos de profissionais ligados aos ofícios autônomos. No caso das mulheres, a maior quantidade dessas profissionais foi encontrada exercendo funções de domésticas, dona de casa, lavadeiras e professoras.

A população que vive nas áreas rurais predominava nesse período estudado e, com relação ao estado civil da população, as mulheres casadas aparecem em maior número. Entre as décadas de 1940 e 1950, houve altos índices de natalidade, diminuição de número de óbitos no mesmo período e aumento do número de casamentos, o que pode indicar sinais em sintonia com concepções locais relacionadas à constituição familiar e religiosa.

No tocante às ocupações nas décadas estudadas, destacaram-se as atividades domésticas, atividades escolares, agricultura, pecuária e silvicultura. A pecuária extensiva, com criação de bovinos, ovinos e suínos, comprova-se no número de animais abatidos (Apêndice A) e nas produções de origem animal. Chama atenção o gráfico de implementos agrícolas, em que a quantidade de arados é maior do que a de tratores, indicando que o modelo de arado mais utilizado era com tração animal e uso de mão de obra humana, mesmo na década de 1950.

Essa observação nos instiga a verificar também que o tamanho da maioria das propriedades rurais tinha entre 10 e 1.000 hectares (Apêndice B), o que pode indicar, de acordo com os outros índices (produção animal e agrícola), que somente parte desses imóveis era arável e a maior extensão estava destinada à pecuária

extensiva (campos de gramíneas). A maior parte da produção agrícola estava ligada às culturas de longa duração, ou seja, com mais de 6 meses entre o plantio e a colheita, como indica o apêndice C, com os índices de milho, trigo e feijão, aqui considerando também o clima na região em função dos invernos rigorosos e a rotação de culturas em decorrência disso.

Com relação à ocupação de pessoas nos estabelecimentos agropecuários, o número de homens e mulheres apresenta indicativos que mostram grande parte dos familiares envolvidos nessas atividades (Apêndice C/1940), mas também a existência de homens colonos e empregados em maior número (Apêndice C/1940). Esses números aumentam na década de 1950, quando levamos em consideração o número de homens com mais de 15 anos (familiares) ocupados e uma diminuição de mulheres na mesma função nas famílias, podendo indicar uma saída dessas mulheres para a área urbana, pois no mesmo período o Ginásio com internato feminino e o CNR com o maior número de mulheres normalistas estão sendo efetivados.

Com esses dados, o município de São Francisco de Paula que existia quando da instituição do CNR em 1953 na Escola Normal Regional construída no final da década de 1940 apresentava vários sinais sociais, econômicos, religiosos e tradicionais na constituição de sua sociedade. É possível que parte desses traços observados até este momento tenham sido levados de certa maneira para o interior do CRN junto com as normalistas em suas bagagens socioantropológicas e se misturaram aos aspectos de formação dentro daquele processo didático-pedagógico que ocorreu naquele curso. Buscou-se compreender as circunstâncias relacionadas com a escolarização existente quando da chegada do CRN naquele município.

2.2 ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

A busca por compreender como era o ambiente relacionado com a escolarização e a formação de professores em São Francisco de Paula remete inicialmente à presença de professores e professoras que atendiam nos seus domicílios em grande número na área urbana e, no caso das áreas rurais, faziam

seu trabalho de instrução em casas de terceiros, geralmente em fazendas que se tornavam pontos de referência para onde se dirigiam as crianças de determinadas famílias.

Esses professores e professoras em grande parte passavam a residir junto com famílias onde também exerciam a docência, ou pagavam pensão nessas casas, lecionando em salões comunitários dos vilarejos, geralmente em comunidades ligadas à igreja católica, que cedia o espaço para que as aulas ocorressem, bem como as catequeses, relação que pode ser aprofundada em futuros estudos.

Observando as fontes utilizadas neste estudo, encontrou-se no “ANNEXO Nº 3. MAPPA DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETTRAS DE MENINOS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL”, do Relatório da Assembleia da Província de 1846, a indicação de que em São Francisco de Paula de Cima da Serra havia uma escola “vaga” “creada em 02.01.1843” (ROCHE, 1961, p.183), entretanto sem menção de ordenado, número de alunos, nem de qualificação do estabelecimento, indicando que estava sem uso.

Como já mencionado, a maior parcela da população residia e se mantinha atrelada ao espaço rural, o que naturalmente permitia a existência dos serviços de instrução domiciliares, pelo menos em algumas famílias. Geralmente, as despesas com a função desses professores eram divididas entre as famílias que faziam uso do serviço de instrução, bem como da concessão de um imóvel para esse fim, ou mesmo parte da própria residência usada em determinados dias e horários para receber alunos e ter as aulas.

O contexto daquele cotidiano na área rural estava atrelado às atividades agrícolas, pecuárias e extrativas, nesse caso a produção madeireira, que utilizava um número significativo de mão de obra em todo o processo que envolvia desde a derrubada das araucárias, seu transporte e beneficiamento.

O município possuiu muitas “vilas” em seu território, agrupamentos de pessoas que criavam uma estrutura de localidade, inicialmente como um acampamento e depois com melhorias nas benfeitorias para que os trabalhadores e famílias envolvidos na produção madeireira pudessem permanecer estabelecidos no tempo em que essa atividade estivesse ocorrendo. Em muitos casos, a permanência desses grupos era longa, ultrapassando décadas e possibilitando, a partir da melhora da infraestrutura local, a criação de futuros distritos.

Essa menção é importante, pois onde eram estabelecidos esses agrupamentos também havia espaço para a presença de um professor ou professora que poderia usar sua casa como escola, ou mesmo pagar uma pensão/aluguel em uma casa particular e utilizar um espaço daquele local para lecionar.

Contextualizar elementos que constituíram a conjuntura municipal nesse período está ligado diretamente aos resultados encontrados a partir da análise das fontes documentais disponíveis até o presente momento desta pesquisa. Há, até agora, dificuldades em verificar documentos específicos relacionados com a educação e ligados aos órgãos locais em virtude da ausência de estrutura própria para tal função como, por exemplo, um Arquivo Histórico Municipal e um Arquivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Os indícios foram sendo encontrados com a colaboração de funcionários que orientam, indicam e sugerem outras perspectivas de fontes.

Nesse sentido, alguns dados auxiliaram na verificação, por exemplo, do grau de instrução populacional, encontrado nos documentos da FEE (1981), relacionados com os Censos entre 1903-1950, pela análise de decretos municipais entre os anos de 1949-1960 e das fichas de admissão de professoras encontradas entre 1940-1960. As matrículas que foram realizadas no CNR quando da sua abertura em 1953 também podem servir de princípios que demonstram a existência de número expressivo de professoras exercendo atividade sem o diploma fornecido pela Escola Normal, mediante a observação do status de sua frequência onde constam “livre” e “obrigatória”, indicando que essas alunas poderiam se ausentar das aulas presenciais em função de exercerem a docência em outras escolas, mesmo sem a diplomação.

As Tabelas 7 e 8 nos indicam alguns princípios que podem ajudar na construção da análise do panorama de instrução do município e a chegada do Grupo Escolar. Há um espaço entre os recenseamentos, porém o aumento da população é visível. Também se observa que o recenseamento de 1950 mostra oscilações grandes nos índices aferidos. Nos números de 1920, é necessário lembrar que a abertura do Grupo Escolar pode ter contribuído para que mais pessoas buscassem a instrução, entretanto deve-se levar em conta que os

resultados abrangem somente dois anos entre a abertura da escola (1918) e os resultados (1920), indicados na Tabela 7.

Com relação aos dados encontrados na Tabela 8 (1950), apesar de o censo não aferir a idade da população recenseada, relacionada com o índice verificado, observa-se um aumento significativo nos números que indicam quem sabe ler e escrever, dentro do total geral. A presença da escola pode ter contribuído para essa mudança, pois se constata que quase metade da população está dentro do grupo onde consta o aumento de percentual.

Tabela 6: População que sabe/não sabe ler e escrever (1920).

Idade	Sabem ler e escrever	Homens	Mulheres
0-14 anos		729	668
15 anos ou mais		3.596	2.321
	Não sabem ler e escrever		
0-14 anos		4.990	4.906
15 anos ou mais		2.812	3.998
Total Geral	24.020		

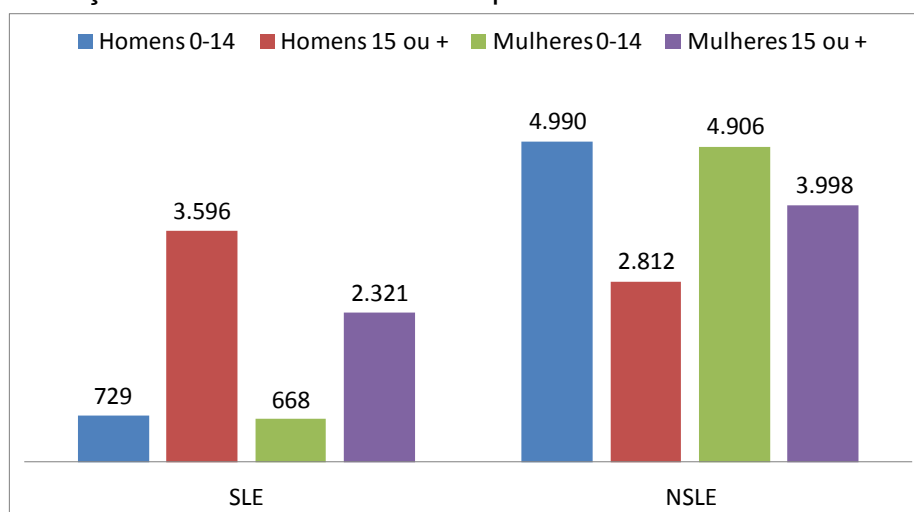
Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir do Censos 1903-1950-FEE p.129/130.

Tabela 7: População que sabe/não sabe ler e escrever (1950)

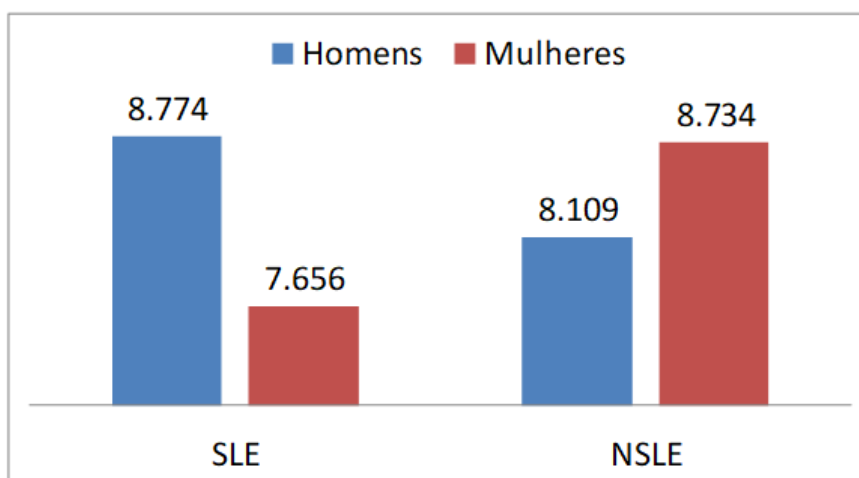
Sabem Ler e Escrever	Homens	Mulheres
	8.774	7.656
Não Sabem Ler e Escrever	8.109	8.734
Total Geral	33.273	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir de Censos 1903-1950 - FEE p.180.

Nos Gráficos 8 e 9 foram inseridos os números das tabelas e, para uma representação gráfica única, com a intenção de uma melhor visualização, sendo que as siglas têm os seguintes significados: HSLE (Homens que sabem ler e escrever), HNSLE (Homens que não sabem ler nem escrever), MSLE (Mulheres que sabem ler e escrever), MNSLE (Mulheres que não sabem ler, nem escrever). Fica perceptível que, na década de 1950, houve um aumento no percentual de mulheres que sabiam ler e escrever, entretanto, o número ainda permanecia inferior ao índice masculino. A presença do Grupo Escolar pode ter influenciado essa mudança com relação à maior presença feminina nas estatísticas.

Gráfico 8: Relação de homens e mulheres que sabem/não sabe ler escrever (1920).

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 9: Relação de homens e mulheres que Sabem e Não Sabem Ler e Escrever (1950).

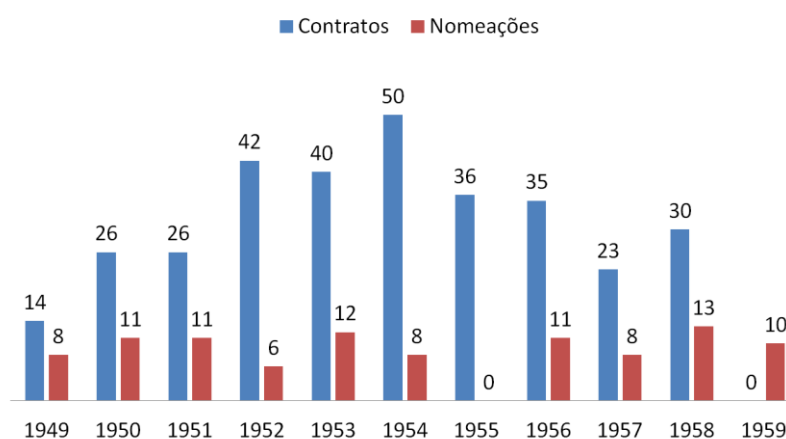
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No período compreendido entre 08 de março de 1949 e o ano de 1960, houve uma movimentação de professores envolvendo nomeações, promoções, transferências, contratações e desligamentos. Foram analisados 433 decretos relacionados com nomeações e contratações somente de professoras, sendo que não há data de finalização relativa ao ano de 1960, pois não houve nomeações nem contratações nessa data. O resultado obtido a partir dessa análise está demonstrado no Gráfico 10, a seguir. O primeiro grupo de colunas refere-se aos contratos e, o

segundo, às nomeações ocorridas dentro desse período indicado no início do parágrafo.

Após as análises realizadas, percebeu-se que a maior parcela de vínculos empregatícios nesse período (1949-1960), entre professores e município, ocorreu na forma de contratos anuais, pois foram poucas as nomeações de concursos. A banca examinadora escolhida para os concursos no município era a do Grupo Escolar. O CNR foi aberto dentro desse espaço (1953), em que foram constatados esses decretos, e, mesmo assim, o número de professores nomeados permaneceu baixo em comparação com os contratados. O ano de 1954 será o período de perda dos territórios de Oliva e Criúva no movimento de anexação ao município de Caxias do Sul, referência essa que deve ser considerada em função do número de escolas nos distritos mencionados e da possível diminuição de docentes vinculados ao município em virtude disso. Percebeu-se que as maiores alterações na quantidade de desligamentos e contratações ocorreram em trocas de gestões, o que pode indicar uma prática com relações entre o poder político local e trabalho.

Gráfico 10: Análise da movimentação de professores em São Francisco de Paula entre 1949 e 1959.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Observando os dados obtidos nas fontes encontradas, que dizem respeito aos contratos e nomeações de concursos naquele município, verificou-se uma grande movimentação de contratos em todo o período comparado com a baixa quantidade de professores nomeados. A década de 1950 apresentou um número crescente em comparação às contratações, o que pode significar um alinhamento municipal com as políticas públicas estaduais vinculadas ao Governo de Leonel

Brizola, que pretendeu levar escolas até os locais mais longínquos do Rio Grande do Sul, mas talvez também esteja relacionada com as turmas de normalistas de Regentes de Ensino Primário que passaram ser constituídas nessa época.

Na busca de mais esclarecimentos sobre esse contexto, procedeu-se análise nos editais do município para identificar o número de escolas que existiam na época em todo o território de São Francisco de Paula, entre instituições estaduais e municipais e no decreto nº 59 de 25 de maio de 1954 (APÊNDICE F e ANEXOS 12,13 e 14), que dispunha sobre o ensino municipal, indicando o provimento e a fixação de professores e professoras nas escolas municipais. Nesse decreto consta a descrição de 112 escolas municipais com o nome da instituição e os docentes designados, bem como 8 Grupos Escolares Estaduais dentro do território municipal, 3 Escolas Escolares e 1 instituição escolar da Legião Brasileira de Assistência.

O panorama apresentado por esse decreto envolve diretamente mais de 100 professores em toda a extensão do município, em localidades e vilarejos com as mais diferentes características sociais, níveis econômicos e distância da sede do município. Nesse período, o CNR está se constituindo, e grande parte desses docentes estarão na composição das turmas como normalistas, pois não possuíam naquele tempo as certificações de acordo com a exigência da legislação. Muitas escolas também não tinham Regentes de Ensino Primário, como é comprovado observando somente nesse decreto 19 escolas em 19 localidades diferentes com vagas abertas para a ocupação de professores. Foi importante nesse momento refletir sobre o contexto local do município em vários âmbitos, desde culturais, econômicos, geográficos, religiosos, tradicionais e políticos, pois não é possível pensar na constituição do CNR como instituição isolada dessa conjuntura.

Não havia até o ano de 1953, em São Francisco de Paula, uma instituição com a finalidade de formação de docentes, motivo pelo qual os profissionais que lá atuavam eram formados em outros municípios e para lá eram designados. Observando os Fichários disponíveis dos Professores do Grupo Escolar, o Termo de Posse (1952-1955) e o Livro de Situação Funcional dos Professores verificou-se que a maioria das professoras se formaram na Escola Normal de Porto Alegre e na Escola Normal São José. Foram encontradas referências sobre normalistas formadas em outras escolas nas edições consultadas do Jornal Folha da Serra, em

que se publicaram anúncios de congratulações para famílias de formandas que realizaram o curso em outras cidades.

Também havia um número significativo de professores que atuavam sem ter a formação necessária para a execução de seus trabalhos, como é mencionado em várias das entrevistas realizadas com as egressas. A chegada do CNR em São Francisco de Paula na década de 1950 foi um marco importante no âmbito educacional, social, político entre outros, como será possível verificar nos próximos capítulos.

2.3 O GRUPO ESCOLAR ESTADUAL: O PRINCÍPIO (1918) DO CNRSFP

Neste estudo envolvendo o espaço de formação docente no CNRSFP, no Colégio Estadual José de Alencar, convém lembrar sua origem como Grupo Escolar Estadual em 1918 e mencionar a relação desse modelo de escola primária no Brasil, mesmo que sem aprofundamento, em virtude de não fazer parte do objeto central desta pesquisa.

A criação dos Grupos Escolares remete à Constituição de 1891, quando a responsabilidade pela instrução primária indica os Estados, bem como seus municípios, em virtude da falta de verbas da União para tal empreitada. Olhando com lentes contemporâneas, esse fato nos indica que algumas regiões do Brasil, em virtude de seu desenvolvimento econômico e também de influências políticas, tiveram condições mais favoráveis do que outras não tão prósperas. Bencostta (2011) apresenta subsídios para essa interpretação, indicando em que local foi implantado pela primeira vez esse modelo escolar: São Paulo, no ano de 1893, “previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios” (BENCOSTTA, 2011, p. 69).

O cenário de identificação dos Grupos Escolares, tanto em sua parte arquitetônica inovadora quanto a parte das práticas didático-pedagógicas que a princípio trariam uma ideia de inovação relacionada ao passado do ambiente educacional imperial, nem sempre se concretizou, e apesar de os discursos na

época indicarem a educação como o pilar do desenvolvimento do país, assim como ocorria na Europa, havia certo espaço entre a parte operacional e organizacional.

O panorama relacionado com a educação naquele município, nos primeiros anos após a emancipação, está diretamente ligado a aulas particulares que ocorriam nas residências dos professores, pelo menos até 1914, quando a Prefeitura vai subvencionar esses professores e suas aulas passam a acontecer em uma casa comercial na Avenida Júlio de Castilhos, esquina com a D. Pedro II, onde atualmente está a Rua Henrique Lopes da Fonseca. Nesse ponto da cidade, foi instalado o primeiro Colégio Municipal, sendo o primeiro diretor Nestor Lopes Coelho.

Após quatro anos de existência, aquela escola tornou-se o Grupo Escolar Estadual, no dia 01 de abril de 1918, com base no Decreto nº 2333 de 22 de março de 1918, sendo então o referido prédio doado ao Estado pelo Intendente Odon Cavalcante Carneiro Monteiro, de acordo com a escritura pública que se encontra no Livro 24 de notas da Comarca, registrada em 19 de setembro de 1922. Nesse mesmo ano, conforme registrado nas Fotografias 37 e 38, a seguir, observa-se parte das comemorações do centenário da independência realizadas em frente ao Grupo Escolar e com um número expressivo de alunos, pelo que se observa nos uniformes. As imagens auxiliam trazendo significados importantes para este estudo, no sentido de sua contribuição, evocando pela iconografia os sinais que os sujeitos deixaram nessa comunidade enquanto seres produtores de políticas, pensamentos, ações, ou seja, permitem que as marcas deixadas na fotografia falem simbolicamente conosco.

Fotografia 28: Constituição do 1º Corpo de Escoteiros, com 84 meninos, prestando juramento à bandeira na Festa do Centenário da Independência. O Intendente Municipal Odon Cavalcanti segura a bandeira. Ao fundo, observa-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1922).



Oitenta e quatro meninos constituindo o primeiro corpo de escoteiros, prestam juramento à bandeira, que se vê empunhada pelo Intendente Odon Cavalcanti. Festa do Centenário.

Fonte: Acervo particular do senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

As imagens estão carregadas de símbolos sociais da época e, nesse caso, observamos que o espaço público utilizado para os eventos que foram registrados é em frente ao prédio do Grupo Escolar Estadual, em local amplo e de destaque. O intendente representa o poder público e se “movimenta” naquele espaço, legitimando a existência desse poder, também é o “doador” do espaço físico para a existência da escola. E outros elementos se entrelaçam nos olhares e gestos, vestuários de gala, uniformes militares e na exaltação de símbolos como a bandeira. A força dessa tradição vai permanecer naquela comunidade e influenciar vários aspectos sociais e educacionais durante várias décadas, pois, como afirma Werle, “está envolvida a questão da autenticidade e o quanto uma tradição conforma indivíduos e grupos mediante práticas fixas e repetidas” (WERLE, 2012, p. 82).

Essa dinâmica, que envolvia o evento permeado de símbolos da tradição e a população, em especial os estudantes, como se observa na Fotografia 29, bem como o espaço físico em um cruzamento central em frente ao Grupo Escolar,

possui um significado identitário que respingava nos cotidianos escolares iniciais e pode, na década de 1950, ainda ter permanecido em relação aos ritos escolares, como veremos mais adiante.

Fotografia 29: O Intendente Municipal Odon Cavalcanti distribui medalhas de honra aos vencedores do concurso de tiro 24 de maio. Festa do Centenário da Independência. Ao fundo, observa-se o Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1922).



O Intendente Municipal Odon Cavalcanti distribuindo as medalhas de honra aos vencedores do concurso de Tiro 24 de Maio. Festa do Centenario.

Fonte: Acervo particular do senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

Naquele momento, a escola contava com quatro professoras: Antonia Mattos, Alma Volkart, Marieta dos Santos Braga e Ursulina Paglioli de Lucena. O diretor era Anthero Gonçalves de Almeida. Uma característica que se observa nas primeiras fotografias do Grupo Escolar é a presença de alunos uniformizados, assinalando, com o uso desse traje, certa noção de organização e disciplina, como se observa na Fotografia 30, feita nos fundos do prédio da instituição.

Fotografia 30: Grupo Escolar Estadual José de Alencar - fundos (1919).



Fonte: Acervo do Colégio Estadual José de Alencar (2019).

As aulas não foram ministradas naquele local imediatamente, em vista de problemas estruturais e da ausência de móveis para receber alunos. As turmas passaram a ter suas aulas nas casas das professoras, e o porteiro da escola levava diariamente com o livro-ponto nas residências colhendo as assinaturas.

Conforme consta no Livro de Registro de Matrículas, feito pelo 1º Diretor, Antero Gonçalves de Almeida, o número de matrículas na 1ª turma, no ano de 1918, é de 210 alunos. Salienta-se a presença dessa fonte documental que é o Livro de Registro dos primeiros alunos desde 1918 e que se encontra em bom estado de conservação, junto ao Arquivo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar, como pode se verificar pela Fotografia 31, disponibilizada para este estudo.

Fotografia 31: Livro de Registros de Matrículas (1918-1939) do Grupo Escolar Estadual José de Alencar.



Fonte: AICEJA (2019).

Em outubro de 1918, um novo Diretor assume o Grupo Escolar Estadual; trata-se de Adelino Pereira de Souza, baiano de nascimento, o responsável por levantar pedidos de empréstimo junto à comunidade da vila, para aquisição de materiais necessários para que efetivamente o prédio pudesse ser ocupado e iniciasse seu funcionamento. Nos Anexos 7, 8 e 9 podem ser observados os registros de materiais de ensino e mobiliário pertencentes ao “Collégio Ellementar” encontrados e listados pelo primeiro diretor, Anthero Gonçalves de Almeida, em 10 de abril de 1918, bem como as primeiras listas de materiais (Anexos 10 e 11), que chegaram no Grupo Escolar em junho, julho e agosto de 1918, bem como sua descrição. Esses registros aqui inseridos têm a intenção de contribuir, indicando que havia de certa maneira uma cultura escolar específica atrelada àquele cotidiano. Se analisássemos todas as listas que existem no AICEJA, detalhando quantidades e modelos de materiais utilizados naquele Grupo Escolar a partir de 1918, seria possível ter uma noção preliminar daquele universo.

Observa-se que, pelos números do recenseamento de 1920, a maioria da população do município de São Francisco de Paula reside na área rural. Pelo

Quadro 9 e cruzando os números registrados nas primeiras turmas encontradas no Livro de Matrículas 1918/1939, confirmam-se esses indicativos, o que nos leva a refletir sobre alguns aspectos locais como, por exemplo, se todos os alunos que estão matriculados no Grupo Escolar estariam anteriormente no Colégio Elementar, bem como, no caso de aulas particulares, se haveria espaços suficientes para essa quantidade de alunos. Caso não houvesse, onde permaneciam essas crianças? Com o desenvolvimento do estudo, outros campos de futuras pesquisas vão desdobrando-se e podem trazer mais subsídios.

Quadro 9: População Urbana e Rural (1920).

População	Quantitativo
Urbana	1.200
Rural	24.000

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir de Censos 1903/1950 – FEE 1981 p.128

O primeiro diretor foi Antero Gonçalves de Almeida, que fará a transição entre Colégio Elementar Municipal e Grupo Escolar Estadual José de Alencar. Nas fontes documentais analisadas, observam-se sinais específicos do contexto histórico no período em que o Grupo Escolar é instalado (final da 1ª Guerra Mundial), como apresentado na Fotografia 32, que pode servir como parte de subsídios para analisar espaço e tempo, bem como contextos e cenários abrangendo ambientes, práticas e representações (DAROS; VANZ, 2018)²⁰, como a postura dos estudantes, os uniformes militarizados, a posição de meninas e meninos, o diretor no centro da imagem, o brasão riograndense acima de todos, o gestual dos braços cruzados.

²⁰ Fotografia apresentada no ST 14 – História da Educação e das instituições educativas: narrativas, culturas e as relações de poder, no XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) em Porto Alegre, julho de 2018, com o título “O “colegião” de São Francisco de Paula/RS no seu centenário (1918-2018): possibilidades de pesquisa na análise de fotografias, pelo doutorando Dilnei Abel Daros e mestrandia Samanta Vanz, da Universidade de Caxias do Sul-UCS.

Fotografia 32: Grupo Escolar Estadual José de Alencar (1918). Na porta, o Diretor Antero Gonçalves de Almeida.



Fonte: Acervo do Colégio Estadual José de Alencar (2019).

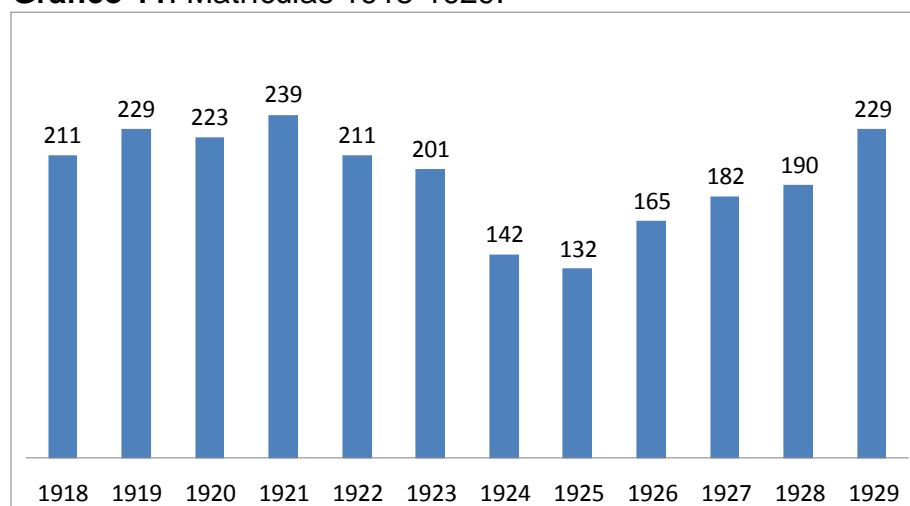
Entre a década de 1920, quando o Professor Adelino deixa o cargo, até o final da década de 1940, o “colegião”, como ficou conhecido pela comunidade, passou por algumas alterações que irão abranger, por exemplo, o estabelecimento do curso supletivo, entre 1946 e 1949 (Diretora Olinda Holmer), fechado por falta de frequência, criação do Jardim da Infância (1949) (Diretora Lélia Costa Gomes), interrompido por falta de salas de aula, e a chegada de professoras nos cargos de direção. Esse período, que engloba o momento da emancipação do município até o final da década de 1940, não é parte do objeto de estudo desta pesquisa, mas pode, no seu devido momento, compreender um estudo específico.

Entretanto, como o objeto deste estudo não se encontra isolado historicamente, e, conforme lembra Luchese, “a historicidade das instituições escolares precisa ser entretida compreendendo-as como construções histórico-culturais” (LUCHESE, 2018, p. 56), é pertinente, como fator agregador de conhecimentos para uma melhor visualização das quantidades de alunos que essa instituição possuía, que tenhamos os dados que estão nos Livros de Registros de Matrículas, conforme seguem.

Assim também se tem uma noção do que essa escola representava naquela comunidade em relação ao número de alunos atendidos nas décadas que antecedem a chegada do Curso Normal Regional. Nos gráficos abaixo, os números de matrículas foram retirados dos Livros de Registros de Matrículas e separados, para uma melhor visualização, em décadas aproximadas, de acordo com o que as fontes documentais encontradas forneceram nas análises.

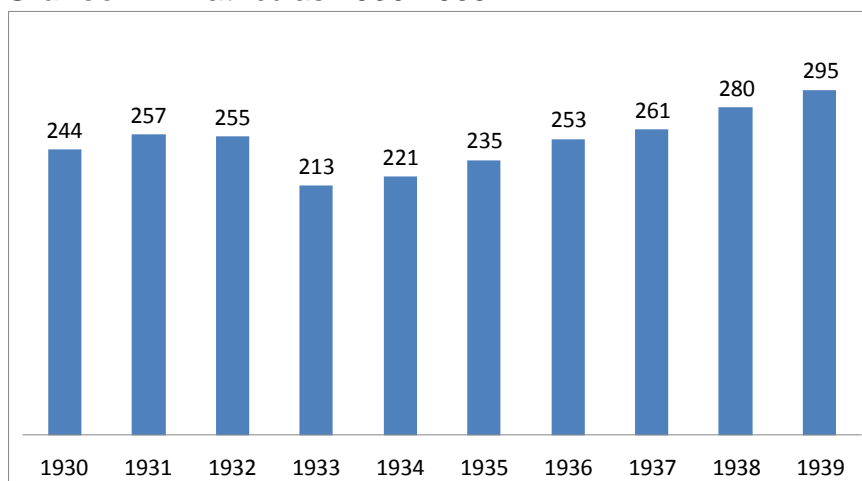
Percebe-se que o estabelecimento escolar manterá, com breves oscilações, a média da quantidade de alunos que o prédio permitia, sofrendo uma diminuição gradativa a partir de 1922 até 1928, sendo que o ano de 1925 é o momento que apresentou a maior defasagem de matrículas (Gráfico 11).

Gráfico 11: Matrículas 1918-1929.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

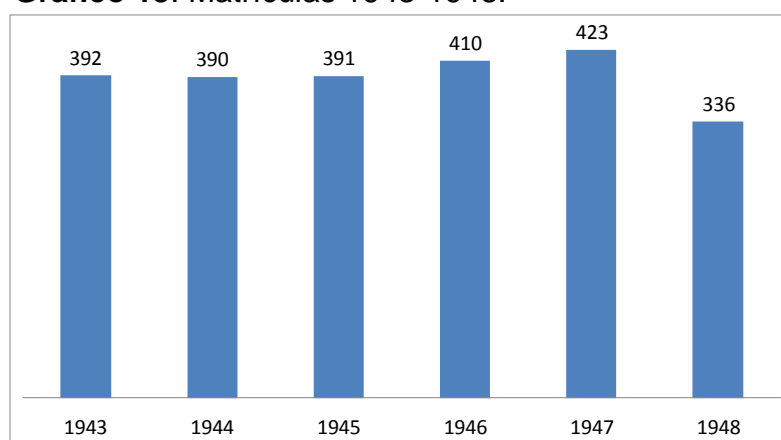
Gráfico 12: Matrículas 1930-1939.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A partir da década de 1930 (Gráfico 12), o número de alunos matriculados nessa escola passa a crescer, e a oscilação diminui, mantendo-se uma taxa de elevação em média de 10 alunos de acréscimo a cada ano. Observando os dados populacionais, é possível fazer uma análise superficial a partir da qual talvez se perceba que, mesmo com o aumento de matrículas na década de 1930 e o contínuo crescimento na década de 1940, como se vê no Gráfico 13, ainda havia muitas crianças fora da escola.

Gráfico 13: Matrículas 1943-1948.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O contexto escolar no município, dentro do período estudado nesta pesquisa (1953-1962), apresenta um quadro com mais de 100 escolas (Decreto nº 59, 25.05.1954) em sua área de abrangência, sendo municipais e estaduais, em sua grande maioria pertencente à categoria de escola isolada, conforme descreve o edital com a descrição dos nomes e locais de designação de cada professor e professora transcritos (Apêndice F) e documento oficial (Anexos 12,13 e 14).

Observar com atenção esse apêndice citado no parágrafo anterior e os anexos onde constam 112 Escolas Municipais, 8 Grupos Escolares, 3 Escolas Escolares, 1 Escola Rural e a Legião Brasileira de Assistência, juntamente com os professores designados, auxilia na percepção sobre o tamanho territorial do município de São Francisco de Paula, na década de criação do Curso Normal Regional, bem como sobre a complexidade da estrutura operacional para manter essas instituições e suas condições em longas distâncias da sede municipal, bem como o número de escolas com vagas abertas sem professor, o tamanho dos

distritos em função do número de escolas e o tamanho das populações naqueles vilarejos.

Essa multiplicidade de elementos, acionados com uma fonte, como esse decreto, indica-nos que há ainda um grande campo para ser estudado nesse município em relação à História da Educação, das instituições, dos docentes e remete ao que escreve Luchese:

[...] nesse jogo de vida-morte, de passado-presente, documentos-monumentos, não podemos esquecer que as narrativas históricas da educação, derivadas das pesquisas que produzimos, são resultado de trabalho com questões de pesquisa possíveis no tempo em que vivemos (LUCHESE, 2014, p. 159).

A formação de professores no município de São Francisco de Paula tornou-se referência pelo observado nesse estudo na década de 1950, de modo que a construção de um prédio para sediar uma Escola Normal naquela região foi importante e serviu também como um símbolo das políticas públicas da época. Esse subcapítulo é um espaço para que se perceba a relação estreita entre a criação de uma Instituição Formadora de Professores, a comunidade e os efeitos que esse processo envolvendo vários setores (políticos, religiosos, econômicos) tradicionais provocou naquela região em razão da chegada do CNR.

Convém refletir que construir uma escola com aquelas dimensões e com a finalidade a que estava proposta é um processo demorado e envolve principalmente relações e estratégias políticas que só se concretizam quando da existência de representações importantes, não somente em nível estadual e federal, mas principalmente em relação às lideranças locais e o que simbolizavam politicamente.

Como nesta pesquisa o elemento central de investigação envolve o CNR, entre os anos de 1953 e 1962, é importante salientar que, na instituição onde se iniciou esse curso, o espaço físico já havia mudado de endereço duas vezes na mesma cidade. Nesse período estudado, o prédio onde se constituiu o início desse curso é onde atualmente localiza-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antonio Francisco da Costa Lisboa, que, no começo da década de 1940, foi construída para abrigar a Escola Normal Regional, local de abertura do curso aqui estudado.

Analisando os documentos disponíveis (jornais e atas escolares), percebe-se que São Francisco de Paula mantinha uma boa relação com a Administração

Pública estadual direta, com as Secretarias que eram responsáveis pela realização de obras e educação, por exemplo, e também com a Igreja Católica, como mencionam os registros do Livro Tombo analisado junto ao Arquivo Paroquial do Município.

A movimentação de deputados estaduais e federais ligados ao município também é percebida nas reportagens anunciadas nas capas do Jornal Folha da Serra. Um dos resultados concretos dessa relação é a construção da Escola Normal Regional na década de 1940, acompanhada de todo um aparato de registros dos momentos da construção do prédio, que se destacou na cidade na época, como segue nas próximas imagens, inseridas da ordem do início da obra, que se torna um evento local, até a entrega do prédio.

A ENR de São Francisco de Paula será o espaço onde foi instituído o CNR, em função da estrutura estar em concordância com aspectos fundamentais para o funcionamento do curso indicados pela Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), entre eles o artigo 47, que preconizava que “Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino”, o que já existia desde a inauguração do novo prédio (1944). O tamanho do prédio construído indica a tendência de pensamento no período, em que a suntuosidade e a característica arquitetônica chamavam a atenção na cidade.

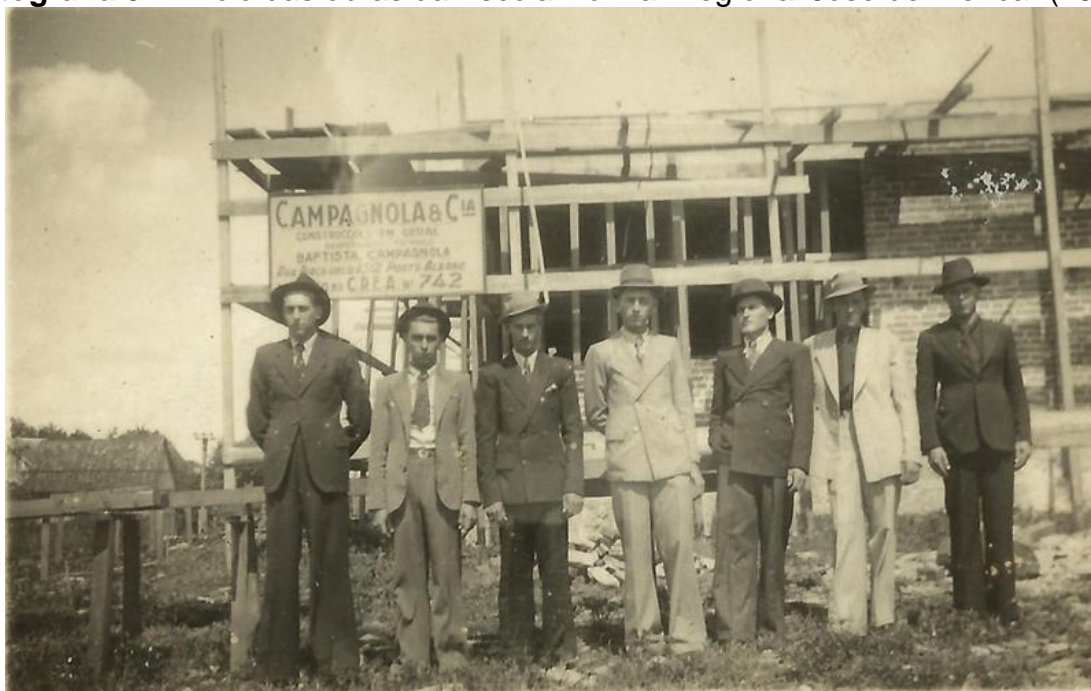
Fotografia 33: Lançamento da pedra fundamental da Escola Normal Regional José de Alencar.



Fonte: Acervo particular do senhor Nery Prux. Imagem acessada pelo senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

O movimento de construção do prédio escolar também trouxe mudanças significativas em setores do comércio e de moradia naquele período, em virtude da chegada de funcionários da empreiteira encarregada. De certa maneira, foi uma época em que a dinâmica econômica pode ter sido alterada de maneira positiva dentro do leque de setores que eram envolvidos (materiais de construção, madeira, alimentação, alojamentos) para erguer uma estrutura daquele tamanho, como pode ser percebido pelas fotografias.

Fotografia 34: Início das obras da Escola Normal Regional José de Alencar (1942).



Fonte: Acervo particular do senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

Chama a atenção, nas Fotografias 33 e 34, o entorno da escola, o contexto urbano da parte central da cidade, a inexistência de uma rua mesmo sem calçamento, o destaque para da posição igreja católica no alto (Fotografia 33), todas as casas são construídas com madeira e telhas de barro, indicando possivelmente a origem de pinheiros de araucária que era na época um elemento forte da economia. Ao mesmo tempo, uma quantidade significativa de pessoas para o momento inicial de lançamento da pedra fundamental, apontando como um evento não apenas ligado à educação, mas social e politicamente importante.

Fotografia 35: Fase Final da obra Escola Normal José de Alencar.



Fonte: Acervo particular do senhor Ricardo Romb, acessado pelo senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

A existência desses registros traz subsídios relevantes, pois, de certa forma, é possível acompanhar os estágios de construção do prédio escolar e observar detalhes de sua arquitetura que indicam, entre outros elementos, o tamanho que vincula a capacidade de atender um grande número de alunos.

As salas são amplas no que se confere ao tamanho e formato das aberturas percebidas de maneira mais clara na Fotografia 35. É possível que esse formato arquitetônico tenha ajudado a permitir a luminosidade no interior das salas de aula. Faço essa referência em razão do extenso inverno que caracteriza aquele local e da baixa luminosidade presente nos meses dessa estação.

Entretanto, também é pertinente atentar para o tamanho das aberturas em relação às baixas temperaturas, o que pode ter contribuído para não ser um ambiente tão saudável para as normalistas na época, lembrando que o uniforme era obrigatório e constituído pelo uso de saias, assunto que será abordado em capítulo adiante.

O prédio pronto (Fotografia 36) destaca-se na paisagem da cidade, e sua presença na área central em rua paralela à avenida principal tornou-se um símbolo da presença do poder público naquele município por muitos anos. A imagem carrega

detalhes importantes em sua construção, como a altura e a distribuição dos muros ao seu redor, onde não existem grades ou outros instrumentos que podem representar dificuldades para o acesso, ao mesmo tempo, como menciona Faria Filho:

Esta definição de um "lugar próprio", implicou a produção de "tipos" ideais para a construção de prédios escolares que permitissem a instauração de uma nova "pedagogia do olhar", que realçava não apenas o caráter espetacular dos prédios e das atividades escolares, mas que possibilitassem um maior controle das professoras e dos(das) alunos(as) (FARIA FILHO, 1998, p. 5).

É um prédio que, de certa maneira, indica que a escola é sólida, forte, marca presença pela suntuosidade e ao mesmo tempo transmite uma espécie de empoderamento para quem estiver estudando nela e sendo formada por ela. Ser normalista em um prédio como esse possui significados que, associados a outros elementos do processo formativo, também contribuem para a identidade dessas professoras.

Fotografia 36: Conclusão da obra da Escola Normal Regional José de Alencar.



Fonte: Acervo particular do senhor Nery Prux, acessado pelo senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

O prédio foi inaugurado em 20 de março de 1944, época em que a professora Olinda Holmer²¹ era a diretora. Percebeu-se, analisando as fontes, que apesar de a estrutura estar pronta, não possuía “mobiliário, cortinas e fogão para fazer a sopa escolar” (CAMILLO, 1991, p. 15), ou seja, o atendimento da escola passou de certo modo por uma fase de precariedade, tendo uma infraestrutura predial nova e grande que se destacava no centro da cidade, porém sem condições de uso por ausência de materiais básicos. Como menciona Camillo, a direção necessitou fazer o “envio de ofícios pedindo auxílio às autoridades competentes” e não foram encontrados neste estudo vestígios indicando quanto tempo a escola permaneceu com esses problemas, mas se constatou que a Diretora Olinda “enviou ao Diretor do Departamento Nacional do Livro, pedidos de livros para a biblioteca” (CAMILLO, 1991, p. 15), em razão de que “sendo os alunos de posses modestas, não podiam ajudar na compra de livros” (CAMILLO, 1991, p. 15).

Após um ano de sua inauguração, percebe-se (Fotografia 37) não haver mudanças no entorno do prédio nem na estrutura externa, mas a imagem indica a saída de estudantes para uma viagem e a maior presença de meninas pelo vestuário em que se apresentam. Pela luminosidade da fotografia e as roupas das pessoas da imagem, é possível supor que essa excursão foi realizada a partir da metade dos meses da primavera, indicando que possivelmente tenha ocorrido próximo do final do ano letivo, em novembro ou dezembro.

²¹ A professora Olinda Holmer, de ascendência dinamarquesa, formou-se no Instituto Estadual de Educação General Flores da Cunha em 1930 e foi designada para assumir a direção do então Grupo Escolar de São Francisco de Paula em 1943, a pedido do Secretário de Educação do Estado Dr. Coelho de Souza.

Fotografia 37: Escola Normal José de Alencar (1945).



Fonte: Acervo da senhora Maria Lucia Teixeira, acessado pelo senhor José Carlos Santos da Fonseca (2019).

Faz-se essa referência no intuito de deixar claros os meandros do caminho percorrido pela instituição, desde sua fundação, em 1914, suas mudanças de endereço dentro da cidade, a construção de um prédio específico, bem como a posterior mudança para o local onde está até os dias atuais.

Atualmente essa instituição chama-se Colégio Estadual José de Alencar - CEJA (designação alterada pela portaria 151 de 20/05/2000), e está localizada a uma quadra do prédio onde existiu o CNR aqui estudado, ocupa o prédio do antigo Ginásio, que pertenceu à Congregação das Irmãs de São José, adquirido pelo Estado na década de 1970.

A construção de um prédio específico estava em sintonia ao pensamento político de consolidação das mudanças que vinham se alinhando desde a Reforma Benjamin Constant de 1890, criando duas categorias de escolas primárias (1º e 2º graus), relacionados com a faixa etária de 7 a 15 anos. Nas construções dos prédios específicos para escolas, havia um detalhamento das repartições internas, bem como as fachadas externas, com predominância de linhas verticais e horizontais que visualmente transmitiam uma ideia de retangularidades, grande simetria do desenho geral, tamanhos maiores nas aberturas e geralmente um aspecto de grandiosidade, como analisam Sá e Werle: “de características monumentais, sólidos e bem

construídos, era impossível não distinguir a imponência daqueles edifícios escolares. Construídos em terrenos estrategicamente escolhidos, invariavelmente ocupando quadras inteiras, marcavam definitivamente a paisagem dos municípios” (SÁ; WERLE, 2016, p. 218).

É o que se percebe até os dias atuais, quando se observa o tamanho do prédio onde era a Escola Normal Regional de São Francisco de Paula: mesmo com o aumento de construções ao seu redor, mantém a ocupação de quase 80% de uma quadra em uma rua paralela à avenida principal.

Fotografia 38: Vista aérea na década de 1960 - destaque Escola Normal Regional.



Fonte: Acervo José Carlos Santos da Fonseca (1960).

A imagem aérea da sede do município nos anos 60 auxilia no entendimento do contexto urbano onde existiu a escola (em destaque) e o curso objeto de estudo. Essa fotografia também é significativa para um melhor entendimento das características geográficas do lugar, do tamanho da parte urbana na época, distribuição da população na sede do município e da predominância dos campos, um elemento peculiar e que permeou o cotidiano dessas normalistas durante suas trajetórias de vida. Essa referência sobre essa singularidade campesina envolve um grande contexto de tradições, costumes, jeitos de ser, modos de falar e pensar específicos, que podem ter contribuído também na composição identitária das

normalistas, como veremos mais adiante, portanto, é pertinente fazer essa menção em razão de que grande parte das alunas origina-se nesse cenário e passam a frequentar o processo de formação do CNR a partir de 1953.

3 A ESCOLA NORMAL: O CURSO NORMAL REGIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA (1953-1962)

A abordagem temporal escolhida compreende o ano de 1953, quando iniciaram as aulas da primeira turma do CNR²², e 1962, quando a Escola Normal Regional construída em meados de década de 1940 passou a oferecer também a formação em nível de 2º ciclo, entretanto optei por também observar um espaço de tempo anterior e posterior, no sentido de que muitos momentos dentro da pesquisa estariam isolados no estudo caso não se considerasse uma margem além do recorte proposto.

O contexto do Rio Grande do Sul relacionado com escolas normais nesse período indica que “em 1953, o Rio Grande do Sul dispunha de 43 escolas normais de 2º grau, 10 de 1º grau e 2 normais rurais. Das de 2º grau, 11 eram oficiais e 32 particulares; das de 1º grau, 7 eram oficiais e 3 particulares” (INEP, 1955, p. 169). Esses dados auxiliam no entendimento da importância que teve a abertura do curso na região de São Francisco de Paula, pois o atendimento dessas regiões mais interioranas não era alcançado pelas instituições de ensino particular, como referencia o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP ao demonstrar os resultados de exames de distribuição dessas escolas normais “em relação ao ensino primário; nas zonas carentes, de pouca densidade demográfica e pobres, aí não chega o ensino da iniciativa particular” (INEP, 1955, p. 179).

A abertura do CNR em São Francisco de Paula aconteceu sete anos após a publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal no Brasil, ocorrida em 02 de janeiro de 1946. A escolha de São Francisco de Paula como um dos cinco municípios do Rio Grande do Sul que receberam essa modalidade de curso foi cercada de inúmeras tratativas políticas e estratégicas para aquele momento na região onde está o município, como se observou nas representações evidentes de jornais que antecederam a escolha e também nos dados do INEP, que indica que “na região do planalto do nordeste (subárea de expansão colonial): escolas de 1º grau Lagoa

²² “A denominação Normal Regional foi utilizada pela primeira vez no Brasil pelo governo do Estado de Minas Gerais. Em 12 de setembro de 1911, foi promulgada neste ente federativo a Lei nº 560, que dispunha sobre o estabelecimento de cinco Escolas Normais Regionais para homens e mulheres, as quais se organizariam seguindo a disposição curricular da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte”, de acordo com o autor Flávio Anício Andrade (2020, p.172) em O Curso Normal Regional e a formação da professora primária rural.

Vermelha - 1 particular e São Francisco de Paula - 1 escola oficial” (INEP, 1955, p. 179).

O Curso Normal Regional foi instituído pelo Decreto nº 3885, de 01 de abril de 1953, D.O. em 01.04.1953 e no seu documento constam algumas considerações pertinentes, elencadas a seguir.

Artigo 1º “São criadas cinco escolas normais de 1º grau nas cidades de Soledade, Guaporé, São Francisco de Paula, Santa Rosa e Piratini. Artigo 2º “As escolas normais, de que trata este decreto, terão a organização e o funcionamento sujeito às disposições contidas no regulamento aprovado pelo decreto nº 3030 de 16 de maio de 1952”.

Artigo 3º “Passa a constituir nos termos da legislação vigente, a escola primária da Escola Normal de Soledade, o Grupo Escolar Maurício Cardoso de Soledade; a escola primária da Escola Normal de Guaporé, o Grupo Escolar “bandeirante”, de Guaporé; a escola primária da Escola Normal de São Francisco de Paula, o Grupo Escolar “José de Alencar” de São Francisco de Paula; a escola primária da Escola Normal de Santa Rosa, o Grupo Escolar “ Visconde de Cairú” de Santa Rosa; a escola primária da Escola Normal de Piratini, o Grupo Escolar “ Ponche Verde” de Piratini”.

Artigo 4º “No presente ano letivo, fica estabelecido, como prazo para matrícula, o período de 6 a 14 de abril”.

Artigo 5º “O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário” (RIO GRANDE DO SUL, 1953).

O documento assinado pelo Governador Ernesto Dornelles em 10 de abril de 1953, juntamente com o Secretário Estadual de Educação e Cultura, Júlio Marino Carvalho, abriu a partir de então o caminho para as organizações e constituições específicas nos locais onde foi autorizado seu funcionamento, como consta. A edição de nº 662 do Jornal Folha da Serra, de 06 de dezembro de 1952, trouxe em parte de sua capa uma reportagem que sinalizava para a futura abertura do CNR e que o município seria contemplado com a possibilidade de ter uma escola para formar professores: “no dia 14.11.1952 a visita da Superintendente do Ensino Primário Estadual senhora Maria Moritz, esposo Lucio Walter e o deputado Dr. Wilson Vargas, recepcionados pelo Prefeito Remígio Nodari”.

A reportagem indica que ocorreu uma homenagem à representante estadual, que em sua fala “agradeceu e reafirmou o propósito da Secretaria em relação a uma Escola Normal Regional na cidade”, que vai se concretizar no ano seguinte, 6 meses após a visita.

A existência de uma dinâmica relacional entre o município, autoridades do Estado, bancos e líderes locais é percebida nas notícias veiculadas no jornal Folha da Serra. Essa relação de aproximação pode ser observada na edição de 24 de

maio de 1953, na qual consta o anúncio da chegada do Curso Normal Regional (Quadro 10 e Figura 6) e também a comunicação da instalação do aeroporto no município, da distribuição de tratores e máquinas agrícolas e do auxílio para a agricultura e pecuária, o que corrobora a importância daquele momento e local em termos não apenas educacionais, mas também políticos.

O contexto daquele momento envolve uma rede de elementos políticos e sociais importantes para o município e região, pois, junto com a chegada do CNR, são distribuídas máquinas que atendem a base da economia do município (agricultura e pecuária) e que também responde por ser um setor que agrega a maioria dos líderes políticos, bem como a indicação de que no futuro a comunidade terá o seu aeroporto e poderá potencializar o turismo, ativando também a economia local.

Quadro 10: Transcrição Anúncio da Chegada do Curso Normal Regional em São Francisco de Paula- Folha da Serra (24.05.1953).

“ESCOLA NORMAL REGIONAL

Após grande expectativa e prolongada espera, por parte dos alunos, iniciaram-se no dia 15 do corrente, as aulas na Escola Normal Regional, recentemente criada por ato do Governo do Estado. Foram já empossados aos cargos as seguintes professoras: Ursulina Asmuz, Maria Egide Paglioli, Irene Caparelli Figureli, Noemi Aguiar Brentano, Olinda Paixão, Isaura Cabral e o professor Elvio de A. Lima, que em data de 23 do corrente, também foi empossado no cargo de Diretor daquele estabelecimento. É elevado o número de alunos matriculados, havendo aproximadamente 130 alunos, dos quais 35 com frequência obrigatória. Folha da Serra cumprimenta a Direção e professores pela posse e almeja o progresso da Escola”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) a partir do Jornal Folha da Serra (24.05.2953).

Figura 6: Anúncio da Chegada do Curso Normal Regional em São Francisco de Paula - Folha da Serra (24.05.1953).

Folha da SERRA

Orgão dos interesses coletivos

EXPEDIENTE

Editor: Sr. José Roberto de 111
Rua Francisco de Paula
Rio Grande do Sul BRASIL
Assinatura Anual — 20,00
Número Avulsos — 0,50
Impresso em Oficinas Próprias

Ano XIII
DIRETOR: Silvio Rabello
GERENTE: André Andrews
São Francisco de Paula, 24 de maio de 1953.
Redator: Dr. Carlos Rabello
Dr. Paulo M. Rangel
N. 683

Aeroporto de São Francisco

O Sr. Demigio Nodari, Prefeito Municipal, juntamente com o Sr. Pedro Franklin Breyer, presidente do Aero Clube local, estiveram em entendimento pessoal com o Diretor do Departamento Aeroaviário do Estado, que lhes informou que já haviam sido tomadas todas as providências no sentido de dentro de 10 dias mais ou menos ser remetiada à Colônia Estadal desta cidade a importância de Cr\$ 300.000,00, para darem início as obras da construção do Aeroporto.

Segundo adiantou o Sr. Leonel Bricola, Secretário das Obras Públicas, a quem está subordinado o Departamento Aeroaviário do Estado, o Aeroporto de São Francisco será dotado das instalações mais completas no gênero.

As obras de terraplenagem e construção das instalações necessárias estará a cargo do Departamento Aeroaviário.

Auxílio à Agricultura e a Pecuária do Município

— R. S. —

Reconhecendo a Administração atual, a necessidade de auxílio às pequenas agriculturas e pecuárias, que representam toda a população e sua única atividade, procurou desde logo, tomar medidas visando esse desiderato.

Coube a mim, por determinação de Sr. Prefeito, orientar esse trabalho, e com esta reportagem vivo não somente proceder com as coisas que se foi realizado neste setor.

Está montando a Municipalidade com recursos especiais, os quais podemos contar com a nomeação de um o auxílio que indispensamos obter das agências especializadas do Estado.

Para atingir de modo mais rápido a eficiência o fim almejado, foi solicitado um projeto de Lei, ao D.P.M., criando o Serviço de Fomento Agro Pecuário do Município, cujo trabalho resulte em setembro de este presente, acerca de seu estado, procurando a realização do Município, aguardando o resultado de algumas experiências, podendo ser criado, talvez nos próximos dias.

Mas para não perdermos tempo, iniciamos imediatamente algumas atividades de agricultores, de sementes de trigo adquiridas na secretaria, com grãos para pagamento na época da colheita, possibilitando a recuperação das sementes e a serem utilizadas no próximo ano, com as vantagens decorrentes da compra de boa qualidade, sendo assim demonstrado no ano passado, quando muitos agricultores tiveram dificuldades e não podiam por fazer.

Em sempre há uma possibilidade, iniciar uma experiência nos nossos métodos de produção agrícola e pecuária, pois a experiência, não dá uma forma satisfatória para todos, melhorando as coisas para o agricultor e experimentando técnicas aproveitadas nos tempos, para a agricultura. Para não nos esquecermos, pelo menos de um, tratar também para o melhor das experiências, e, como sempre, procurar as possibilidades de melhorarmos as que foram introduzidas por intermédio da Secretaria, devido à falta de verbas no exterior, procurar obter, da mesma, por empréstimo, no que foi bem sucedido, tendo sido coligado a disposição da Prefeitura, o conjunto agrícola do Posto de Taquara, que ficou autorizado a prestar assistência técnica ao município, na mesma medida.

Com a orientação e auxílio que tenho recebido desde o ano passado, posso colaborar, do Posto de Multiplicação de Sementes de Verania Estação Experimental de Agronomia de S. Gabriel, Prof. Celso Roberto da Rocha de Agromônios José Christian, Engenheiros Agrônomos Mario Depina e J. R. Jacólio Franco, da Secretaria de Agricultura e de Zoonomia, Lemar Barreto e Francisco Garcia, que se propõem a acompanhar essas experiências em todos os locais, e a partir a colheita de seus amigos Drs. Victor Ottonio e Eduardo Pich, iniciarem as seguintes experiências:

Colaboração do Prof. José Gramado, Engenheiro em Engenharia, Experimentação em canaviais.

HIDRAULICA

A Prefeitura Municipal já recebeu da Caixa Econômica a importância de Cr\$ 1.500.000,00, destinada a construção da Hidráulica da cidade e entregou-a ao Estado mediante compra de Apólices, para que este dê início as obras.

Escola Normal Regional

Após grande expectativa e prolongada espera, por parte dos alunos, iniciaram-se, no dia 15 de corrente, as aulas na Escola Normal Regional, recentemente criada por ato do Governo do Estado.

Ficaram já empobrecidas as páginas as seguintes professoras: Ursulina Amador, Maria Egida Fogliatti, Irene Caporali Fazzari, Nômi Aguiar Reato, Olinda Palácio, Inaura Cabral e — professor Elcio de A. Lima, que em data de 23 de corrente, foi também empobrecido em cargo, de Diretor da escola, substituído por Sr. Diretor.

É elevada a número de alunos matriculados, havendo aproximadamente 130 alunos, dos quais 85 são frequentes e 45 são não frequentes.

Folha da Serra congratula-se com o Diretor e professores desta escola, e alinha o progresso da escola.

Distribuição de Tratores e Maquinas Agrícolas

A Comissão Mista Brasil Estados Unidos concedeu uma concessão de empréstimo de 18 milhões de dólares, para a aquisição de maquinário agrícola destinada ao desenvolvimento econômico do norte, pelo, cu seja aquele que está diretamente ligado ao progresso do campo, que não podem conseguir na forma por que vêm sendo executadas.

De acordo com o plano elaborado pelo Ministério da Agricultura, o material será importado diretamente pelo Governo, cabendo as comissões organizadas e tarefa de distribuição pelo fazendeiros e demais interessados, tendo em vista as necessidades de cada região e os tipos de máquinas apropriadas às condições locais.

Transcrito do «O Observador Agrário e Pastoral».

Agradecimento

Pelo presente agradecimento, nós, os acidentados da caminhonete que tombou domingo, dia 10 do corrente, nas proximidades do «Manhoso», vimos, firmados hoje como firmados fomos na dor, trazer o abraço de nossa gratidão aos Drs. Claudio Bertoluci e senhora, Valdo Trassatti, Decio Castilhos e Nelson Medeiros, pela prontez que nos socorreram conduzindo em seus carros, acidentados para o Hospital, ao Dr. Angelo Albano, as irmãs de caridade pela solicitude e atenção dispensadas, ao Sr. Henrique Damasceno e família, aos prestatos amigos que visitaram com a nossa dor, nos visitaram dando-nos o conforto da amizade, a todos, infinitamente, a nossa gratidão, rogando ao bom Pai que a todos recompense com a mesma misericórdia que usou para conosco, defendendo-nos das terríveis consequências de tão pavoroso desastre.

A todos, pois, a nossa gratidão sincera.

OS ACIDENTADOS

Leia a **Folha da SERRA** Rio de Janeiro que registra o caso multiplicado na família brasileira.

Problemas do Trafego

Escreve NELLY AMORETTI

O problema do trafego, é um caso sério, não somente nas grandes cidades.

A maioria das acidentes é devido pela falta de respeito com o sinal que indica o direito de passagem, não lhes respeitando sua integridade física.

Há de se que, quando se viaja, se julga ser superior, e se passa das estradas.

Aqui, no nosso estado, infelizmente também vemos se instala a maioria desses acidentes, os quais, se não de serem evitados diante de um acidente, deveria estar sendo feito de uma maneira de que lhes apresentassem uma possibilidade de respeito para com a humanidade. Um sinal que quando dirigido um veículo em grande velocidade, no caso de uma emergência, devia passar em que, muitos acidentes, no mesmo instante está acontecendo o mesmo erro e que o resultado das tais imprudências pode ser fatal para uma pessoa de sua própria família.

A exemplo do que se passa no Porto Alegre, onde os veículos, com a devida razão das autoridades locais, como auxílio, após tentativas de inibições para que os mesmos, para sua própria bem e para o bem, sejam devidamente penalizados.

Resumidamente a uma cidade como a nossa que não tem respeito de trânsito, estando assim nos dias a disposição dos veículos sem consideração.

FORRAGEIRAS OTONG-HIBERNAS

Varietades: Capim Ave — gramínea perene; Estrela — gramínea perene; Capim dos porcos — gramínea perene; Cordillita — gramínea anual; Cordillita de Verania — gramínea perene; Avia perene — gramínea perene, para pastagem; Capim lencinho — gramínea anual; Capim Red-top — gramínea perene; Alfafa — leguminosa perene para pastagem; Girassol — leguminosa perene; Trevo termalho — leguminosa anual; Trevo encarnado — leguminosa anual; Trevo rosa — leguminosa anual; Trevo subterrâneo — leguminosa anual; Krilliana — leguminosa anual, ótima para sementeira com o aveia.

PASTAGEM DE VERÃO

Recomenda-se Primavera, Experimente em canaviais, Varietades: Sorgo Nestor Mita, Estrela, Sorgo Sumo, Pasto Italiano e Natta.

Colaboração do tribuna de especialidade SERRA, Sr. Francisco Kappenberg, em colaboração com a Prefeitura Municipal, Local propriedade da Voz, Joaquim Pedro Soares, Experimente em 5 hectares.

(Continua no próximo número)

Fonte: Acervo do AIMSFP (2019).

Em São Francisco de Paula, o curso foi instalado oficialmente em 15 de maio de 1953, tendo como Diretora da Escola naquele momento a professora Lélia Costa Gomes. Alguns dias depois, em 23 de maio de 1953, assumiu a Direção o professor Elvio A. Lima, transferido de Lagoa Vermelha com a função de instalar e organizar o Curso Normal Regional, permanecendo na escola até 1955.

Anúncios sobre a abertura de matrículas foram veiculados durante as semanas que antecederam o início das aulas, como o que segue na Figura 7 e transcrição no Quadro 11:

Quadro 11: Anúncio de Matrícula de 05 de abril de 1953, jornal Folha da Serra.

ESCOLA NORMAL

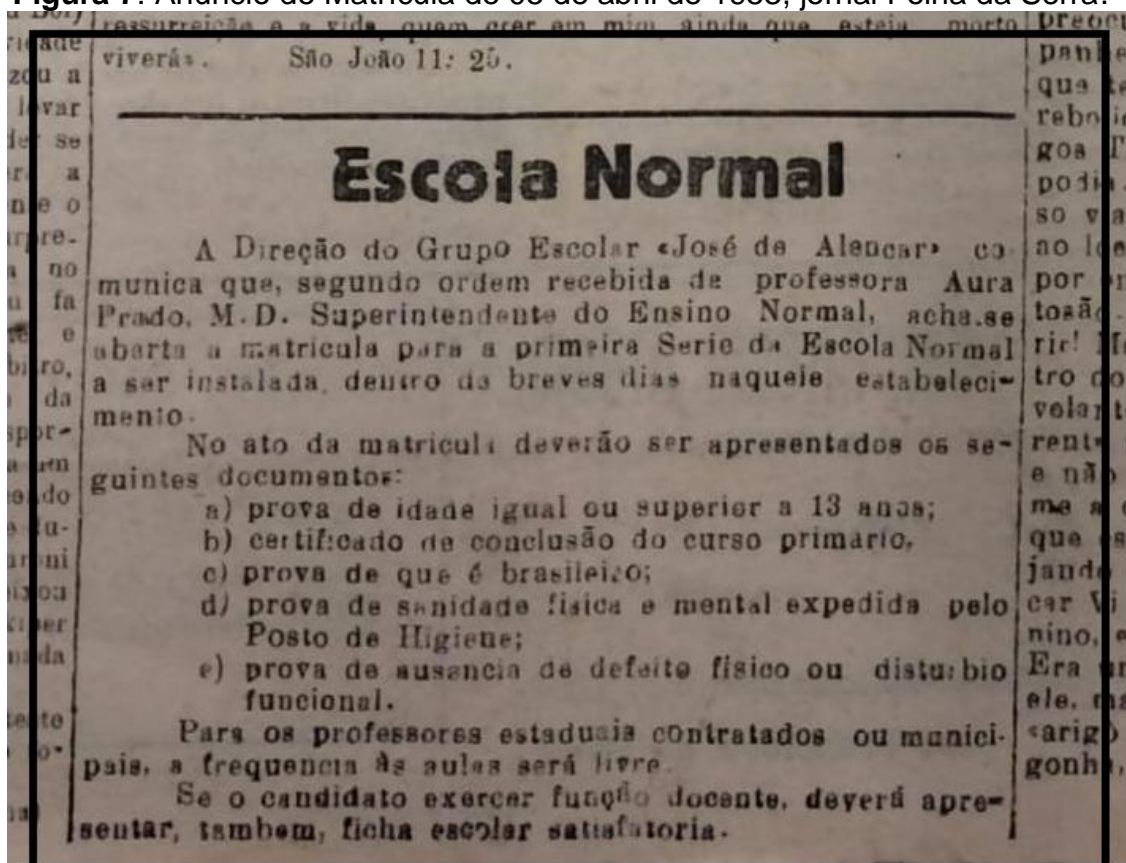
A Direção do Grupo Escolar José de Alencar comunica que segundo ordem recebida da professora Aura Prado M.D. Superintendente do Ensino Normal, acha-se aberta a matrícula para a primeira Serie da Escola Normal a ser instalada, dentro de breves dias naquele estabelecimento. No ato da matrícula, deverão ser apresentados os seguintes documentos: a) prova de idade igual ou superior a 13 anos, b) certificado de conclusão do curso primário, c) prova de que é brasileiro, d) prova de sanidade física e mental expedida pelo posto de higiene, e) prova de ausência de defeito físico ou distúrbio funcional. Para os professores estaduais contratados ou municipais, a frequência às aulas será livre. Se o candidato exercer a função docente deverá apresentar, também, ficha escolar satisfatória”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com base no anúncio do jornal Folha da Serra de 05.04.1953.

O uso de jornais neste estudo contribuiu para que se pudesse ter uma visão de como aquela sociedade tangenciava sua dinâmica de existência, entretanto não é fator que constitui a verdade, mas auxilia em meio a todas as fontes que são acionadas, como lembra Biserra/Costa:

A imprensa participa da história, produz discursos, legitima e exclui outros, registra, comenta, ressalta, convence, forma opiniões. É lugar de produção e circulação de ideias, e como tal, passa pela educação, em seu sentido amplo e restrito (BISERRA/COSTA, 2016, p. 137).

Figura 7: Anúncio de Matrícula de 05 de abril de 1953, jornal Folha da Serra.



Fonte: Acervo do AHMSFP (2019).

O corpo docente que iniciou o curso foi composto por Ursulina Asmuz (Matemática e a cadeira de Português como colaboradora), Olinda Paixão (Geografia), Noemy Brentano Brackmann (História), Elvio A. Lima (Desenho), Irene C. Figurelli (Música), Maria Egide Paglioli (Artes Aplicadas) e Isaura Cabral (Educação Física). Desse grupo inicial, ainda estão vivas duas docentes, localizadas e entrevistadas neste estudo.

Penso que a busca por identificar essas pessoas é parte do papel do historiador no campo da educação, no sentido de dar espaço na contemporaneidade para esses sujeitos que lá atuaram nesse momento importante. Foi possível, em alguns casos, fazer uma retrospectiva do histórico funcional desses professores, o que acabou enriquecendo o estudo em função de que, ao conhecer determinadas trajetórias percorridas por esses profissionais, também nos auxilia de certa maneira numa aproximação de “enxergar” traços dos seus perfis.

Com relação ao corpo docente, entre 1953-1962, houve mudanças no quadro de professores que trabalharam naquela instituição em função de transferências, nomeações, contratações, aposentadorias, entre outros fatores, entretanto, por uma

questão de significado e tempo de permanência dentro desse período, alguns docentes chamaram a atenção por estarem repetidas vezes presentes nas fontes documentais nos mais diversos momentos do CNR daqueles anos.

Os resultados encontrados na análise das fontes documentais relacionados ao corpo docente do CNRSFP foram observados a partir de análises do Caderno Termo de Posse 1952-1954, Livro Fichário dos Professores aberto em 03/06/1947, Livro das Portarias de Professôras e Serventes a partir de 15/04/1953, Livro de Situação Funcional dos Professores (não consta data de abertura).

No interior do Caderno Termo de Posse-CTP 1952-1954, há menção à apresentação de 7 professores

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e três, apresentaram-se nesta Escola Normal Regional e tomaram posse dos cargos para os quais foram recentemente designados, os seguintes professores: Ursulina Asmuz que regerá a cadeira de "Matemática", Olinda Paixão, a de "Geografia", Noemi de Aguiar Brentano, "História do Brasil", Élvio de Araújo Lima, "Desenho", Irene Caparelli Figurelli, "Música", Maria Egide Paglioli, "Artes Aplicadas", Isaura de Andrade Cabral "Educação Física". (CADERNO TERMO DE POSSE, 1952-1954, p. 1).

O referido caderno inicia com o registro da posse de um professor pertencente a outro Grupo Escolar daquele município, por isso a posse dos primeiros professores do CNR foi o segundo registro, fato que observei em outros momentos, ou seja, os profissionais que iam trabalhar em outros Grupos Escolares na região de abrangência de São Francisco de Paula se dirigiam até o Grupo Escolar José de Alencar-GEJA para apresentar-se e assinar sua posse, encaminhando-se depois para assumir nos locais onde haviam sido designados. De acordo com a análise realizada neste documento, pode-se inferir que o GEJA servia como instituição de significativa representatividade dos órgãos de governo na área da educação.

A escola recebeu um Auxiliar Administrativo padrão 10 E, e o mesmo foi transferido diretamente da Secretaria de Educação e Cultura para São Francisco de Paula no mês de novembro de 1953: "Renato Breyer, da Secretaria de Educação e Cultura, transferido para este estabelecimento de ensino, pela Portaria 9.465, de 24 de novembro do corrente ano, que pelo mesmo me foi apresentado" (CADERNO TERMO DE POSSE-1952-1954, p. 2). No ano de abertura do CNR, identifiquei também a contratação de um médico para o cargo de professor, designado pela

Portaria 8607: “Em um de novembro de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de São Francisco de Paula, na Secretaria desta Escola, empossei no cargo de professor contratado o Dr. Bellerophonte de Albuquerque” (CADERNO TERMO DE POSSE-CTP-1952-1954, p. 3).

No Quadro 12, podem-se observar movimentações docentes entre 1952-1956, em que consta a chegada de professoras vindas de Grupos Escolares de outras cidades (Guaíba e Pelotas), sendo que uma delas fez parte desse estudo (Lia Peres Rabelo). Chama a atenção o número de funcionários interinos, bem como de estagiárias de ensino primário, indicando a dinâmica de turmas de estudantes naqueles anos do registro e a chegada do professor Luiz Boschi Sobrinho, mencionado nas falas das egressas, como veremos posteriormente.

Quadro 12: Movimentação de funcionários 1952-1956.

Data	Nome	Area	Origem	Direção
23.03.1954	Cleusa Maria Goldani Teixeira	Interina- não consta		Élvio A. de Lima
22.04.1954	Luiz Boschi Sobrinho	Interino-Português CNR		Élvio A. de Lima
01.03.1955	Lia Peres	Curso Primário	Remoção do GE de Guaíba	Élvio A. de Lima
15.03.1955	Alzira de Melo	Curso Primário	Remoção do GE de Pelotas	Élvio A. de Lima
01.06.1955	Dalva Kuhn	Interina- 1ª e 2ª séries do CNR Ciências Físicas e Naturais		Lélia Boeira Costa
13.06.1955	Terezinha Santa Tarrago Ferrer	Interina- 3ª série do CNR Didática e Prática de Educação e Curso Primário		Lélia Boeira Costa
01.06.1955	Darcy Nascimento	Motorista	Padrão 8.2 Processo 16099/55	Lélia Boeira Costa
08.08.1955	Léa Peres	Professora Primária e Estagiária		Lélia Boeira Costa
29.08.1955	Magali Asmuz	Professora Primária e Estagiária		Lélia Boeira Costa
18.10.1955	Solange Rodrigues Madaleno	Professora Primária e Estagiária		Lélia Boeira Costa
17.11.1955	Onira Padilha Ferreira	Inspetora de alunos		Lélia Boeira Costa
25.11.1955	Oda Josefina Sassi Comim	Inspetora de alunos		Lélia Boeira Costa
15.12.1955	Isaura Andrade Cabral	Interina Professora	Decreto nº 02450/15.12.55, Lei 2338/25.01.54	Lélia Boeira Costa
10.01.1956	Jurema Stein	Servente		Lélia Boeira

				Costa
15.02.1956	Lucy Rudy da Rosa	Professora de Psicologia Educacional	Fonograma 27/12	Lélia Boeira Costa

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Nas descrições dos teores que constam nos registros dos momentos da posse, algumas frases faziam parte daquele rito e são repetidas a cada momento em que cada investidura acontece: “Ao assumir o cargo, compromete-se o professor a desempenhar suas funções bem e lealmente, dentro dos ditames da consciência e da dignidade pessoal” (CTP, p. 4), “Ao assumir o cargo, compromete-se a professora a desempenhar suas funções, com lealdade e patriotismo, visando os superiores interesses do ensino, dando de si antes de pensar em si, dentro dos ditames da consciência e da dignidade pessoal” (CTP, p. 5), “Ao assumir o cargo, promete ela desempenhá-lo com dedicação e eficiência” (CTP, p. 15), “Ao assumir o cargo, assumiu a professora o compromisso de desempenhá-lo de acordo com os ditames de sua consciência” (CTP, p. 6).

Os modelos de frases utilizadas nos momentos de registros de posse estão impregnados de significados que lembram possível influência positivista, característica de vários governos no Estado do Rio Grande do Sul por longo período da história, desde a República Velha, e que em áreas marcadas originalmente pela presença do latifúndio, como foi o caso de São Francisco de Paula, permaneceram de maneira significativa no cotidiano. Na busca por observar quem eram esses sujeitos que ali estavam desde a abertura do CNRSFP, percebi os entrecruzamentos de várias origens e caminhos profissionais, sendo que alguns desses nomes estão mais presentes nas fontes documentais, por isso foi possível transcrever alguns dados para esse estudo.

O CNR se estabelece em São Francisco de Paula e em mais 4 municípios do Rio Grande do Sul na mesma época, como já mencionado anteriormente. O contexto educacional desse município apresenta um quadro de grande número de docentes sem a formação específica para o ensino primário, e esse é um dos pontos que historicamente passa despercebido durante décadas para a maior parte da população.

Outro aspecto está relacionado à existência de uma grande população que reside no interior e longe da parte urbana (sede), possui dificuldades de deslocamento, de mobilidade em razão das estradas precárias e ausência de linhas

regulares de ônibus. Alinhado a isso, é uma microrregião que apresentava relações econômicas pautadas nos setores de pecuária, agricultura e extrativismo de madeira, que não necessariamente exigem mão de obra especializada, o que colaborava na época para a existência de uma população com baixo poder aquisitivo e dependente, em sua maioria, dos grandes proprietários de campos e madeiras.

Essas menções são pertinentes para que se possa refletir sobre a existência daquele universo educacional formador docente e a relação com a dinâmica da própria territorialidade onde a instituição estava inserida e para onde a maioria das normalistas se dirigiu para trabalhar nos primeiros anos após a conclusão de sua formação.

3.1 OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA: SUJEITOS, RITOS E PRÁTICAS.

Fazer parte do Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário no Curso Normal Regional de São Francisco de Paula como uma normalista era fazer/estar em contato com um outro cotidiano desde o primeiro passo, que era a inscrição para o exame de admissão, amplamente divulgado no município pelos meios de comunicação da época, que eram o rádio e o jornal Folha da Serra, que circulava no município, como mostram alguns exemplares observados nessa pesquisa, bem como na liturgia das missas realizadas na igreja católica e nos cultos da igreja anglicana, pois, como lembra Boto “por intermédio do rito constrói-se a coesão e os laços de solidariedade social” (BOTO, 2014, p. 106), nesse sentido, é criar um “senso de conexão com o sistema social”. O período de seleção para ingresso no curso ocorria anualmente, geralmente no início do ano letivo, em razão de os períodos de recuperações e de atendimento às alunas de frequência livre serem encerrados.

A constituição das turmas que fizeram parte deste estudo, as instituições que existiam na ENR naquele período e os aspectos que envolveram de maneira significativa as primeiras reuniões entre docentes e professores, os direcionamentos emitidos pelos documentos legais dos setores responsáveis pela educação no Estado do Rio Grande do Sul na época, os desafios que permearam os primeiros momentos de existência do CNR em relação ao grupo de professores, mas em

especial às normalistas e seu processo formativo puderam ser observados a partir da análise das fontes documentais encontradas e também por meio das entrevistas realizadas com as egressas.

As primeiras análises relacionadas à composição das turmas e seus dados de identificação que eram detalhados se iniciaram com a leitura e observação do preenchimento do “Modêlo I”, livro utilizado no registro das turmas deste estudo.

No livro de registro de matrículas, aberto em 1953 e encerrado no início de 1960, estão lançados os nomes e a situação de cada aluno, indicado com “frequência obrigatória” para aqueles que somente estudavam, e “frequência livre” aos que já desempenhavam a função docente na área de abrangência da ENRSFP.

Salienta-se que as alunas da modalidade de frequência livre recebiam os materiais que eram enviados pela escola em suas localidades e, nos meses de julho, janeiro e fevereiro, frequentavam a escola em períodos integrais (manhã e tarde), em um sistema intensivo para apresentarem trabalhos, tirarem dúvidas e realizarem as provas escritas e orais.

No próximo quadro está o registro da 1ª turma de 1953 e nos anexos (19,20,21 e 22), estão as imagens desses registros com os detalhes de parte dos dados relacionados ao estudante que eram solicitados no momento de realização da matrícula.

Quadro 13: Matrículas da 1ª Turma do CNR 1953.

Nº	Normalista	Ano	Idade	Frequência
1	Idalcema Machado Amoretti	1953	31	Obrigatória
2	Eloi Corrêa de Andrade	1953	16	Obrigatória
3	Iolanda de Oliveira Reis	1953	22	Livre
4	Dinarci Valério Pacheco	1953	14	Obrigatória
5	Célia Cardoso dos Santos	1953	26	Livre
6	Vitorina Vicentina C. Tochetto	1953	28	Livre
7	Clóri Pereira	1953	19	Livre
8	Erondina Justino da Rosa	1953	21	Livre
9	Essy Hüvertza Candiago	1953	26	Livre
10	Ibraina Morais	1953	23	Livre
11	Eni Mercedes Raupp Aguiar	1953	14	Obrigatória
12	Andradina Peixoto da Silva	1953	21	Livre
13	Zenilda Casara	1953	14	Obrigatória
14	Jacira Bertuol Viana	1953	15	Obrigatória
15	Erenita S. Pinto	1953	20	Livre
16	Eraldo da Silva Duarte	1953	13	Obrigatória
17	Diná de Jesus Morais Pires	1953	26	Livre
18	Maria Iracema Teixeira	1953	17	Obrigatória
19	Rosita da Rosa Teixeira	1953	20	Livre
20	Gecildes Lopes	1953	16	Obrigatória
21	Maria Nilda Cândida da Silva	1953	17	Obrigatória

22	Benta Machado dos Santos	1953	14	Obrigatória
23	Edith Damasceno Pires	1953	-	Livre
24	Ivanildes dos Reis Barcelos	1953	17	Obrigatória
25	Armelinda de Carli Moura	1953	34	Livre
26	Laura Lourenço da Silva	1953	21	Livre
27	Miriam Schimitt	1953	17	Livre
28	Teresinha Maurmannn Teixeira	1953	18	Obrigatória
29	Elsa Luiz de Medeiros	1953	22	Livre
30	Doroti Tosin	1953	21	Livre
31	Herondina da Rocha Flôres	1953	-	Livre
32	Iracema Borges de Oliveira	1953	-	Livre
33	Ledy da Silva Rosa	1953	-	Livre
34	Joana Maria Alves	1953	-	Livre
35	Maria de Lourdes Campos	1953	31	Livre
36	Léo Gállio	1953	17	Obrigatória
37	Iloná Kohl	1953	22	Livre
38	Iara Maria Lima Ferreira	1953	-	Livre
39	Mafalda Teresinha Bertolucci	1953	-	Livre
40	Maria Teresinha Ferreira	1953	18	Livre
41	Ana Carolina Fisch	1953	22	Livre
42	Luiza Alves de Souza	1953	16	Obrigatória
43	Silda Menita Ficch Elvannger	1953	26	Livre
44	Ivone Loth Peters	1953	26	Livre
45	Nelcy Iacger Schonardie	1953	22	Livre
46	Ondina Sueli Fisch Harp	1953	27	Livre
47	Inês Terezinha Sefrin Schemes	1953	20	Livre
48	Maria Ilza Hauschild	1953	42	Livre
49	Zelina Mesquita do Amaral	1953	26	Livre
50	Isolina Constante da Silva	1953	25	Livre
51	Ledy Blos	1953	24	Livre
52	Arno Nienow	1953	38	Livre
53	João Arnaldo Jantsch	1953	40	Livre
54	Ester Córdova	1953	25	Livre
55	Nalíria dos Santos Fonseca	1953	25	Livre
56	Lalvy Fauth Jaeger	1953	20	Livre
57	Maria de Lourdes Pacheco	1953	28	Livre
58	Elisabeth da Silva Bocayuva	1953	32	Livre
59	Dulce Gecy Rehl	1953	32	Livre
60	Zuleida Pires Soares	1953	19	Obrigatória
61	Lori Stein	1953	16	Obrigatória
62	Inês Solange dos Santos Alves	1953	23	Obrigatória
63	Maria Ilza Hauschild	1953	23	Obrigatória
64	Maria de Lourdes Comim	1953	22	Obrigatória
65	Juri Maria dos Santos Palhano	1953	20	Obrigatória
66	Ieda Marisa Pacheco	1953	14	Obrigatória
67	Noeli Silveira Ramos	1953	18	Obrigatória
68	Nehyth Osório Amoretti	1953	21	Livre
69	Elina Cardoso Finger	1953	44	Livre
70	Francisca Laura do A. Pires	1953	16	Obrigatória
71	Neusa Mary Pacheco	1953	21	Livre
72	Jean Trissat P. dos Santos	1953	18	Obrigatória
73	Geni Félix da Silva	1953	23	Livre
74	Evanilda Maciel Gomes	1953	14	Livre
75	Célia Soares	1953	21	Livre
76	Tarcila Renata Haubrich	1953	19	Livre
77	Noedy Lopes da Silva	1953	15	Obrigatória
78	Teresinha Rodrigues da Silva	1953	20	Livre

79	Ciria Medeiros de Assis	1953	35	Livre
80	Marlene Antunes Fernandes	1953	-	Livre
81	Iva Maria Saenger Morbach	1953	36	Livre
82	Ida Augusta da S. Costa	1953	27	Livre
83	Maximília Carvalho da Rocha	1953	-	Livre
84	Geni Wortmann Pacheco	1953	51	Livre
85	Aura Wortmann Pacheco	1953	48	Livre
86	Leda Wortmann Pacheco	1953	20	Livre
87	Tereza Walter	1953	-	Livre
88	Mariana Martins Padilha	1953	20	Livre
89	Corália Pacheco Schaefer	1953	20	Livre
90	Teresinha de Souza Costa	1953	-	Livre
91	Mariana Hetelvang	1953	15	Obrigatória
92	Jayr Francisco Santos	1953	16	Obrigatória
93	Zenaide Jesús S. da Fonseca	1953	20	Obrigatória
94	Celita Knaut	1953	34	Livre
95	Lélia Valia Möller	1953	19	Livre
96	Avelino Tesser	1953	-	Livre
97	Marineli Maciel da Rosa	1953	-	Livre
98	Maria Iracema Martins	1953	24	Livre
99	Maria Vitória Lauer	1953	30	Livre
100	Enedina Alves Boeira	1953	-	Livre
101	Iralina Monteiro G. Pinto	1953	30	Livre
102	Irene Pires Soares	1953	22	Obrigatória
103	Celeste Pires Cerqueira	1953	23	Livre
104	Noeli Aguiar Brentano	1953	16	Livre
105	Francisca Albertina Küzer	1953	23	Livre
106	Rosa Grazziotin	1953	28	Livre
107	Ulisses Soares	1953	17	Obrigatória
108	Zailde Benta Valim	1953	15	Obrigatória
109	Ceres Marina Ramos	1953	-	Livre
110	Maria Iraci Witmann	1953	-	Livre
111	Maria Antonieta Pinto	1953	25	Livre
112	Vitalina Angela Ballbinoti	1953	33	Livre
113	Maria Edi Gonçalves Gil	1953	-	Livre
114	Maria Nilva C. Ramos	1953	17	Obrigatória
115	Norma Genelvi Flech	1953	-	Livre
116	Eni Teresa Borghetti	1953	-	Livre
117	Maria Almerinda da S. Paz	1953	38	Livre
118	Eraí Pacheco Martins	1953	-	Livre
119	Tereza Francisca N. Luser	1953	-	Livre
120	Clélia do Canto Português	1953	35	Livre
121	Nilza Schio	1953	27	Livre
122	Iradi Joana Santini	1953	18	Livre
123	Adarci Maria Barth Sauer	1953	-	Livre
124	Zeli Maria Schio	1953	22	Livre
125	Cristina Corrêa	1953	24	Livre
126	Nair Maria Santini Maraschin	1953	23	Livre
127	Leonira Marin	1953	22	Livre
128	Adélia Maria D. Gluch	1953	-	Livre
129	Zélia Maria Dustmann	1953	-	Livre
130	Maria Edite Wichmann	1953	-	Livre
131	Natércia Aguiar Pereira	1953	-	Livre
132	Leda Teresinha W. Batanoli	1953	18	Obrigatória
133	Jeni Merlin	1953	-	Livre
134	Eunice Raupp de Aguiar	1953	-	Livre

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Registro Escolar Matrícula, Professôres e Aparelhamento Escolar "Modêlo" I – AICEJA.

A partir dos contatos com essa documentação, que indicou os dados das primeiras turmas, abriu-se a possibilidade, mesmo que de maneira preliminar, de entender como eram compostos esses grupos normalistas nas suas características mais visíveis, o que, com o andamento da pesquisa, pôde ser aprofundado. De acordo com Daros (2018), outros dados específicos da primeira turma emergiram:

[...] abre-se a possibilidade de aprofundar estudos em relação ao cotidiano das famílias em alguns aspectos como: periodicidade de registros de nascimentos, rotinas afetivas, rotinas de deslocamento em virtude da localização geográfica, profissão, meios de transporte, estradas, migração, relações de domínio social, familiar, bagagem sócio antropológica específica (DAROS, 2018, p. 681).

Observa-se que o número de “frequência livre” é alto nas duas primeiras turmas, caindo consideravelmente a partir da terceira. Esse aspecto pode indicar que, antes da chegada desse curso naquela região, o número de docentes sem certificação de Curso Normal era elevado. Nas tabelas 8 e 9, estão indicados o total de alunos matriculados em cada ano e o apontamento da modalidade de frequência.

Tabela 8: Alunos matriculados no 1º ano na Frequência Livre.

Ano	Total	Frequência livre
1953	134	100
1954	76	36
1955	16	2
1956	14	2
1957	22	0
1958	16	0
1959	32	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir do Registro Escolar, Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar Modelo I Curso Normal Regional 1953/1959.

Tabela 9: Alunos matriculados no 2º, 3º e 4º ano na Frequência Livre.

Ano	2º ano total	Frequência livre	3º ano total	Frequência livre	4º ano total	Frequência Livre
1954	74	54	-	-	-	-
1955	32	21	73	61		
1956	17	11	24	11	70	58
1957	13	3	10	7	28	14
1958	10	-	5	-	5	-
1959	19	-	9	-	7	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir do Registro de Matrículas Curso Normal Regional 1953/1959 Modelo I.

O cruzamento preliminar de dados entre as fontes documentais traz informações sobre a existência de um número expressivo de escolas e professoras atuando na área de abrangência do município, naquele período que antecede a abertura de matrículas. Os números indicados nas tabelas anteriores fazem parte dessa relação ao demonstrarem que a chegada do CNR possibilitou um ambiente que faria as certificações profissionais de professoras que já atuavam em escolas da região.

A partir da análise feita nos dados que eram solicitados no Registro de Matrículas do Curso Normal Regional (Modêlo I), foi possível perceber também perfis das turmas de maneira preliminar, como indicados a seguir.

Observei que o preenchimento desse documento está mais completo nas duas primeiras turmas (1953/1954), sendo que a partir da 3ª turma os dados utilizados serão do número de matrícula, nome e série que a aluna iria cursar em grande parte dos registros, portanto os dados que a seguir são elencados foram retirados de todas as matrículas onde havia inserção de informações relevantes para este estudo. Essas informações possibilitaram trazer algumas características dessas turmas, entre elas médias das idades da 1ª e da 2ª turma, normalistas que possuíam ou não certidões de registro civil, quantidade de estudantes nas frequências livres e obrigatórias, os sobrenomes dos responsáveis²³ (ascendência étnica) e seus endereços de origem, bem como a quantidade dos responsáveis (pai, mãe, tutor ou responsável) masculinos e femininos.

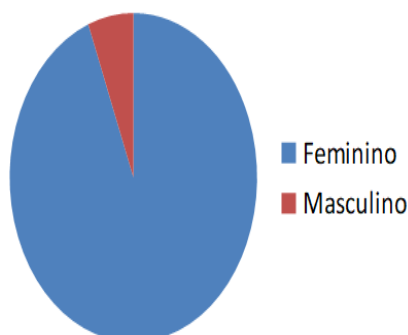
Em virtude da ausência de preenchimentos mais detalhados de dados no documento²⁴, são apresentados gráficos que foram obtidos pela análise e compilação das duas primeiras séries do CNR nos anos de 1953 e 1954. Essas duas turmas também foram as que apresentaram um maior número de matrículas entre as que fizeram parte deste estudo, além do maior número de indícios para auxiliar a entender algumas características sobre a composição das mesmas.

A predominância de estudantes femininas é uma característica que acompanha todas as turmas entre 1953 e 1962 e especificamente nessas duas aqui

²⁴ O documento fonte utilizado para aferição dos dados que foram utilizados para a elaboração dos gráficos 30,31,32,33,34,35,36,37,39 e tabelas 12,13 e 14, foi o Registro de Escolar, Matrícula, Professores e Aparelhamento Escolar Modêlo I do Curso Normal Regional 1953/1960.

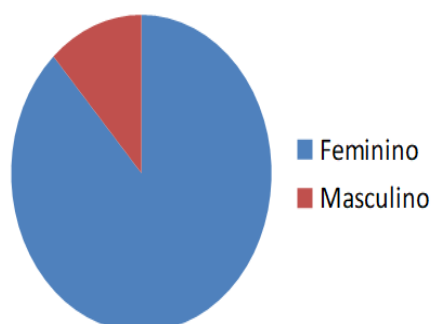
mencionadas com mais detalhamento fica claro a predominância das normalistas em quantidades bastante superiores à frequência de homens.

Gráfico 14: Mulheres e Homens 1ª Turma (1953).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico 15: Quantidade de Mulheres e Homens 2ª (1954).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

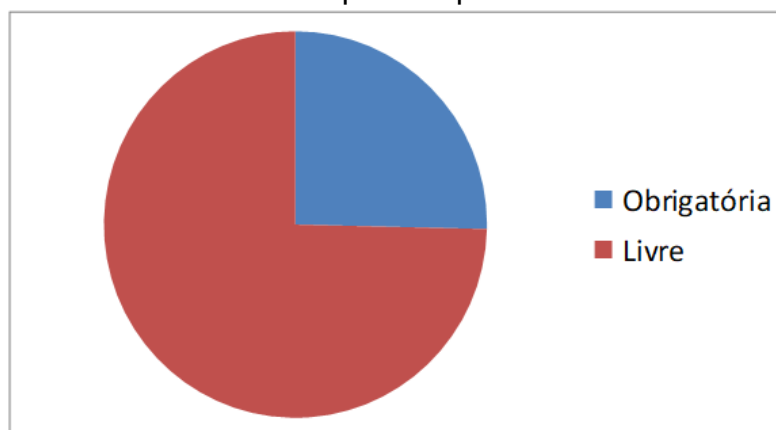
Percebe-se que a turma de 1954 em relação à de 1953 apresentou um percentual um pouco maior de homens matriculados, entretanto, quando observamos a quantidade total de alunos (homens e mulheres), constatamos que houve uma diminuição no número de matrículas, o que causa uma falsa impressão na relação real dos números. Na turma de 1953 (Gráfico 14), em um total de 134 estudantes matriculados, 126 eram mulheres e 8 eram homens; na de 1954, apesar do número menor de registros existiam, 67 mulheres e 9 homens, em um total de 76 discentes. Nesse sentido, o registro da feminização do magistério feita por Louro (2004) indicando que o “magistério se transforma em trabalho de mulher”, deve ser observado, pois em todas as turmas deste estudo o número de homens é quase nulo, inclusive nas lembranças das egressas quando mencionado o assunto.

Esse aspecto também marca aquele curso, e a tendência de maioria quase absoluta de mulheres exercendo o magistério naquela região na época nos remete a observar os dados de contexto econômico, envolvendo opções de trabalho, bem como culturais, em que a mulher tinha o casamento e o convento como opções tradicionais. Como lembra Louro,

[...] a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la, para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação (LOURO, 2004, p. 450).

Nesse universo normalista regional, onde houve 2 modalidades de frequência, a obrigatória e a livre²⁵, os dados encontrados no documento corroboram menções verificadas nas entrevistas realizadas sobre a existência desses 2 grupos, com uma tendência na diminuição significativa de frequência livre e com a consolidação e manutenção da obrigatória nos anos seguintes. Do total de 134 matrículas da 1ª turma em 1953 (Gráfico 16), um total de 100 estudantes faziam parte da frequência livre e o restante da obrigatória.

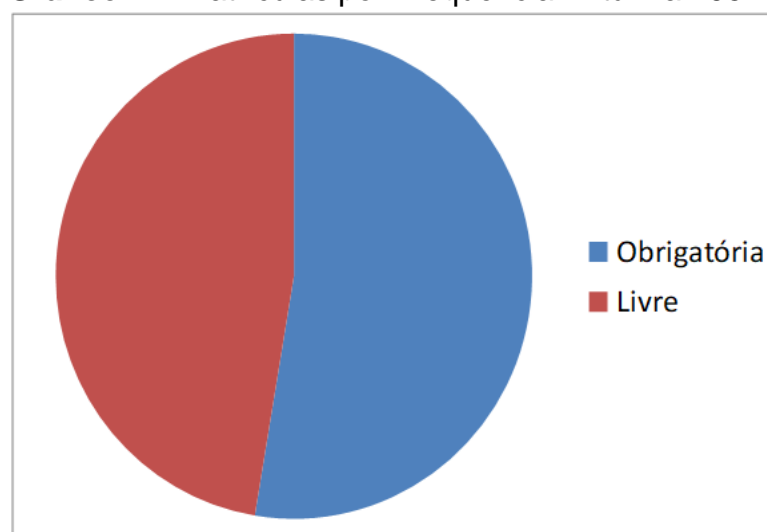
Gráfico 16: Matrículas por Frequência 1ª Turma 1953.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

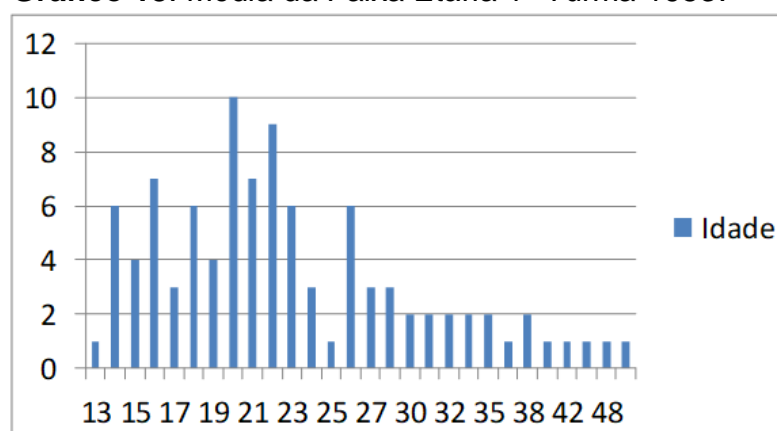
Com relação às matrículas da 2ª turma em 1954 (Gráfico 17), percebeu-se um aumento no número de estudantes que passaram a fazer parte da frequência obrigatória e o início de diminuição da frequência livre, sendo que, em um total de 76 matriculados, 40 eram da obrigatória e o restante 36 fizeram parte da livre.

²⁵ Alunas de frequência livre residiam em sua maioria no interior do município de São Francisco de Paula e já atuavam como professoras sem ter a certificação para exercer a docência, não frequentavam as aulas durante o ano letivo, o que eram feito pelas alunas da frequência obrigatória.

Gráfico 17: Matrículas por Frequência 2ª turma 1954.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

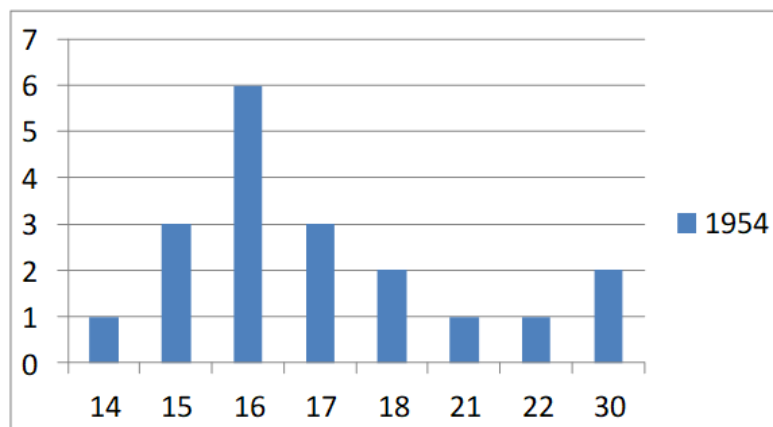
A identificação da média de idade (Gráfico 18), das alunas também foi possível nessas 2 turmas: percebeu-se, da primeira para a segunda, que a média em termos das faixas etárias diminuiu, ou seja, a maioria das alunas matriculadas a partir da 2ª turma eram mais jovens que da primeira. Um dos fatores que pode explicar a presença de número significativo de estudantes com idade média entre 20 e 51 no caso da primeira turma é o fato de a grande quantidade de matrículas de frequência livre, que eram de alunas que já lecionavam nos interiores, mesmo sem a certificação de docência; eram casadas, tinham filhos, ou seja, já possuíam uma vida familiar constituída quando da entrada no CNR.

Gráfico 18: Média da Faixa Etária 1ª Turma 1953.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

No caso da 2ª turma (Gráfico 19), e a diminuição de média das idades das normalistas que fizeram as matrículas, também existem 2 fatores que podem ter contribuído diretamente para isso, que foi a redução das alunas de frequência livre, em sua maioria com idades acima dos 20 anos, e o aumento das estudantes na frequência obrigatória, que poderiam entrar no CNR a partir de 13 anos de idade.

Gráfico 19: Média da Faixa Etária 2ª Turma 1954.

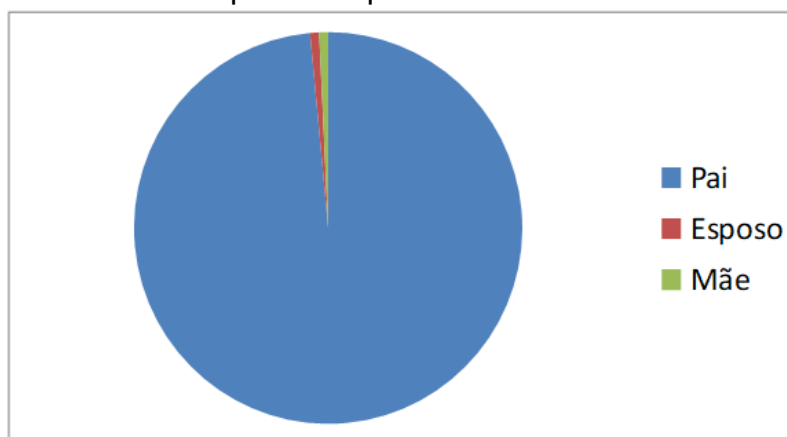


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Trazer para esta pesquisa esses detalhamentos referentes às turmas que existiram dentro do recorte temporal proposto teve também a intencionalidade de verificar os nomes de quem foram os responsáveis pelas alunas no momento da inscrição e da apresentação dos documentos que eram necessários.

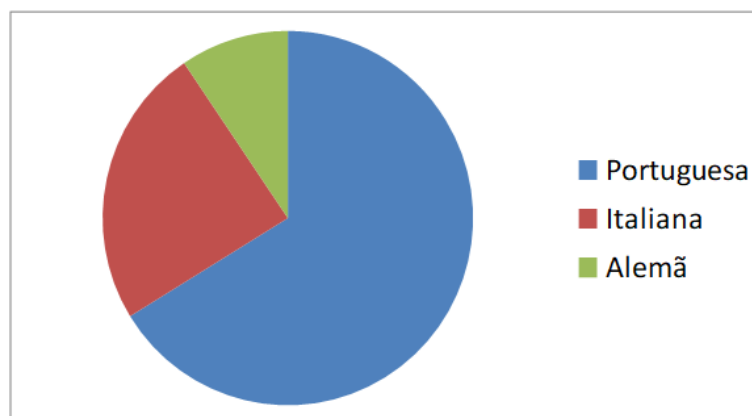
A existência de somente uma mulher constando como responsável pela matrícula de estudante daquele curso pode nos trazer indícios significativos referentes aos aspectos culturais presentes naquela região. Observa-se que a presença de homens (Gráfico 20) sendo indicados no momento de registro das matrículas não estava relacionada nesse caso específico com a idade das alunas, pois temos o exemplo da matrícula de número 1 na primeira turma, em que a aluna tinha 31 anos de idade naquele momento e o responsável foi seu esposo.

Esse dado possibilita lembrar as dificuldades das mulheres quanto à sua própria autonomia individual, pois o fato de ir estudar, deixando as atividades domésticas, pode ter provocado rupturas de costumes e tradições que diziam que o seu “local” de estar não era na escola estudando para ser professora, é uma quebra de um regramento sólido naquela sociedade.

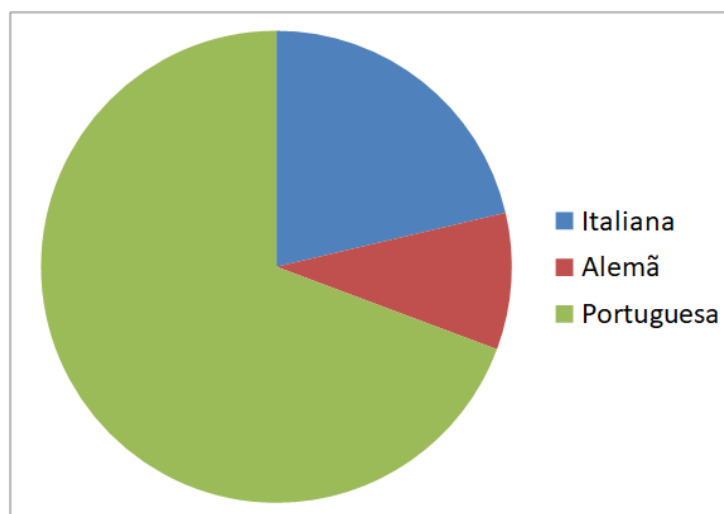
Gráfico 20: Responsável pela matrícula 1ª Turma 1953.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Perceber que em um município com um território de grande extensão como era São Francisco de Paula na década de 1950 e limitando seu território com municípios de povoados com origens distintas, mantinha um percentual étnico observado nos nomes dos responsáveis muito próximos de suas origens portuguesas, mesmo com etnias italianas e alemãs sendo circunvizinhas (Gráficos 21/22).

Gráfico 21: Ascendência Étnica 1ª Turma 1953.

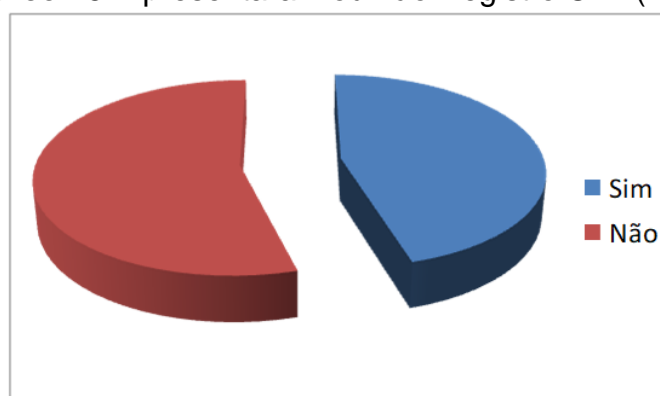
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico 22: Ascendência Étnica 2ª Turma 1954.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A primeira turma de normalistas de 1953, no que se refere à exigência de documentos para a realização das matrículas, recebeu um número expressivo de estudantes sem registro civil, como evidencia o Gráfico 23, o que pode significar dificuldades nos deslocamentos do interior até a cidade para obter registros e também uma baixa exigência dos referidos documentos aos cidadãos naquela época.

A ausência do registro civil para as matrículas abre também reflexões em relação aos dados que eram apresentados e à confiabilidade. A escola passava a assumir seu papel como representante do Estado. A partir do ingresso no curso, essas professoras perceberam a necessidade de possuírem esse documento. A escola cumpre neste ato o que Nóvoa (2019) argumenta sobre o papel da educação no sentido de transcender o institucional.

Gráfico 23: Apresentaram ou não Registro Civil (1953).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação à procedência dos alunos da primeira turma especialmente, optei por trazer gráficos que pudessem traduzir em parte o que o consta no documento e também uma percepção de onde vinham essas normalistas, tanto de outros municípios, como do interior de São Francisco de Paula e da sede municipal em logradouros e áreas urbanas específicas.

Observou-se que, com relação às origens de estudantes de outros municípios, não foram encontrados indicativos de grandes quantidades de alunas de outras cidades nas fontes documentais, entretanto, nas entrevistas concedidas, outros municípios além dos que indico na próxima tabela foram mencionados, como Nova Prata, Lajeado, Estrela, Bento Gonçalves e Vacaria. Percebeu-se também que, de acordo com os registros documentais, a partir de 1954 ocorreram significativas transferências de outras Escolas Normais para o CNRSFP, destacando-se a chegada de normalistas de Rio Pardo, Taquari e da Escola Normal Rural de São Leopoldo.

Tabela 10: Procedência de Alunos 1ª Turma/1953 (Municípios).

Município	Quantidade
Gramado	1
Gravataí	2
Santo Antônio da Patrulha	4
São Leopoldo	5
Canela	4
Taquara	7
Parobé	1
Caxias do Sul	7
Flores da Cunha	1
Riozinho	1
Taquari	15
Rio Pardo	3
Novo Hamburgo	1
Bom Jesus	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O município de São Francisco de Paula, de acordo com dados do INEP (1955), é o único município da região do planalto nordeste com escola oficial de 1º grau, e isso talvez explique naquele momento os números relacionados aos alunos de outras cidades que porventura não tinham condições de frequentar uma escola particular para sua formação. Existia também outra instituição nessa região, de acordo com o INEP, entretanto não era pública e estava localizada na cidade de Lagoa Vermelha.

Tabela 11: Procedência de Alunos 1ª Turma/1953 (interior de São Francisco de Paula)²⁶.

Localidade	Quantidade de Normalistas
Jaquirana	8
Eletra	2
Recosta	3
Cambará do Sul	4
Boca da Serra	4
Arrabalde do Cipó	4
Divisa Taquara	2
Arrabalde do Campo do Meio	2
Lajeado Grande	2
Horto Florestal	1
José Velho	1
Cazuza Ferreira	2
Instituto do Pinho	2
Tainhas	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A ENR contemplou grande parte do território municipal naquele período e, pelo que se percebeu, veio suprir uma demanda reprimida de formação naqueles interiores que havia há muitos anos. Nos registros que apontaram os interiores indicados na tabela anterior ainda estão ausentes a maioria das normalistas por falta de preenchimento dos dados referentes aos logradouros, mesmo assim percebe-se que a abrangência era de uma vasta região, naquelas décadas.

Tabela 12: Procedência de alunos 1ª Turma/1953 (Sede do Município).

Endereço	Quantidade
Av. Júlio de Castilhos	5
Av. Getúlio Vargas	2
Rua D. Pedro II	2
Rua Carlos Barbosa	1
Rua Cel. Serrano	3
Rua Cel. Lulu Machado	1
Rua Marechal Floriano	1
Bairro São Bernardo	1
Bairro Rincão	2
Sede	17

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Observar a tabela anterior, que indica números relativos às estudantes que apresentaram como logradouro a área urbana do município, também nos ajuda a entender parte da dinâmica da época, pois o chamado centro da cidade ou Sede Municipal é o local onde se concentrava a procedência da maior parte de

²⁶ Nessa tabela também foram considerados como localidades do interior de São Francisco de Paula os atuais municípios de Jaquirana e Cambará do Sul, que na época faziam parte do território como distritos e somente posteriormente se tornaram municípios, no ano de 1987 e 1963, respectivamente.

normalistas, em especial a Avenida Júlio de Castilhos, rua com número importante de matrículas, também nos trazendo um olhar sobre as camadas sociais mais abastadas que tradicionalmente residiam na mesma.

Esses dados permitem refletir sobre os deslocamentos de estudantes da área rural para a urbana com a finalidade de estudar, sobre as dificuldades financeiras, de ter de residir pagando pensões em familiares, por exemplo, e reconhecer que, como escreve Souza,

[...] a formação profissional do professor implica concebê-lo como responsável pelas suas escolhas, como ator do protagonismo de uma trajetória construída diante das relações com as ações econômicas, sociais, políticas e culturais (SOUZA, 2015, p. 146).

O território do CNRSFP foi constituído por algumas entidades que existiam como setores ou mesmo como partes ligadas diretamente ao cotidiano de funcionamento daquela instituição. Pelo que pode se observar nas fontes documentais, algumas tinham mais relevância ou pelo menos seus registros são mais detalhados e conseguem traduzir melhor as funções e o envolvimento da instituição existente.

Sobre algumas dessas entidades não foram encontrados registros, entretanto são feitas menções à sua existência ou constituição das mesmas em atas de reuniões entre direção e professores, o que pode indicar que houve sua existência e que estava atrelada ao CNR, como é o caso do Museu Escolar (Didático) e do Centro de Estudos Regionais.

Essas duas instituições são mencionadas na Ata nº 1 (Figura 8 Quadro 14) da primeira reunião no dia 02 de junho de 1953 entre direção e o grupo de professores que iniciaram o Curso. Entre os assuntos tratados, esteve a “organização de um museu escolar, com material coletado na região; aproveitando desse material no ensino de “Artes Aplicadas”” e também a “criação de um “Centro de Estudos Regionais”, cujo objetivo será debater as condições da vida econômica na região”.

Figura 8: Ata nº 1 da 1ª Reunião Direção e Docentes 02.06.1953.

1

Ata nº 1

Presidida pelo Sr. Diretor da Escola Normal Regional "José de Alencar" e com a presença das professoras até então nomeadas para reger as várias disciplinas de que se compõe a primeira série da referida Escola, realizou-se no dia dois de junho de 1953, a primeira reunião semanal.

Assuntos tratados: Instalação das Escolas Normais Regionais e seus objetivos; preparo eficiente do futuro professor; organização de um museu escolar, com material coletado na região; aproveitamento desse material no ensino de "Artes Aplicadas"; revisões mensais com questões organizadas pela regente de cada matéria e submetidas à apreciação da Direção da Escola; adiamento da primeira prova parcial, por motivo de circunstâncias imperiosas; criação de um "Centro de Estudos Regionais", cujo objetivo será debater as condições da vida econômica da região; registro do trabalho diário do professor; uniforme escolar. Por fim iniciou ainda o Sr. Diretor a leitura do Decreto 775 A de 15/5/53 que rege as Escolas Normais de segundo ciclo e pelo qual também se regerão nos casos adaptáveis, as de primeiro grau. Nada mais havendo a constar, eu, Horacina Borges, 2ª assistente da Direção, que lavrei esta ata, aqui encerro.

Firmo de A. Lima -

Horacina Borges

Horacina Borges

Horacina Borges

Horacina Borges

Ata nº 2

Fonte: AICEJA (1953).

Quadro 14: Transcrição da Ata nº 1 da 1ª Reunião de Direção e Professores 02.06.1953.

"Ata nº 1

Presidida pelo Sr. Diretor da Escola Normal Regional "José de Alencar" e com a presença das professoras até então nomeadas para reger as várias disciplinas de que se compõe a primeira série da referida Escola, realizou-se no dia dois de junho de 1953, a primeira reunião semanal. Assuntos tratados: Instalação das escolas Normais Regionais e seus objetivos; preparo eficiente do futuro professor; organização de um museu escolar, com material coletado na região; aproveitamento desse material no ensino de "Artes Aplicadas"; revisões mensais com questões organizadas pela regente de cada matéria e submetidas à apreciação da Direção da Escola; adiamento da primeira prova parcial, por motivo de circunstâncias imperiosas; criação de um "Centro de Estudos Regionais", cujo objetivo será debater as condições da vida econômica da região; registro do trabalho diário do professor; uniforme escolar. Por fim iniciou ainda o Sr. Diretor a leitura do Decreto 775 A de 15/5/53 que rege as Escolas Normais de segundo ciclo e pelo qual também se regerão nos casos adaptáveis as de primeiro grau. Nada mais havendo a constar, eu Horacina Borges, 2ª assistente da Direção, que lavrei esta ata aqui encerro".

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 9: Ata nº 2 da 2º Reunião entre Direção e Docentes do CNR (09.06.1953).

Presidida pelo Sr. Diretor da Escola Normal F. e. g. g. "José de Alencar" e com a presença das professoras que compõem o corpo docente da 1ª série da referida Escola, efetuou-se, nos nove dias do mês de junho de 1953, mil novecentos e cinquenta e três, uma "Hora Pedagógica". Primeiramente, procedeu-se à eleição da diretoria que regerá a "Caixa Escolar", obtendo-se o seguinte resultado: Noemi Aguiar Brentano, secretária (5 votos); Olinda Paixão, tesoureira (6 votos). Tendo se realizado, com o mesmo objetivo a eleição entre os alunos, uma comissão veio trazer o resultado que ali se verificou: Leda Santos Rocha, vice-presidente, Zuleica Soares, 2ª secretária, Juri Maria Dallani, 2ª tesoureira. Em prosseguimento à reunião, foram discutidos vários assuntos de interesse do ensino, recomendando o senhor diretor o desenvolvimento do programa em matérias correlacionadas. O livro didático será adotado como fonte de pesquisa para o aluno. A Biblioteca Escolar, centro de informação, será objeto de cuidadoso estudo, preparando-se ampliá-la com a aquisição de novos exemplares. O senhor diretor lembrou às professoras que a frequência obrigatória dos alunos é de 75%, sendo que as faltas por doença poderão ser justificadas. O diário do professor deverá ser apresentado mensalmente para o visto da direção da escola. Comunicou o diretor que foi apresentado pela professora de "Artes Aplicadas" um modelo para o uniforme escolar. O assunto da próxima reunião será: "A Biblioteca Pedagógica". Nada mais havendo a prestar, eu, Horacina Borges, 2ª assistente da Direção, sairei esta ata e aqui se encerra.

Escola de Araújo Lima
 Horacina Borges
 Arineia Freire C. Siqueira
 Maria Espina Lourenço

Fonte: AICEJA (1953).

Quadro 15: Transcrição da Ata nº 2, 2ª Reunião entre Direção e Docentes do CNR 09.06.1953.

"Efetuou-se nesse dia uma "Hora Pedagógica". Primeiramente procedeu-se à eleição da diretoria que regerá a "Caixa Escolar", obtendo-se o seguinte resultado: Noemi Aguiar Brentano, secretária (5 votos); Olinda Paixão, tesoureira (6 votos). Tendo se realizado com o mesmo objetivo a eleição entre os alunos, uma comissão veio trazer o resultado que ali se verificou: Leda Santos Rocha, vice-presidente, Zuleica Soares, 2ª secretária, Juri Maria Dallani, 2ª tesoureira". "[...] recomendou o senhor diretor o desenvolvimento do programa em matérias correlacionadas. O livro didático será adotado como fonte de pesquisa para o aluno. A Biblioteca Escolar, centro de informação, será objeto de cuidadoso estudo, preparando-se ampliá-la com a aquisição de novos exemplares. O senhor diretor lembrou às professoras que a frequência obrigatória dos alunos é 75%, sendo que as faltas por doença poderão ser justificadas. O diário do professor deverá ser apresentado mensalmente para o visto da direção da escola. Comunicou o diretor que foi apresentado pela professora de "Artes Aplicadas" um modelo para o uniforme escolar. O assunto da próxima reunião será: "A Biblioteca Pedagógica". (Horacina Borges, 2ª Assistente da Direção).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação aos materiais que seriam coletados e utilizados nas aulas de Artes Aplicadas, não se encontrou registros, entretanto, nos exames dessa

disciplina, são solicitados aos alunos que confeccionem certos materiais específicos como, por exemplo, utilizando madeira em entalhes e tecidos.

Outras instituições e práticas fizeram parte daquele contexto formativo na época, como a Hora Pedagógica, Cooperativa Escolar, Biblioteca Infantil, Biblioteca Pedagógica, Biblioteca, Pelotão da Saúde, Círculo de Pais e Mestres, Bar, Clube das Canções Infantis, Sopa Escolar, Caixa Escolar e a Merenda.

Desses elementos, saliento os que estão relacionados ao ato de alimentar-se, ligado diretamente ao estar vivo, como humanos que necessitam nutrir-se. Pode estar indicando as condições sociais, geralmente estão ligados a uma população carente de insumos básicos, mas esses constituintes possuem um simbolismo. Como escreve Bezerra, “além de poderoso símbolo de prestígio social e riqueza, emerge como uma categoria que estabelece fronteiras entre os pobres e os que não são pobres, bem como favorece a identidade social de classe” (2009, p. 104).

Eram instituições que funcionavam internamente no curso que possuíam um valor importante, pois envolviam não apenas os docentes e a direção, mas diretamente as normalistas, tanto em relação ao momento das aulas em si, como no seus envolvimento abrangendo seus familiares, que, em alguns momentos, foram participantes ativos, contribuindo com a Escola financeiramente e com outras formas de auxílio, como doação e vendas de matérias-primas para a alimentação dos alunos ou materiais de reformas do prédio escolar.

As bibliotecas foram um espaço oportuno dentro daquele contexto, envolvendo processo formativo das normalistas, pois lá estavam todos os materiais que eram utilizados nos conteúdos das aulas, na elaboração de trabalhos, em pesquisas, na busca por aprofundamento de conhecimentos, entre outras coisas, ali naquele espaço se abria um universo de conhecimento para as normalistas com o exterior da instituição. É um setor que na época é ocupado com funcionárias especializadas que faziam cursos de formação na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

Os registros encontrados sobre essa microinstituição indicam que havia a Biblioteca, Biblioteca Infantil e Biblioteca Pedagógica e estão no Livro Inventário da Biblioteca Dr. Alfredo Lucena com data de 09 de março de 1954 com seções separadas em obras recreativas, literatura, didáticos (pedagógicos e sociologia), informativos (cultura geral e língua). A Biblioteca escolar é mencionada pelo Diretor

na 2ª reunião com o grupo docente como “centro de informações, será objeto de cuidadoso estudo, procurando-se ampliá-la com a aquisição de novos exemplares”.

Analisando vestígios referentes à Cooperativa Escolar, encontrei o Livro de Registros de 09 de agosto de 1955, em que se encontra como frase de abertura do referido documento o seguinte: “saldo da lojinha transferido para a Cooperativa que, nesta data, foi fundada” e ali é indicado o valor de caixa juntamente com a abertura de uma lista de nomes que consta “recebido da lojinha consta dos seguintes sócios que constituirão a sociedade”, tendo os nomes de 124 pessoas e ao lado o valor de contribuição de cada um.

A Cooperativa funcionava com mensalidades de seus sócios, que eram não apenas pais ou responsáveis, mas também as normalistas que lá estudavam. Os valores eram utilizados nos pagamentos de compras feitas na lojinha escolar, ou seja, era uma entidade composta por sócios mensalistas, em que os valores arrecadados nos pagamentos de mensalidades e “joias” de novos associados servia para pagar a lojinha escolar, que, por sua vez, fornecia impressos e outros materiais de uso cotidiano nas atividades escolares, como “cadernos, livros, merendas e lapisete” (BOLETIM DE ENSINO PÚBLICO ESTADUAL²⁷, Junho de 1953). O registro conta com um livro caixa onde são demonstradas as movimentações financeiras da entidade, entradas, saídas, saldos e discriminação de despesas.

Percebeu-se que em décadas anteriores (30/40) à chegada do CNR naquela instituição, a colaboração financeira de pais e responsáveis era registrada nos livros de matrículas, ao lado no nome referido ao estudante, não havendo uma entidade institucionalizada para esse fim, o que pode indicar que, com a chegada da escola que abrigou o Curso, houve uma mudança na dinâmica que envolvia a movimentação financeira utilizada para custear despesas com materiais nas práticas escolares.

A Caixa Escolar é uma das instituições que já existia antes do CNR, e sua finalidade era atender alunos carentes em necessidades básicas relacionadas com

²⁷ Os Boletins De Ensino Público Estadual eram documentos que necessitavam de preenchimento mensal em pelo menos 4 vias, sendo que 3 dessas vias iam para Superintendência do Ensino Primário, Diretoria de Estatística Educacional e Delegacia Regional de Educação. Nesse documento estavam os dados de todas as turmas de estudantes matriculados naquele mês (nº de alunos, turmas, professores), dias letivos no mês, frequências de alunos antigos, novos. Informações sobre o prédio da escola como aluguel, proprietário capacidade do edifício, nº de salas, conteúdos das reuniões de professores, comemorações cívicas, rotinas cívicas, salários dos professores, total de horas individuais, titulações, cargos, instituições escolares e suas atividades, tudo a cada mês.

materiais escolares. Pertinente lembrar que o contexto social econômico da maior parte da população daquele município está ligado às classes mais necessitadas de recursos, ou seja, o nível de pobreza era significativo.

Era uma instituição importante dentro daquele ambiente e, para tanto, havia uma diretoria eleita para gerir seu funcionamento. Participavam dessa eleição não somente docentes e gestores, mas também os estudantes, como se observa na Ata nº 2 da 2ª reunião do CNR (Figura 9), em que se verificou a eleição da nova diretoria da Caixa Escolar naquele momento.

Uma questão para analisar é refletir sobre o grande número populacional com baixo nível econômico na época, pois grande parte da população se encontrava na área rural vinculada de maneira direta ou indireta à presença de grandes latifúndios. Esses sujeitos estavam ligados a uma permanente tradição camponesa do período, o que perpetuou durante décadas uma relação que envolvia dependência ao empregador, na qual, muitas vezes, o salário era “trocado” pela moradia e pequenas porções de terra para plantar o próprio alimento em troca de certa “fidelidade” nos serviços prestados ao patrão.

Observando os Boletins de Ensino Público Estadual de turmas de alunos do ensino primário desde o ano de 1950, percebe-se, por exemplo, que em um total de 86 matrículas do 1º ano primário, 71 são “auxiliados” pela Caixa Escolar da Escola (BIP, agosto 1950).

A Hora Pedagógica, conforme consta nas fontes documentais encontradas, possuía as características de uma formação continuada dos dias atuais, entretanto havia um grupo gestor que conduzia as reuniões e, a cada reunião, um docente se tornava o orientador e coordenador da temática apresentada e tinha deveres perante o grupo docente, como identifiquei no Livro de Registro da Hora Pedagógica, na Ata nº 1, onde consta a atribuição do orientador de cada encontro: “a) estudar cuidadosamente o assunto; b) orientar os debates, dando a oportunidade para a participação ativa de todos; c) manter a discussão sobre o assunto em estudo, evitando que ele fique em dúvida; d) evitar atitudes opiniáticas ou apáticas” (AHP, outubro de 1958). Os docentes também tinham funções definidas para seguirem, como consta no mesmo registro: “a) comparecer as reuniões; b) estudar com antecedência o assunto; c) discuti-lo bem, com conhecimento profundo do assunto; d) participar ativamente dos trabalhos, apresentando sugestões e opiniões; e) usar

da palavra somente se tiver algo a dizer” (AHP, outubro 1958). Percebe-se que aqueles momentos eram de grande relevância no sentido dos aprendizados relacionados às práticas pedagógicas que o grupo realizava e nos compartilhamentos de livros que eram lidos e estudados naqueles momentos. Como lembra Luchese/Fernandes (2019), “embora induzidas pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, as leituras realizadas, especialmente na Hora Pedagógica, foram importantes para o trabalho pedagógico da escola e se refletiram, entre outros aspectos, nas práticas escolares”.

Nas primeiras reuniões entre Direção e Docentes, no início da instalação do CNR, as “Horas Pedagógicas” tinham um espaço de registro no mesmo livro. Observei que, na 3ª reunião geral, o Diretor vai ler um material específico com indicações relacionadas a método educativo, como descrevo no próximo quadro, bem como pode ser percebido na imagem do Anexo 23. Percebe-se nesse gesto do Diretor uma intenção em sugerir direções aos docentes no sentido de suas práticas em sala de aula em relação às normalistas.

Quadro 16: Transcrição da Ata nº 3 Reunião Direção e Docentes 16.06.1953.

<p>“Realizou-se mais uma “Hora Pedagógica”. Métodos educativos e meios de corrigir a criança foi o tema abordado pelo senhor diretor que passou a ler o livro “O Segredo da Educação” do Pe. J. Barelle, S.J. que com muito carinho e acerto, estuda tão importante assunto”. (Horacina Borges, 2ª Assistente da Direção).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação ao Pelotão da Saúde, ao Bar da Escola Normal Regional e ao Círculo de Pais e Mestres, foram encontrados poucos registros específicos, ou seja, não se localizou livros de registros de cada instituição, entretanto, estudando os Boletins de Ensino Público Estadual - BEPE mensais, onde havia espaço para o preenchimento de dados referentes às instituições escolares, há menções sobre o funcionamento dessas 3 entidades e estão discriminadas suas movimentações financeiras.

No caso do Pelotão da Saúde, os materiais de que dispunha atendiam eventuais necessidades de primeiros socorros de estudantes, o que indica, como lembra Rocha, que a escola também é uma extensão ou ambiente utilizado como disseminador de práticas relacionadas com a saúde. Nesse sentido, nosso olhar mais atento vai enxergar discursos de políticas públicas disfarçados dentro do

ambiente escolar como a “crença no poder da escola na formação da “consciência sanitária” (ROCHA, 2010, p. 168).

Analisando os BEPES mensais, percebi que, apesar de essas instituições em muitos casos estarem em sintonia de áreas como a Merenda e a Sopa Escolar, a Cooperativa e a Caixa Escolar, elas mantinham certa independência de espaço organizacional e de gestão, não significando que estavam separadas ou afastadas, mas que guardavam autonomia dentro do grande grupo da ENRSFP. A Figura 10 e o Quadro 17, com transcrição seguir, é de uma parte do BEPE do mês de novembro de 1955 e evidencia com mais clareza essa inter-relação de instituições daquele local.

Figura 10: Parcial do Boletim Ensino Público Estadual-BEPE (novembro/1955).

Instituições	
Pilotos de Saúde: Análises de microscópio	
Círculo de Pais e Mestres: Saldo p/ dezembro	
Museu Didático: Campanha da Revista	
	Saldo do m/ anterior 1699,10
	Recebido no mês 8605,60
Merenda:	Despesas 8240,50
	Saldo p/ dezembro 2064,20
	Saldo do m/ anterior 167,20
	Doação de artigos 694,00
Cooperativa:	Saldo folha, m/ 5 710,00
	Pq. um livro 55,00
	Saldo p/ dezembro 86,20
	Obras: 470 Obras retiradas: -
	Nº de volumes: 548 Nº de leitores: 202
Biblioteca:	Saldo do m/ anterior 64,00
	Atualidades 20,00
	Saldo p/ dezembro 84,00
	É distribuída diariamente a todos os alunos
Sopa Escolar:	Saldo do m/ anterior 3188,00
	Despesas 3188,00
	Saldo p/ dezembro -
	Saldo do m/ anterior 65,30
	Recebido no mês 2960,00
Caixa Escolar:	Despesas 1904,90
	Saldo p/ dezembro 1124,40

Fonte: AICEJA (1955).

Quadro 17: Transcrição Parcial do Boletim Ensino Público Estadual (novembro/1955).

INSTITUIÇÃO		
Pelotão de Saúde: Curativos de Emergência		
Círculo de Pais e Mestres:	Saldo p/dezembro	cr\$ 52,80
Museu Didático:	Campanha da Revista	
	Saldo do mês anterior	1.699,110
	Recebido no mês	8.605,60
Merenda:	Despesas	8.240,50
	Saldo p/ dezembro	2.064,20
Cooperativa:	Saldo do m/anterior	167,20
	Venda de Artigos	684,00
	Saldo lojinha n/nº 5	710,00
	Pg um livro	55,00
	Saldo p/dezembro	86,20
Biblioteca:	Obras: 470	Obras entrada: -
	Número de Volumes 548	Nº de leitores: 208
	Saldo do m/anterior:	64,00
	Mensalidades	20,00
	Saldo p/dezembro	84,00
Sopa Escolar:	É distribuída diariamente a todos os alunos	
	Saldo do m/anterior	3.188,00
	Despesas	3.188,00
	Saldo p/dezembro	-
Caixa Escolar:	Saldo do m/anterior	65,30
	Recebido no mês	2.960,00
	Despesas	1.904,90
	Saldo p/dezembro	1.124,40

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Havia uma organização institucional em que predominavam algumas características, como o foco nos detalhamentos de cada entidade quanto ao seu funcionamento, à prestação de contas, à manutenção, o que, de certa maneira, nos dá indicativos de um ambiente onde os direcionamentos/comandos são parte daquele cotidiano, bem como de que a execução das atividades que envolviam tomavam um tempo significativo nas rotinas semanais.

Uma das instituições mais significativas de que se encontrou registro nos documentos foi o Clube das Canções Infantis e mesmo que o período em que foram registrados extrapole o recorte temporal desta pesquisa em si, escolheu-se trazer esses registros para este estudo em função das menções que, apresentadas em várias das entrevistas com as normalistas sobre o quão marcante eram os momentos de aprendizados envolvendo a música. Mesmo que para onde fossem

designadas após a formatura não tivessem condições materiais/estruturais para colocar em prática o significado do contato dessa área durante o processo formativo foi importante, como corrobora Monti “a mais notória característica do Canto Orfeônico é a sua função pedagógico-musical, diferenciando-se do ensino musical profissional, realizado em escolas e conservatórios especializados, que busca o aprimoramento técnico com fins performáticos” (MONTI, 2006, p. 2).

De acordo com as fontes documentais encontradas no Acervo Institucional, existe em ata própria registros desde a primeira reunião do Clube das Canções Infantis, que se iniciaram quando da chegada do 2º ciclo. Mesmo estando fora do recorte temporal escolhido para este estudo (1953-1962), optei por trazer os registros dessa instituição que existiu dentro do CNR, pelo entendimento de que ela se constituiu nos anos anteriores durante o período analisado, porém foi registrado no primeiro ano, que fica fora do tempo escolhido na pesquisa.

Está descrita na primeira ata (Ata nº 1 07.08.1963), conduzida sob a orientação da Professora Brígida Figurelli, a eleição da primeira diretoria constituída de presidente, secretária, tesoureira. Uma das primeiras determinações foi referente à aquisição de livro ponto; nessa mesma reunião, os estatutos do Clube foram elaborados pelas alunas.

Analisando as atas referentes a essa instituição interna do CNR, percebe-se que a funcionalidade das reuniões incluía o aprendizado da musicalização dos “cantinhos infantis”: a letra era apresentada pela professora e, em seguida, iam para a sala de música para um treino. As reuniões eram realizadas semanalmente e, em alguns momentos, a cada 3 dias no turno da tarde, a partir de 15:40; em alguns momentos, às 16:30.

A dinâmica dos encontros envolvia o estudo da letra e posterior desenvolvimento do aspecto musical da canção estudada anteriormente. Os “cantinhos” estudados no Clube também em algumas oportunidades foram solicitados para que as alunas trouxessem para a reunião colaborando com a professora regente. O estatuto ficou pronto em 23/11/1963 data em que, conforme consta na ata de nº 5, “a Naira Glória R. Pereira ficou encarregada de bater à máquina os estatutos do clube”. A composição dos encontros era de uma média de 14 pessoas em cada momento, nunca abaixo desse número e em vários momentos tendo mais alunas.

O Clube possuía uma dinâmica que envolvia a inserção de atividades no ambiente do CNR: “tratamos sobre algumas das atividades práticas que podem ser realizadas este mês; como aulas práticas para as colegas ou cartazes” (ATA nº8 04/09/1963), bem como um interesse pela solidez de sua estrutura e sua manutenção: “falamos sobre os estatutos do clube que estão incompletos, faltando os objetivos, número de alunas participantes, hora para as reuniões, finalidade da mensalidade” (ATA nº 12 de 27/09/1963). Essa instituição interna era responsável também por apresentações cênicas em datas festivas específicas como é mencionado:

[...] foram acertados os detalhes para nossa homenagem às crianças no dia doze de outubro. Dividimos a aula em três grupos: o grupo dos fantoches que apresentará o teatro de fantoches, com a pecinha, a “gata borralheira” [...]. No grupo dos cantinhos, que ficou encarregado de ensinar cantinhos a um grupinho de crianças. O grupo que fará cartazes (ATA nº 13 de 02/10/1963).

As normalistas do Clube eram mobilizadas e encarregadas de atuar como orientadoras das crianças nos primeiros e segundos anos nos treinamentos para as apresentações que ocorriam durante o ano letivo. Também se percebe, na análise dessas atas referentes ao Clube, que o momento dos encontros servia como parte do processo de formação das estudantes, como observado:

[...] nesta reunião logo após a professora fazer a chamada e todas assinarem o livro ponto, fomos para a sala de música, onde a professora Brígida executou ao piano uma seleção de músicas dos mais famosos autores, para que nós fizéssemos uma apreciação sobre aquela que nos trouxe alguma recordação (Ata nº 18 de 30/10/1963).

O Clube proporcionava também momentos de arguições com relação às temáticas que eram abordadas: “durante esta reunião, respondemos algumas perguntas relacionadas com os seguintes itens: como ensinar uma cançãozinha; quais as canções mais acessíveis às crianças e quais as novas impressões sobre o Clube das Canções Infantis” (ATA nº 24 de 13/12/1963).

De acordo com a documentação pesquisada, as canções eram estudadas durante uma média de 3 encontros do Clube e após nova canção era apresentada para dar início a um novo aprendizado, iniciando pelo conhecimento da letra e, posteriormente, a musicalização. Entre as canções que mais foram utilizadas nos

estudos realizados com as normalistas se destacaram: Soldadinhos Brasileiros, Soldadinhos de Brinquedo, A Roseira, Mamãe Querida, Canção de Ninar, O Sapateirinho, O Gatinho Mimi, e O Carpinteirinho que estão nas fontes, mas não apresentam seus autores. Entretanto canções e seus referidos autores também aparecem, entre elas: São João, de Rafaela R. Furtado; Os Passarinhos, O carangueijo e Os porquinhos, de Dinah Bezerra de Barros; O Canarinho, de Sílvio Salema; e As Côres da nossa bandeira, de Maria Dulce S. Antunes.

Observei que as instituições existentes no interior da ENR eram espaços difusores de elementos que respingavam de maneira direta e indireta no processo de formação das normalistas, em função de serem presenças intrínsecas ao seu dia a dia. Em algum momento contribuía para o Caixa Escolar e a Cooperativa, em outros faziam uso do Museu e das Bibliotecas, bem como a alimentação envolvendo o Bar, a Sopa, Merenda e isso me permite refletir sobre a contribuição da existência dessas entidades dentro do próprio aspecto formativo docente.

Fazer parte da implantação do CNRSFP no início dos anos 50 era estar em um ambiente de destaque. No entanto, esse elemento diferenciador não estava atrelado à questão financeira, mas à representação do ser docente, à postura, ao modo de falar e vestir, aos contatos com órgãos de educação, ao conhecimento da área de atuação, ou seja, sujeitos aos quais os cidadãos poderiam ter certezas sobre os vários direcionamentos que envolviam a vida em sociedade, trabalho, cultura, religião, política.

A Atas das reuniões entre direção e docentes dentro da abrangência temporal foram lidas e algumas características ficam marcadas desde a primeira reunião, que ocorreu em 02 de junho de 1953, sendo que entre essas marcas a presença de um “controle” por parte das instituições ligadas ao ensino do Estado do Rio Grande do Sul é nítido. O grande número de decretos e ofícios-circulares que são lidos nas reuniões, as repetições de ordens e normas sobre as posturas durante os exames, o envio antecipado das provas para averiguação da direção, os objetivos do próprio CNR, as exigências de cumprimento das rotinas cívicas, a reunião como um momento em que o grupo docente receberá uma ordem e fará o máximo de empenho em cumpri-la com alegria e satisfação, esmero.

Há também, nos registros das atas, evidências das condutas e posturas de normalistas que podem de certa maneira ferir ou denegrir a imagem de uma

professora perante a sociedade, de acordo com aquilo que ela representa profissionalmente. O interesse do corpo docente em fazer dar certo aquele curso também foi uma marca relevante, pois nenhum dos membros tinha experiência anterior no referido curso, não houve uma preparação, uma formação específica antecedendo a sua abertura.

Pode-se dizer também que outra característica marcante foi o grupo ter se blindado em busca de um objetivo, o que pode estar relacionado justamente à falta de estrutura inicial e ao grande número de matrículas que existiu, servindo para que se pensasse em estratégias para o andamento e funcionamento do curso.

O corpo docente do CNR também mantinha um padrão com relação a comemorações ligadas a aspectos cívicos, como foi possível observar no Livro de Atas das Comemorações da ENRSFP.

A maior quantidade de registros está relacionada com os eventos sobre a Pátria, a Bandeira, o Soldado, a Guerra Farroupilha. Os teores descritos nos discursos exaltam o amor pelo Brasil, pela Pátria, elementos de intensa apreciação e envolvimento naquela época. As Fotografias 39 e 40 contribuem para que se possa perceber os sentidos dados aos símbolos nacionais naquele cotidiano profissionalizante.

Nas duas imagens, a seriedade dos sujeitos que estão envolvidos diretamente no desfile cívico é nítida, tanto em relação às posturas corporais, quanto às expressões faciais, o que indica o sentido do momento, que pode ser interpretado no olhar da professora e das alunas como o instante que foi aguardado durante meses ou mesmo o resultado das práticas de treinos exaustivos realizados no turno inverso da escola.

O sentimento de civismo é uma característica que esteve presente de maneira intensa no processo formativo dessas normalistas. Como indica Souza, “o civismo se concretizou no ideário escolar não somente através de desfiles, mas também, por meio de culto a heróis e a saudação à pátria por meio dos hinos. A partir do culto ao civismo, desenvolviam-se em cada sujeito instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração de cada um a serviço da legitimação de regimes políticos” (SOUZA, 2013, p .13).

Fotografia 39: Desfile dia 7 de setembro 1960 (Professora Isaura Cabral Pinto).



Fonte: Acervo Isaura Cabral Pinto (1960)

O pelotão do CNR, na imagem 40, também traduz a seriedade do momento, percebido nos olhares das normalistas e na fixação do resultado que estava sendo buscado há várias semanas. Percebe-se que o grupo de normalistas representa um elemento social importante naquele instante e que pode estar permeada também de cansaço físico e emocional, bem como, sentimentos internos de relutância, timidez, pois o desfile também as coloca em evidência perante a comunidade que naquele momento as assiste.

Fotografia 40: Pelotão Curso Normal Regional Desfile 07.09.1959 (Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo).



Fonte: Acervo Professora Maria Claudete da Rocha Rabelo (1959).

Percebe-se, na Fotografia 40, em que o pelotão do CNR está desfilando, a existência de uso de símbolos utilizados na exaltação nacional da época, como o uniforme e a bandeira, o posicionamento das pernas e dos braços indicando que o grupo de normalistas está marchando e não caminhando. Apesar de a imagem mostrar que se trata de um dia com nevoeiro e provável baixa temperatura, o vestuário não apresenta agasalhos. Também identifica-se que duas alunas vestem luvas brancas, mas não estão em posição de liderar o pelotão, o que pode indicar que fizeram ou fariam parte de apresentação em destaque:

[...] o intuito fundamental da comemoração das festas cívicas nas escolas, é justamente, manter uma coesão interna entre os grupos, fornecendo um quadro de referências que permita aos indivíduos reconhecerem-se como um grupo, como uma sociedade, conferindo-lhes, portanto, identidade (FRANKFURT, 2006, p. 22).

Havia um planejamento detalhado que envolvia as turmas de todas as séries e modalidades na época, com apresentações de poesias, músicas com letras em forma de versos, preleções exaltadas que demonstram que pesquisas antecipadas eram feitas para dominar o assunto que seria exposto. A relação entre comemorações cívicas e atos religiosos da igreja católica é percebida em vários

registros; a exaltação do sentimento de patriotismo e de dever como único caminho são realçados também em discursos e canções dos docentes e normalistas.

Outro componente mencionado diversas vezes pelas egressas e que possuía grande relevância eram os exames que faziam parte da grade de disciplinas. Essa pertinência decorria não somente do aspecto avaliativo, mas dos formatos e da extensão de que se constituíam, como foi possível observar nas descrições dos teores que faziam a composição encontrados nas Atas de Registro de Exames (ARE).

O CNRSFP possuía um fluxo em relação às avaliações de suas disciplinas, nesse sentido, aquele ambiente, de acordo com as fontes documentais e também com as narrativas das egressas, exigia em cada semestre que alguns dias fossem dedicados à realização de exames escritos e orais. No caso das avaliações escritas, eram constituídas de pelo menos 4 “partes”, sendo que desses fragmentos a dissertação, o questionário e os testes estão presentes na maioria das disciplinas, como se verifica nas atas analisadas.

Observei pouco número de questões objetivas para assinalar, por exemplo, pois a tendência era de que as perguntas fossem respondidas de maneira dissertativo-descritiva. Outra característica significativa é a presença de trabalhos práticos, que eram solicitados no momento da avaliação escrita. O tempo dos exames, conforme descrito nas atas, era de 2 horas a partir da realização da chamada e entrega das folhas “devidamente rubricadas pela direção”.

Com relação ao tema abordado nas escritas dissertativas solicitadas em todas as disciplinas, ocorria um sorteio no momento de início da escrita da mesma, que poderia ser algo específico ou o chamado “ponto”, que é uma referência mencionada pelas egressas para indicar até que parte do conteúdo poderia ser cobrada naquele exame, ou seja, dentro daquela quantidade de matéria específica estudada até o dia que antecedia o exame poderia ser pedido qualquer assunto até aquele “ponto”, envolvia um “roteiro e uma prática” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2014, p. 306).

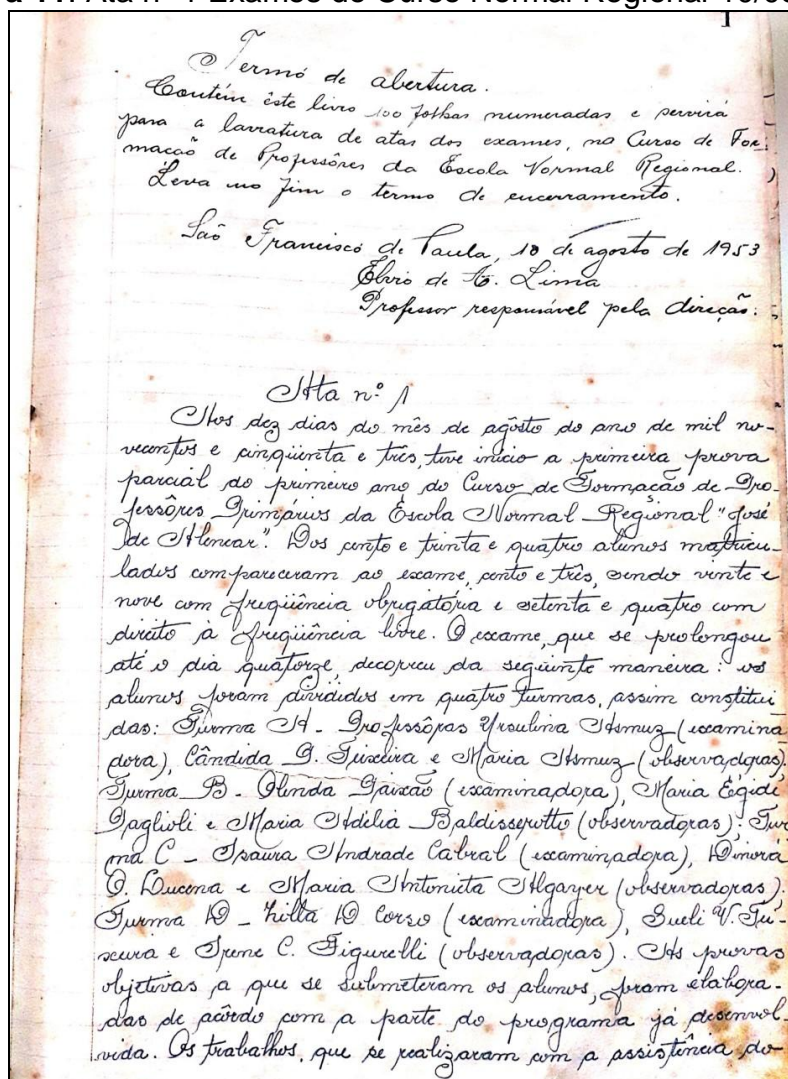
Os exames orais fizeram parte da época dedicada às avaliações e eram constituídos de uma organização específica para cada disciplina, tendo como elemento comum a constituição de uma banca avaliadora, como também ocorria nos exames escritos. A avaliação oral ocorria tanto de maneira individual, com o

estudante perante a banca, ou professor, como também na sala de aula, com a presença dos colegas sendo chamado pela banca ou professor individualmente para ir até o quadro e explicar a questão que era solicitada. No caso do exame oral ser individual, as alunas permaneciam aguardando no corredor e eram chamadas para entrar na sala onde estava a banca avaliadora e realizar o exame.

A primeira ata de exames (Figuras 19 e 20) registrada nos mostra como foi o início dessa dinâmica que faria parte do cotidiano daquelas normalistas durante todos os anos de sua formação.

Nessa ata nº 1, estão descritas informações importantes sobre o que seriam avaliado em cada disciplina, suas pontuações, os valores de cada acerto, bem como a indicação de quais matérias que foram submetidos naquele momento à prova prática. Esses dados estão transcritos após cada figura.

Figura 11: Ata nº 1 Exames do Curso Normal Regional 10/08/1953.



Fonte: AICEJA (1953).

Quadro 18: Transcrição da Ata nº 1 de 10/08/1953.

“Ata nº 1

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e três, teve início a primeira prova parcial do primeiro ano do Curso Formação de Professores Primários da Escola Normal Regional “José de Alencar”. Dos cento e trinta e quatro alunos matriculados compareceram ao exame, cento e três, sendo 29 da frequência obrigatória, setenta e quatro com direito à frequência livre. O exame que se prolongou até o dia quatorze, decorreu da seguinte maneira: os alunos foram divididos em quatro turmas, assim constituídas: Turma A - Professoras Ursulina Asmuz (examinadora), Cândida P. Teixeira e Maria Asmuz (observadoras), Turma B - Olinda Paixão (examinadora), Maria Égide Paglioli e Maria Adélia Baldisseroto (observadoras), Turma C – Isaura Andrade Cabral (examinadora), Dinorah O. Lucena e Maria Antonieta Algayer (observadoras), Turma D - Zilla D. Corso (examinadora), Sueli V. Teixeira e Irene C. Figuerelli (observadoras). As provas objetivas a que se submetem os alunos, foram elaboradas de acordo com a parte do programa já desenvolvido). Os trabalhos que se realizaram com a assistência do”.

Fonte: Elaborado pelo autor 2020.

Nessas primeiras atas o senso de organização institucional é percebido no detalhamento dos procedimentos que foram adotados naquele que foi o primeiro momento de averiguação de conhecimentos junto à normalistas iniciantes. Percebe-se uma preocupação em deixar claro como foi desenvolvida toda a parte operacional para houvesse o entendimento das funções de cada envolvido.

Figura 12: Continuação da Ata nº 1 Exames do Curso Normal Regional.

Ilmo. Sr. Diretor da Escola professor Elvio A. Lima processaram-se normalmente, não havendo ocorrência alguma a registrar. Para a correção das provas constituíram-se turmas formadas não só das professoras da Escola Normal, isto é, do Curso de Formação de Professores Primários como também das professoras que exercem suas funções apenas no Curso Primário. A cooperação das professoras do Curso Primário foi necessária dada a escassez de tempo de que dispunha para ultimar os referidos trabalhos. O critério adotado na correção das provas objetivas foi o seguinte: em português - I parte 30 acertos, valendo 2 pontos cada um; II parte, "Composição", valendo 40 pontos. Em matemática: I parte, 10 acertos, valendo 5 pontos cada um; II parte, 25 acertos, valendo 2 pontos cada um. Em História do Brasil: 82 pontos, valendo um ponto cada um; 6 acertos, valendo dois pontos cada um e o último acerto, valendo 6 pontos. Em Geografia: I parte, 26 acertos, valendo 1 ponto cada um; II parte, 25 acertos, valendo cada acerto 1 ponto; III parte, 19 acertos, valendo ao todo 24 pontos; IV parte, 25 acertos, valendo 1 ponto cada um. Em Ciências: I parte, 13 acertos, valendo 19 pontos; II parte, 12 acertos, valendo 1 ponto cada um; III parte, 12 acertos, valendo 2 pontos cada um; IV parte, 26 acertos, valendo ao todo 45 pontos. Em Música: 20 acertos, valendo 5 pontos cada um. Em Educação Física (prova teórica): 1 acerto, valendo 10 pontos; 4 acertos, valendo 2 1/2 pontos cada um; 8 acertos, valendo 10 pontos cada um. Em Desenho foram observados o colorido e a simetria do trabalho apresentados. Em Artes Aplicadas: os alunos apresentaram os trabalhos exigidos e, além disso, submeteram-se a uma prova prática. Em Educação Física houve, também, a prova prática. As notas obtidas nas diversas disciplinas já referidas acham-se devidamente

Fonte: AICEJA (1953).

Quadro 19: Transcrição da continuação da Ata nº 1 Exames 10/08/1953.

"Ilmo Sr. Diretor da Escola professor Elvio A. Lima processaram-se normalmente não havendo ocorrência alguma a registrar. Para correção das provas constituíram-se turmas formadas não só das professoras da Escola Normal, isto é, do Curso de Formação de Professores Primários como também das professoras que exercem suas funções apenas no Curso Primário. A cooperação das professoras do Curso Primário foi necessária dada a escassez de tempo de que dispunha para ultimar os referidos trabalhos. O critério adotado na correção das provas objetivas foi o seguinte: em português I parte 30 acertos, valendo 2 pontos cada um, II parte "Composição" valendo 40 pontos. Em matemática: I parte, 10 acertos, valendo 5 pontos cada um, II parte 25 acertos, valendo 2 pontos cada um. Em História do Brasil: 82 pontos, valendo um ponto cada um; 6 acertos, valendo 2 pontos cada um e o último, valendo 6 pontos. Em geografia: I parte, 26 acertos, valendo 1 ponto cada um, II parte, 25 acertos valendo cada acerto 1 ponto; III parte, 19 acertos, valendo ao todo 24 pontos; IV parte, 25 acertos, valendo 1 ponto cada um. Em Ciências: I parte, 13 acertos, valendo 19 pontos; II parte, 12 acertos, valendo 1 ponto cada um, III parte, 12 acertos valendo 2 pontos cada um; IV parte, 26 acertos valendo ao todo 45 pontos. Em Música: 20 acertos, valendo 5 pontos cada um. Em Educação Física (prova teórica): 1 acerto, valendo 10 pontos, 4 acertos, valendo 2 1/2 pontos cada um; 8 acertos, valendo 10 pontos cada um. Em Desenho foram observados o colorido e a simetria do

trabalho apresentado. Em Artes Aplicadas: os alunos apresentaram os trabalhos exigidos e, além disso submeteram-se a uma prova prática. Em Educação Física houve também, uma prova prática. As notas obtidas nas diversas disciplinas já referidas acham-se devidamente registradas no Caderno Registro de Notas desta escola. Nada mais havendo a constar.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Também se percebe que, nesse evento inicial de avaliações, foi necessário deixar registrado de maneira nítida como seriam avaliados e quais seriam os pesos das notas nas aferições que o corpo avaliador faria. Há uma preocupação em deixar clara a existência de todo um regramento que permearia aqueles dias e, dentro do percurso dessa pesquisa, é observada a presença constante de elementos que indicam regras e controles do processo.

Essas fontes documentais traduzem um horizonte além da escrita, pois trazem o cenário da intensa dinâmica que envolveu aqueles dias, inclusive com a ocupação do prédio do Ginásio que pertencia à Congregação de São José, o que indica que havia, nesses dias, uma movimentação de pessoas acima da média que fazia parte daquele lugar e outros sujeitos eram acionados para participar e de certa maneira auxiliar no andamento. O Ginásio da Congregação de São José era uma escola particular confessional que atendia as classes mais abastadas do município, oferecendo também opções diferenciadas, como a de internato feminino. Lembrando Dallabrida e Martini em relação a essas instituições: “eram instituições formais das elites que proporcionavam ensino secundário de qualidade, articulado com processos de sociabilidade distintos, entre os quais o regime de internato, o trabalho regular e disciplinado” (DALLABRIDA; MARTINI, 2010, p. 67).

Os momentos em que existem exames e provas possibilitam uma classificação, uma seleção, independentemente da área ou contexto e, no caso aqui estudado, envolvendo um ambiente onde se pretendia compor uma identidade docente que futuramente poderia repetir o gesto que era a verificação dos saberes de estudantes. São percebidos como um recurso com ampla abordagem, como escreve Fischer:

[...] o processo de examinar relaciona saber e poder numa dimensão técnica, muitas vezes, sofisticada, valendo-se de mecanismos e rituais que se repetem, no tempo e no espaço, e por isso mesmo acabam adquirindo uma dimensão além das propostas (FISCHER, 2005, p. 156).

A existência de um período em todos os semestres e alguns bimestres durante o ano letivo para realização de exames, bem como nos meses de férias de

verão, para que as normalistas estivessem diariamente expostas em extensas escritas nos exames, é uma marca significativa dentro daquele ambiente de aprendizados. Como lembra Boto, “o mundo da escola é composto por um repertório, uma linguagem e um conjunto de gestos organizadores dos rituais de ensinar e de aprender” (BOTO, 2014, p. 108).

Esses sinais puderam ser percebidos nas entrevistas realizadas com as egressas em vários momentos, em que a sensação da “aflição” provocada pelos exames era nítida em razão dos formatos de questões, da grande quantidade das mesmas, do tempo para execução e das dissertações, além do exame oral, que renovava a intensidade do nervosismo naqueles momentos, quando era observada a postura, o conhecimento, o domínio da eloquência, entre outros itens como a “tripla vocação” em referência a Boto, quando menciona a escola como um instrumento que ao mesmo tempo vai “ensinar conhecimentos, valores e comportamentos” (BOTO, 2014, p. 105).

Outra característica marcante e que culminava com o encerramento de vários anos de estudos dentro do chamado CNR era a formatura e, independentemente da modalidade de frequência (livre ou obrigatória), era um momento de relevância individual para cada normalista e família, social, em razão da representação que o curso tinha no município, e institucional, como oportunidade de legitimação de sua existência, de seu sentido como Instituição formadora de professores. Era um momento em que um ritual era colocado em movimento, pois acionavam-se vários sujeitos, entre eles destaques da política, cultura, religião católica, educacional. Como parte da composição desse momento, Silva registra que “podemos destacar o ato de escolher, montar, confeccionar e distribuir os convites da cerimônia e do baile” (SILVA, 2016, p. 247).

As menções das egressas às cerimônias de conclusão do curso, bem como a Ata com os Registros das Formaturas, indicam que havia uma distinção, um ambiente onde o prestígio existente em relação ao CNR na época se manifestava e legitimava o “espaço para criação e manutenção de laços entre escola e sociedade” (SILVA, 2018, p. 14). A presença de convidados importantes do meio político municipal, estadual e federal era parte integrante desses eventos, e sua estrutura demonstra que havia um planejamento minucioso, no intuito de ser algo que se

destacasse, mesmo nas formaturas de gabinete, ou seja, realizadas na secretaria da escola.

A primeira formatura, de acordo com o Livro de Registro de Formaturas, foi constatada na Ata nº 1 do dia 18 de maio de 1957 (Figura 13) e ocorreu no Salão de Festas da Sociedade Cruzeiro em São Francisco de Paula, local que na época era espaço de reuniões das elites do município em tradicionais eventos. Além da presença de autoridades municipais ligadas aos poderes executivo e legislativo, também contou com a presença de juízes, promotores públicos, padres, madres e o corpo docente da ENR, que participava ativamente, auxiliando na elaboração de discursos, cronograma do evento, decoração, ensaios das músicas que seriam tocadas ou cantadas durante, ou seja, era ato de extrema importância institucional, social, cultural e política.

A Ata nº 1 (Figura 13) registra a primeira formatura e enfatiza detalhes da cerimônia, como a abertura feita pelo professor Luiz Boschi convidando as autoridades para fazerem parte da mesa e a “entrada dos formandos sob aplausos, tendo à frente a homenageada de honra Sra. Lélia B. Costa, ladeada pelo Sr. Élvio de Araújo Lima em especial deferência ao primeiro diretor da presente turma”. O início dos “trabalhos com o hino nacional “entoado” pelos presentes”, leitura do expediente, entrega dos certificados, juramento das normalistas e os discursos da oradora da turma, da homenageada de honra e do Corpo docente representado pelo professor Élvio. Momento especial é quando a “quartanista Zuleica Soares dirige-se aos formandos em nome dos alunos da escola apresentando-lhes as despedidas e desejando brilhante êxito na missão que irão encetar”. Na sequência uma “singela “Hora da Arte” com uma magistral interpretação ao piano da Sra. Irinea I. C. Figurelli em “Fantasia do Hino Nacional” e um “côro pelas formandas”.

Nesse curto espaço podem ser observados alguns elementos significativos, como o lugar de um símbolo da pátria que é o hino nacional em dois formatos e tempos distintos, bem como no “desligamento”, despedida das normalistas feita pela aluna do 4º ano, como a apresentação para a sociedade de um prêmio valioso e ao mesmo tempo o “abrir” das portas da escola para o mundo que as formandas irão “desbravar”, como “guerreiras” em uma “missão justa”. A normalista que obtinha o 1º lugar entre as formandas tinha local especial no momento de receber o certificado, sendo chamada antes de todas as suas colegas. O juramento era realizado perante

“Deus e a Pátria” nas palavras da normalista escolhida para pronunciar o juramento, que era acompanhado pelas demais formandas pelo solene “juramos”.

Figura 13: Ata nº 1 da 1ª Formatura do Curso Normal Regional 1957 (18.05.1957).

1800

Ata nº 1

Aos deztois (12) dias do mês de maio de ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957) no salão de festas da Sociedade Amigos da cidade de São Paulo, realizou-se o ato de formatura da primeira turma de alunos do curso Primário da Escola Normal Regional de Joré de Alencar.

A sessão foi aberta pelo professor Sr. Luiz Boscato e a qual compareceram para fazerem parte da turma as seguintes pessoas: Sr. Sílvia B. Costa, professora da Escola Normal Regional de Joré de Alencar, Angelo Althaus, Pref. Municipal, Wolfgram de Oliveira Filho, Sr. Promotor Público, Sr. Arthur Lucena, Rep. do Sr. Guiz, Pedalino F. da Silva, Presidente e Vereadores, Madre Carolina, Padre Hilario, e o Corpo docente da Escola.

Iniciando as formandas aram entrada recitando sob aplausos tendo a frente a homenageada de honra Sr. Sílvia B. Costa, fadecada pelo Sr. E. Rio de Arago, Sr. em especial depreciação ao Sr. Rio de Arago, Sr. diretor da presente turma.

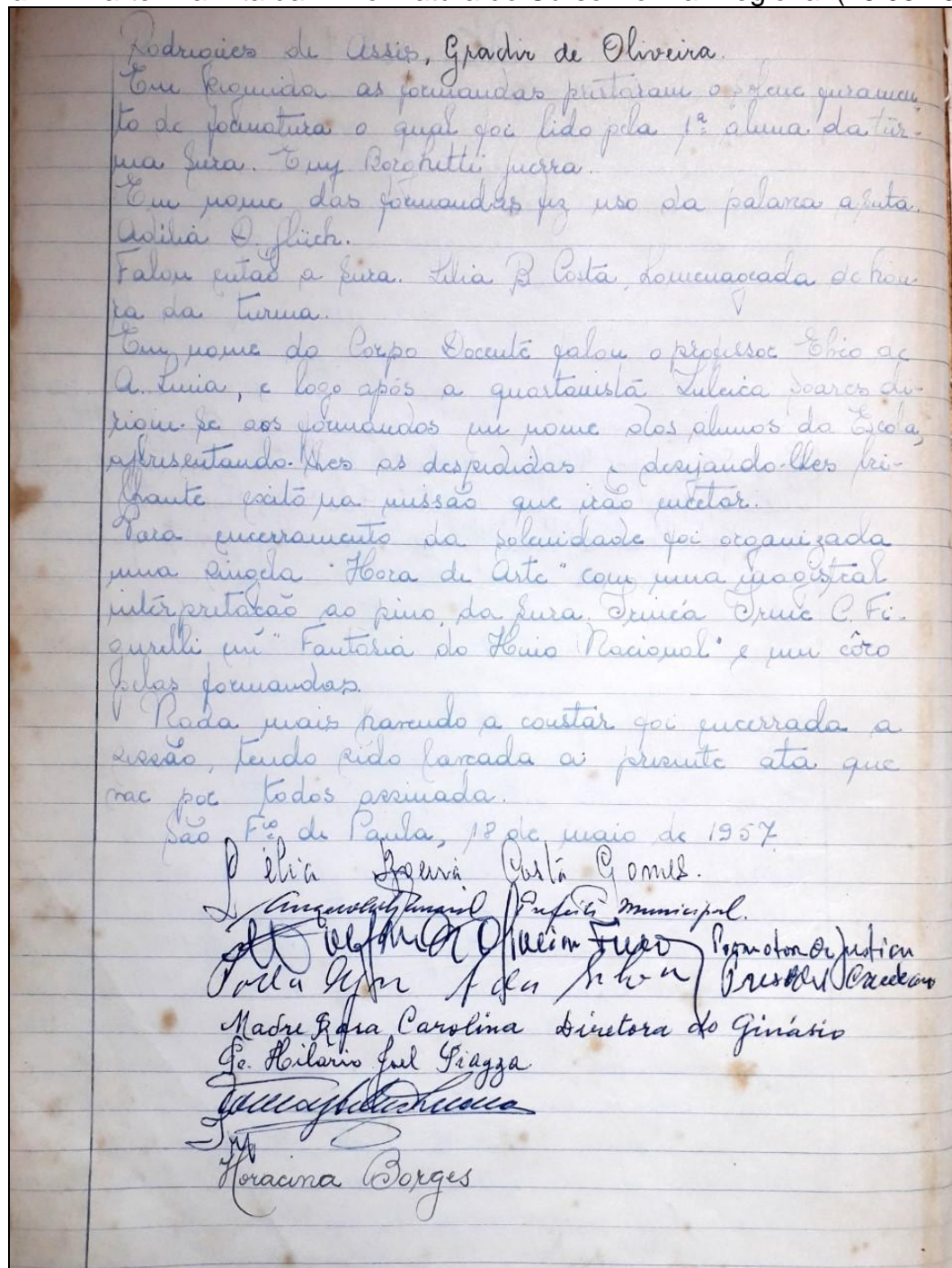
Ato contínuo foram iniciados os trabalhos com o Hino Nacional cantado pelos presentes.

Logo após seguiu-se a leitura do expediente.

Procedeu-se então a chamada dos formandos e as mesmas planejadas para o recebimento do certificado de conclusão do curso: Emy Teresa Bacchetti Jucra, Ruth de Oliveira Lanza, Maria Aracy Zilberman Romar, Lucy de Oliveira Lanza, Irma Maria P. Carrack, Helena Kochado Ambrósio, Raiz Santini Karasovni, Helena Kolb, Maria Estera Sauer, Carmo Nicor, Rose da Rosa Pereira, Adelia L. Jlich, Zilma Angela Bellinotti, Sílvia Kuzula do Amaral, Sílvia Kalia Höller, Francisca Laura de A. Reis, João Amador Jantsch, Elizabeth S. Bocayura e Maria Terzina

Fonte: AICEJA (1957).

Figura 14: Parte final Ata da 1ª Formatura do Curso Normal Regional (18.05.1957).

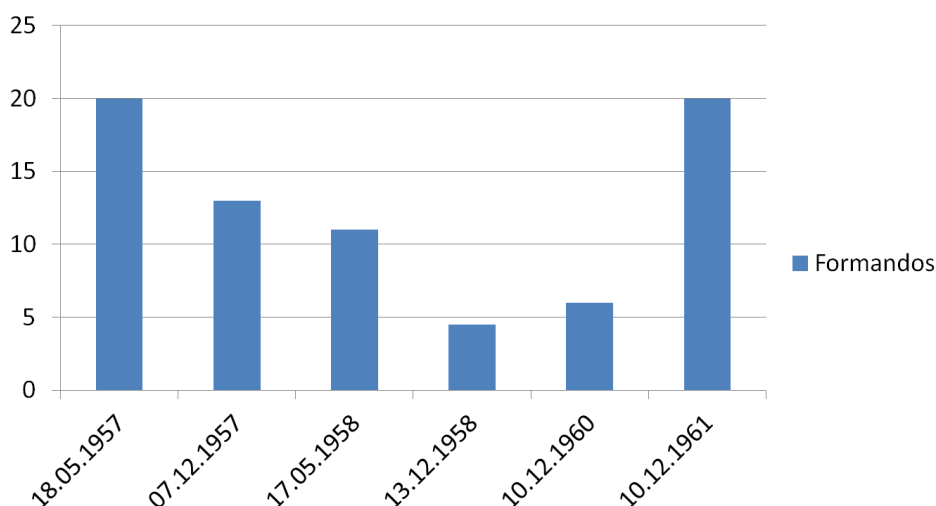


Fonte: AICEJA (1957).

No recorte temporal deste estudo, foram observadas as atas de formatura de 8 turmas (Gráfico 26) entre 1957 e 1962, e chamou a atenção o número de normalistas que participavam do evento não ser tão grande em comparação com a totalidade de matrículas que ocorreram. Alguns motivos podem ser pensados, como, por exemplo, o grande número de estudantes que já exerciam a docência, o fato de residirem em locais distantes e com dificuldades de acesso e locomoção, bem como

a questão financeira e desistências. No Gráfico 26, a seguir, é possível observar a dinâmica sobre os números de normalistas formados registrados em cada formatura dentro do período estudado.

Gráfico 24: Quantidade de Estudantes nas Formaturas (1957-1962).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir do Livro Ata de Registros de Formatura.

Observa-se que o número de normalistas que participam das formaturas oscila entre as turmas desse recorte de tempo, e podem-se inferir algumas causas para esse fenômeno, entre elas: a questão financeira da maioria das famílias das estudantes, a distância de residência da sede do município, as dificuldades de deslocamento em razão da falta de meios de transportes e precariedade das estradas na época, e o fato de parte das alunas lecionarem no interior do município.

Durante este estudo, foram encontradas fotografias das formaturas e, para escolher quais seriam utilizadas nesta pesquisa, optei por dar espaço para as imagens em que estivessem também as egressas que foram entrevistadas. Infelizmente, não foi possível localizar fotos que pudessem contemplar todas as normalistas em razão de pertencerem a turmas variadas, em anos diferentes e também em alguns casos pela ausência nos acervos pesquisados, tanto institucionais, quanto particulares. Na Fotografia 41, a professora Zaira está recebendo seu diploma do Prefeito Municipal na época (1959) e percebe-se que, além da mesa com a autoridade que procede a entrega, há também uma freira na época em que o Ginásio na cidade era administrado pela Congregação de São José, mantendo, além da escola, um internato feminino. A presença dela junto às

autoridades ilustra a importância da igreja católica e de suas instituições representantes, como se verificou nesse estudo em relação à presença dos padres como docentes no CNR.

Fotografia 41: Professora Zaíra de Oliveira Maciel Recebendo Diploma (1959).



Fonte: Acervo Professora Zaíra de Oliveira Maciel (1959).

A turma de 1960 que participa da formatura pública tem um número reduzido de concluintes, entre os quais a entrevistada Maria Jussara dos Reis Cândido, identificada na parte direita da imagem. Entretanto, também ocorriam cerimônias de entrega dos diplomas na secretaria da escola, conforme pude verificar nos registros das atas e, apesar de não serem abertas ao público, havia as mesmas formalidades protocolares. Esses momentos em que os sujeitos se reúnem para o registro de um rito como a formatura remetem aos escritos de Luca quando lembra sobre “fenômenos coletivos, as multidões e o povo, personagem que roubava a cena antes reservada às personalidades ilustres” (LUCA, 2012, p. 5), que nos auxilia a pensar sobre esses agrupamentos em torno do evento normalista, como a abertura de um espaço social no calendário da cidade onde as novas professoras, de certa maneira, são “apresentadas” à sociedade.

Fotografia 42: Formatura Professora Maria Jussara dos Reis Cândido (1960).



Fonte: Acervo Maria Jussara dos Reis Cândido (1960).

A imagem que reuniu o maior número de egressas que colaboraram neste estudo foi da formatura de 1961, que chama a atenção pelos rostos e olhares das formandas, pois é um misto de alegria e tensão, ao mesmo tempo que a direção dos olhares é significativa, visto que não estão focados somente em um ponto específico, mas observam vários ângulos, o que permite refletir sobre os motivos dessa postura naquele evento. Seria uma técnica de fotografia, um combinado, ou cada normalista procurava com o olhar seus familiares, refletia individualmente sobre o momento? A fotografia fala conosco e não é somente um registro de evento, pois, como lembra Borges, apesar de nossa herança de pensamento cartesiano, a imagem captada “não foi suficiente para eliminar a magia e a comoção que as imagens visuais despertaram e despertam no homem” (BORGES, 2011, p. 37).

Fotografia 43: Formatura Curso Normal Regional (1961).



Fonte: Acervo Iolanda Cândido (1961).

Na Fotografia 43 estão 6 entrevistadas para este estudo, as seguintes professoras: Vanda Silva (no canto direito inferior, 1ª da fila, na 1ª fila embaixo), Vanilda Lopes da Silva (no canto esquerdo, 3ª da fila, na 1ª fila embaixo), Maria Beatriz Nodari (2ª da esquerda para a direita, na fila do meio), Iolanda Cândido (2ª na fila da frente, da esquerda para a direita), Andradina Peixoto da Silva Damasceno (3ª na fila da esquerda para a direita, na última fila parte de cima), Cecília Viana Martins (2ª na fila da direita para a esquerda, na primeira fila). Chama atenção na imagem a ausência do uso da beca pelas formandas, ao mesmo tempo remete à reflexão sobre a condição financeira dos familiares das normalistas nessa época.

Fotografia 44: Cecília de Aguiar Camilo (1963).



Fonte: Acervo Professora Cecília de Aguiar Camilo (1963).

Nessa Fotografia 44, da turma que se forma em 1963, nota-se que a beca foi utilizada, ao mesmo tempo observa-se que na imagem está o paraninfo das formandas, que pode ter contribuído com alguma remuneração para as alunas, no sentido de providenciarem seus trajés. Analisando a fotografia, percebe-se que o modelo vestido era uma peça única padrão, mudando apenas os modelos de sapatos.

Salienta-se que, durante os 4 anos de duração do curso, as normalistas passavam por um longo processo formativo que envolvia inúmeras referências simbólicas, com diferentes intensidades e funções dentro da formação. Desse modo, o momento de formatura também servia como a última “marca”, registro na constituição daquela profissional e, portanto, tinha uma relevância imensa, e essa magnitude referendava também o Curso e a Escola perante a sociedade onde estava inserido.

Embora o foco desta pesquisa não seja a administração escolar, observei, a partir dos registros encontrados, a presença de 35 direções até a atualidade, com presença marcante de diretoras. Em mais de um século de existência da instituição, observou-se a passagem de mais de 500 professores e funcionários. No quadro nº

20 está a lista de direções desde a transição entre o Collégio Municipal/Grupo Escolar até os dias atuais.

Quadro 20: Diretoras e Diretores (1914-2020).

	Nome	Ano
1	Nestor Lopes Coelho	1914
2	Anthero Gonçalves de Almeida Brito	1918
3	Adelino Pereira de Souza	1918
4	Marieta Rita Job	1921
5	Tácito Pires	1922
6	Hilda Boher Weber	1926
7	Zaira Acauan Severo	1928
8	Sílvio Álvares Rabelo	1930
9	Maria Cezira Paglioli de Lucena	1937
10	Luiza Wolf	1939
11	Horacina Borges	1942
12	Olinda Holmer	1943
13	Lélia Costa Gomes	1943
14	Élvio de Araújo Lima	1953
15	Lélia Costa Gomes	1955
16	Noemi Brentano Brackmann	1959
17	Ursulina Asmuz	1960
18	Rosita Mattos Canani	1960
19	Dinorá de Oliveira Lucena	1963
20	Lia Peres Rabelo	1972
21	Ilsa Teresa Salomann	1976
22	Zaira de Oliveira Maciel Teixeira	1981
23	Eda de Souza Pinto Tedesco	1984
24	Urânia Maria Gomes	1984
25	Ivone Maria Marques Palma	1986
26	Idete de Souza Nunes Ev	1988
27	Jocelina Valim de Castilhos	1991
28	Sirlei Terezinha Francisco Silva	1995
29	Silvana Maciel Lopes	1997
30	Sérgio Marino	2003
31	Eloiselena Casara Melo	2008
32	Elis Regina Silva	2010
33	Iracema Moraes Teixeira	2013
34	Sérgio Marino	2019
35	Miriã Paiva	2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)²⁸.

A dinâmica que envolveu este estudo buscou compreender os sinais que o processo formativo normalista em São Francisco de Paula possuiu e com isso perceber características que fizeram parte dos perfis daquelas professoras lá constituídas. Foi fundamental adentrar no mundo que se descortinou pelos

²⁸ Os dados do quadro de direção foram retirados de uma lista elaborada pela Professora Tatiana M. Reis em 2018, na comemoração do centenário do Colégio Estadual José de Alencar. Sua busca originou-se no histórico da escola, escrito pela Professora Lori Celuta Cavalin Camilo, em 1991.

entrelaçamentos das fontes documentais encontradas, das memórias acionadas e das narrativas analisadas.

Nesse sentido, a formação dessas docentes envolveu uma dinâmica complexa com vários entrelaçamentos significativos, como nos indica Imbernón Muñoz, “as relações entre o professorado, os sentimentos e atitudes, a complexidade docente, a troca de relações de poder nos centros formadores, a autoformação, a comunicação, a formação com a comunidade” (IMBERNÓN MUÑOZ, 2012, p. 45), apontando elementos que constituem os processos formativos.

4 OS PROCESSOS FORMATIVOS: IDENTIDADES, CULTURAS E PRÁTICAS.

Escrever acerca do processo formativo é pensar sobre um universo sensível, um local que envolve vontades humanas em vários setores, iniciando pelas políticas e se descortinam por relações de poder permeadas por aspectos mais em voga no momento de aplicabilidade das mesmas e, portanto, cíclicas, ou seja, de acordo com o andamento das vinculações entre os sujeitos há maior ou menor movimentação. No caso do CNR em São Francisco de Paula, além da política é pertinente pensar nos objetivos que esse curso teria de alcançar e a justificativa para que isso ocorresse naquela região. Entendendo os motivos, podemos nos aproximar de uma compreensão sobre aquelas práticas formativas e também relacionar os artefatos que foram analisados às falas das entrevistadas, no sentido de evidenciar sinais representativos que indicam especificidades naqueles perfis de normalistas, como resultado dos procedimentos daquele cotidiano.

A partir do término das análises das fontes documentais e das degravações de entrevistas, os primeiros passos seguintes foram rever as anotações realizadas de maneira preliminar no decorrer do processo de investigação direta, com todo o aparato de materiais que foi mobilizado. No andar dessa leitura, descortinaram-se alguns pontos que serão elencados a partir de agora, antes mesmo do aprofundamento das categorias que foram encontradas. Esse exercício proporcionou ir adentrando aquele ambiente de processo formativo, acionando primeiro características que apareciam mais latentes e, posteriormente, observando as próximas que estavam em “camadas” mais enraizadas.

O CNRSFP foi permeado por vários elementos de distintos contextos ao mesmo tempo, e esses componentes existiam dentro de uma dinâmica que envolveu a sociedade daquela região: economia, política, religião, cultura, hábitos, costumes e instrução, ou seja, a chegada desse Curso acionou várias engrenagens de maneira intensa.

Existiam mais de 100 escolas distribuídas em uma área superior a 6 mil quilômetros quadrados de território, fazendo menção somente à abrangência de São Francisco de Paula. A maior parte da população reside em área rural e a economia está atrelada à pecuária, agricultura e madeira (extrativismo).

O nível socioeconômico da maioria da população é baixo, associado às relações de trabalho características da região naquela época, que em sua maioria eram empregados em fazendas ou nas serrarias e madeireiras, geralmente residindo em casas que pertenciam ao patrão, no próprio local de emprego. Observando os gráficos do apêndice A e indicam os percentuais de rebanhos, animais abatidos, confirma-se que grande parte da população trabalha vinculada à pecuária e agricultura, bem como as áreas dos estabelecimentos rurais e sua utilização (Apêndice B), com destaque à criação extensiva de animais, ou seja, é uma economia com predominância agrária.

Na questão relacionada à instrução, observa-se que, na década de 1950, quase metade da população do município não sabia ler nem escrever (Gráfico 11). Ao mesmo tempo observa-se uma movimentação de professores (contratações/nomeações) entre o ano de 1949 e 1959, tendo um aumento significativo nos anos de 1952/1953/1954, que são os anos que antecedem marcam a chegada do CNR (Gráfico 12).

No andamento das investigações, fui percebendo que um universo com características singulares ia surgindo, inicialmente nas fontes documentais de maneira não tão nítida, mas como indicativos, e depois nas falas que chegaram pelas entrevistas, nas lembranças que trouxeram de certa forma aqueles cotidianos de fases das infâncias do interior, das escolinhas, de aulas particulares, dificuldades familiares, pobreza, resistências, resiliências e até a chegada ao CNR, onde um mundo que deixou marcas profundas se abriu.

De maneira preliminar os indicativos foram aparecendo, e por eles foi possível enxergar com um pouco mais de nitidez aquele cotidiano em que a instrução de como deveria ser constituída uma professora foi permeado tanto por influências internas, da escola, quanto externas, pelo meio onde a instituição estava inserida. São elementos que envolvem desde o formato do Curso, bem como os desafios dos professores que estiveram à frente naquele momento específico, e as normalistas, famílias e o contexto regional.

Como inicialmente grande parte das normalistas pertenciam à modalidade de frequência livre, residiam e trabalhavam nos interiores do município, havia uma organização operacional na escola para que os materiais de estudo fossem elaborados, aprovados pela direção e enviados pelo correio durante o ano, pois em

parte do recesso de julho e nas férias de verão essas normalistas específicas (frequência livre) vinham para a cidade e ficavam durante 2 meses revisando os conteúdos e sendo submetidas aos exames.

Havia as normalistas de frequência obrigatória durante o ano letivo, ou seja, o calendário dessa escola durante os primeiros anos do curso possibilitou o acesso durante todo o ano literalmente, excetuando-se alguns dias de julho, em que o recesso de inverno ocorria para as duas modalidades.

O CNR de São Francisco de Paula também teve a frequência de normalistas de outros municípios, pelo que se observou nos registros de matrículas, e uma das razões pode ser a questão geográfica e também por ser uma escola pública naquela parte do Estado. Naquele período o deslocamento para estudos em outras cidades tornava-se mais difícil e oneroso caso as famílias optassem pelo envio de suas filhas para estudar em outros locais, como Caxias do Sul, São Leopoldo ou Porto Alegre, que também são mencionados nos jornais da época como destino de poucas “filhas” da terra.

Foi possível perceber a presença da Igreja Católica de uma maneira intensa em vários momentos, tanto nos aspectos históricos de eventos envolvendo o município, bem como diretamente no cotidiano das normalistas. Esse aspecto é percebido desde as fotografias (25, 26 e 27) até as fontes documentais, onde estão, por exemplo, os registros de teores de exames da disciplina de Religião (Anexos 24, 25, e 26) e cerimônias de comemorações e formaturas também, ou seja, existia uma estreita relação dessa instituição religiosa não somente com a comunidade fora da escola, mas com o CNR.

O Curso chamava a atenção das autoridades católicas, como se percebeu nas menções encontradas no Livro Tombo da Secretaria da Paróquia de São Francisco de Paula em uma visita do Bispo Diocesano, tecendo elogios sobre a qualidade do referido curso, bem como das normalistas que lá se formavam. Nas atas que registravam os conteúdos de cada disciplina, quando observadas aquelas relacionadas com ensino religioso, inicialmente estão registradas em separado “religião católica” e “religião evangélica”, entretanto, com o passar dos anos, as anotações passam a utilizar somente a palavra “religião”, o que dificultou o entendimento sobre para quais alunos eram os conteúdos. Além disso passa uma impressão de que a religião católica vai a ocupar dentro do processo formativo do

curso um espaço predominante, como percebi no bilhete deixado na Ata de Exame Religião III série de 21.06.1955 e encontrado (Anexo 27) como marcador da página do referido exame, indicando o padre avaliador. Chama a atenção o bilhete, pois está em um documento oficial ao qual provavelmente só tinha acesso a equipe gestora e a secretaria, não sendo um local costumeiro para deixar indicado sua presença.

Outro aspecto que não é aprofundado neste estudo em razão de não ser objeto, mas que penso ser importante registrar, relaciona-se à localização do prédio da primeira escola na cidade, que servia em seu entorno por estar em uma esquina central e próxima de onde estava o imóvel da igreja católica de ponto tradicional das manifestações não apenas relacionadas com a educação, mas com cerimônias políticas e religiosas. A escola, mesmo depois, no prédio da Escola Normal Regional, permaneceu como um centro importante onde a igreja católica também gravitava.

Percebeu-se, no entorno daquele estabelecimento de ensino, a presença política municipal, com tendência significativa de viés trabalhista. Também é percebida nos jornais e nas fotografias, em que um espaço grande é dedicado para nomes como Getúlio Vargas e Leonel Brizola, bem como a influência do Deputado Wilson Vargas (PTB)²⁹ para a instalação daquele Curso e de estreita ligação com setores agropecuários daquele município. É um momento no país em que houve certo afrouxamento do poder por parte da União diretamente nos municípios, o que pode ter colaborado para que as prefeituras mantivessem laços com outros poderes

²⁹ Segundo os dados que se encontram no CEPDOC/FGV “Wilson Vargas da Silveira nasceu em Porto Alegre no dia 6 de junho de 1926, filho do funcionário público municipal Venerando Silveira e de Ondina Vargas da Silveira. Formou-se em direito em 1949. Iniciou sua carreira política no pleito de outubro de 1950, ao eleger-se deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo empossado no cargo em fevereiro seguinte. Reeleito para a Assembleia Legislativa gaúcha em 1954, candidatou-se a deputado federal nas eleições de outubro de 1958, na legenda do PTB do Rio Grande do Sul. Eleito, encerrou o mandato estadual em janeiro seguinte e, em fevereiro, tomou posse na Câmara dos Deputados. Nessa legislatura, pertenceu à Frente Parlamentar Nacionalista, organização interpartidária criada em 1956 que tinha como metas o combate ao capital estrangeiro e à remessa de lucros e a defesa de uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional. Licenciou-se da Câmara para ocupar o cargo de secretário de Energia do Rio Grande do Sul no governo de Leonel Brizola (1959-1963), após ter-se candidatado sem êxito à prefeitura de Porto Alegre. Voltou à Câmara em abril de 1962, quando se tornou vice-líder da bancada de seu partido. Em outubro deste último ano foi eleito deputado à Assembleia Legislativa gaúcha, assumindo sua cadeira em fevereiro de 1963, após o término de seu mandato na Câmara Federal. Com o movimento político-militar de 31 de março de 1964, teve seu mandato cassado em maio do mesmo ano, com base no Ato Institucional nº 1, editado em abril”.

para colaboração orçamentária, em especial em relação à educação primária como lembra Vicente/ Amaral:

Figurando como fundamental à tão propalada ordem, progresso, civismo e disciplina do povo mais pobre do país, a educação primária foi sendo alvo de modificações nas constituições de 1934, 1937 e 1946. Nesse quadro, ela foi progressivamente ficando sob responsabilidade dos municípios (VICENTE; AMARAL, 2020, p. 2).

Aspectos relacionados à política municipal como possíveis influências nas escolhas de direções para a Escola Normal e a participação de docentes normalistas nas bancas de processos seletivos dos professores municipais também fizeram parte daquele momento.

Um aspecto que, apesar de não ser contemplado especificamente, mas que fez parte daquele cotidiano está relacionado ao clima característico naquela microrregião, em especial o outono/inverno rigoroso, com presença constante de nevoeiros, geadas e ocasionalmente condições propícias para precipitações de neve. O ato de deslocar-se para a escola, tanto de estudantes do interior quanto da área urbana, era de certa forma dificultado, pois era necessário se expor aos rigores daquela estação, e o prédio não apresentava os equipamentos de aquecimento que se disponibilizam nos dias atuais, fazendo com que os períodos de permanência em sala de aula fossem penosos. Para este estudo, busquei investigar como era o clima na década de abertura do Curso Normal Regional, e descobri que 2 anos depois que iniciou o curso houve a chegada de uma das maiores massas de ar polar em tamanho de abrangência da história da meteorologia, com temperaturas que ficaram muito baixas, inclusive na região norte do Brasil³⁰.

Ao mesmo tempo, São Francisco de Paula, por apresentar abundante natureza, ar puro e estações climáticas bem definidas com primavera e verões amenos, foi durante décadas o destino de pacientes que poderiam fazer tratamentos para doenças respiratórias, em especial para a tuberculose, tornando-se referência nas décadas de 1930/1940.

³⁰ Esse evento não é aprofundado nesse estudo, mas é possível obter mais informações sobre aqueles 3 dias de intenso frio em todo o país (1955) no livro “Neve no Brasil” de Nilson Wolf, responsável por uma das Estações Climáticas do Rio Grande do Sul. Alguns dados impressionam como as temperaturas máximas que ocorreram em São Francisco de Paula 28 de julho de 1955 (1,5), 29 julho de 1955 (1,5) e 30 de julho de 1955 (2,0), ou seja, foram dias em que a intensidade do inverno foi extrema.

Com relação ao CNR, cabe registrar que o motivo da escolha de instalação ser em São Francisco de Paula está em sintonia com uma grande demanda reprimida de professores sem certificação há vários anos, um município que está entre os maiores do Estado na época em tamanho territorial e com uma população majoritariamente rural, o que justifica de certa forma o número expressivo de normalistas provenientes do interior/campo.

Essa necessidade de ter professores diplomados também nos diz que existe um grande número de público/alunos nesses interiores há décadas, como se percebe nas falas das egressas com relação aos docentes que atuavam em dezenas de fazendas, reunindo grupos com estudantes para lecionar. E no sentido de a população rural ser maior, o CNR também vai proporcionar uma possibilidade às mulheres para saírem do campo e buscarem uma formação profissional, que pode quebrar com uma tradição de “destino” social legitimado há muitos anos, que era o casamento ou o convento.

Foi uma oportunidade de libertar-se, de tornar-se independente daquele cotidiano tradicional já instituído, afinal a professora também passava a receber um salário em uma região caracterizada com uma renda per capita baixa, auxiliando nas despesas familiares. A normalista formada no CNR era direcionada pelo Estado ou Município primeiramente para escolas isoladas do interior e somente depois de alguns anos de trabalho poderia pedir uma transferência para áreas urbanas.

Esse período era relativo à modalidade de vínculo empregatício e, no caso de São Francisco de Paula, o predomínio era de contratos anuais, com poucas nomeações, ou seja, poucos concursos ocorreram. Na maioria dos casos, a normalista era enviada sozinha para trabalhar nessas escolas isoladas e permanecia por vários meses sem receber seu pagamento, em média de 7 a 9 meses, como se verificou nos relatos das entrevistas. Também tinham de pagar pensão em casas de famílias nas localidades onde atuavam e muitas vezes auxiliavam nos cotidianos de agricultura, pecuária ou comércio da família que a abrigava. Como a idade mínima para ingresso no CNR era de 13 anos e a duração 4 anos, geralmente as formandas chegavam no campo de trabalho com 17/18 anos em média.

O ambiente dessas normalistas que frequentaram o CNR entre sua abertura, em 1953, e a troca de modalidade para o 2º ciclo, em 1962, buscava a excelência dentro das suas perspectivas e formato, sendo os momentos de exames

dissertativos e orais ocasião mencionada em várias partes das entrevistas, bem como registrados nas atas específicas para esse fim.

No AICEJA foi localizado um total de 191 atas de registros de exames, com descrição dos conteúdos de cada disciplina dentro do recorte de tempo 1953-1962. Nas atas investigadas, as disciplinas e quantidades de atas estão descritas na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13: Disciplinas X Quantidade de Atas com descrição de conteúdos.

1	Matemática	102
2	Português	86
3	Educação Física	79
4	História	78
5	Música	78
6	Geografia	74
7	Desenho	70
8	Didática	69
9	Religião	65
10	Ciências	47
11	Artes Aplicadas	45
12	Psicologia	40
13	Iniciação	32
14	Sociologia	28
15	Trabalhos Manuais	13

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As atas dos exames são registradas em sua maioria de maneira bastante detalhada, seguindo um padrão em todas elas. Iniciando com o título, a disciplina, a série em que foi ministrada a avaliação e a modalidade de frequência daquela turma. Em seguida, de maneira descritiva, são mencionados por extenso a data, membros da comissão, alunos que compareceram e que faltaram, horário de entrega das provas rubricadas, hora de recolhimento e formalidades regulamentares, encerrava-se. As descrições dos teores das provas foram registradas em ata até 09.04.1956, e após passou a constar que as provas estariam “arquivadas” na secretaria da escola, permanecendo nos exames a descrição de alunos presentes/ faltantes/ horários/ banca examinadora.

A professora/diretora Noemy, que fez parte do 1º grupo de docentes do CNR em 1953, lecionando História, fez menções aos exames durante a entrevista. Os conteúdos inicialmente eram escolhidos pelo corpo docente pensando o que seria necessário para qualificar aquelas normalistas que iriam lecionar nos interiores, o que deviam aprender. A instrução era observar o que realmente essas professoras

iriam utilizar de maneira preliminar. Os conteúdos de estudos eram enviados pelo correio para as normalistas de frequência livre, que viriam para a escola nos períodos de férias para terem aulas sobre as dúvidas e realizar os exames e provas orais. No caso das normalistas de frequência obrigatória, os exames ocorriam durante o ano letivo, bem como as avaliações orais.

As bancas avaliadoras eram compostas por 3 professoras, que não necessariamente pertenciam à área da disciplina avaliada. Em algumas épocas do ano, o espaço físico da Escola Normal Regional era ocupado pela Colônia de Férias do Estado do Rio Grande do Sul, o que motivava o deslocamento dos procedimentos de exames para o prédio do Ginásio da Congregação de São José, na mesma cidade.

Para candidatas ao acesso do CNR que já tivessem concluído o Ginásio, havia a possibilidade de entrar a partir do 3º ano, desde que aprovadas no exame de admissão, com parte escrita e oral em português, matemática, história e geografia, passando a ser normalista de frequência obrigatória.

Nos casos de estudantes que tivessem de realizar o exame de 2ª chamada, os conteúdos abordados eram diferentes daqueles aplicados na 1ª chamada, uma indicação da presença de certo rigor na conduta das avaliações. Havia os exames parciais, os finais, 2ª chamada, 2ª época³¹ e revisões mensais, o que indica que, durante o ano letivo, as normalistas sempre tinham à sua frente um momento avaliativo geralmente em bimestres, exigindo das mesmas dedicação com foco nas notas e aprovação como uma constante.

Ao final do ano, havia a cerimônia de proclamação de notas, com a exposição de trabalhos manuais e uma hora da arte programada para entrega dos certificados de conclusão do primário no salão da Sociedade Cruzeiro, clube dos eventos tradicionais da sociedade na época. No quadro abaixo, estão os períodos em que se realizaram os exames dentro do recorte temporal abordado neste estudo. Busquei verificar os dias da semana em que ocorriam e descobri que em 1953 ocorreram em dias corridos, de 2ª a 6ª feira, pelo menos até o 1º semestre de 1954,

³¹ Os exames parciais e finais eram aplicados durante o ano letivo somente para as normalistas de frequência obrigatória. As de frequência livre faziam todos os exames juntos no período de férias do ano letivo regular, geralmente nos meses de janeiro e fevereiro. As opções de 2ª chamada incluíam estudantes que não atingiram as médias e também estiveram ausentes no dia de prova em razão de alguma doença comprovada por atestado médico, no caso dos exames de 2ª época indicavam que a estudante não atingiu a média suficiente e no próximo ano faria exames específicos naquela disciplina.

quando passam a ocorrer de maneira quase contínua. As datas que utilizei foram somente das atas que possuíam conteúdos.

Quadro 21: Datas X Exames (1953-1956).

Período	Dias da Semana	Quantidade
10.08.1953 até 14.08.1953	2 ^a a 6 ^a	5 dias
16.11.1953 até 24.11.1953	2 ^a a 3 ^a	7 dias
22.02.1954 até 26.02.1954	2 ^a a 6 ^a	5 dias
16.06.1954 até 14.08.1954	Contínuo	
16.11.1954 até 18.11.1954	3 ^a a 5 ^a	3 dias
03, 04, 05,07.12.1954	6 ^a , Sábado,2 ^a e 3 ²	Exames Orais (4) dias
1956	Processo Contínuo	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Observar os componentes que envolveram aqueles momentos trouxe alguns pormenores, entre eles a observação, por exemplo, que nos conteúdos dos exames de Artes Aplicadas contavam com partes distintas, avaliações com temas específicos para estudantes homens e mulheres (Anexos 29, 30 e 31), o que de certa maneira nos leva a pensar em uma formação com cunho social, que poderia refletir nas ações das comunidades, escolas e famílias. Essa diferença também se percebeu nos temas usados para homens e mulheres nas dissertações (Anexo 30) desse exame, o que permite pensar que, ao dissertar, é necessário estar apropriado, ter ou ver convicções relacionadas ao tema, defender a legitimação de uma posição sobre aquele tema. Por exemplo, dissertar “sôbre o lar” poderia ser um momento para a normalista que ia além de uma avaliação de saberes, mas uma reflexão e um “polimento” na formação da futura professora.

Outra disciplina que chamou a atenção em relação aos conteúdos de exames foi História. Foi a primeira disciplina encontrada nos registros em ordem cronológica (16.06.1954), pois a partir dessa data os registros passaram a ser individuais para cada disciplina, o que não ocorreu no 1^o ano de funcionamento do curso (1953), quando os registros eram em uma única ata com todas as provas e matérias. Observei uma forte presença de literatura brasileira e, quando indaguei à professora ao entrevistá-la sobre os motivos de inserir esses conteúdos, respondeu-me que tinha a intenção de trazer uma humanização para a disciplina. Com o andar dos exames, também percebi um aumento significativo de conteúdos cobrados e a ênfase em História do Brasil, aos grandes feitos e nomes tradicionais ligados à política nacional, entretanto, quando assuntos de História Geral eram abordados,

contemplavam-se os grandes eventos mundiais, como a Revolução Francesa e a 2ª Guerra Mundial.

Um tema recorrente nas dissertações era a Constituição da época (1946), e havia uma tendência de conteúdos exigidos nos exames relacionados com as áreas de humanidades (filosofia, sociologia, história, geografia), sendo que o assunto a ser abordado na dissertação era sorteado no momento da prova. Geralmente, de 10 temas, escolhiam-se 3 para dissertar.

Como forma de exame era realizada também uma prova oral para as normalistas que não atingiam a média 7, ou também para aumentar a média das que atingiam, tendo a opção de permanecer com essa nota ou aumentar. Pela fala das entrevistadas, a maioria optava por fazer o exame oral em virtude de que se almejava a nota máxima sempre, apesar de ser um momento de alguns constrangimentos e, para algumas, uma “barreira” emocional muito difícil de ser transposta.

A partir desses sinais encontrados, foi possível adentrar no entendimento que esse estudo buscou atingir ao investigar o CNRSFP tendo como objetivo central a análise e compreensão de como o processo formativo das normalistas acontecia entre os anos de 1953 e 1962. Nesse sentido, passo a mencionar como se desenvolveu essa investigação.

Com base nas análises das fontes documentais e das entrevistas realizadas, foram criadas algumas categorias que poderiam responder ou agregar elementos que pudessem caracterizar o processo formativo naquele lugar específico. Essa criação de categorias passou por alguns estágios de depuração, que resultaram no aparecimento de novas categorias, bem como na exclusão de outras que não trouxeram respostas à luz das documentações. Inicialmente, eram 25 categorias que abrangiam várias áreas envolvendo as normalistas, entretanto esse número diminuiu e algumas tornaram-se subcategorias dentro de categorias, por serem similares, mas com essências distintas observadas nas falas das entrevistadas. Uma categoria teve uma função diferenciada dentro desse processo de estudo e foi nomeada como “andaime” do perfil profissional, em razão dos estudos de Geertz (2014) seja, eu diferenciei aquele sentido de “força” para sobreviver como uma professora que estava na quase totalidade das entrevistas. A docência aqui pode ser vista como uma prática social e se origina de um processo permeado com discursos

específicos e práticas cotidianas que possuem simbolismos característicos, “o “dito” no discurso social” (GEERTZ, 1989, p. 19). Essa “categoria” serviu como um sinal de alerta, uma ferramenta que acompanhava o olhar sobre as outras categorias na tentativa de distinguir sinais específicos dentro do grande quadro que foi se formando: “o que pertence a elas porque são o que são” (GEERTZ, 1989, p. 19).

No Quadro 22, a seguir, é possível observar a movimentação do número de categorias que foram sendo contempladas a partir das entrevistas e das fontes documentais. Dentro das lacunas estão o número de vezes que cada fala das entrevistadas e vestígios encontrados nos documentos que estavam em sintonia com as categorias propostas.

Quadro 22: Categorias X Entrevistas X Fontes Documentais.

Categorias	Categorias (Entrevistas)	Categorias (Documentos)
Curso Símbolo Social	19	0
Formação Docentes do CNR	4	0
Saber/Fazer	75	0
Aulas	39	0
Estilo de Professor	30	0
Contexto Local	34	0
Provas/Bancas	38	15
Postura/Modelo Comportamental	48	0
Linguagem	0	0
Política	18	1
Escola/Comunidade	8	0
Questões de Gênero	8	11
Questões de Etnia	2	0
Religião	12	5
Controle	10	0
Tradição	6	0
Clima	3	0
Personalidades Locais	2	0
Burocracia	1	0
Economia Doméstica	0	11
Competições Mútuas	0	0
Amorosidade	12	0
Perfil Normalistas Formadas no CNR	39	0
Ser Mulher/Normalista/Professora em SFP 1950/60	40	0
Os “andaimos”	15	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A partir das categorias ou dos elementos aglutinadores de situações do processo formativo que foram emergindo, uma nova estrutura de análise se estabeleceu. Para isso foram criadas grandes seções que abrigaram o

entrelaçamento das categorias e em cada um desses segmentos (seções) os conjuntos (categorias) foram sendo analisados.

4.1 DOCÊNCIA: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES

Entender a constituição profissional de uma normalista demanda analisar e refletir sobre vários detalhes. Não é possível compreender como acontece esse processo de constituição de maneira isolada, olhando somente o sujeito a partir de sua formatura. A escolha por ser normalista, se é que ela existiu, as circunstâncias, as especificidades do CNRSFP, as vivências e os vínculos existentes durante o processo formativo, e nesse sentido, algumas categorias encontradas, indicaram possíveis particularidades naquele local: “como é que uma pessoa aprende a ser, a sentir, a agir, a conhecer e a intervir como professor” (NÓVOA, 2017, p. 8).

Busquei inicialmente identificar nas entrevistas que espécie de legado o Curso Normal deixou nessas normalistas e, a partir disso, procurei examinar de onde se originou essa herança e compreender “o papel da linguagem na vida social, na construção de sistemas de valores e crenças, na negociação dos sentidos e na reinvenção das representações de si” (PASSEGGI/SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 382). Optei por grifar palavras que indicassem legitimação do que estava sendo expresso, e entre as falas mais significativas, estão as seguintes:

[...] a gente era respeitada antigamente né...era muito valorizado...que estava *fazendo* professor...começava já por ter *escolhido* essa profissão...e depois que tu se tornava professor...até hoje meus alunos ...eu tenho alunos que me encontraram...eu entrei no face só pra...bem no fim aparecendo no tal do face...não pude ficar de fora...olha que me encontraram...eles me conheceram mas eu não conheci eles...eles *até hoje me chamam de professora...* (CC).

Frequentar o CNR, como menciona a egressa Cecília Camilo, era ser “feito” professor, ou seja, ela nos indica aqui uma convicção de que, ao entrar naquele ambiente, aquele sujeito de antes deixava, de certa forma, de existir e, pelo processo a que era submetido, tornava-se uma “professora”, passava a ter modificações reais em sua vida, não era apenas um convencimento interno, sentia-se a mudança desde o momento de participar do andamento de formação, como

indica a egressa Maria Beatriz: “o *tempo* da normal foi o tempo que eu era bem *acolhida* pela turma...bem *aceita*” (Maria Beatriz).

Percebi que, de certa forma, havia uma espécie de constituir-se ao passar pelo processo de formação docente, que implicava muitos casos na resistência aos modismos da época, ao status social que alguns hábitos da época traziam, como a prática de fumar, por exemplo, conforme a fala da egressa I:

[...] o que me marcou assim foi...a gente *estudou*...foi trabalhar...e nós *não aprendemos a fumar* na aula...porque tinha umas meninas que até tentavam dizer que era bonito...pra gente provar...mas *nós do magistério* a gente nunca fumou porque naquela época era muito feio e *a gente só podia fazer coisas que eles diziam* que era certo né... (Iolanda).

Nessa desagregação do que se era antes de entrar no curso normal e daquilo que o ambiente de formação proporcionava, observei que também foi possível em razão de estar naquele ambiente e deixar para trás os contextos de dificuldades que a maioria dessas egressas mencionou e não apenas em relação aos aspectos financeiros das famílias e dificuldades de se deslocar do interior do município para a cidade, procurar locais para morar ou pagar pensão, cotidiano com hábitos diferentes, mas o fato de, como mulher, perceber um novo horizonte e ser “olhada” de maneira diferente. Nesse sentido, nas falas de diferentes egressas identifica-se esse “abrir” de um novo mundo na vida delas, o que tem um forte significado, como se vê na sequência das falas das egressas Maria Jussara, Selma, Andradina, Vanilda, Sandra, Maria Beatriz e Bernildes: “tudo valeu a pena...tudo...eu tive sucesso mesmo...sabe” (Maria Jussara); “eu acho que a gente era bem vista sim...o sonhos de todos os pais era que as filhas fossem professoras né...que daí as professoras seriam bem casadas...(risos)...” (Selma; “era uma profissão aceita por eles...a mulher podia ser professora...aqui nem tinha outra opção...” (Andradina); “A gente era muito *respeitada* na minha época...a *gente era quase um deus* assim para as pessoas...os pais e tudo *respeitavam* a gente” (Vanilda).

[...] eu acho que ser normalista naquela época era ...tinha essa *coisa* da boa menina...mocinha de família...a menina *bem educada*...aquela que *preserva os valores* familiares...aquela que *cultiva os bons costumes*...aquela que *segue as regras*...que *segue as normas*...é uma coisa anacrônica se for pensar hoje em dia...mas se voltasse no tempo eu não mudava nadinha. (Sandra).

[...] eu queria ver passar o tempo...pra poder começar a trabalhar...pra poder começar a ganhar um dinheiro...porque eu tinha que ganhar pra ajudar em casa né...precisava...meu pai não tinha muito dinheiro...não tinha salário bom... (Maria Beatriz).

[...] ser normalista era um status...fulano tá namorando uma professora...a filha da fulana é professora...aquilo era ó (faz gesto de saudação com a mão)...era dada uma importância pelo que representava...não era por causa de uma grande diferença de um trabalhador de um escritório...de um balcão...mas pelo que era reconhecido (Bernildes).

O sinal de que passar pelo CNR deixou uma marca significativa me conduziu a identificar quais componentes tinham intensidade suficiente para proporcionar e imprimir esse atributo, como indica Nóvoa: “as escolas normais consagraram processos de mobilidade social e de afirmação social do papel das mulheres” (NÓVOA, 2017, p. 7-8). Para isso reflete-se sobre a força de uma rotina, de um cotidiano que envolveu um processo formativo específico e dos elementos que o constituíram, e nesse sentido, Frazão menciona origens no início do século XIX dessa ideia de formar professores aliado com a questão social nacional: “a preparação de professores, aliada às necessidades de treinar os soldados para adquirir um exército disciplinado e de educar a população, que vivia em completa ignorância e contribuía para conturbar o meio social” (FRAZÃO, 2018, p. 139), perspectiva que antecede a criação dos cursos normais, mas traz indicativos da função desse profissional nas comunidades.

Foi nas categorias que identifiquei uma possibilidade de caminho a ser seguido para encontrar sinais daquele ambiente, pois a partir do momento em que aquelas normalistas estiveram expostas à rotina de formação também puderam, de certa maneira, agregar ao seu perfil de alunas determinadas características que eram predominantes, o que Faria Filho menciona como “fenômeno educativo” envolto em “tempo mais longo e a dimensão macro dos processos de escolarização com os tempos curtos e a dimensão micro das práticas escolares” (FARIA FILHO, 2007, p. 196). Nesse sentido, os conjuntos³² envolvendo o saber/fazer, aulas, provas/bancas, posturas/modelo comportamental, estilo professor, questões de gênero, religião, controle, ser mulher/normalista/professora e perfil das normalistas formadas CNR, contexto local, escola/comunidade, questões de etnia,

³² Esses conjuntos/categorias estão discriminados também no quadro 8 Categorias X Entrevistas X Fontes Documentais da página 224.

personalidades locais lembradas, política, curso como símbolo social foram importantes condutores

O constituir-se professora iniciava com o exame de admissão, um rito de passagem em que os conhecimentos aferidos permitiam adentrar um ambiente onde o regramento pessoal exigente era permeado com conteúdos e práticas didático-pedagógicas, bem como o contato com os perfis dos docentes e a rotina escolar sendo também fatores de influência formativa.

Foi necessário compreender, nas falas das egressas, os significados que permitiam trazer para a contemporaneidade o entendimento do que existia como prática habitual no curso e, dentro desses aspectos, algumas falas foram extremamente significativas, como mencionadas na sequência:

[...] estudar como os indivíduos dão forma à suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371).

Ao pensar no ambiente escolar formativo, é essencial ponderar sobre o que fazia parte do ano letivo e entre esses componentes alguns se sobressaíam, como, por exemplo, as datas comemorativas e os ritos de chegada e início da aula diariamente: “sequências em cadeia, programadas uma após a outra, constituem uma espécie de protocolo prefixado de organização da vida escolar” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 88).

Os ritos envolvendo datas específicas, entradas para a aula e formaturas possuíam relevância e despendiam cuidados e atenção por parte do corpo diretivo, docente e normalista, bem como de orientações vindas dos órgãos responsáveis pela educação, como a Secretaria Estadual, CPOE e Delegacia Regional de Educação. Foram encontrados registros desses eventos em atas específicas e também menções nas falas das egressas e professoras durante as entrevistas, em que apresentam suas lembranças referentes a esses momentos. Percebeu-se nas suas declarações uma importância, um sentido que deixou marcas em sua formação, pois apresentaram rememorações com vários detalhes, como verifica-se a seguir na menção de Boto:

[...] se a cultura que a escola é, em alguma medida, interna à própria experiência escolar, certamente há saberes, referências, modelos, que são provenientes do exterior, que têm a ver com determinações de poder, política ou da inscrição social da ciência e que são apropriados pela instituição na forma de conteúdos e de ritos escolares (BOTO, 2014, p. 103).

A Semana da Pátria possuía um significado intenso dentro do ano letivo pelo seu tempo de duração, que iniciava no dia 1º de setembro com a abertura oficial em um ritual envolvendo o cantar do hino nacional, hasteamento/arreamento das bandeiras e pronunciamentos, apresentações cívicas das normalistas. Ao mesmo tempo em que meses antes se iniciavam os treinos para o desfile cívico, que ocorria no dia 7 de setembro na Avenida Júlio de Castilhos, durante o qual a ENR era estrela principal. Uma mistura de sentimentos, como civismo, organização, controle, disciplina, rigor e dedicação envolvia as normalistas e os professores diretamente, produzindo um modo de rotina vinculado àquela escola e a uma “institucionalização de rituais intrínsecos à escolarização” (BOTO, 2014, p. 103).

É perceptível a existência de certa sintonia nas falas entre as professoras que participaram das entrevistas e das egressas que eram normalistas dessas mesmas professoras, o que me conduz a pensar na força dos elementos que envolviam esses eventos (cívicos/religiosos/sociais/culturais/políticos) e na intensidade com que eram trabalhados, como mencionam as professoras Nair, Isaura e Bernildes: “todas as datas comemorativas...todas as datas históricas eram comemoradas...isso no início do ano a diretora já *distribuía* pras turmas...pros professores a *responsabilidade de cada um né...todas as datas eram trabalhadas não é...*” (Nair); “todo o mês de agosto a gente iniciava as aulas e começava com os preparativos (referência à semana da pátria)...os treinamentos...e eram desfiles muito...muito....muito...bem organizados...muito *pomposos...*” (Isaura); “As comemorações cívicas englobavam a escola inteira...magistério (normal regional) e primeiro grau (primário)...claro...cada um no seu turno” (Bernildes). São lembranças que sintonizam a relação de intensidade descrita por Faria Filho “os sujeitos escolares se apropriaram das tradições, das culturas em que estavam imersos” (FARIA FILHO, 2007, p. 201).

Uma exaltação à prática da disciplina, do ordenamento e rigor aconteciam nesses meses do ano de maneira mais acentuada, como se verifica com as egressas Sandra, Vanilda e Selma: “tínhamos os desfiles de 7 de setembro e não

ficava um aluno sentado...não era como agora...não...a escola inteira ia...não tinha conversa...ensaiava meses e meses aquilo...e a professora era enérgica...era aquilo...militar mesmo...e eu odiava” (Sandra); “Tinham comemorações...e muito severas as comemorações...era tudo numa posição do hino nacional e a bandeira num respeito e tudo...não é como agora...[...] era muito severa essa parte” (Vanilda); “As comemorações eram exemplar...não tinha nada fora de coisa... em comemoração nenhuma” (Vanilda);

[...] naquela época a gente chegava na escola...em datas cívicas fazia fila na frente da escola...hasteava a bandeira...cantava os hinos e às vezes a diretora falava...professor...sempre sempre...nunca passava em branco...7 de setembro tinha a parada...todo mundo tinha que participar da parada... (Selma).

O que pode indicar também que colocar a ENR desfilando na avenida principal da cidade na data mais importante do país em uma época de exaltação de símbolos nacionais deveria demonstrar excelência em todos os aspectos, marcha sincronizada, uniformes impecáveis, banda com instrumentos polidos e, principalmente, a representação de Escola Normal modelo naquela região.

Atos comemorativos também faziam parte da constituição dessas normalistas em professoras, pois o envolvimento e as responsabilizações repassadas para as mesmas por apresentações, organizações dos eventos, acabava fazendo parte do processo em que estavam inseridas: “as formas rituais teatralizam de certo modo o drama da convivência” (ESCOLA BENITO, 2017, p. 88), como se verificou com as egressas Nair, Andradina e Sandra: “naquele tempo era bem festejado as efemérides...” (Nair); “tinha festa de São João...tinha fogueira...essas coisas... sempre tinha...aqui em São Francisco na Normal...fogueira grande” (Andradina);

[...] havia comemoração para qualquer data...tanto no ginásio, quanto na normal...qualquer solenidade representativa tinha que fazer uma grande apresentação...e aí vinha coral...grupo de teatro...a gente fazia teatro...gostava...gostava de dirigir principalmente (Sandra).

A presença das comemorações permaneceu na memória de maneira sólida, como continua a egressa SP: “na escola normal eu lembro de todas as datas comemoráveis...aí nós tínhamos que preparar alguma coisa...uma música...um poema...qualquer coisa...mas tinha que ter uma apresentação” (Sandra).

E chama atenção para o rito de entrada para as aulas diariamente mencionado por várias egressas, como ato de cantar o hino nacional antes de entrar no prédio e a forma dos alunos entrarem em fila cantando uma canção: “alguns ritos regulam, com a liturgia assumida pelo coletivo” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 88). É possível pensar sobre o efeito dessas práticas cotidianas dentro do processo formativo e suas consequências no perfil das futuras professoras.

[...] todos os dias antes de entrar pra aula a gente cantava também...cantava uma canção que ela ensinou lá (professora de música)...e na semana da pátria a gente cantava o hino nacional...sempre antes de entrar pra aula...todos os dias...não entrava fazendo bagunça...entrava cantando até a sala de aula...e depois cada turma levava uma agenda...tinha uma agendinha pequena que a gente levava e tinha uma auxiliar de disciplina...o nome dela era Oda...e ela botava um carimbo de presença naquela cadernetinha...todos os dias ela colocava a presença ali...a gente chegava em casa os pais podiam olhar pra ver se a gente tinha ido na aula ou não né... (Iolanda).

A presença dos símbolos nacionais, como hino e bandeira, e uma formação de fila diária silenciosa e estática antes de entrar para o prédio escolar, onde a bandeira vai sendo hasteada ao som das vozes estudantis, tem uma função que vai além do culto aos símbolos que já é por si só significativa e pode servir como uma quebra cotidiana do modo de pensamento das alunas quando estão vindo de suas residências e adentram no território escolar, ou seja, o próprio rito serve como um interruptor da vida além muros escolares e, durante aquelas horas em que estavam fazendo parte do processo formativo, parte daquele sujeito que veio até o portão da escola, perde espaço: “essa é a sequência rigorosamente concatenada de ações cotidianas com as quais se regulam os tempos e os ritmos escolares, ordenando-se os trabalhos e os dias” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 75) .

[...] a entrada era fila né...fila no pátio na frente da escola se o tempo fosse bom...fila no corredor correspondente a sua sala se fosse chuvoso...nessa entrada era feito em fila e cantando uma musiquinha...não sei era a mesma música adotada por outras escolas...(música=entrando na nossa escola cantamos com alegria saudando os companheiros bom dia bom dia)...e iam entrando e cantando...evita o converse né...e era bonito ouvia ecoando todo mundo cantando pelos corredores da escola...quem subia a escada...quem ficava no corredor mais no fundo...todo mundo... e quando entrava na sala...entrava junto o professor o primeiro período...(música=entrando na nossa sala cantamos com alegria saudando os professores bom dia bom dia) e aí começava a aula (Bernildes).

O sentimento de patriotismo e o processo formativo como algo que deveria estar permeando não apenas os momentos dentro da escola, mas tornar-se parte daqueles sujeitos em formação, é percebido nas entrevistas, como menciona a egressa Cecília Viana: “Uma coisa muito bonita na época...isso depois *eu conservei um tempo dando aula...* o sentimento de amor à pátria...esse patriotismo que havia no passado...esse respeito com as coisas da pátria não tem mais hoje né...não tem mais...” (Cecília Viana). A relação entre o que foi absorvido e constituído como um valor a ser ensinado permaneceu presente, pelo que se observa na sequência com a mesma egressa: “as datas da pátria hoje em dia passa tudo despercebido né...os atos da pátria são muito importantes...o sentimento de amor à pátria...aí gera o respeito né... era a luta... a vontade de trabalhar pela pátria né...” (Cecília Viana). Como lembra Boto, o significado do cotidiano nesse constituir-se docente “por ser um rito, compreender a escola requer atentar para os movimentos internos constitutivos do cotidiano, bem como para os protocolos de ações e práticas escolares” (BOTO, 2014, p. 103).

A fotografia de desfile que está inserida a seguir é um dos momentos em que a Professora Isaura observa as suas alunas e o resultado de vários meses de trabalho quase que diário em razão de ser um dos momentos mais importantes para a sociedade onde estava inserida a ENR bem como o instante em que mais uma vez as normalistas são “apresentadas” na avenida principal como um sinal exemplar ou representativo de valores relevantes para aquela sociedade como disciplina, competência, ordem, elegância e patriotismo. Estar na “vitrine” local que era a Avenida Júlio de Castilhos em datas de símbolos tradicionais possuía significado em relação à própria existência da instituição naquela cidade como representante daquelas convicções, como nos remete a Fotografia 45, onde a professora Isaura Cabral Pinto, regente da Educação Física, participa com alunas publicamente no hasteamento da bandeira nacional. Nessa cena também estão presentes outros constituintes, como o fogo simbólico e autoridades em um cenário que transmite rigor, disciplina, respeito e ordem de maneira solene.

Fotografia 45: Professora Isaura Cabral Pinto hasteando a bandeira (1960).



Fonte: Acervo Isaura Cabral Pinto (1960).

Havia um senso de organização disciplinar forte que, desde a chegada das alunas na escola, era mantido durante as aulas, em sala, no refeitório, na biblioteca, momentos de exames escritos, orais, cerimônias, formaturas e mantendo-se com intensidade passava a permear também as convicções das futuras normalistas.

Antes dos alunos entrarem para as salas faziam fila na frente e tinham que cantar o hino nacional ou o hino da bandeira, um dos dois...todos os dias...todos os dias...tocava a sineta...os alunos faziam fila...se cantava o hino nacional ou hino à bandeira...aí a gente entrava pra sala de aula...quando fazia chuva...era ali dentro naquela entrada...na parte mais ampla... ali a gente tinha que cantar o hino pra subir pra entrar pra sala de aula...não tinha escolha...era rígido... (Noemy).

A idade mínima para ingressar no CNR era 13 anos, entretanto grande parte das alunas das primeiras turmas tinham mais de 18 anos e muitas delas já estavam casadas³³ e tinham filhos, o que não as colocava em posições privilegiadas dentro do processo normalista.

[...] *mesmo adultas* (em referência às normalistas de frequência obrigatória)...mãe de família...às vezes professoras municipais...*nós tínhamos que exigir* que entrassem em fila...a gente dava um pouquinho mais de liberdade pra elas principalmente em dias de chuva e tudo...a gente

³³ A faixa etária da 1ª turma de normalistas matriculadas em 1953 ia de 14 até 51 anos de idade.

não exigia tanto tanto né...mas a *secretaria exigia* que nós tivéssemos esse hábito...pelo menos algumas vezes durante a semana...a formação...o hino nacional antes de entrada...lembro uma oportunidade...a professora de música demorou um pouco a chegar...e quando ela veio eu já estava regendo o hino nacional...quando eu me dei conta eu já estava *marcando o compasso binário* (risos)...já estava saindo (novas risadas)... (Isaura).

Alguns “valores”, como mencionaram as egressas, acompanharam sua formação tornando-as professoras por excelência e definindo uma forma muito peculiar de enxergarem-se.

[...] modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (JULIA, 2001, p. 11).

Essa maneira de “ser”, essa constituição relatada, pode indicar o efeito causado por um ambiente normatizador onde diariamente as estudantes eram expostas a uma ideia, um horizonte que definia como deveria uma professora existir. Neste caso, estou me referindo ao olhar interior mesmo, existencial com alguns parâmetros a serem seguidos, como é mencionado adiante: “resumindo...*civismo, disciplina, sociabilidade e responsabilidade* eram bastante... assim enfatizados...cultivados...durante o curso né...e no trato com colegas...com os professores...era assim” (Bernildes). Esse relato lembra o que Fischer defende: “tais práticas, articuladas a instâncias de poder, ocupam uma função formadora dos jeitos de ser e das formas de fazer, por exemplo, uma determinada professora” (FISCHER, 2005, p. 245).

Em sintonia com o que Fischer escreve, encontrei, na Ata nº 6 de Registro de Reuniões entre Direção e Docentes, sugestões dadas pelas professoras em relação às posturas das normalistas que vai de encontro à tese de que o ambiente sugeria um modo de ser, como podemos ver no Quadro 23, em que está a transcrição da referida reunião.

Quadro 23: Ata nº 6 Reunião entre Direção e Corpo Docente 22.09.1955.

Reunião na Biblioteca “Dr. Alfredo Lucena” “A senhora diretora deu a palavra à professora de Didática Teresinha Ferrer que de acordo com a matéria que leciona iria fazer uma orientação às colegas. A senhora diretora chamou a atenção sobre os planos e diários que serão visados pela diretora. Foi feita também uma palestra com as professoras especializadas, orientando-as sobre a maneira de organizarem seus planos de lições. Algumas professoras sugeriram uma campanha com as normalistas no sentido de que adquiram elas boas maneiras, apresentação pessoal condizente com sua condição de futuras professoras, bem como comportamento exemplar”. (Horacina Borges, 2ª

Assistente da Direção).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Quando se analisa que o Curso passa a funcionar atendendo um grande grupo de normalistas em duas modalidades nos primeiros anos de funcionamento e que parte delas utiliza o ambiente de formação diariamente e a outra parte estuda e trabalha vindo do interior para a escola em julho, janeiro e fevereiro para estudar em 2 turnos diários e fazer os exames, é necessário refletir sobre a operacionalidade de funcionamento desse local, mesmo que não seja o objetivo central deste estudo. Essa menção é feita pela professora Isaura quando refere que

[...] elas vinham das férias...tinha 2 meses de férias de aula...e eles então...praticamente a gente passava as férias *trabalhando*...elas *trabalhavam* durante o ano nas suas escolas e nas férias elas vinham para a cidade com as aulas presenciais... (Isaura).

Entretanto, talvez esse ambiente severo e com regramentos rígidos por vezes parece não combinar com o próprio perfil das normalistas em sua maioria, mulheres que vêm do campo (área rural) de contextos caracterizados por uma tradição campesina, onde o espaço de atuação feminina é restrito por vários fatores, ou seja, apesar de o ambiente normalista estar voltado para a formação de professoras, ele caminha com traços sutis de repetição de modelos sociais excludentes. Entretanto estamos buscando a compreensão do processo formativo que ocorreu em sua maior parte na década de 1950, com seus vestígios peculiares, em que rigor, disciplina e controle foram algumas das características de ambientes escolares, o que lembra em alguns momentos os formatos de aprendizagens de épocas mais remotas, em que, como lembra Julia, havia um “remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (JULIA, 2001, p. 22).

Habitualmente, as normalistas, dentro do seu processo de formação, tinham contato com práticas didático-pedagógicas que seguiam um determinado padrão em função dos materiais que os docentes tinham ao seu alcance ou mesmo da falta de recursos para suas aulas, o que refletia também nas atividades que eram propostas na escola e nos trabalhos que podiam ser realizados em casa e trazidos para as aulas.

Nos relatos das egressas que participaram deste estudo, alguns indicativos apontam determinadas características que fizeram parte das aulas ocorridas nos anos de suas formações, bem como peculiaridades em relação às disciplinas, professoras/professores e seus estilos, formatos de aulas e os níveis de dificuldade dentro das rotinas de estudos.

É quase um consenso entre as normalistas que o CNR foi difícil para ser realizado, e são mencionados vários pontos em relação às dificuldades, seja pelo excesso de conteúdos, regramentos ou exames aplicados. O nível de exigência em todas as partes que compunham aquele processo esteve presente nas falas como uma unanimidade.

Existia uma rotina envolvendo os estudos, e esse cotidiano possuía um ritmo, como vemos na relação de atividades que deveriam ser realizadas pelas alunas em casa em função de apresentar trabalhos na escola e realizar exames. Nesse sentido, percebe-se uma prática em que predominou a memorização, como menciona a egressa Maria Claudete: “e a metodologia era assim... a gente tinha que estudar... estudar... e responder... e saber aquilo assim... (pausa... silêncio... pensativa)... mais decorado sabe... como eu vou dizer... muito pouca prática... eu acho...” (Maria Claudete), “a gente decorava muito pra ter uma resposta e pra ter uma nota...mas de repente muitas coisas boas ficaram porque a gente quis que ficassem” (Maria Claudete).

Com relação às atividades realizadas em casa, havia uma sintonia entre o que seria cobrado nos exames e o que era solicitado como tarefas, como vemos na fala das egressas Iolanda, Maria Lúcia e Cecília Camilo, bem como no (Anexos 28, 29, 30 e 31) exame da disciplina de Artes Aplicadas. Como lembra Rocha (2003) em relação à escola “inculcar” noções do “modo de viver” e na função social/sanitarista das professoras nas comunidades onde iriam trabalhar: “naquela época a gente tinha trabalhos manuais (Artes Aplicadas)...como a gente era normalista e ia trabalhar com criança a gente aprendia até fazer enxoval de bebê” (Iolanda), “davam muito trabalho pra fazer em casa...naquela época não tinha como pesquisar a não ser em livros né...a gente se emprestava livros...pedia emprestado...raramente a mãe comprava um livro pros filhos porque era muito caro...era muito difícil...” (Iolanda)

E a gente fazia muito trabalho em casa...cartazes...os recursos didáticos como eles chamavam né...por exemplo joguinhos de educação física...quadrinhos de religião...joguinhos de português...isso aí tudo...não tinha nada com tecnologia...era tudo com cartaz...a gente usava muita cartolina e pincel atômico...era o recurso que a gente tinha né? (Maria Lúcia).

[...] na época que a gente estudava como não tinha ...onde depois...ou depois tu ia correr atrás...e os livros...eram tudo...era muito puxado...era grosso o livro...muita matéria...então enquanto o professor falava a gente ia anotando...aquilo era...eu tinha uma prática...qualquer aluna...se queria saber as coisas era obrigada a anotar que o professor ia falando...porque daí tu não tinha outro lugar pra pesquisar...a não ser no livro que fazia parte do que se estava estudando...então a gente anotava tudo...depois chegava em casa...tinha que montar tudo...ver o que é que teve...o que foi estudado...e assim...olha foi um curso assim...eu trabalhei” (Cecília Camilo).

As egressas também fizeram menções sobre o tempo que permaneciam na escola, em aula, e trouxeram nas falas uma impressão de que esses períodos dentro da instituição também eram preenchidos com uma intensa gama de atividades, lembrada pela egressa Maria Claudete: “tínhamos bastante disciplinas...as aulas eram das 13:00 até as 18:15...e a parte da manhã a gente ocupava caso a escola chamasse a gente para alguma atividade física...ou alguma apresentação que a gente fazia no município” (Maria Claudete), e também mencionado pela egressa I: “estudávamos 6 horas por dia na escola...alguns dias da semana a gente ia manhã a e tarde e outros dias só a tarde...mas era de muita responsabilidade os trabalhos que a gente fazia na escola ” (Iolanda).

A necessidade de praticar a leitura e a escrita como uma constante daquele curso “que necessidade então de um professor, se não se faz sentir a necessidade da escrita?” (JULIA, 2001, p. 28), é vista como trabalhosa naquela época, mas ao mesmo tempo percebi que essas normalistas reconhecem os resultados que aquelas práticas tiveram na construção de ser professora, desde pequenos desafios, como a egressa Cecília Camilo mencionou: “era tudo muito muito puxado...muito puxado...tinha os livros que a gente estudava...não tinha figuras...era tudo letra...” (Cecília Camilo), indicando que os materiais didáticos que usou a conduziam por uma rotina que era necessária, mas não tão prazerosa.

Percebe-se um contraste entre as dificuldades e exigências da formação com os estilos de docentes com as quais conviveram naqueles anos e pelos quais tem admiração até os dias atuais, ou seja, apesar da intensa dificuldade em passar pela formação que é mencionada, existe o reconhecimento de que havia competências

sendo acionadas pelo corpo de professoras e professores “mobilizando, libertando, construindo”, como lembra Magalhães (1998): “naquela época as professoras tinham que ser muito bem preparadas porque elas usavam praticamente aula expositiva né” (Maria Lúcia) e a egressa segue frisando: “era muita aula expositiva...a gente escrevia...escrevia... escrevia...não podia perder nada pois era o recurso que a gente tinha...não tinha como gravar” (Maria Lúcia), citando inclusive um sinal físico, uma marca deixada pela passagem no CNR: “a gente fazia muita pesquisa em livro na biblioteca...tinha que ler bastante...e principalmente escrever...eu tenho um calinho³⁴ até hoje de tanto escrever...” (Maria Lúcia).

Ainda de acordo com a egressa Maria Lúcia, o fato de haver muitos trabalhos práticos para serem realizados fora do horário das aulas, em casa, e posteriormente apresentar na escola ajudava como um diferencial na formação docente: “não se usava muito trabalho em grupo...nós fazíamos muitos trabalhos em casa...cartazes né...material didático...e isso aí também fez a gente ter um tipo de educação muito diferente da de hoje” (Maria Lúcia). Segundo Souza e Duarte:

[...] à preparação das atividades e dos materiais pedagógicos, os estágios iniciais que antecipavam experiência futura da profissão apresentam usos distintos, e evidencia o modo como cada sujeito se apropria das exigências formativas durante o curso Normal agregando saberes e usando da criatividade no exercício da profissão (SOUZA; DUARTE, 2016, p. 132).

A prática didático-pedagógica que era exercida dentro do CNR e pela qual as normalistas eram submetidas diariamente foi lembrada com detalhes pelas egressas, como verifiquei, e o ato em si de lecionar, que era observado pelas alunas, deixou marcas fortes percebidas pela egressa Sandra, por exemplo:

[...] elas davam assim por exemplo...a professora tem que ter criatividade...paciência...amor ao estudo...gostar dos alunos...gostando ou não professor precisa saber se identificar com criança...então a gente tinha toda aquela coisa de como ser professora...e também...eu acho que a gente se espelhava nelas...mas elas nos incutiam isso...que nós éramos espelho para os alunos...então nós tinha...veja...a conduta adequada...etc...etc...etc (Sandra).

³⁴ Os calos são o resultado da baixa oxigenação dos tecidos devido à pressão causada por algum instrumento, no caso das normalistas canetas e lápis usados de maneira constante, fazendo com que a pele dos dedos crie uma camada mais grossa em razão dessa pressão contínua.

Os formatos de aula chamaram a atenção da egressa SM no sentido de que, mesmo em um ambiente marcado pelo rigor, pela busca da excelência, havia ao mesmo tempo espaço para que os alunos exercitassem suas narrativas. Esse processo de “encaminhar” as normalistas no constituir uma identidade relacionada com a docência também apresentava, como lembra Fischer (2005), o “heterogêneo”, e, nesse sentido, apesar da força da representação institucional, pontos de fuga da “prática discursiva” existiam.

[...] outra coisa que eu achava interessante que se fazia bastante eram os debates em sala de aula...as professoras traziam muito assunto...naquela época eu me lembro tinha aquela revista Realidade...não sei se já ouviste falar...era tipo uma Veja...a revista Realidade...e elas sempre exploravam assuntos novos...diferentes...então naquela época era...(pensando)...viagem espacial...era aborto...já estudando que a gente poderia escolher filhos no futuro...então (pausa, pensando)...levavam esses assuntos pra gente debater...pra gente conhecer né...porque tinha muita gente na turma que não tinha nem condições de comprar a revista né... (Selma).

Os detalhamentos dos aspectos pedagógicos indicam que havia espaço para inovações nas aulas, e isso pode ter sido um dos fatores que acabou deixando marcas nas memórias dessas egressas em relação à sua formação como docente especificamente e não apenas nos traços que a instituição deixou em relação aos aspectos disciplinares. Isso é percebido pela egressa Sandra: “nós fazíamos álbuns...eu tinha até pouco tempo...álbuns com as canções infantis e também a maneira de fazer a brincadeira...de roda...a letra da música...a partitura musical...a descrição...era um trabalho exigido...todo o semestre tinha um trabalho sobre a questão didática e esse era um” (Sandra). Então, as marcas deixadas pelas atividades que foram realizadas tiveram intensidade suficiente para permanecerem até os dias atuais: “nós tínhamos todas as brincadeiras...tínhamos todas aquelas tarefas de pesquisa...de criatividade...como usar por exemplo uma gravura...como fazer pra despertar o interesse dos alunos...toda aquela coisa toda...” (Sandra).

É significativo observar a profundidade das marcas deixadas nas memórias das egressas em relação às práticas a que foram expostas, pois trazem significados que, de certa forma, foram repassados aos alunos por onde lecionaram desde aquela época, aspecto que corrobora a relevância da existência daquela instituição formadora de professores. Percebe-se um senso de dever em repassar o que foi aprendido no curso para os futuros alunos na época

[...] nós tínhamos também no regional puericultura...que pra nós conhecer...nós tínhamos ciências físicas...ciências biológicas...botânica...tínhamos assim dentro da área da ciência nós tínhamos todas as áreas...conhecimento que depois nós tinha que transmitir para os nossos alunos né...então as professoras nos davam assim relacionado com o curso né... (Maria Claudete).

O relato que a egressa Maria Claudete faz na sequência indica mais uma vez o sentido de representação das professoras da época como modelos a serem seguidos e resultados a serem alcançados pela prática da profissão que exerceriam no futuro, uma tênue linha que ligava os sujeitos e sua vida ao dever dos resultados da docência.

[...] as professoras nos davam aula e nos 3^{os} e 4^o anos do ensino regional...regente do ensino primário era o nome...a gente no 3^o e 4^o ano a gente observava as aulas...e depois que nós observávamos, a professora da classe nos oferecia conteúdos e nós aplicávamos os conteúdos e elas nos davam notas referente a isso aí...então o nosso estágio pra regente do ensino primário era feito assim...a gente observava as aulas e elas nos davam os conteúdos e a gente dava aula e elas nos davam uma nota sobre a aula que nós apresentávamos e o rendimento dos alunos porque elas faziam um teste pra ver se eles tinham aprendido ou não (Maria Claudete).

Na lembrança anterior da egressa Maria Claudete, manifesta-se um entrelaçamento entre as observações e práticas das aulas feitas pelas normalistas e o resultado de notas das próprias estudantes do CNR atreladas aos resultados dos rendimentos dos alunos com os quais tiveram contato em seu estágio inicial, indicando que deveria haver uma dedicação significativa no estágio, precisaria fazer a diferença em sala de aula. E é possível que os trabalhos manuais que eram solicitados em todas as disciplinas e, como lembra Martins, “a especificidade desse curso ficava por conta da disciplina “trabalhos manuais e atividades econômicas da região””, tenham auxiliado no desenvolvimento do que viria a se constituir professora como se viu no exemplo da egressa I

[...] a professora de educação física dava um exemplo de jogos na sala de aula e depois...não tinha...agora tem tudo pra gente comprar né...quer comprar um xadrez...naquela época ela explicou o que que era um jogo de xadrez e nós tínhamos que fazer em casa...comprar a cartolina...traçar o joguinho...fazer tudo direitinho e levar tudo prontinho o material todo...pra trabalhar com as crianças...o material de tampinha...tampinhas de garrafa...tudo o que era coisa que a gente pudesse acumular a gente usava como material de aula... (Iolanda).

As disciplinas e os professores foram salientados nas memórias de todas as egressas e, entre as matérias, a música³⁵, foi importante para as entrevistadas. Outros destaques dentro das disciplinas ficaram com religião e artes aplicadas, como se observa na sequência nos trechos que mencionam especificamente as cadeiras, entretanto a densidade e os detalhes que as memórias trouxeram sobre a música se destacaram com as egressas Iolanda, Sandra, Cecília Camilo e Maria Claudete.

[...] tinha música...tinha ditados...naquela época música era obrigatória...uma pena que não existe mais isso...mas a gente aprendia música...não era canto...era música e canto...ela ensinava ditados...ditados de manossolfa né...colocava os dedos lá e a gente tinha que saber colocar as notinhas na linha certa...dó...ré...mi..fá...sol...tudo a gente tinha que saber direitinho colocar... (Iolanda).

A presença da disciplina de música nas memórias da maioria das entrevistadas assemelha-se a uma espécie de encanto pela forma e pelos conteúdos que eram trabalhados dentro dessa cadeira. Nesse sentido, como escreve Santos, “por ser destinado a amadores, não sendo necessário aos seus integrantes conhecimentos profundos de técnica e teoria musical, o Canto Orfeônico acabou sendo adotado como possibilidade plausível de aplicação nas escolas brasileiras” (SANTOS, 2018, p. 98). A valorização do espaço para a musicalidade em escolas pode ser em parte da herança varguista em razão dos usos de propagandas em seu governo, como era característica.

[...] nós tínhamos aula de música...tocava um acorde e eu tinha que escrever na partitura...nós tínhamos aulas com quadro...com pauta musical...já era desenhado ali com tinta...não saía...ela colocava as notas e a gente tinha que solfejar aquela nota...cantar aquela nota...(Sandra).

Os detalhes lembrados indicam que os conhecimentos adquiridos ultrapassaram os espaços pedagógicos de formação por assim dizer, e estão presentes de maneira viva dentro da própria constituição desses sujeitos que participaram ativamente, contribuindo com as memórias. Nesse ponto, conversar com essas egressas foi como chacoalhar um caleidoscópio cheio de pedacinhos de

³⁵ A Regente da disciplina de música foi a Professora Irene Caparelli Figurelli, que tomou posse com o 1º grupo de docentes do Curso Normal Regional De São Francisco de Paula em 15 de maio de 1953, segundo consta do Caderno de Registro Termo de Posse 1953-1954.

papéis coloridos e de vários formatos, alguns ficaram mais salientes que outros, é o caso das aulas de música:

[...] pra ter uma base a gente estudava música desde os músicos...a biografia...a vida delas afinal...o trabalho deles...e quando...(gestos de admiração)...nós fizemos...o solfejar...não sei se o senhor sabe o que é isso...desde o bê a bá...até o solfejo...e era pra tudo...pra hino nacional...aquelas coisas...e cantava...a aprendia...era obrigado...a professora de música inclusive usava...como é que era...ai meu deus...esqueci o nome...um aparelhinho pra dar o tom né... (Cecília Camilo).

Se uma das características do curso e do ambiente onde estava instituído que foi emergindo dentro do processo formativo envolvia a excelência em vários aspectos, rememorar as práticas voltadas para a música também deve ser observado nessa ótica, além do encanto mencionado anteriormente, pois a mesma matéria que cativava, também era usada em momentos de disciplinamento e cerimônias, como os cantos de hinos nacionais, estaduais, municipais e da escola, nas missas, formaturas, recepções de autoridades, entre tantos eventos em que a instituição mantinha o zelo por aquilo que representava em termos de símbolo regional na formação de docentes.

[...] nós tínhamos aula de música...nossa professora era maravilhosa...ela tinha uma formação muito boa...não sei o grau...e deu a ela ter aprendido e gostado da música clássica...porque ela tocava piano...tá...e a gente escutava...tinha a audição de música clássica...Beethoven...etc e tal...e depois...ela tocava...nós escolhemos também a música da nossa formatura...e ela ia lá tocava aquela música e a gente entrava...porque a gente pode escolher...dentro da música clássica...ela nos ensinou muito...claro...ela nos ensinava também...notas musicais...como é que se fazia a leitura...essas coisas assim...e neste tinha uma iniciação à música...uma parte bem técnica e isso com certeza a gente não deu para os alunos depois... porque a gente não tinha condições né...nas escolas que a gente fez estágio não tinha piano não tinha nada né...se cantavam músicas...daí na semana da pátria a gente cantava hino...tinha a semana toda de atividades e declamava poesias referente à data ...fazia leituras (Maria Claudete).

Com relação ao corpo docente, algumas memórias foram significativas e indicaram um amplo horizonte de características dos professores citados. É significativo perceber que foram as disciplinas de português³⁶, sociologia³⁷ e religião

³⁶ O Professor Luiz Boschi Sobrinho assinou seu termo de posse na Escola Normal Regional de São Francisco de Paula em 22 de abril de 1954 como contratado interino da cadeira de português do

mais citadas pelas entrevistadas, o que pode indicar elementos que constituíram a identidade docente dessas alunas na época. As egressas Cecília Camilo, Vanilda e Cecília Viana trouxeram contribuições sobre os estilos desses dois educadores, indicando algumas características específicas que marcaram: “mas era muito puxado...o professor Luiz...e assim o professor de português...cada um mais exigente que o outro...” (Cecília Camilo). As lembranças durante a entrevista com a egressa Vanilda trouxeram detalhes pitorescos das aulas de português, como menciona a seguir: “o professor de português declamava muito...os verdes mares bravios da minha terra natal³⁸...nós ria dele”... (Vanilda). Também destacam-se registros históricos sobre o próprio município e a região hoje conhecida também como região das hortênsias: “nós saía (com o professor de sociologia) plantar aquelas hortênsia da serra toda (em direção a Taquara) foi a gente que plantou com ele...a gente ia na tombadeira da Prefeitura levava pá, enxada e as mudas...e se plantou toda essa serra aí...” (Vanilda); “ele (professor de sociologia) tinha uma visão muito grande das coisas...do turismo” (Vanilda).

Observa-se, nos próximos relatos, a dicotomia mencionada anteriormente entre as exigências institucionais do ambiente de formação e, ao mesmo tempo, admiração pela prática didática do professor, o que de certa forma servia para a concretização da existência daquele modelo formativo:

[...] a sustentabilidade e continuidade de tais interações dependem precisamente da pressão, tácita ou explícita, exercida sobre os sujeitos ou atores que participam da experiência compartilhada, por meio da força coesiva e normalizadora do ritual firmemente estabelecido pelos usos e costumes, que o criaram e o mantêm, na média ou longa duração (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 77-78).

Como lembra a egressa Cecília Viana: “tinha um professor que eu guardo muito boas lembranças dele...ele era professor de letras...como ele era exigente...eu gostava porque ele exigia e ele dizia...não é pela nota que vocês vão ter...não é pra mim...é para o futuro de vocês” (Cecília Viana); “ele sempre ensinava...por

Curso de Formação de Regentes do Ensino Primário em face de autorização da Superintendência do Ensino Normal como consta no Livro de Registro Termo de Posse 1953-194.

³⁷ O Professor Henrique Richter não consta nos termos de posse até 1954, então conclui-se que chegou na escola nos anos seguintes, como consta registro de sua presença a partir de 1956 como palestrante em reuniões entre direção e docente sobre o Seminário Sul Riograndense de Sociologia Problemas e Soluções.

³⁸ Frase mencionada pelo professor de português em aula lembrada pela egressa VL, pertence à obra Iracema, de José de Alencar.

exemplo...quando tu escreve uma palavra que fica em dúvida...será que escrevi certo ou errado...ele dizia...se tu escreveu a palavra errada tu lê duas ou três vezes e tu acha a palavra feia e tá errada...o professor de português...professor Luiz Boschi...nunca me esqueci dele) (Cecília Viana). Nesse caso, percebe-se que o professor citado vai além do método sintético, como afirma Louzada, ao indicar que nesse meio vão surgir docentes que:

[...] aprofundando seus estudos sobre os métodos e processos de ensino capazes de contemplar um grande número de educandos em muito pouco tempo, começam a considerar interessante a possibilidade de lançar mão de métodos “mistos”, que mesclavam o analítico e o sintético (LOUZADA, 2012, p.74).

No caso da cadeira de religião, saliento que me refiro à religião católica apostólica romana, que, pelo observado nas fontes documentais referentes aos exames e provas orais (Anexos 24, 25 e 26) do CNR, predominou em seu período de existência, bem como nas lembranças das egressas entrevistadas.

Os conteúdos encontrados nos exames dessa matéria indicam a existência de uma intencionalidade em formar não apenas conceitos, mas direcionamentos morais, como pode ser observado no Quadro 25, em que transcrevo os anexos deste estudo relacionados aos exames católicos.

Quadro 24: Transcrição dos teores dos Anexos de Provas Finais Religião Católica.

“Anexo 23 Ata S/Nº Prova Final de Religião 22.11.1954

2ª série Frequência Obrigatória

Dissertação sobre o pecado

Anexo 24 Ata S/Nº Prova Final de Religião 3ª série 21.06.1955

Questões selecionadas:

- 1) Quais são os meios para formar uma consciência verdadeira?
- 4) Que é culto falso?
- 5) Que é sacrilégio?
- 9) De que maneira se comete o pecado da blasfêmia?
- 11) Que requer o homem sociável?
- 12) Quais os nossos principais deveres para com as autoridades?

Anexo 25 Ata S/Nº Prova Final de Religião 1ª série 20.11.1954

Questão 3: Porque a Igreja Docente é infalível?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

É pertinente mencionar que as aulas dessa disciplina eram regidas em sua quase totalidade por padres daquela paróquia, por isso a presença dos religiosos

nesse curso foi significativa, uma vez que envolvia as estudantes também nas práticas litúrgicas que ocorriam nas missas comunitárias fora da escola.

Houve uma intensa “presença” dessa instituição religiosa no processo formativo das normalistas de várias maneiras, entre elas posso citar a ligação entre as aulas praticadas no interior do CNR e a presença das estudantes nas missas, em uma mistura de função didático-pedagógica e prática religiosa: “uma das tarefas era ir à missa no domingo e no outro dia escrever o sermão do padre pra comprovar que tu tinha ido” (Maria Lúcia), percebe-se uma estreita ligação entre a prática docente e ao mesmo tempo a religiosa:

[...] tinha até didática de religião...eram professoras e padres...mas as aulas dos padres geralmente...eles chegavam na aula e combinavam com a gente...pra gente ajudar na missa no domingo...então eles davam as leituras pra gente fazer...fazia o grupo pra canta na missa e tal...era mais ou menos isso assim... (Selma).

Entretanto as memórias também indicam a existência de uma representação de autoridade diferente daquelas exercidas pelo corpo docente nomeado pelo Estado, é como se existisse uma espécie de arbítrio, soberania paralela exercida nesse caso pelos padres locais, que exercem, dentro do processo formativo das professoras, a função de docente. Convém salientar que, naquele contexto de cidade do interior do Rio Grande do Sul, na década de 1950, a linha que separa o sujeito que é padre daquele que se torna professor ao entrar no prédio da escola é muito tênue no olhar das alunas. Conforme afirma Faria Filho, “o ambiente religioso não apenas doméstico, mas também das missas, cultos e festas religiosas é fundamental na experiência de elaboração da possibilidade de vir a ser professora” (FARIA FILHO, 2007, p. 202), como se verifica com a egressa Maria Claudete:

[...] a religião é importante de lhe falar...porque assim...quem nos deu religião eram os padres...eram eles que vinham pra São Francisco e eles que nos davam aula de religião...religião pura...pura religião católica apostólica romana era o padre que nos dava...e uma coisa que aconteceu bem legal é que um dos professores de ensino religioso é que se tornou bispo depois que era o Dom Paulo...o Dom Paulo foi meu professor de ensino religioso e outros padres também...padre Arduíno foi meu professor...de ensino religioso...e tinha assim...muita relação a igreja e a escola...(pausa)...a parte religiosa com a escola também...(balançando a cabeça afirmativamente)...né (Maria Claudete).

A disciplina na escola representa mais do que um campo de conhecimentos específicos que poderiam ser utilizados nas futuras práticas docentes naquele contexto: é uma espécie de elemento que identifica, qualifica ou desqualifica sujeitos perante aquela sociedade, “talvez isto nos ajudasse a entender por que para essas mulheres não há nenhuma incompatibilidade entre o entendimento do magistério como uma missão e o sacerdócio e como profissão” (FARIA FILHO, 2002, p. 202). Nesse sentido, possui uma influência significativa na forma de pensar daquele período, como lembra a egressa Vanilda, ao rememorar as aulas: “a professora dava religião...mas era uma religião meio misteriosa...eu desmaiava na sala (risos)...ela dizia que o inferno cairá e o céu estremecerá e eu puff...eu é que caía...eram coisas que amedrontavam...falavam do anticristo...nossa...eu desmaiava” (Vanilda). Se dentro dos campos específicos vinculados às disciplinas houve maiores e menores influências na questão que envolvia diretamente os gêneros masculinos e femininos, também se percebeu vestígios relevantes que podem ter contribuído na constituição da identidade docente das normalistas.

Com relação aos conteúdos dos exames, verificou-se a separação de conteúdos por sexo em Artes Aplicadas, por isso são transcritos nos quadros abaixo os teores de exames que estão nos Anexos 28, 29, 30 e 31:

Quadro 25: Transcrição de teores dos anexos 28, 29, 30 e 31 Exames de Artes Aplicadas.

Anexo 28 Exame Artes Aplicadas 28.02.1956 Ata nº 266

III Série Frequência Livre

Parte Prática

Dá a receita de uma massa para fazer flores (F).

Dá a receita de sabão de água de colônia (M).

Anexo 29 Exame Artes Aplicadas 22.02.1954 (Ata sem nº)

2ª Série (Não consta a frequência)

Dissertação para alunas- “ o preparo da mamadeira”.

Trabalho prático para alunas- ponto cheio e caseado.

Dissertação para alunos- “trabalhos culturais”.

Trabalho prático para alunos- apresentação de trabalho de madeira.

Anexos 30/31 Exame Artes Aplicadas 23.11.1954 (Ata sem nº)

1º Série Frequência Obrigatória

Sexo Feminino

Dissertação: “sobre o lar”.

1) Cite um dos mandamentos de que a Economia Doméstica estuda:

2) Que significa Economia Doméstica?

3) Cite exemplos de despesas domésticas:

4) Para controlar as despesas que é necessário?

5) Que é uma biblioteca?

Preencha as lacunas:

1-2? A vida apresenta dois aspectos diferentes mas inseparáveis:
 o.....e o.....
 3) A relação da roupa, ao ser mandada para a lavanderia, chama-se....
 4).....são coleções de documentos que tratam da história de um país.....
 5) Faz um cardápio para o almoço de amanhã.....
 II Parte
 Prática: Faz na fazenda, que tens, ponto cheio e caseado.....
 Sexo Masculino
 I parte
 Dissertação: Semeadura
 Responda:
 1) Que é adubação?
 2) Que se deve fazer ao estrume dos animais antes de misturá-lo à terra?
 3) Para que se emprega a irrigação?
 4) Qual a região do Brasil a que a irrigação trouxe grande proveito?
 5) Que é plantação em covas?
 Preencha as lacunas:
 1).....é muito recomendado para abrigo de animais.
 2) O.....é o principal alimento das aves domésticas.
 3) A melhor época para a poda é em.....
 4) A utilidade do feijão soja é também para.....
 5) Na época da colheita devemos.....as frutas apodrecidas para evitar.....
 II Parte
 Apresentação de um trabalho entalhe

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As falas das entrevistadas, tanto normalistas quanto professoras daquela época, trouxeram vestígios nesse sentido: como se observa nas citações a seguir: “em artes as meninas aprendiam a bordar e os meninos a fazer serrinhas...montagem de alguma coisa né” (Bernildes), em que há o indicativo de materiais específicos por gênero; “artes aplicadas era a matéria que eu mais gostava...nossa...a gente fazia o enxoval do bebê...aprendia a fazer as meinhas.. aprendia a fazer a camisa...fazia tudo...o enxoval do bebê...” (Maria Jussara); bem como um argumento sobre esse formato “isso (artes aplicadas) servia para as normalistas trabalharem com os alunos depois, pois seriam unidocentes...em escolas isoladas por exemplo... então elas poderiam trabalhar...né...e recebiam também orientação de educação física...” (Bernildes).

Uma fotografia analisada durante a pesquisa chama a atenção e permite que se compreenda que a separação de conteúdos por gênero que ocorria no interior do curso também é compartilhado junto à comunidade (Fotografia 55) em eventos onde são expostos os resultados dessas práticas, momentos que, conforme Frankfurt defende, também possuem efeito pedagógico em relação à formação das normalistas “porque estes seriam multiplicadores da formação recebida e formar a própria sociedade que mantinha relações próximas com esta instituição escolar” (FRANKFURT, 2006, p.1).

Fotografia 46: Carro Alegórico das Artes Femininas Década de 1960.



Fonte: Acervo José Carlos Santos da Fonseca (1960).

O fundamento para que os conteúdos fossem ensinados e cobrados de maneira distinta em relação aos alunos e às alunas era de que iriam trabalhar em escolas isoladas com turmas em trabalho unidocente, mas parece não responder completamente essa questão, entretanto verificou-se que as professoras, ao irem para os interiores distantes deviam dominar conhecimentos específicos independente de gênero, já que lá serviriam como orientadoras das mais variadas áreas e situações.

O fato de haver um predomínio feminino do CNR é atestado nas entrevistas em vários momentos tanto por egressas, “não me lembro de ter nenhum colega homem” (Maria Lúcia), quanto por professoras, “a maioria eram mulheres...a maioria mulheres” (Isaura). Percebem-se também comentários em que estão presentes vestígios das visões locais na época em relação à proximidade entre homens e mulheres,

[...] as meninas e os meninos não podiam nem conversar sabe...a gente conversava mas não podia assim...ter amizade sabe...isso demorou muito...acho que em 1970 é que começaram a ter mais amizade entre meninos e meninas né...adolescentes...era sempre separado...as gurias e os guris não conversavam juntos nem no recreio...era tudo separado...e ai

das meninas se estivessem dando conversa para os guris...não podia (Iolanda).

A quase total ausência masculina foi referida várias vezes durante as entrevistas, mas percebi que talvez essa percepção de que aquele “mundo” de formação de professores era mais feminino por parte das normalistas foi ficando nítida somente anos depois, pois na época aquele era um reduto de presença majoritária de mulheres, pelo que foi observado e nas menções, como as seguintes, da egressa Maria Claudete: “no normal regional eu tinha 2 colegas homens...eles desistiram...não concluíram o curso” (Maria Claudete), e da Cecília Camilo: “é interessante que tinha só um homem no meio das mulheres...ele formou mas não exerceu a profissão...(Cecília Camilo)”, bem como a “função” específica que as mulheres deveriam desempenhar naquela sociedade: “meu marido não queria que eu estudasse...mulher era para trabalhar em casa...pra ter filho...pra ser dona de casa” (Cecília Camilo).

E aqui percebi a presença de mais um contraste, pois aquele contexto social era caracterizado na época por uma tendência de exclusão da mulher como participante ativa dos contextos sociais, ou seja, não havia espaço fora do casamento ou de uma instituição religiosa que permitisse a sobrevivência literalmente de uma moça, entretanto o CNR, ao passar a funcionar naquela região, permite de certa maneira, dentro do seu formato de andamento, um respaldo à presença feminina, mesmo que dentro de espaços determinados, mas percebem-se avanços, como menciona a professora Isaura: “o curso normal regional serviu sim (referência ao empoderamento da mulher naquela época)...eu percebi isso sim...percebia mais como aluna...como professora nem tanto mas percebia isso sim” (Isaura). Em seu relato sobre preconceitos, fez menção às dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação à proibição de usarem calças e como isso afetava suas vidas diárias em função do inverno rigoroso e de seu trabalho com educação física.

[...] eu lembro uma coisa que aconteceu...que a gente não podia usar calça comprida...slack...como se chamava...a mulher não podia usar calça comprida de jeito nenhum...e houve um período que eu trabalhei no curso primário de um bairro aqui...então eu dava aula na escola normal...no curso normal e na parte do primário eu trabalhava nesse outro colégio...e no outro colégio a professora conseguiu a licença para nós fôssemos de slack...e eu tive...eu tinha marcado um...treinamento para a semana da pátria...para de tarde...e eu tinha aula no bairro...era muito frio e eu fui para o bairro de calça comprida e de lá eu fui pro colégio (Normal) com a calça comprida...e

eu fui chamada a atenção porque eu estava na rua...eu não entrei no colégio e que eu estava na rua lidando com alunos de slack...e até que explicasse que tu tinha vindo de um colégio pra outro...mas...fui chamada a atenção...era muito rígido...” (Isaura).

A forma das professoras apresentarem-se na escola para trabalhar foi lembrada também por algumas egressas, mas é interessante que, na visão das alunas, as suas docentes eram vistas como modelos também pelo modo de vestir-se de maneira elegante, entretanto é possível, pelo observado em algumas falas, que a proibição de usar calças partia como normativa da Delegacia Regional de Educação e não era apenas um reflexo do contexto municipal, mas um regramento institucional do Estado do Rio Grande do Sul.

É inevitável, em um estudo como este, envolvendo um objeto de pesquisa localizado em uma das regiões mais frias do Brasil, indagar sobre a real fundamentação de orientações proibindo as professoras de vestirem calças, lembrando que essa determinação era direcionada primeiramente ao gênero e depois à profissional, ou seja, independentemente de estar a serviço ou não da escola, a docente só deveria usar saias, o que me leva a refletir sobre o maior número de mulheres educadoras se comparado ao de homens, na sua totalidade, em locais com invernos rigorosos como os que se apresentavam naquela época.

Outro aspecto de grande relevância percebido neste estudo está relacionado às avaliações e toda a conjuntura que era movimentada. Essa percepção ocorreu dentro da pesquisa analisando fontes documentais e os conteúdos dos exames, datas, horários, duração, número de alunos, bem como uma grande quantidade de detalhes mencionados nas narrativas das entrevistadas, envolvendo aspectos emocionais daqueles momentos e também formatos e conteúdos, como vou detalhando a partir daqui.

Para melhor compreensão dos aspectos que envolviam os contextos avaliativos, fiz uma pequena fragmentação de particularidades em 3 grupos, sendo o 1º grupo as referências feitas pelas entrevistadas sobre as provas e bancas e os outros 2 conjuntos as relações colhidas sobre os exames escritos e orais respectivamente.

4.2 PRÁTICAS COTIDIANAS: OS EXAMES E AS PROVAS

No momento em que as entrevistas tinham espaço para que o assunto avaliação fosse mencionado, havia um sentimento quase unânime em que as egressas agitavam-se e vários detalhes, aliás valiosos pormenores, emergiam em longos comentários empolgados. Existia um misto de reflexão, seriedade e respeito nessa recordação, indicando que as marcas ficaram e, dentro do processo que as constituiu, foram momentos que envolveram tensionamentos significativos. Todas as entrevistadas manifestaram detalhes importantes, entretanto aqui foram incluídos somente alguns em razão da objetividade e dos espaços para escrita, mas todos foram considerados significativos. A egressa Cecília Camilo menciona os tamanhos de conteúdos que eram solicitados:

[...] no tempo que tu estudava um livro inteiro e tu tinha que saber...na sabatina...que tinha...que se chamava na época...chamava sabatina...depois é que passou pra outros nomes né...mas na época dizia sabatina...então quando tu teria que fazer isso aí...tu tinha que estudar o livro inteiro...aliás...até onde você estudou...e dizia-se...chamava-se *ponto*...era assim...por exemplo sobre o fumo...daí tu estudou até aquele ponto ali...até onde tu estudou era sorteado qual tu ia dissertar no dia da sabatina... (Cecília Camilo).

Acerca dos graus de dificuldade para aqueles momentos, segundo ela, “eram difícilimas...olha vou dizer...não sei como é...às vezes fico pensando como é que a gente...mas era assim mesmo...” (Cecília Camilo). Tanto eram considerados de alta complexidade que sua lembrança trouxe para a entrevista um momento ímpar aqui mencionado por ela: “um dia eu estava mostrando para um amigo meu aqui que era engenheiro do DAER...o jeito que a gente estudava...tu estudou essa parte aqui em matemática...isso aí a gente estudou em engenharia... (ficou em silêncio balançando a cabeça)...”(Cecília Camilo). Como indiquei no início, o fato de lembrar desse assunto conduziu as egressas para reflexões profundas em função das exigências a que eram submetidas nesses momentos, como descreve em detalhes SP:

[...] nós tínhamos muitos trabalhos (pintar, sabonetinhos...eu adorava) e tínhamos provas (mensais) escritas...em geral dissertativas...eram provas que...(risos)...exigiam bastante...eu me lembro especialmente de uma prova de história...a prova era aqueles papéis timbrados...então tinha o nome da escola...4 páginas...4 folhas e ela colocou simplesmente...escreva tudo o que você sabe sobre o descobrimento do Brasil...eu não tive dúvidas...enchi folhas e folhas...eu sabia de cor...porque no colégio das freiras eu tinha

facilidade pra memorizar...eu olhava uma vez e aquilo ficava...e na escola normal elas faziam de questões dissertativas...nunca marquei cruzinha em prova na escola normal...eram perguntas e respostas e tudo fundamentado...justificado...explicado...sem essa de é isso, isso ou isso...não... algumas colegas viram a professora corrigindo e disseram: Sandra vai lá que a professora vai te dar zero porque ela disse que tu colou...nossa, eu entrei em pânico...eu era daquelas que jamais...comportadíssima...não colava...meu deus...a professora disse: isso aqui não é possível e eu disse: é possível sim e recitei a cantilena toda pra ela (risos)...era bom aquele tempo (Sandra).

Percebe-se que havia na instituição, nesses períodos, que geralmente eram de uma semana inteira, um clima de concentração absoluta, tanto por parte das estudantes, quanto pelas bancas avaliadoras e direção: “as provas eram feitas um aluno bem afastado do outro...pra não ter perigo de colar...e tinha prova de desenho naquela época...de tudo o que era coisa né...” (Iolanda), em uma espécie de tensão coletiva de longa duração.

[...] era uma época de exigência...nós não tínhamos muito tempo entre uma prova e outra porque era na mesma sala...agora imagina...português, história, geografia, não sei o que...não sei o que...não sei o que...aquela quantidade enorme de disciplinas...e todas elas fazendo provas em um determinado mês...a gente estudava o dia inteiro...não tinha como não estudar...tinha que saber...(ênfase no tom de voz)...(Sandra).

Exigências e dificuldades são citadas nas lembranças desses momentos, e rememora-se novamente na contemporaneidade indícios de um processo permeado de pressões por resultados quase de maneira imperativa, o que leva à reflexão sobre os objetivos desse curso, ou seja, a respeito de qual era a finalidade de submeter essas estudantes dentro de um sistema de formação que apresentava tais características, como indica a egressa I na sua dificuldade dentro da disciplina de geografia

[...] e eu tinha muita dificuldade em geografia...eu não gostava de geografia e não gostava nem do professor...porque imagina...eu só tirava a nota só pra passar...tirava sempre 50 né...ele colocava o mapa no quadro e me perguntava onde era o arroio Chuí e eu não sabia...no outro mês perguntava de novo e eu não sabia outra vez... (Iolanda).

É perceptível que o calendário do Curso contemplava uma dinâmica que passava a impressão às normalistas de estarem quase que o tempo todo em estado de alerta, como lembra Escolano Benito (2017, p.81), “os ritos sacralizam os valores assumidos”, nesse caso, prontas para uma nova etapa com exames:

[...] na época eu me lembro...depois começou aquela coisa...com uma determinada média não fazia prova (em referência a prova oral), nós não...nós tínhamos março abril maio (provas o tempo todo) até o final do ano e aí tinha o exame final...era uma prova final...aí tinha uma média...se for aprovado ou não...não era muito fácil...pelo menos me lembro que a gente dava um duro danado...(pensativa) (Sandra).

Pelos formatos das avaliações verificados nas Atas de Registros de Exames, envolvia escrever de maneira dissertativa todas as partes do exame. Como lembra Souza, “os alunos copiavam os exames e depois realizavam as atividades” (SOUZA, 2010, p. 304), desde as questões solicitadas até a parte que era a dissertação em si com um tema sorteado na hora da prova, como detalha Vanda:

[...] me recordo uma vez que o professor Luis Boschi...meu professor de português...disse assim... hoje.. era uma prova final...o tema da redação é: um homem na multidão...eu disse: meu deus...um homem na multidão...como teria assunto né...e aí eu comecei..me lembro até hoje...que eu estava numa ponte qualquer e que passou um cidadão que me chamou a atenção mas que o movimento era tanto que perdi ele de vista e acabei a redação...o professor queria me matar sabe...me matar sabe...Vanda tu conseguiste perder a criatura que tu ia falar...eu tive que fazer recuperação da redação (Vanda).

O domínio efetivo dos conteúdos que seriam abordados nas verificações é outra unanimidade entre as normalistas. A egressa ML expressa de maneira clara esse sentimento: “Tu tinha que dominar muito bem a matéria pra poder fazer as provas...tu tinha que prestar muita atenção na aula...” (Maria Lúcia), o que me levou a considerar a quantidade de conteúdos que, pelo que se observa era extenso, as horas de aulas efetivas diárias que eram em média 6, o tempo de estudos específicos para os exames, pois havia um número considerável de atividades enviadas para fazer em casa e finalmente o tamanho de intervalo entre exames/contéúdos/aulas/trabalhos/exames, o que a egressa Selma nos indica de certa maneira:

[...] tinha a matéria...senão me engano era por mês que a gente fazia a prova... a gente estudava a matéria daquele mês...e fazia a prova...e tinham várias perguntas...não era uma só dissertação...eram várias perguntas...não era uma só dissertação...sobre várias coisas dentro do assunto...e muitas vezes era uma coisa assim...elas colocavam uma situação assim dentro da educação pra gente resolver...isso aí também... (Selma).

De acordo com esses primeiros relatos sobre as provas/bancas e a visão das normalistas sobre elas, fica nítida a existência de um cotidiano com intensa atividade envolvendo esse CNR. Elas mantinham-se extremamente ocupadas, e o ambiente formativo era permeado da busca de resultados e de excelência, ou seja, não era apenas para atingir a média, o objetivo era a nota máxima, mesmo porque, ao final do ano, havia as proclamações de notas de acordo com o registro encontrado no Livro de Atas dos Exames, o que pode indicar uma forma de exaltação, de supremacia, do ato de vencer para as candidatas que estivessem com as notas máximas e nesses lugares, como lembra Gomes e Hansen:

[...] dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição (GOMES/HANSEN, 2016, p. 24).

As provas para avaliar os conhecimentos adquiridos pelas normalistas servem também para que as estudantes aprendam os enredos que permeiam esses momentos, visto que futuramente estariam aplicando provas para seus alunos onde estivessem lecionando. Na época as turmas de ensino primário recebiam provas que já vinham prontas da Delegacia de Educação em formatos que seguiam as orientações do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais-CPOE, nesse sentido, os “rituais de avaliação”, como escreve Fischer tornaram-se a “materialização efetiva das relações entre saber e poder” (FISCHER, 2005, p. 158).

O formato de realização das provas envolvia o ato de escrever contínuo, ou seja, durante o tempo determinado observado nos registros de exames em média de 2 horas, cada normalista recebia suas folhas devidamente rubricadas e iniciava o procedimento de responder à avaliação. A extensão desses exames e seu grau de dificuldade, conforme relatado pelas egressas, é uma concordância na quase totalidade das opiniões, o que reforça o sentimento de inquietação que caracterizou aqueles momentos dentro da sua formação como indicam as falas: “As provas eram...tipo assim...pergunta e resposta...pergunta e resposta” (Maria Lúcia). É possível notar também algumas características singulares das avaliações: “tinha prova escrita e tinha prova oral...as provas escritas eram assim longas...dissertações...” (Maria Beatriz). A dimensão de tempo gasto para fazer, a tensão em buscar o resultado já na primeira etapa, que era a escrita, “então existiam

as provas escritas...se tu rodasse nas provas escritas...tu ia pra prova oral (ênfase na voz)... e da prova tu tinha uma chance da 2ª época...” (Cecília Camilo), e nomenclaturas específicas utilizadas para demarcar o conteúdo que cairia nas avaliações, como a palavra “ponto” lembrada por várias das entrevistadas e aqui trazida pela egressa Cecília Camilo:

[...] eram difíceis...tanto que eu estou lhe falando que a gente tinha que estudar...geografia...daí tu estudava um livro de geografia e digamos na hora da prova...caia sobre a lua...não é...tudo o que aconteceu lá na lua.. tudo...tudo...era muito puxado...se caísse aquele “ponto” que a gente chamava na época...tu tinha que descrever...e dizer...tudo...se fechasse o conteúdo geral ali... (Cecília Camilo).

Se a palavra “ponto” significava uma marcação de até onde iria a avaliação dentro do conteúdo estudado parece que se torna uma espécie de símbolo, de selo característico de um indicador de que se deveria realmente chegar em um determinado espaço e dentro dele a normalista dominava com excelência, ou, pelo menos, era conduzida didaticamente para que isso ocorresse.

[...] e as provas eram feitas mensal...era mensal...então chegava o fim do mês era pego toda aquela matéria que foi dada...tinha que estudar e fazer a prova (gesticulando com a mão direita)... e era menos de 70...se tirasse menos de 70 tu já entrava pra...era pouco...era pouco...tu tinha que tirar uma nota sempre acima de 70 pra ser considerada boa (Cecília Camilo).

Da mesma forma que essa expressão “ponto” foi citada diversas vezes, os verbos escrever e dissertar são parte daquele cotidiano e foram rememorados como se a vida dessas estudantes estivesse interligada diretamente com essas duas práticas, dada a intensidade com que foram lembradas: “tinha que dissertar... mas contar tudo...então o senhor imagina...eu passei noites em claro estudando naquela época...” (Cecília Camilo). É tão marcante que as falas das egressas também conseguem trazer essa veemência como se percebe: “era dissertação...só dissertação...tinha aquela dissertação...a dissertação mesmo...falar sobre tal título...depois perguntas sobre o que é isso, o que aquilo e outro...esse negócio de marcar uma coluna com a outra ou marca com xis a resposta certa isso não existia na época” (Vanda).

Percebe-se nessas falas a existência de um cotidiano permeado, como menciona Monarcha, de um “componente psicológico” que “exerce uma hegemonia

sobre os demais domínios científicos” (MONARCHA, 1999, p. 335), que pode, de certa forma, influenciar no aspecto comportamental dessas normalistas, consolidando traços de identidade docente ligados às rotinas daquele processo diário.

O ato de repetir essas práticas durante o processo formativo dessas alunas e que objetivavam torná-las docentes por excelência podem ter relação com os ritos de cobrança de uma boa escrita, de organização de pensamentos para elaboração de textos dissertativos de maneira até extenuante e dos formatos utilizados nessas avaliações: “tudo escrito...tudo escrito...a gente escrevia bastante...a gente escrevia bastante...quando começou a surgir aquelas de marcar verdadeiro ou falso...a gente até achava graça né...porque a gente era acostumada a escrever tudo...[...] mas foi bom escrever...” (Cecília Camilo). Outra dicotomia sutil é observada em relação ao sistema avaliativo daquele momento, pois aparentemente nos indica que as normalistas eram “formatadas” na sua totalidade para repetirem simplesmente o que era ensinado, entretanto a egressa Vanilda indica que havia espaço para suas manifestações individuais:

[...] a gente falava como a gente pensava...coisa decorada ninguém aceitava...e as pessoas sofriam com aquilo...(em referência aos exames dissertativos)...eu era boa de desmanchar essas coisas mas as outras...as vezes eu fazia o começo de 22 redação...que nos davam um título e elas não sabiam fazer aquilo...eu começava pra elas...eu fazia em casa e levava pra elas...eu sempre tirava nota mais baixa na redação porque eu escrevia 22...daí ficava a minha mais ruim (Vanilda).

Esse indicativo pode nos mostrar um indício importante em relação à constituição docente que lá ocorria e consegue também indicar que, mesmo em um ambiente com predomínio de regramentos rígidos, disciplina e ordem expressa, aquelas normalistas desenvolveram um senso de resistência no sentido da resiliência, ou seja, o próprio ambiente foi utilizado para que pudessem ter senso de inovação nas práticas que iriam exercer no interior e parte dessas aberturas também eram proporcionadas pelos docentes, como se percebe com a egressa Cecília Camilo:

[...] um cuidado que tinham que um aluno colasse...o único que brincava conosco era o professor Richter...que até plantou essas hortênsias...daqui de São Francisco até lá embaixo...foi tudo ele que plantou...então esse era muito legal...ele dizia...olha quem não cola não sai da escola...colar...deus o

livre... [...], ou seja, mesmo com todo aquele aparelho instrutivo havia pontos de fuga (Cecília Camilo).

Um dos momentos de inquietação que fez parte da trajetória dessas normalistas no âmbito das avaliações era a prova oral. Cada disciplina possuía, além da parte escrita, o momento avaliativo em que as estudantes deveriam responder aos questionamentos feitos pela banca avaliadora. Em cada matéria a defesa oral dos conteúdos tinha seu rito e poderia ser individual, com a aluna sendo chamada na sala de avaliação e explicar diante dos avaliadores, ou, em uma sala com todas as colegas presentes, ser chamada para ir a frente, perante os arguidores responder ao que lhe era pedido. Em disciplinas como matemática, além de explicar de maneira oral, era necessário resolver as questões junto ao quadro negro perante a turma de colegas e docentes.

É oportuno pensar sobre os momentos de exames orais não apenas com relação aos questionamentos de conteúdos, explicações e respostas dadas pelas egressas, mas lembrar do contexto regional onde esteve inserido esse Curso Normal e de que a maioria das estudantes eram oriundas de áreas rurais daquela microrregião com características que envolviam cotidianos específicos. Entre esses aspectos, estão os modelos com que geralmente essas alunas foram criadas, em que os costumes, tradições e modos de expressar-se são singulares, influenciando no modo como essas normalistas chegavam àquela escola.

Faço esse apontamento justamente para que se possa enxergar além do aspecto avaliativo em si, mas também de que aquele momento envolveu tensões e inseguranças ligadas diretamente ao contato entre as formas de expressão rural e urbana, sendo, portanto, ocasião desafiadora não apenas em relação aos conhecimentos que seriam testados, mas ao próprio modo de falar, gesticular, caminhar, que também eram avaliados:

[...] o exame oral pra mim era muito difícil...porque eu vim do interior e eu estava me adaptando e com todas a situação familiar etc etc e tal sempre foi meio complicado...(fez pausa...baixou a cabeça)...então a gente tinha que fazer exame oral das coisas e eu me lembro que a professora X... tinha uma coisa que ela sempre perguntava que me chateava muito e as colegas também é que ela dizia assim... sempre pergunta o porquê das coisas...e a gente...sabe como é alunas de primeira...chegando num ambiente diferenciado...né...aí a gente não achava muito bom...mas... (Maria Claudete).

Se o excesso de exames escritos foi uma das lembranças mais citadas e os mesmos aconteciam simultaneamente, nos mesmos dias das provas orais, menções sobre essas quantidades também foram feitas, como das egressas Iolanda e Maria Jussara: “tinha muita prova...tinha prova oral...tinha que saber a matéria...tinha que chegar na frente do professor ele fazia as perguntas e a gente respondia...”; “tinha prova oral...ui...isso me matava...tinha que fazer os exames orais...e eu era muito atacada...(Maria Jussara). A abordagem dos docentes no momento dos questionamentos é rememorada e indica estilos diferenciados, de acordo com as disciplinas trabalhadas, o que não alterava a dificuldade em relação ao expressar-se, como indicou Vanilda: “uma vez o professor mandou fazer numa prova oral um paralelo entre a cidade de Torres e a de Rio Grande...eu nunca ido em praia na minha vida meu Deus...” (Vanilda).

A percepção que surge, analisando as falas relativas à oralidade nas avaliações, é de um misto do senso de domínio dos conhecimentos e de uma prática didática incisiva, direta, contundente, como é indicado pelas egressas Selma e Vanilda: “ela avaliava se a gente sabia a letra...por exemplo os hinos...os hinos a gente tinha que saber...um professor tinha que saber todos os hinos...e a gente sabia todos...(ficou com olhar sério)...até o hino da escola a gente tinha que saber...” (Selma). Com relação à prova oral, “sorteava todo um livro...botava em cima de uma mesa...a gente ia lá...pegava um papelzinho e tinha que falar sobre aquilo né...meio terrível que era...falava na frente do professor e de uma comitiva ali né...” (Vanilda).

O fato de fazer as alunas saírem de sua carteira e dirigirem-se até a frente da banca perante as colegas, “o ritual sustenta e reforça a sensação de ordem” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 81), remete à reflexão sobre o quanto de temor e aflição era sentido nesse momento pela normalista que foi chamada: “o professor ficava sentado lá perto da mesa...cada um ele ia chamando e a gente ia lá na frente e tinha que dizer tudo o que ele perguntasse...e além disso tinha as provas escritas né...” (Iolanda). Ao mesmo tempo, quando as arguições eram realizadas em particular perante os avaliadores e o restante da turma permanecia no corredor aguardando chegar a vez de ser chamada, percebe-se a intensidade de aflição nas falas, como é indicado pela fala da egressa Vanda:

Em relação ao exame oral “era tenso...muito tenso...porque o professor que ia fazer o exame oral ele ficava numa sala e nós ficávamos no corredor da escola ali...conversando...então chegavam lá...vinham quebradas...bah fui mal... caiu tal tema...não me dei bem...e tu começava a te angustiar...então era um momento de bastante angústia...” (Vanda).

Foram recordadas 3 matérias de áreas diferentes, com avaliações orais também distintas, que deixaram marcas nas egressas: história, música e matemática, sendo em que cada uma o nível de tensionamento e forma de avaliação nos indicam elementos que podem ter sido colaboradores de uma constituição docente dessas egressas, como se vê com as alunas Vanda, Selma e Maria Claudete, respectivamente nos exames orais de história, música e matemática:

[...] as provas tínhamos que fazer escrita e oral e era daquela época que na nossa área que é história...eles abriam um livro assim né...e vamos fazer a prova oral...aí tu chegava lá e era o livro inteiro...é o conteúdo todo...daí tu chegava e eles abriam a página e tu fala sobre a 1ª guerra mundial...e aí tu tinha que botar o papo pra frente sabe...tinha que falar e dizer...foram assim... (Vanda).

Na indicação da egressa Vanda, o domínio dos conteúdos em história deveria ser total para que, no momento da avaliação, qualquer um dos temas que fossem solicitados pudesse ser contemplado com respostas satisfatórias e defesas com argumentação, pois o “falar” sobre determinado tema pressupõe conhecimento.

Em relação as provas orais “ eu acho que o grupo da aula...da turma...era muito bom...a gente não tinha assim medo de falar...a gente falava...a única prova oral que eu não gostava...era a de música...porque a professora botava a gente na frente...sorteava as perguntas...e sorteava uma música...que a gente tinha que cantar...(pausa/pensando/hesitante)...e eu sou péssima em cantar né...eu não tenho voz...não tem...não adianta eu querer cantar...que não dá...então isso pra mim era muito ruim...muito ruim (Selma).

Nesse sentido, a menção da egressa Selma me faz refletir sobre a origem de grande parte das normalistas nesse período estudado e como deve ter sido desafiador estar diante de uma docente de música e precisar cantar dentro de normativas musicais, mesmo tendo passado pelas aulas antes desse momento.

[...] uma das dificuldades que me eu lembro no 1º ano foi o exame oral de matemática...foi difícil...a professora sabia muito e eu acho que...não sei se era ela ou se era eu mas não conseguia assimilar...então era tudo na base da decoreba...decorava...fórmulas exercícios que ela dava tudo...assim me preparava pra prova oral de matemática...era bem difícil... (Maria Claudete).

Chama atenção a egressa Maria Claudete em relação à dificuldade de realizar prova oral de matemática no sentido da representação de modelo de excelência que a professora transmite para ela e, no caso de não conseguir atingir esse mesmo grau da docente por não ter o entendimento necessário, busca se preparar do seu jeito em meio à dificuldade que é imposta naquele processo.

Nessa perspectiva de “modelo”, a parte comportamental, postural exigida durante a formação dessas futuras professoras é outro elemento que pode ser considerado como parte constituidora dessas profissionais “A presença de uma identidade própria para a docência aponta a responsabilidade do professor para a sua função social, emergindo daí a autonomia e o comprometimento com aquilo que faz” (IZA et al, 2014, p. 276). Era o modo de comportar-se como normalista e ao mesmo tempo olhar para os modelos de docentes que diariamente conviviam com elas para que se espelhassem, de certa forma, e repetissem inclusive as formas de vestir, andar, gesticular e falar.

[...] a professora Lia era uma professora que nos orientava muito sobre postura...sobre educação...ela é uma pessoa assim muito educada...uma pessoa muito fina...e ela nos mostrava que isso era muito importante e que isso ia na apresentação da pessoa...não só como professor mas pela vida toda...isso ela sempre sempre sempre...ela dava a entender que era muito importante pra nós (Selma).

Ser aluna do CNRSFP dentro da perspectiva de processo formativo indicava mudanças comportamentais profundas: “a conduta era uma exigência” (Noemy), e a palavra polimento é passível de ser utilizada quando se refere ao ambiente que existiu naqueles anos: “as professoras eram muito exigentes...a postura era corretíssima... até para sentar na cadeira...” (Vanilda). Percebi que ser uma normalista naquele curso envolvia representar algo distinto socialmente: “a apresentação na sala de aula...o uniforme...tudo...tudo...eu lembro” (Selma), de modo que essa distinção ultrapassava o ambiente escolar e envolvia a questão da individualidade: “a maneira de se vestir...as mocinhas...eu me formei com 19 anos então que tu saiba se maquiar...se bem que eu nem usava isso na época...saiba se maquiar...o vestido não pode ser curto...o decote não pode ser exagerado...tem que ter postura” (Vanda), pois ser professora formada na ENR daquele município conduzia essas mulheres para um status social diferenciado, como as falas das

egressas vão evidenciando: “nós tínhamos um professor que fazia a gente caminhar com um livro na cabeça pra saber ter postura” (Vanda).

Percebe-se a intensidade da ação do que correu durante a formação ao se analisar, por exemplo, as frases que indicam a existência de uma dedicação àquele processo, “nós éramos assim...fiéis à aula” (Maria Beatriz); “eu era muito Caxias...queria fazer tudo sempre certinho...(Cecília Camilo)”; a busca pela excelência em tornar-se uma mulher diferente socialmente falando, uma ideia que perpassava uma meta a ser atingida em relação a um determinado padrão comportamental: “professora tinha que ser exemplo...era muito feio se fizesse alguma coisa que não estivesse nos padrões que eles exigiam né...” (Iolanda). Pelo que percebi, o fato de exigências deverem tornar-se hábitos profissionais eram sugeridos também pelos órgãos públicos responsáveis “sim...eles exigiam comportamento” (Isaura).

Entendi, analisando cada entrevista, que as estudantes não saíam formadas desse curso com conhecimentos de conteúdos e práticas pedagógicas em excelência somente, mas deixavam para trás modos de ser que eram peculiares, inclusive em função da média de idade entre 17 e 18 anos que a maioria possuía ao concluir os estudos.

O curso apresenta um cotidiano com rotinas que sugerem uma intencionalidade no sentido de produzir um sujeito que se identifica na docência, se enxerga como um ser diferente socialmente, não no sentido superior/inferior, mas na sua constituição, uma espécie ambivalente, como se observa nas falas: “isso aí era uma coisa demais...era disciplinado...muito disciplinado...mas a gente fazia folia igual...não adiantava” (Cecília Camilo). Entende-se não ser apenas uma relação com conduta boa ou ruim, mas a forma comportamental atrelada à relação de ser “modelo” social: “eu tenho que ter um comportamento que não me desabone perante os pais...perante a sociedade...eu tenho que manter a disciplina pra mim mesma...esse era um dos requisitos para você ser professora” (Sandra). Isso indica a questão da culpa e do pecado que é trabalhada nos exames de religião católica, como verifiquei (Anexos 24 e 25) e permite compreender que talvez houvesse uma relação de sintonia entre esses valores posturais difundidos nas aulas dentro do processo de formação e que eram reforçados, legitimados pelo significado de ser normalista “construído no âmbito sociocultural da profissão” (IZA; et al, 2014, p.

276), que era representado naquela sociedade: “naquela época se uma moça...uma normalista engravidasse...ela era...até aconteceu na minha turma um fato assim...ela foi convidada a se retirar do curso...ela não terminou...” (Iolanda). Esse fato também foi registrado no livro de Atas de Reuniões entre Direção e Docentes, em que cada educador e educadora teve que dar seu veredito sobre a referida normalista que engravidou e o veredito final foi pelo afastamento da aluna.

Ser aluna do CNR também era vestir literalmente todos os dias a vestimenta característica de normalista, que era o uniforme desenhado desde 1953 pela professora de Artes Aplicadas, conforme consta na Ata nº 2 do dia 09.06.1953. O seu uso foi mencionado por várias egressas e se percebeu que a roupa que as caracterizava permaneceu dentro dos aspectos rememorados em vários momentos, talvez pela obrigatoriedade de uso diário, como mencionaram Isaura e Maria Claudete “era obrigatório o uso do uniforme...” (Isaura);

[...] nós tínhamos uniforme que era obrigatório...esperavam na porta da escola se não estivesse completo não entrava...era obrigatório ser de uniforme e o comportamento tinha que ser adequado...em tudo...tinha que obedecer as professoras né...(mudança de fisionomia)...cumprir os seus deveres...fazer os seus trabalhos...que nos davam (impressão que ficou chateada ao falar sobre isso) (Maria Claudete).

Essa obrigatoriedade não pareceu ser um hábito que causasse desconforto, em virtude de as memórias indicarem detalhes significativos do modelo que era usado e da repetição da palavra impecável ao referir-se ao cuidado que deveria ser dispensado ao vestir aquele uniforme: “O uniforme era impecável...[...]...nós éramos bem cobradas nesse sentido” (Maria Lúcia). Essa percepção é trazida para este estudo por egressas que frequentaram desde a 1ª turma, como aqui é indicada pela egressa Andradina, matriculada em 1953: “as normalistas usavam uniformes...as professoras também usavam uniforme...era impecável...todas bem arrumada na época” (Andradina). A fotografia 47 a seguir nos aproxima um pouco mais da potencialidade que são os entendimentos sobre o uso dos uniformes nos Cursos Normais também, o que não é o caso específico deste estudo, mas apenas um indicativo considerando esse curso específico e a abrangência significativa da presença de uniformes, como escreve Silva: “os processos organizacionais que existem no interior, na instituição escolar fazem referência a este jogo educacional e

cultural formado pela estruturação do saber e pela transmissão de conteúdos cognitivos e simbólicos” (SILVA, 2007).

Fotografia 47: Turma de 1962a na porta da Escola Normal Regional.



Fonte: Acervo José Carlos Santos da Fonseca (1962).

Fotografia 48: Turma 1962b na Porta da Escola Normal Regional.



Fonte: Acervo Eneida Dutra (1962).

Enxerga-se um entrelaçamento de elementos em relação ao uso do uniforme, que envolve desde a identidade, a estética com função de nivelamento no interior do grupo, pertencimento institucional, profissional, postura e conduta social:

[...] os uniformes escolares fazem parte da toda uma simbologia que permeia as instituições educativas e postula valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica sem que, para isso, seja necessário o discurso verbal (SILVA, 2007, p. 59).

Indicam também uma forma de expressar como deveriam ser as práticas relacionadas à higiene, esmero e elegância, citadas por Maria Jussara e Vanilda: “era tudo com uniforme...tinha que estar com o sapatinho igual...era bem...(referente a ser exigente) (Maria Jussara)

Saia azul marinho, blusa branca, gravata no pescoço de veludo vermelho, blusão vermelho, sapato preto, meias brancas...era muito bonito o uniforme...e não entrava sem uniforme, nem pra fazer uma prova... nem o sapato...tinha que ser aquele sapato preto...era exigente...muito disciplinado (Vanilda).

Se o uniforme era parte importante no fazer-se professora, é pertinente lembrar que passar pelo processo formativo dentro da Escola Normal Regional em São Francisco de Paula deixou várias impressões significativas nessas normalistas, e seus comentários sobre o legado de terem se tornado professoras foram entrelaçando constituintes que auxiliaram a compor de maneira mais sólida as características que auxiliaram nessa compreensão.

Passar pelo ambiente do CNR é um acontecimento que diferencia a vida dessas mulheres, como se foi percebendo na intensidade das falas que foram escolhidas para serem inseridas e servir de ferramentas auxiliares para compreender o processo que as constituíram. As menções iniciais das egressas Maria Lúcia, Vanda e Selma dão indicativos importantes nesse aspecto: “nós éramos muito bem preparadas” (Maria Lúcia); “a gente era bem vista e valorizada” (Maria Lúcia); “havia um respeito e uma valorização do estudo” (Maria Lúcia); “ser professora naquela época era um status” (Maria Lúcia); “quem fazia normal já era privilegiado” (Maria Lúcia); “professor era um semideus” (Vanda); “o curso normal na época era muito bom...muito bom...a visão assim que ele deu de tudo...de tudo” (Selma).

Foi possível identificar vestígios representativos relacionados com a escola, o curso, os docentes, a profissão, a atuação, a visão da sociedade, a sobrevivência, bem como ligados às consequências de terem sido alunas do curso e aplicabilidade de conhecimentos adquiridos na vida profissional onde atuaram, como lembrou a egressa I

[...] quando eu comecei a trabalhar os alunos pediam pra mim cortar os cabelos deles...pediam remédio quando eles estavam doentes...então a gente tinha que ser meio professora...meio médico...meio cabeleireira...tinha que saber fazer tudo (ênfase na voz)... né...então era um curso que envolvia muito conhecimento pra atender aquele tipo de criança que a gente ia atender (Iolanda).

A relação com o fato de, a partir de ser professora vislumbrar novas possibilidades de estudos, trabalho e ter condições financeiras para auxiliar os familiares que viviam nos interiores em condições econômicas difíceis também foi lembrado:

[...] fato marcante foi a conquista do estudo...a minha formatura foi assim... como é que eu vou te dizer...uma coisa social e muito importante pra mim e pra minha família...foi muito importante e é importante até hoje...(pausa...suspiros...emocionou-se)...porque...também me deu assim...porque a escola ela me deu um caminho pra depois fazer a faculdade...porque foi através da minha profissão que eu pude fazer... (Maria Claudete).

É importante salientar também que o pagamento de uma Regente de Ensino Primário na época era menor que as normalistas que foram sendo formadas a partir da instalação do Normal de 2º Ciclo (1962), como lembrado por Cecília Camilo: “nós Regentes ganhávamos bem menos que as outras professoras” (Cecília Camilo). Mesmo assim o pagamento fazia a diferença na vida daquelas famílias: “o salário melhorou...melhorou...antes eu dava aula pelo município e depois dei aula pelo Estado” (Andradina), lembrando que o nível de pobreza naquela região era significativo, “foi importante porque daí a gente tinha mais segurança né...no trabalho...e também era contratado ou nomeada né...” (Andradina).

Ao relacionar também os aprendizados que ocorreram em razão da existência daquele corpo docente e a importância dada aos conhecimentos transmitidos, indicaram marcas representativas sobre a qualidade as aulas:

[...] a Escola José de Alencar...os professores foram um exemplo pra mim...porque eu me espelhava sempre neles...achava assim...que bom o dia que fosse parecida com eles né...que eu pudesse fazer como eles faziam...exigir e ser uma boa profissional... que eu procurei ser nos meus 33 anos de magistério... (Maria Claudete).

A caracterização de como ser docente deixada pelo CNR nesses sujeitos participantes do estudo indica um processo pensado e realizado com vistas ao grupo, uma intencionalidade de atingir como objetivo o maior número possível de normalistas, pois, como lembra Vidal, “é uma experiência de classe profissional e de gênero” (VIDAL, 2005, p. 6).

Os sinais impressos na constituição dessas normalistas, em muitas das lembranças aqui indicadas, deixam transparecer que sua ação ocorre pela maneira existencialista com que recordaram dos detalhes mencionando valores subjetivos e amplos: “pra mim foi a realização total...porque era o que eu gostava de fazer...gostava muito...” (Cecília Camilo): “da nossa geração a maioria tem letra bonita né...letra de professora...bem desenhadinha...” (Maria Lúcia); “o legado da Regional foi esse despertar pra ser realmente pedagoga...caminhar ao lado da criança né...porque foi na Regional que eu vi que realmente...foi dentro da Regional que eu...aflorei em mim gostar de ensinar...de lidar com a criança...com o educando né...” (Cecília Viana).

Nesse sentido, o fato de o ambiente normalista com seus regramentos intensivos, também incidir sobre mudanças comportamentais corrobora o que é mencionado no parágrafo anterior: “pra mim eu que sempre fui assim metidinha a boba...e dizia que não queria ser professora... me deixou amor a profissão...porque eu sempre fui aquela professora de camiseta...pra mim (claro que salário é importante)...a minha função como professora era mais importante que qualquer coisa...” (Vanda). Nessa perspectiva, observa-se um sentimento de apego ao fato de ter se tornado uma professora e esse “tornar-se” um elemento de destaque social passa a se sobrepôr, por exemplo, às necessidades básicas de sobrevivência dessa mesma profissional: “a normal regional me despertou para uma profissão com muito amor” (Vanda).

Identifiquei em muitas falas esse consenso entre uma valorização de que passaram a “ser” identificadas com as bagagens de conhecimentos adquiridos durante o processo, o alargamento dos horizontes que passam a preencher suas vidas: “melhorou muita coisa que a gente não sabia né...naquela época né...então

eu conservo...a gente muda o pensamento né...a cabeça não é...e também a atenção com as outras pessoas...acho que é isso que me deixou (legado)...” (Noemy). Parece haver um misto gratidão pelo curso ter modificado suas posturas perante a sociedade e seus sujeitos, e, nesse caso, a matéria-prima de sua existência, que foram os estudantes: “foi a abertura...foi essa abertura na cabeça né...de mostrar né...inclusive até a igualdade né...de poder sair e fazer aquilo que a gente quer e completa a gente né...” (Selma); “tenho cartinhas e bilhetes das colegas daquela época até hoje...isso tudo ficou marcado...” (Sandra).

O Curso Normal Regional teve uma capacidade ímpar de incutir hábitos nessas normalistas, que passaram a se constituir parte integrante não apenas do aspecto profissional dessas mulheres, mas de um modelo psicoemocional singular, em que a associação entre a formação como professora e o sujeito formado estão unidos em uma linha tênue com a individualidade dessa egressa

[...] a maneira de ver o universo estudantil (em referência ao legado do normal)...essa é a principal coisa...como perceber o que é o aluno...do que o aluno precisa...como ser professor e não ser a autoridade máxima...isso eu aprendi na escola normal...não agora com essa ideias que andam por aí:ah, temos que respeitar o universo infantil...não...na época que eu estudava eu já ouvia os meus professores dizendo isso...que nós educandos...usavam essa palavra...eles dependem do que nós professores vamos passar para eles...agora o respeito que eles vão ter por nós é o mesmo respeito que nós professores vamos ter por eles...isso sempre foi uma coisa fundamental na minha cabeça desde o tempo que eu entrei...nos primeiros passos assim:como é que eu vou ser professora...eu sempre quis...desde criança eu brincava de ser professora...aquela coisa...e eu me lembro disso...pra mim a coisa mais importante foi isso...como perceber esse universo do aluno...como é que eu me encaixo nesse universo...não como uma autoridade mas como alguém que está ao lado do aluno... (Sandra).

Percebeu-se nessas lembranças a existência de uma constituição bidimensional, em que a egressa se expressa se enxergando como professora, no sentido de que a “profissional” estivesse desvinculada de sua individualidade, como lembra Pollack:

[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira, como quer ser percebida pelos outros (POLLACK, 1992, p. 5).

A egressa Cecília Camilo contribui para esse entendimento, no sentido de que consegue ver-se dentro da trajetória profissional como um indivíduo “docente”:

[...] pra mim foi a melhor coisa que houve na minha vida profissional, ser professora...eu não me arrependo...eu sou assim... inclusive greve nunca fiz...nunca tentei...isso deve ser porque eu gostava da profissão...eu nunca questioneei ordenado...sei que é pouco...hoje ainda é pouco...mas eu sempre achei que era melhor ter aquele pouco, do que se não tivesse nada né... (Cecília Camilo).

Nesse sentido, ser docente oriunda do CNR passou a ser uma forma de substancializar uma identidade que foi forjada em um intenso entrelaçamento de elementos, como disciplina, rigor, ordem, estudos e avaliações, mas que teve como desdobramento o nascimento de um indivíduo de destaque representativo na sociedade onde esteve inserido e se relacionando profissionalmente, como se verifica nas menções das egressas Cecília Camilo, Selma e Iolanda: “eu me realizei...e pra mim me deixou um legado assim positivo demais...acho até que...eu não merecia a metade” (Cecília Camilo); “eu amei mesmo...e amo até hoje...ainda tenho aqui dentro aquele sentimento bom de ter sido professora...” (Cecília Camilo); “pra mim foi muito bom...eu gostei do curso...eu mudei bastante...eu virei uma boa aluna...uma ótima aluna...que eu não era no ginásio “ (Selma); “ o curso normal na época era muito bom...muito bom...a visão assim que ele deu de tudo...de tudo” (Selma); “a gente aprendeu muito que a gente tinha valor...que tinha muita coisa pra fazer e que a gente conseguia fazer...era só querer que a gente fazia...isso aí...isso aí foi muito bom” (Selma); “eu não sei se eu ia gostar tanto de fazer outra coisa como de fazer o magistério né...” (Iolanda).

Percebi que, no processo em que essas normalistas foram percorrendo em direção a tornarem-se Regentes de Ensino Primário, alguns indícios são relevantes e ao mesmo tempo reveladores do que representava em sua composição o Curso Normal Regional.

O processo de formação envolveu conflitos significantes no sentido da quebra de comportamentos e hábitos que essas egressas traziam consigo de seus locais de origem, geralmente o interior do município. Esse impacto causava uma espécie de desagregação dos seus modos de vivência cotidiana.

Pode-se afirmar que o prestígio, status social, que é tão mencionado, foi resultante de uma extenuante formação, por vezes permeada por momentos

conflitantes. Não foi um ambiente com um cenário “poético”, onde os objetivos/sonhos eram alcançados de maneira tranquila, existia a exigência de tornar-se uma nova pessoa, com as características que definiam uma professora por excelência naquele lugar, nesse sentido, como lembra Fischer (2005), há um jogo onde existem “relações anônimas de forças”.

Para atingir esse objetivo, os períodos extensos dedicados para as aulas, exames escritos e orais, estudos, elaboração de trabalhos escritos e práticos em casa, escritas, leituras, uso de uniforme, observações de posturas e condutas comportamentais dentro e fora da escola tinham como finalidade o polimento dessas mulheres.

Rigor, controle, disciplina, dedicação, valores cívicos, morais, católicos, obediência às normas e convicção de que eram motivos de mudanças sociais por onde fossem lecionar, foram algumas das marcas predominantes na formação dessas professoras. Segundo Fischer, “essas relações não funcionam em estado puro, mas imbricadas em outros tipos de relações (econômicas, culturais), que ora tem um papel condicionante, ora condicionador” (FISCHER, 2005, p. 249). Elas se tornariam um símbolo social naquele município, nessa perspectiva, a relação com a cultura local foi parte constituinte daquele cotidiano formativo, e verifiquei, a partir das falas das egressas, ser necessário assinalar essa vinculação, que passo a apontar a partir deste parágrafo.

4.3 SER PROFESSORA: AS RELAÇÕES COM A CULTURA LOCAL.

É importante referendar novamente que, na busca por analisar e compreender como ocorreu o processo formativo de normalistas naquela escola, curso, período e município, os vestígios que foram sendo encontrados formaram um grande quadro onde havia o entrelaçamento dos mesmos, não sendo possível investigar aquele sistema de formação das professoras de maneira isolada do contexto onde estava inserido, das dimensões que caracterizaram aquele curso, como lembra Escolano Benito:

[...] os cenários ou espaços onde se abrigam as escolas; os sistemas cronológicos que ritmam os processos formativos; os conteúdos e disciplinas que compõem os currículos nacionais, regionais e locais; os indicadores de controle e avaliação dos sujeitos e das organizações; os atores implícitos, com seus atributos e papéis de identidade (alunos e professores); as interações entre o sistema político de educação e os diversos contextos sociais com os quais habitualmente se relaciona (famílias, comunidade local, outras esferas da vida social (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 124).

Vários são os aspectos culturais representativos, como a predominância da religião católica na sociedade local e nas aulas de ensino religioso/ didática de ensino religioso, uma forte tradição ligada a uma cultura campesina vinculada aos Campos de Cima da Serra, que apresentava fortes laços políticos históricos, tendo líderes de famílias tradicionais ligadas à pecuária como influentes na vida daquele município, bem como possíveis influências na escola. Uma tendência quase institucionalizada naquela microrregião de um afastamento da mulher dos processos sociais e políticos.

A presença de algumas famílias com imigrantes alemães e italianos em locais mais distantes da sede municipal e que passam a ter contato com o “mundo” externo pelas aulas dessas professoras formadas nesse CNR. As condutas e posturas comportamentais exigidas no processo formativo das normalistas e que são demonstradas, enxergadas pela sociedade local e também nos interiores do município, com a presença dessas professoras.

Menciona-se, mesmo que de maneira superficial, que os rigores do clima na região, com seus invernos, podem de certa maneira ter feito parte marcante daqueles dias de aula, como recordaram algumas egressas, enfatizando a dificuldade em estudar naquelas temperaturas extremas. Exercia uma influência marcante no cotidiano não apenas das normalistas, mas dos professores, das famílias, da sociedade e região, influenciando hábitos sociais, econômicos, alimentares e culturais.

A presença da escola nos eventos do município, seja cívicos, religiosos ou tradicionalistas, foi também uma marca lembrada pelas egressas, em especial a tradição local possuía grande significado, pois envolvia aspectos das particularidades de cotidiano de todas as famílias, era algo intrínseco. Nos próximos parágrafos, são trazidas memórias relevantes que manifestaram sinais

relacionados com os entrelaçamentos de aspectos da cultura local e seus desdobramentos, como é o caso da religião católica.

A relação com o Curso Normal não é somente da prática didático-pedagógica que era realizada na quase totalidade do período por padres da paróquia, mas ultrapassa a área de abrangência justamente porque os docentes dessa cadeira também serão os representantes de uma instituição de grande relevância naquele momento. Menções sobre essa dimensão foram feitas pelas egressas durante as entrevistas, como o caso de Vanda:

[...] a religião era uma coisa que era muito levado a sério...que a gente devia frequentar a igreja...devia ir na missa dominical...e mais ou menos era uma coisa que nós aceitávamos muito bem...porque todo mundo na missa das 9:30 que ainda predomina aqui o pessoal estava lá...era bem...era bem...explorado esse ponto... (Vanda).

Percebe-se que a presença da igreja católica no processo formativo ultrapassava as questões didáticas, no sentido de que a força dessa iminência parda³⁹ se legitimava também fora do CNR, na solicitação da ajuda e da presença das alunas nas cerimônias religiosas, bem como nos ritos dessa instituição, que envolvia as famílias e a sociedade onde a escola e as normalistas estavam inseridas.

Atividades envolvendo nomes de destaque social também foram mencionadas, e entendi que, de certa maneira, esse formato de prática legitimava a presença do Curso Normal na comunidade e mantinha personalidades importantes e influentes do lugar em uma proximidade das rotinas escolares, de modo que, havendo alguma necessidade de colaboração por parte da instituição, era possível contar também com esses distintos cidadãos, como indica a egressa Sandra:

[...] nós fazíamos muitos trabalhos...e nós tínhamos que entrevistar pessoas da cidade...então era o juiz...o padre...o promotor...o médico...nós fazíamos muito esse tipo de coisa, mas o que mais me marcou...é que eu gostava de trabalhar com questões culturais no grêmio estudantil... nós fizemos um festival de poesias...e nós conseguimos levar nada mais nada menos que Lupicínio Rodrigues pra ser o nosso jurado... (Sandra).

³⁹ De acordo com o Dicionário Priberam a expressão iminência parda refere-se pessoa que exerce a sua grande influência de forma secreta ou muito discreta, podendo aparecer como conselheira, mas tendo a capacidade de decisão.

Essa relação do Curso com a sociedade existente naquela época, em que há predominância de uma mentalidade machista, servia, mesmo que de maneira indireta, para que as normalistas tivessem contato com essas estruturas dominantes. Esse convívio, mesmo que numa tarefa de aula, não significa que era proveitoso por parte dessas mulheres, é possível que fosse desafiador, visto que nesses locais onde iam para fazer as entrevistas não era o seu “lugar” e essa visão era “ensinada” desde a família quando ao nascer mulher estava “garantido” que estudar não era para elas, como lembra Cecília Viana: “uma vez minha vó me disse...Se queria tanto estudar quem mandou casar e ter filho...aquilo foi um desafio...como eu sofri com aquela resposta dela...” (Cecília Viana).

Aspecto relevante é a menção ao contato das formadas com as comunidades do interior, em áreas de colonização para onde eram enviadas e encontravam a partir de então alunos que eram filhos de famílias com ascendência italiana e alemã em sua maioria. Crianças que tinham extremas dificuldades em compreender os temas que eram abordados nas provas que vinha da Delegacia de Educação para serem aplicadas pelas professoras. A egressa Vanilda, que foi enviada para um local com predominância de alunos com origens em famílias alemãs, mostra uma fala valiosa para a compreensão dessa junção cultural na época e também do distanciamento das políticas públicas, não apenas geográfico, mas pedagógico:

Eu lembro quando fui dar aula em São Francisco ali no...ali pra baixo no...José Velho...as crianças tudo alemãozinho não falavam português... e eu sei que... os coitadinhos...caiu uma prova de um circo...eles nunca ouviram falar em circo...nem palhaço...nem nada os coitadinhos foram muito mal naquela provinha...eles não sabiam se palhaço era a casa ou era o boneco...coitados...eu achava muito triste aquelas provas que vinham assim...não era a realidade do lugar... (Vanilda).

Chamam a atenção na fala de Vanilda alguns vestígios de descaso por parte das políticas públicas, bem como as dificuldades com que essas normalistas se deparavam ao serem enviadas para locais isolados na zona rural: “trabalhei numa colônia alemã ali...muito pobres os coitados...nunca tinha ouvido falar em circo... palhaço... achei muito triste aquilo...reparei muito de mandarem aquelas provas onde não era a realidade da criança” (Vanilda).

Entretanto, também é necessário assinalar que a conduta e a parte comportamental dessas professoras oriundas do CNRSFP é lembrada até os dias atuais, o que me leva a refletir sobre esse elemento ter se tornado um símbolo

cultural da própria cidade e dos interiores, vinculado à existência da “normal” como é conhecida.

Ter frequentado o CNR criava um pertencimento de destaque, como um carimbo, uma marca que se constituía durante os anos onde os respingos posturais iam sendo aspergidos: “A conduta tu entende?...a conduta na comunidade...no recinto escolar...isso pesava muito na época” (Noemy). Reforço que havia um polimento de condutas e posturas intenso para as futuras professoras: “Éramos observadas até na rua...sentar no banco tinha que dobrar as pernas pra baixo do banco...não podia estar caminhando e olhar para trás...tinha que dar uns passos para trás e olhar discretamente...era muito bonito nosso tempo” (Vanilda). Nessas memórias, um fato ficou registrado naquele cotidiano austero e rígido em relação ao comportamento quando uma normalista solteira ficou grávida; constatase, pelas falas observadas, o prestígio que envolvia o perfil de estar normalista e a instituição escolar perante a sociedade daqueles anos.

[...] foi um escândalo na cidade...coisa que hoje né...mas na época..tu podes imaginar...minha filha e agora?...ou é tu ou o resto da turma...eu não posso fazer, tu não pode ficar...tem que primeiro passar esse período todo...te some um pouquinho né...fica em casa... quando nascer essa criança tu retorna...mas agora tu não pode ficar...e realmente não ficou...o conselho escolar se reuniu e disse: não, ela não pode ficar de jeito nenhum...o que é isso? O que vai ser das outras normalistas?...só pra tu ter uma ideia do que era isso na época... depois se formou sem problema nenhum, mas naquele ano ela não ficou (Noemy).

É uma das lembranças que as egressas trouxeram para as entrevistas em referência ao estilo de educação voltado para que um perfil com traços característicos fosse constituído nos anos em que as alunas eram expostas ao cotidiano escolar. Era imperativo que a mulher professora oriunda da ENRSFP fosse excelente não apenas no domínio de conteúdos ou práticas pedagógicas, pois ela representava também o mérito institucional e indiretamente a própria comunidade onde estava inserida, como lembra Fischer: “a jovem professora precisa saber que da verticalidade de suas ações depende a manutenção dos alicerces da ordem social” (FISCHER, 2005, p. 78).

Parece-me que a linha que separava instituição, normalista, mulher e comunidade era muito tênue, como se verifica na fala de Noemy: “ela ia ser professora... ia lidar com crianças né?... mas que professora nós íamos largar na

comunidade né? Como é que era a formação dessa profissional que estávamos colocando na comunidade?” (Noemy); e também na lembrança de Maria Claudete, que afirma que a identificação delas como normalistas perante a sociedade não poderia ser maculada, o que reforça a concepção existente na época sobre o status significativo dos entes citados no início deste parágrafo, que eram vistos como parte do conjunto todo, ou seja, a “visão” social sobre as normalistas trazia também ou era acionado como cultura local onde elas literalmente eram a representação da escola/curso.

[...] como a gente era adolescente...e a escola José de Alencar ficava ali naquela esquina a gente gostava muito de ir até a rodoviária...elas proibiam...não deixavam a gente ir porque diziam que não era legal que a gente viesse porque nós éramos alunas e estávamos uniformizadas e estávamos representando a escola e que nós não poderíamos ir ali...porque a gente ia ali ver os rapazes...coisa de adolescente né...então isso...nós éramos proibidas de ir em espaços que não era da escola porque nós estávamos uniformizadas e representando a escola... a gente era cobrada... (Maria Claudete).

Essa espécie de ligação unindo os entes (escola, curso, normalistas, mulher) que compunham o processo formativo era reforçada em momentos de recepção de autoridades, como a egressa Vanilda indica no seu relato, em que se observa a importância de estar bem vestida, com o uniforme de normalista, bem como a inquietação da Diretora para que o momento estivesse perfeito e a ligação da estudante com seus dons de destaque na escola sendo utilizados para homenagear a mais alta autoridade representativa da educação na época, o Secretário Estadual da Educação:

[...] eu era chamada pra...sempre homenagear quem ia chegando...Secretário da Educação...eles me chamavam né...me colocavam sobre uma cadeira porque eu era muito pequeninha...e uma vez o meu sapato estava rasgado embaixo...e eu não queria que as autoridades vissem aquele meu pé...fizeram eu subir numa cadeira com um sapato todo remendado com um cordão que eu mesmo fiz...eu disse...eu não posso subir na cadeira...eu não posso subir na cadeira...e a Diretora me perguntou: o que houve que tu não faz o que eu estou mandando?...e eu disse no ouvido dela: o meu sapato está costurado com cordão branco...se eu erguesse o pé, o Secretário que era o Dr Salzano Vieira da Cunha na época ele vai olhar esse estrago no meu pé aqui...mas daí eu subi e dei o recado..eu era muito poeta... (Vanilda).

Outro elemento que observei fazer parte da cultura tanto em relação ao envolvimento com o contexto da escola, quanto na comunidade, foi a política.

Historicamente, São Francisco de Paula apresenta traços de envolvimento político em razão de vários motivos, desde aspectos ligados à posição geográfica, presença significativa de latifúndios e seus proprietários sendo líderes políticos locais ou mantendo relações com lideranças políticas Estaduais e Nacionais há várias décadas, entre outros. Aqui também é pertinente, a título de reflexão sobre o contexto envolvendo a política como um dos símbolos culturais e a Escola Normal Regional lembrar da extensa área territorial que era composto o município, população rural ser predominante e da quantidade de escolas existentes (Apêndice F e Anexos 12,13 e 14) dentro do recorte estudado. É um elemento que a cada ano vai movimentar mais de uma centena de professores em todo o território municipal em nomeações, contratações e transferências, o que pode também ter feito parte da dinâmica política existente.

Se as linhas que separavam curso/escola/mulher/normalista eram tênues e muitas vezes imperceptíveis pela própria “mistura” cultural dos contextos, a política, apesar de possuir um fator de visibilidade que lhe concedia vida “própria”, mantinha na verdade estreitas ligações com o cotidiano na ENR, como pude verificar nas recordações que surgiram durante as entrevistas.

A Escola representava um elo importante para a existência da cultura política tão tradicional historicamente naquela região e permeava ações e vínculos trabalhistas tanto das normalistas, quanto da instituição, como bem rememorou LP:

[...] naquela época a escolha de professores...acho que até hoje né...tem influência política...então toda vez que tinha falta de professores...eu tinha reunião com o Prefeito...o Presidente da Câmara...o Presidente do Partido...eu ia lá e dizia pra eles...olha preciso de professor de história...preciso de professor de matemática...professor disso... daquilo... todos eles sempre disseram...a senhora que vai escolher...a senhora que faz o que a senhora quiser na escola...e eu dizia pra eles assim...olha...eu não tenho nenhum parente [...] no município aqui...eu conheço todo mundo...me dou com todo mundo...mas eu não sou política...então...vocês tem compromissos políticos...vocês sabem o que vocês precisam fazer...então eu ficaria muito grata se vocês me indicassem quem vocês querem...vocês ou peçam na secretaria e eu vejo quem...porque naquela época tinha muito de indicar...a minha fulana e sicrana pra trabalhar...hoje é uma seleção um pouquinho...mas ainda continua meio parecido...então...eu sempre fiz isso...então eu ia lá por falta de professores...me indiquem (Lia).

Elemento central nesses modelos de relações históricas com interesses está a questão do emprego e dos sujeitos que podem de certa maneira “ajudar” a resolver esse “problema”. No caso de uma região como a dos Campos de Cima da

Serra, que manteve durante muitos anos relações sociais muito próximas do coronelismo que “corporificava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios” (SCHWARCZ, 2019, p.48), com características específicas vinculadas àquele município, que era a presença de grandes latifúndios, concentração de rendas, falta de emprego, entre outros sinais, nos remete a Faoro quando escreve que “os elementos conservadores da sociedade são o trabalho, este primeiro que todos, o capital, a ciência e a lei, mantida pela justiça e pela força. Isto é: a lavoura, a indústria, o comércio, a instrução, a magistratura e as forças armadas” (FAORO, 2001, p. 722).

A relação da política com o ambiente escolar envolvendo a falta de professores e aquelas que se formavam e necessitavam trabalhar em muitos casos era permeada com as próprias “heranças” familiares, por mais que a geração de normalistas estivesse em um certo distanciamento em razão de estarem ocupadas com o próprio processo de formação, como foi possível constatar com as egressas Maria Claudete e Isaura: “meu pai era PTB...brizolista...getulista...e tudo mais (risos)...e depois eu levei umas nas costas por causa disso também...” (Maria Claudete). A intensidade dessas lembranças confirma que a cultura política era tão próxima das rotinas daquela comunidade que acabavam refletindo diretamente nas áreas de trabalho das professoras e na própria escola, como uma espécie de sombra invisível, bem lembrada aqui pela Isaura:

[...] eu lembro uma ocasião meu pai era muito PMDB...e atuante...e eu nunca me manifestei politicamente né...e aí surgiu um senhor criticando o meu pai...e que ele muito político e que eu filha dele estava contra ele...porque eu trabalhava (ênfase na voz) no Estado...imagina...então aí me revoltou muito isso aí né...meu deus do céu...se eu não me manifesto pra não prejudicá-lo... mas...havia essas perseguições (ênfase na voz) políticas né...(Isaura)

Em algumas dessas lembranças, verificou-se a tendência política maior do período, ligada ao trabalhismo, e alguns nomes tradicionais do cenário Estadual e Nacional, historicamente falando, foram lembrados durante as conversas, inclusive com relação direta com a educação, que foi o caso de Leonel Brizola rememorado em várias das egressas como aqui registro: “São Francisco tinha uma grande tendência trabalhista...tinha muita brizoleta... ainda tem nos interiores até hoje” (Maria Claudete); “ na ditadura eu fui muito perseguida...imagina...minha família toda

brizolista...nunca me deram chance de lecionar na Normal” (Cecília Viana). Dentro dessa cultura política arraigada historicamente com uma sintonia ao proprietário de terras, ao grande fazendeiro e, por conseguinte, ao líder local, percebe-se a ocorrência de uma certa tendência de política que foi mantida desde o nível nacional até os interiores também: “a política interferia nas coisas infelizmente...eu não era, mas meu pai era...então...por herança assim eu perdi por 2 anos o emprego então consegui um contrato (Estadual) na Recosta...área rural onde ninguém queria ir” (Maria Claudete). Assim, é perceptível que a dinâmica envolvendo a conjuntura normalista sofria interferências políticas significativas.

Da mesma forma, as escolhas para assumir cargos de direção na Escola Normal Regional acompanhavam, segundo as entrevistas, possíveis influências da cultura política local: “as escolhas sempre tiveram aquele cunho político (direção da escola), nem que fosse assim...escolher o pior...mas escolher dentro dos interesses...de igualdades de situação...claro que se escolhia o mais próximo da ideologia do prefeito” (Bernildes); “São Francisco por origem é um município político...os cargos de direção, vice eram de confiança do partido que administrava a prefeitura...”(Zaíra); “trocava muito de diretora...eram escolhidos na cidade...os prefeitos escolhiam...era uma política sabe...pra fazer uma transferência daqui pra Jaquirana ou de lá pra cá tinha que ter um político pra ajudar...pra dar uma força...ainda é...mas não é tanto” (Maria Jussara). Assas falas, apontando pela legitimação de uma postura da época relacionada entre um cotidiano historicamente vinculado com a política tradicional e uma escola lembrada pela excelência, indica mais um elemento importante em relação àquela instituição, a seu reconhecimento junto à comunidade.

Analisando as entrevistas e os contextos relacionados à existência da ENR naquele município, verifica-se que a sua chegada àquela comunidade a colocou como um símbolo valioso entre os moradores, aspecto lembrado por Noemy: “mas uma coisa a título de perfil...quer dizer eu não sei a escola era tão importante na nossa comunidade...a escola... que todo mundo queria ir pra lá...todo mundo queria ir pra escola normal regional...todo mundo queria estudar lá...ela era muito bem conceituada...”(Noemy).

E talvez uma de suas marcas para ser lembrada pela população até os dias atuais era a participação ativa nos eventos, como mencionou Lia: “tinham as

exposições (agropecuária) lá...o presidente da associação rural nos chamava e eu ajudava ele a montar as estruturas...os eventos...eu participei de tudo” (Lia). Era um evento reconhecido em nível Estadual e Nacional, em razão de premiações dos plantéis de animais vindos das fazendas de grandes criadores lá inscritos, sendo um reduto também de encontros com lideranças políticas, como ocorria com os desfiles cívicos: “os desfiles cívicos maravilhosos que tinha naquela época...e a gente desfilava com orgulho representando a escola né...” (Maria Lúcia). A egressa Maria Lúcia também recordou a existência de uma banda marcial do Curso Normal Regional, o que enfatizava o aspecto de ensino e aprendizados ligados à disciplina de música: “e música...música também...a gente tinha...tinha a banda...a banda escola que a gente tocava...a banda marcial né...” (Maria Lúcia).

Vai sendo percebido que o CNR, dentro da composição de sua estrutura com vários elementos (microinstituições) marcantes e que eram enxergados pela comunidade, acaba solidificando uma presença, literalmente dentro da sua área de abrangência, o que vai constituindo uma visão de que a instituição formadora de professores é ao mesmo tempo um agente que representa a própria população, afinal, as filhas da maioria das famílias estuda lá e nos eventos a presença da escola com suas alunas era vista. Nesse sentido, a imagem na Fotografia 58 nos auxilia nessa percepção da força simbólica da instituição, em razão do que as mulheres componentes da banda normalista estão representando, mesmo com a presença de dois meninos no alto da fotografia.

A existência de uma banda marcial do curso normal indica sintonia com as aulas de música e uma extensão das práticas que eram ensinadas, além da questão estética em apresentações externas, que vincula uma identificação com o curso e o civismo, exaltados com o uso do uniforme e do som dos instrumentos, como uma legitimação do que a escola representa. A parte visual é um símbolo presente que traduz exaltação da ordem, comportamento, posturas, disciplina, obediência aos ritmos, bem como afirmam Fiscarelli e Souza (2007, p.1): “um símbolo de excelência escolar”, como um troféu.

Fotografia 49: Banda Escola Normal Regional/Década de 1960.



Fonte: Acervo Arlene Medeiros de Abreu (1960).

Algumas lembranças que escolhi irão auxiliar a entender essa “visão” ou sentimento que se percebeu neste estudo, que é a escola como parte social, como um ente familiar nessa comunidade, como descreve Isaura:

[...] lembro de uma vez que fomos buscar o fogo simbólico na divisa de Taquara...eu fui com meus alunos e com o apoio dos pais...uma tarde fria...fria...fria...nós trouxemos a pé (da divisa de São Fco com Taquara) até São Francisco...eu e meus alunos...foi muito bonito...e aí nós todos fomos em direção à igreja...e tinha uma...acho que a São Francisco em peso estava nos esperando ali...foi muito bonito... (Isaura).

Nota-se que o envolvimento com membros da comunidade escolar é positivo. De acordo com várias menções das egressas e professoras, ocorria a solidariedade de pais e famílias, em momentos delicados vividos pela instituição, como ausência de verbas e necessidades de reformas na instituição; havia por parte da cidade um apoio significativo: “os pais davam muita força” (Bernildes). É pertinente salientar que dificuldades em relação à manutenção do prédio da escola, merenda e materiais de expediente ocorreram: “as pessoas todas mais próximas umas das outras... tu não conhecia só os teus alunos...tu conhecia também os alunos da sala vizinha e assim por diante...encontrava na rua as famílias...essa é a mãe de fulano...aquele de ciclano...isso facilitava bastante o desenvolvimento do trabalho...” (Bernildes). Havia

também o apoio das famílias em incentivar as normalistas no processo formativo, mesmo em um ambiente exigente: “as oportunidades não eram tantas...o pessoal procurava não perder” (Bernildes), o que também, de certa maneira, colaborava nos estudos em casa desenvolvidos na época e solicitados pela escola semanalmente.

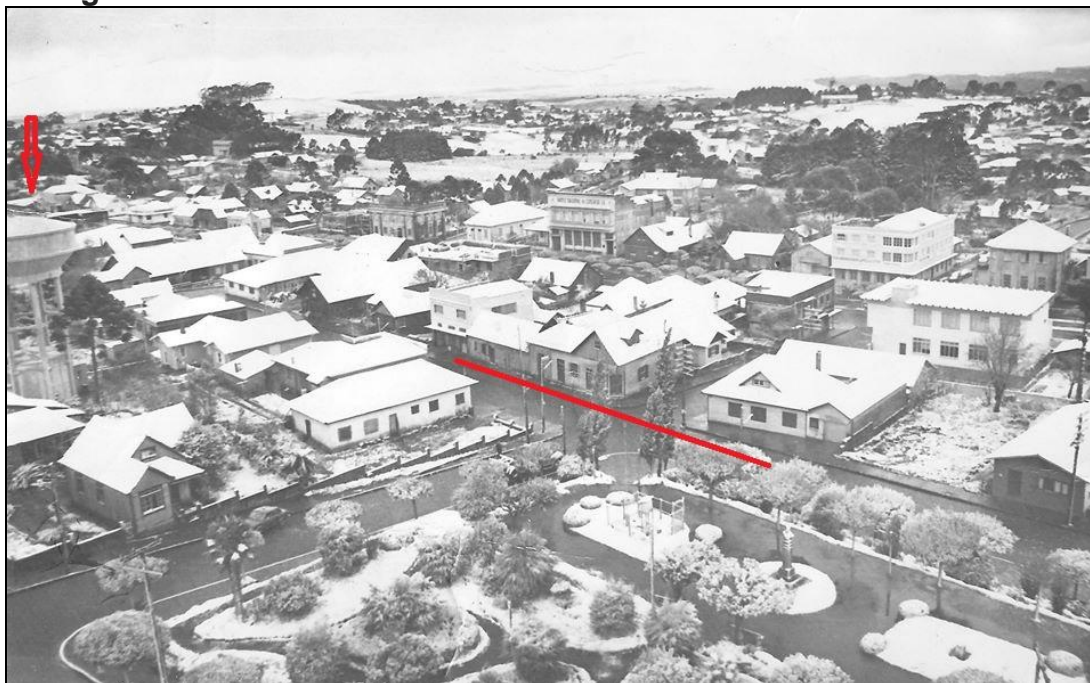
Outros indicativos que apontaram para uma sintonia com a cultura específica local foram em relação à importância social que as cerimônias de formatura tinham para a própria comunidade, que eram caracterizadas por ritos específicos, com a presença da igreja católica: “na época era bem solene (formaturas) era de praxe fazer missa para quem quisesse, pois tinha alunos protestantes ou de outra crença ali...não eram obrigados a ir mas tinha aquela cerimônia oficial” (Bernildes). Havia uma certa disputa, uma reação negativa entre as normalistas com a presença de colegas que vinham do Ginásio das Irmãs de São José, escola reconhecida por atender estudantes de famílias pertencentes à elite do município: “até por sinal nós éramos hostilizadas por aquelas que tinham começado a 1ª e a 2ª dentro do Regional entende?...” (Cecília Viana). Talvez pelo fato de que essas alunas, por terem concluído o ginásio, podiam matricular-se a partir do 3º ano do Curso Normal Regional e frequentar somente 2 anos.

Não menos importante parte constante e de presença incontestável naquela região, podendo-se afirmar que é parte da cultura local, me refiro ao inverno, com suas características singulares e que permeiam historicamente o município, interferindo e influenciando nos cotidianos de todos os habitantes indistintamente.

No caso das estudantes, algumas lembranças permitem perceber vestígios sobre a estrutura física da escola não ser, por exemplo, adequada para o clima: “quase morremos no inverno fazendo essa Normal” (Vanilda). Aliado à falta de uma infraestrutura é necessário lembrar que o uniforme dessas normalistas as obrigava ao uso de saias independentemente das estações climáticas: “a gente lembra bastante da época da neve no inverno...tinha muita neve ali...eu acho que hoje em dia não tem mais tanto (Selma). É essencial refletir também sobre o fato de sair de casa e caminhar até a escola naquela época: “as ruas ficavam tudo alagadas...o chão todo congelado quando a gente ia pro colégio de manhã...isso eu lembro” (Selma). Chegar na instituição onde não havia salas com aquecedores e as estudantes ficavam longos períodos sentadas talvez aumentasse a sensação de frio

sentida por elas naqueles momentos, sendo mais um elemento que permeou sua formação.

Fotografia 50: Vista Parcial do Centro/Nevasca 1970.



Fonte: Acervo Alceu Feijó (1970).

Na Fotografia 50, a imagem foi escolhida também por estar indicando a rua onde estava localizada (seta) a ENR, além de mostrar a distribuição parcial urbana do centro da cidade em um dia típico de inverno. A imagem nos auxilia a ver mudanças nas estruturas das ruas centrais em relação ao final da década de 1940 e ao aumento de melhorias físicas, entretanto o rigor do inverno se mantém e deve ser levado em consideração dentro da cultura local ao influenciar diretamente o cotidiano dos moradores e no caso aqui das normalistas que se deslocavam para a escola.

Observando indícios sobre a escola e a cultura local, encontrei sinais que indicam que havia uma tendência da instituição a valorizar personalidades que tivessem como origem o município, mesmo que não residissem mais naquela cidade, como é lembrado por Lia:

[...] uma das coisas que eu fiz no curso normal foi homenagear as pessoas importantes que nasceram em São Francisco...e que as alunas não sabiam que a gente tinha...então 2 que eu trouxe e que ficaram felizes...eram os irmãos Rui e Zema Cardoso...maiores poetas do Rio Grande do Sul...muitos livros...membros da academia...os dois já faleceram...membros

da academia riograndense de livros...super homenageados mundialmente...e que ninguém na escola sabia que eles eram de São Francisco...os alunos não sabiam (Lia).

Permitiam-se espaços para que a instituição organizasse momentos culturais envolvendo as normalistas e também a sociedade, o que indica ter havido uma dinâmica que movimentava os aspectos culturais da ENR: “leveí o Lupicínio Rodrigues pra fazer um show lá e eu fazia um desafio para as alunas...elas tinham que descobrir coisas pra trazer...então o Lupicínio Rodrigues foi o maior sucesso...foi ele com a esposa o filho Lupinho que hoje é cantor...então a gente foi descobrindo pessoas...essa é uma parte que gostei muito de fazer” (Lia). Além do sentido de movimentação cultural, mas como uma das possibilidades da escola poder melhorar o seu orçamento, ao mesmo tempo, mantendo sua visibilidade social como um ícone local, ou seja, ocorre outra dicotomia, pois simultaneamente há dificuldades relacionadas aos orçamentos da escola, porém também é mantida a ideia, a representação de instituição excelente.

Seguindo na linha de elementos que se opunham e caracterizavam aquele ambiente, identifiquei indícios que mostram uma força da tradição local envolvendo os modos de pensar e agir não apenas em aspectos externos, mas caracterizando também formas de administrar as dificuldades de dirigir a instituição, como menciona NB: “se veio o desafio tinha que dar um jeito...professor...tu sabes...tu és de Cazusa Ferreira...eu sou de Camará do Sul, São Francisco de Paula...nós trazemos isso conosco...trazemos isso conosco e nós temos que enfrentar” (Noemy), como se o fato de ter nascido naquela região com características peculiares tornasse os indivíduos mais resistentes para encarar dificuldades em todas as áreas do cotidiano.

Ao mesmo tempo, essas particularidades também foram lembradas pelas egressas em relação a outras perspectivas ligadas à tradição, como Maria Lúcia indicou: “a mentalidade aqui é muito conservadora” (Maria Lúcia). Registra também sua visão com relação às origens desses traços presentes naquela época: “eu vejo que é uma questão da nossa colonização aqui né...da nossa economia...que foi latifundiária né...isso aí passou de pai pra filho...aquela questão de conservar...de não quer gente nova...não quer atividade nova” (Maria Lúcia), referendando sinais de dificuldades que as mulheres que buscavam ser professoras enfrentavam: “aquela questão do machismo né...cultural também...pela nossa história...enfim”

(Maria Lúcia). Nesse sentido, uma fala de Vanilda tem um significado especial, pois remete ao momento de chegada em uma escola isolada no interior daquele município e aponta sinais do que essas professoras podem ter vivenciado ao serem enviadas para locais distantes da sede onde iriam residir e lecionar:

[...] cheguei lá (depois de formada) não tinha nada montado...já foram uns fazendeiros com uns rabo-de-tatu no braço e arrancaram tudo o que tinha na escola e disseram que não estava certa aquela doação de terreno...eu já fiquei nervosa na primeira chegada lá...tinha uma caixa na escola onde arrecadavam os dinheiros assim...eles botaram debaixo do braço e saíram não me deram satisfação...disseram que era deles...que eles que cuidavam...nunca mais vi...eu fiquei com medo daquela gente...meu Deus do céu... (Vanilda).

Essa lembrança me conduziu a refletir de maneira ampla sobre o contexto social em que vivia essa população nas áreas rurais daquele período e do encargo importante que essas mulheres exerceram diante de realidades permeadas pela tradição histórica envolvendo a presença dos latifúndios. As relações entre grandes fazendeiros e famílias que lá residiam remete aos contextos verificados historicamente em outras regiões brasileiras, como a nordeste, com a influência de grandes produtores rurais na política e na economia, apenas para mencionar dois pontos.

Sabemos que essas relações de domínio perduraram durante décadas, contribuindo para criar uma dependência entre a população e os grandes proprietários. Ao mesmo tempo, remetem ao significado da presença dessa professora como “alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar para outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16) e que pode “interferir” nos cotidianos locais desacomodando costumes preexistentes.

4.4 EM BUSCA DE UMA TRADIÇÃO FORMATIVA ESCOLAR

Esta última seção tem um significado relevante pois vai trazer contribuições, sinais, indicativos sobre o processo formativo e a rede de elementos que constituíram essa formação ligados à existência daquela instituição formadora de

professores e com suas características singulares relacionadas ao cotidiano do curso, como menciona Werle:

[...] a invenção se consolida, recebe adesões, se institucionaliza e vai se tradicionalizando, tornando-se comum, usual, estabelecendo segurança pela repetição e pretendendo se eternificar como a tradição mais tradicional (WERLE, 2012, p. 84).

Como as marcas que ficaram impressas nessas normalistas dentro de uma tradição formativa iniciada no início da década de 1950. São observações que auxiliam na compreensão do significado de existência da Escola Normal Regional, construída em meados dos anos 1940, e o CNRSFP, na sua função de formar professores e no sentido de que aquele ambiente contribuiu na constituição de uma tradição formativa a partir do seu cotidiano onde como menciona Hobsbawm “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Aquele curso não formava apenas estudantes que foram aprovadas por atingirem as notas necessárias para concluírem a grade de disciplinas, mas por pertencerem a um ambiente que buscava a excelência, como foi percebido em várias lembranças: “as normalistas saíam deste curso prontas para enfrentar qualquer situação, os conhecimentos eram adquiridos amplamente” (Lori). Havia um sentimento de que a concretização de formação de boas professoras também vincularia essas concluintes com a existência da escola de São Francisco de Paula.

Observa-se uma tendência nas falas das egressas em relação à continuidade de um discurso que, está ligado àquela realidade, a tradição local, a “enxergar” o “normal” como um divisor de águas onde o ambiente era desprovido de problemas e isso me remete à questão que Werle (2012) chama de “tradição inventada”, o que se concretiza como resultado dos “poderes dos grupos ou indivíduos que as instauram”, no caso acionada pela cultura, política, economia entre outros sujeitos.

a primeira leva de professoras que nós largamos na comunidade eram professoras excepcionais” (NB), pois havia também intercâmbios de visitas com outras Escolas Normais como vemos na próxima fala “faziam visitar outras escolas... faziam visita né... convidavam... nós também convidava...eles iam lá visitar...a gente também...passava uns dias...nas férias geralmente...a gente ficava junto pra lembrar o curso que a gente fazia... (Noemy).

Na Fotografia 51, observam-se sinais de uma saída em frente ao prédio da ENR de turma com normalistas para uma excursão. Identifica-se o uso de uniformes e percebe-se uma postura específica da maioria das alunas em relação à posição gestual, com as mãos cruzadas atrás do corpo, o que lembra os posicionamentos utilizados por membros de forças policiais ou militares, resultantes de formação disciplinar.

Fotografia 51: Excursão Escola Normal Regional 1960.



Fonte: Acervo Isaura Cabral Pinto (1960).

As excursões de estudos fizeram parte da formação dessas egressas, e como menciona a egressa Vanilda, o corpo docente as acompanhava. Mesmo fora do ambiente escolar institucional, os regramentos de conduta e postura eram mantidos, como é lembrado em fato pitoresco por ela: “numa excursão a Rio Grande nós fomos colocadas pra rua do ônibus porque a gente violou a letra do hino nacional né...fizemos uma música e quase nos colocaram pra fora na estrada...nossa...a gente chorou...numa estrada deserta quase anoitecendo...com medo...mas daí mandaram nós seguir com a boca bem fechada” (Vanilda). Apesar de ser um fato hoje percebido até de maneira engraçada, observo que os cuidados em formar e mesmo forjar professoras que não desabonassem a escola estão marcados em várias lembranças.

Essas excursões também ocorreram com o patrocínio de paraninfos, como ocorreu com a turma de 1962 (Fotografia 52), que foi agraciada pelo Secretário Estadual de Educação, o professor Justino Quintana⁴⁰, na época o paraninfo da referida turma, como se observa na fotografia encontrada durante a investigação.

Fotografia 52: Excursão de Formandas/1962.



Fonte: Acervo AICEJA (1962).

São detalhes e gestos que fizeram parte daquele cotidiano de formação, entretanto esses vestígios trouxeram riqueza de detalhes, importantes para compreender como aquele processo acontecia e como era a vida de normalista que se formava:

E em meio àquele ambiente permeado dos rigores que fizeram parte do curso, os pequenos gestos indicam que havia interesse genuíno no ato de ensinar as normalistas e tornarem-se professoras modelo: “até a forma de pegar o lápis...elas exigiam” (Maria Lúcia). Essa lembrança que demonstra, ao mesmo tempo, exigência e amorosidade, permeou grande parte das entrevistas quando o assunto envolvia o fato de somente pensar sobre os tempos de normalistas, sem um assunto específico na conversa.

[...] elas nos indicavam os conteúdos né...pra nós desenvolver com os alunos e nós tínhamos que ir pra biblioteca pesquisar...a gente pesquisava aqueles assuntos e levava pra discutir na sala de aula...fazia o planejamento que era obrigado a ter...o planejamento de aula diária no

⁴⁰ Foi Deputado Estadual (PTB) entre 1955-1963 e Secretário Estadual de Educação do Governador Leonel Brizola 1959-1963.

caso...e a gente apresentava pra elas...elas olhavam pra ver se estava de acordo...a nossa professora que lecionava a disciplina e depois a gente aplicava lá nos alunos... (Maria Claudete).

Separei alguns trechos significativos que demonstram o quanto aquele curso marcou a vida daquelas que, de mulheres interioranas e sem perspectivas dentro do contexto em que viviam, tornaram-se professoras excelentes: “uma coisa que me marcou muito né...como a gente tinha orgulho da escola” (Maria Lúcia); “ a gente carregava no peito assim...aquela coisa...poder estar representando né...” (Maria Lúcia); “eu adorava a escola normal...era o paraíso aqui na terra” (Sandra); “eu sinto muita falta até hoje...a gente nunca esquece” (Vanilda); “foi o período mais bonito da vida...” (Vanilda); “eu fiz as duas filhas fazer magistério” (Cecília Camilo). A intensidade do que representa a vivência daqueles anos de envolvimento no CNR se mantém há décadas como uma marca nessas mulheres e fica uma indagação do quanto da Escola Normal ainda permanece nessas egressas na atualidade, mas esse é um assunto que pode servir a estudos futuros.

Dentro da busca por compreender como aconteceu o processo formativo naquele curso/instituição, penso ser importante que se lembre que o recorte temporal deste estudo tem como ponto de partida o início do Curso e que envolveu também a constituição do corpo docente que foi colocado diante de uma proposta inédita até então naquela escola. Foi necessário que recordações de parte das professoras que estavam lá desde a abertura também contribuíssem nesta pesquisa e as falas trouxeram indícios importantes, como a de Noemy:

[...] uma coisa muito bonita que aconteceu na nossa escola...é que tu vê...nós começamos com professores que não tinham curso de faculdade, mas tinham vontade imensa de acertar...eu ainda tinha o curso normal...[...] havia um respeito...uma amizade tão grande entre o corpo docente...que um ajudava o outro...quando a gente encontrava uma coisa importante já passava para aquele...aquele já passava para o outro sabe... [...] quer dizer... essa noção de grupo ...não é um...é o grupo que trabalha...isso foi acho assim o que mais caracterizou esse início da escola normal sabe...esse sentimento de grupo...quer dizer...todos que têm que se sair bem...todos...não é um...todos tinham que se sair bem...então era um ajudando o outro...isso foi uma coisa muito importante (Noemy).

Esse relato possui sinais que indicam que uma das formas encontradas pelos docentes para que experienciem aquele momento novo foi buscarem um alinhamento, uma coesão. Faço essa menção porque, dentro de mais uma dicotomia que encontrei neste estudo, apesar de grandes dificuldades que foram

encontradas pelo corpo docente, em mais de uma das entrevistas foi lembrada essa união em torno do Curso Normal.

Penso que talvez o símbolo de excelência que passou a estar atrelado à instituição pode ter influenciado esse comportamento do grupo, evitando desgastes maiores impostos por vários fatores dentro das políticas públicas na época, que nesse caso específico de estudo não serão aprofundadas.

Compreendi que, de certo modo, essa coesão do grupo de professores foi percebida e sinalizada em vários momentos nas falas das egressas: “a gente era tão amiga...a amizade prevalecia...” (Isaura). Revela-se a intensidade das marcas deixadas pelos educadores, nos seus traços, jeitos de falar e ensinar sua matéria: “era um grupo (professores) que queria que aquilo desse certo” (Noemy); “nossos programas de atividades a gente fazia muito entrosamento entre o grupo de professores” (Isaura), e prevaleceu como uma das marcas mais representativas, uma admiração tanto pelos sujeitos que eram docentes, quanto pelas disciplinas que lecionaram.

Nesse sentido, as lembranças que relacionam o processo formativo mostram que as aulas serviram como modelos a serem seguidos, aspecto que me remete a refletir sobre os elementos que entremeavam aqueles momentos, pois nas falas existem palavras que exprimem certas características, como menciona a egressa SP: “as aulas eram muito específicas...eram perfeitas...perfeitas...eu aprendi a ser professora na escola normal” (Sandra); “eu me encantava com matérias como filosofia...que era uma novidade na minha vida” (Sandra). Essas particularidades têm um valor intrínseco na composição dessas mulheres em professoras, de tal maneira que quero dizer, a partir da passagem pela Escola Normal, os traços permanecerem nelas por onde foram:

[...] as aulas eram excelentes...principalmente por exemplo português...quando eu entrei na faculdade eu tinha um nível de português que os professores se admiravam...eles diziam: quem foram teus professores? Onde tu fizeste teu ensino secundo pra chegar aqui com esse conhecimento? (Sandra)

E o fato da chancela adquirida na escola de São Francisco de Paula ter permanecido nos mais variados cenários para onde foram essas normalistas merece atenção. Aprofundar essa reflexão e lembrar do contexto de todos os elementos que compunham aquela instituição, já mencionado nessa escrita quando fiz referência às

instituições existentes dentro daquela escola, foi exercício pertinente. Não era somente uma escola, era um local definidor de perfis: “nós tínhamos muitas aulas...eram períodos enormes...nós às vezes tínhamos aula de manhã...ia pra casa almoçar... retornava...e ficava até 18:10 nem um minuto antes...e era frio eu me lembro...meu tio ia me buscar...”(Sandra). Menciono a palavra definição de maneira proposital, pois as memórias dessas egressas trouxeram elementos de legitimação que indicam que a influência daquele ambiente não foi superficial somente, houve mudança de nos alinhamentos de vida delas: “uma coisa vou te dizer...era muito puxada...a normal regional...muito puxada (ênfase na voz) (Vanda).

Em cada ênfase dada nas falas, encontrei peças para montar um itinerário sobre o funcionamento daquele cotidiano. Foi possível perceber que houve mudança nos perfis daquelas mulheres, mas dentre tantos condicionantes para que isso tenha ocorrido, chama atenção novamente no modelo comportamental que a instituição definia como regra para ser uma professora formada naquela escola: “nós nos espelhávamos nas nossas professoras...” (Sandra), e em um elemento que aparece tanto nas entrevistas quanto nas fontes documentais, que é o controle. Esse monitoramento funcionava como um efeito cascata, ou seja, em razão dos meios burocráticos do aparelho estatal, que enviava orientações e exigia relatórios com riqueza de detalhes mensais da parte da direção/secretaria da escola e também do próprio formato pedagógico utilizado na escola em relação ao cotidiano normalista

Neste estudo, foi importante ter encontrado nas investigações professoras que fizeram parte do corpo docente desde o início do curso, em 1953, pois auxiliaram com suas memórias na compreensão de como funcionou nos primeiros anos, como lembra Noemy, ao se referir sobre o material que era enviado para as alunas que residiam no interior e faziam parte da frequência livre:

Eu fazia o resumo manuscrito porque não existia nem máquina de datilografia não existia...só existia uma na escola nessa época e essa uma era usada pelo secretário da escola...[...] a gente escrevia o que era importante...passava pra ele...ele datilograva em matrizes...que depois ele passava no mimeógrafo a álcool...[...] ele passava tudo aquilo que a gente anotava... que escrevia...para as matrizes...para ser datilogradas...e esse material era enviado para as alunas...[...] esse material que ia para as normalistas...[...] do interior era tudo revisado na direção da escola...não era assim eu fiz vai...não...eu fazia passava pela revisão da direção...ela dava o visto...e ia pro secretário que passava no mimeógrafo e expedia esse material (Noemy).

A existência de certo rigor em relação à organização do funcionamento das rotinas na escola é uma característica latente e, ao mesmo tempo, indica a presença de uma prática administrativa escolar que envolvia um rígido controle em todos os setores da instituição. Essa noção de fiscalização existia como algo institucionalizado a partir dos setores públicos responsáveis pelas escolas (SEE, CPOE, DE), que orientavam a condução dos trabalhos das equipes gestoras.

É perceptível que a escola daquela instituição deveria emanar para a sociedade local uma representação de que era um ambiente ordeiro, organizado, competente. Observei que vários sinais indicaram a presença dessa intencionalidade não apenas com relação às normalistas, mas também nas rotinas das professoras, como é indicado nessa fala de Noemy:

As coisas funcionavam assim...nós tínhamos liberdade de dar as nossas aulas, mas tudo o que nós fazia em sala de aula era registrado num diário, num caderno...esse diário era vistoriado mensalmente pela diretora da escola...então...a gente vinha a ser aluno...um visto...um muito bem...não é bem assim...certo...passava...a gente tinha tudo registrado o que a gente fazia em sala de aula...entregava para a direção...a direção passava um visto...voltava pra nós (Noemy).

Era um ambiente de cotidiano padronizado, ou seja, que segue o protótipo que foi idealizado/instituído para ser aplicado naquele local, de modo que possíveis mudanças que podem, de certa maneira, afetar essa constituição preconcebida é recebida com receio. Na próxima fala aqui registrada, alguns elementos indicam como esse arquétipo de modelo institucional era assimilado de maneira significativa pelos sujeitos envolvidos.

Dona...era uma diretora muito zelosa...me disse: tu vai ser a bibliotecária...quando cheguei lá (retornando de um curso de formação para trabalhar na biblioteca) deixei a Dona...apavorada...porque tirei tudo o que era porta de armário...tirei tudo o que é chave...vão roubar (diálogo entre professora e diretora)...não faz mal se roubarem...se roubarem vai ser um prêmio porque significa que alguém quer ler...(risos)...mas tem Monteiro Lobato (diretora)...não pode...Monteiro Lobato é comunista (diretora)...mas Dona...ele é um dos maiores escritores...no fim ela adquiriu confiança em mim... (Lia).

E essa política educacional na época funcionava como uma grande engrenagem onde cada parte tinha uma função pré-estabelecida, como verifiquei ao observar comentários sobre os formatos de provas que eram aplicadas nas turmas primárias da escola:

Uma coisa que chamava a atenção nessa época...que sempre me chamou a atenção...e eu não vou dizer que é errado...nem certo...mas é uma coisa que me chamou muita a atenção...nós recebíamos um programa de conteúdos padrão...a Secretaria de Educação nos mandava um programa...e aquilo era um programa que nós tínhamos que desenvolver naquele ano com as crianças... (Bernildes).

Essas menções não se referem às turmas com alunas do CNR, mas são importantes no sentido de perceber como era o funcionamento das diretrizes pedagógicas estipuladas pelo poder público e que eram aplicadas naquela instituição estadual no período:

Chegava no final do ano as provas não eram elaboradas pelo professor...eram elaboradas pela Secretaria de Educação que mandava essas provas lacradas para as escolas...e essas provas eram abertas na frente dos alunos...desde os pequeninhos lá da primeira série até os grandes...nós não escolhíamos o que dar para as crianças, nós não escolhíamos o que ensinar, isso já era estipulado (Noemy).

Essas constatações podem, em estudos específicos no futuro, trazer subsídios pertinentes em relação ao ensino primário que funcionava naquela escola e nos interiores daquele município no mesmo formato: “essas provas eram abertas na frente dos alunos e o professor não ficava sozinho com os alunos em dia de prova...sempre tinha que ter uma acompanhante...” (Noemy); “Chegava a época de corrigir essas provas era uma comissão de professores que corrigiam essas provas...junto com a professora titular...” (Noemy).

Percebi um indicativo dessas práticas relacionadas com as avaliações que pode ter existido no primeiro ano de funcionamento do CNR, como lembrou a professora Noemy, ao relacionar os momentos avaliativos das outras turmas e seus formatos “A mesma coisa era que meio adotada no início da Escola Regional”. (Noemy), entretanto pelo que se constatou nas atas de registros de exames a partir de 1954, cada disciplina era descrita individualmente, então não poderiam vir provas pré-prontas para o CNR após o 1º ano.

A Escola Normal Regional de São Francisco de Paula, onde estava sediado o Curso de Formação de Regentes de Ensino Primário de 1953 até 1962⁴¹, quando o

⁴¹ Pelo Decreto nº 13.220, de 23 de fevereiro de 1962, cria-se o Curso Normal de 2º Ciclo e no caso específico de São Francisco de Paula, no teor do decreto constava “A criação da escola normal de 2º ciclo que funcionará anexa à Escola Normal Regional “José de Alencar” na cidade de São Francisco de Paula. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado de 08 de julho de 1948, decreta: Artigo

passa a atender como modalidade de ensino secundário, tornou-se referência na formação de professoras em uma extensa área de abrangência geográfica, onde centenas de escolas e de estudantes tiveram contato com o perfil profissional dessas mulheres, bem como as localidades/comunidades onde esses ambientes escolares estavam inseridos e essas docentes já residiam durante o curso ou para onde foram enviadas após a formatura.

Como se constata no decorrer desse estudo o ambiente de formação do CNR de São Francisco de Paula iniciado em 1953 vai se constituir em referência na região. Seu alinhamento à formação docente se consolidará no decorrer das décadas como um gerador de identidades docentes.

As práticas de formação docente estabelecidas por aquela instituição vão permear diferentes grupos sociais e escolas em toda a área de abrangência territorial daquele município e fora dele. Essa escola permanece na memória tanto das egressas, quanto de docentes, mesmo com o passar dos anos e das mudanças estruturais no âmbito educacional relacionado à formação docente que ocorre naquele local até os dias atuais.

A ENR alcançou uma forma de organização com características de um tempo e de um espaço nos os traços ainda eram muito ligados aos contextos rurais de ordenação. As capacidades desenvolvidas estavam em alinhamento com aquela época e são percebidos nas falas das egressas e nas fontes documentais relacionadas com um cotidiano de atividades específicas, ritos, rituais, formas de avaliação, posturas e condutas.

Em síntese o CNR foi estabelecido com objetivos definidos a partir de uma política pública, uma demanda da área da educação para a região e se estabeleceu compondo com o passar dos anos um espaço relacionado à uma identidade docente com traços vinculados em normatizações de condutas, práticas e presença nas comunidades às quais essas normalistas se inseriram.

1º “É criada na localidade de São Francisco de Paula uma Escola Normal de 2º Ciclo que terá como estrutura prevista pelo Decreto nº 6004, de 26 de janeiro de 1955, se regerá pelas demais leis complementares referentes à matéria e funcionará anexa à Escola Normal Regional “José de Alencar”. Publicado no Diário Oficial em 24/02/1962.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da existência de ambientes formativos nas sociedades, ou seja, daqueles espaços que possuem como objetivo central profissionalizar pessoas, torná-las especialistas em dominar determinadas áreas de conhecimento, nos remete historicamente para momentos na história da humanidade em que os ofícios artesanais e os seus saberes, que antes eram desempenhados em áreas privadas, com mestres em seus lares e oficinas, passam a constituir-se em locais específicos de formação, atendendo grupos maiores que buscarão seus conhecimentos para sobreviverem. Fazer essa pequena lembrança pode auxiliar em direção à compreensão do que constituiu o CNR em relação ao processo de formar docentes, nesse caso, Regentes de Ensino Primário.

Esses questionamentos acompanharam de maneira preliminar os primeiros passos nesta pesquisa, e salienta-se que, na época em que esses questionamentos surgiram, grande parte das fontes não haviam sido mobilizadas, ou seja, eram apenas divagações de certas possibilidades na busca de respostas. Entretanto, hoje, após a investigação ter se movimentado e tanto as fontes documentais, quanto as narrativas das entrevistadas terem sido acionadas, é possível indicar com certa probabilidade de acerto alguns vestígios pertinentes em relação aos objetivos que foram traçados para este estudo, cujos propósitos buscaram analisar e compreender como a formação contribuiu para uma identidade docente.

Este estudo não encerra ou deixa fechados futuros aprofundamentos, desdobramentos de pesquisas, pelo contrário: abre horizontes importantes para o campo da história da educação, em especial relacionados a Cursos Normais, Instituições Formadoras e Processos Formativos naquela região, bem como no sentido de aproximar e alargar recortes de tempo, trazendo outros elementos e abordagens para empiria, por exemplo, com relação às gestões da instituição, o cotidiano relacionado com a parte administrativa e as políticas públicas da educação na época, bem como aprofundar estudos sobre o contexto educacional naquela região entre o século XIX e o início do XX, envolvendo as aulas particulares.

Também serve para sensibilizar profissionais da área da educação, bem como gestores públicos, no sentido da importância de existência de locais específicos para a salvaguarda de documentos relacionados com os cotidianos

escolares dentro das trajetórias históricas dessas instituições. Ao mesmo tempo, reitera a pertinência de valorizar as memórias, que ainda estão entre nós, das centenas de professoras que, na maioria das vezes, encontram-se no anonimato, embora detenham uma bagagem valiosa que pode trazer elucidações importantes para várias áreas de nossa sociedade, não somente para a educação.

Entre possibilidades que poderiam ser utilizadas no intuito de explicar os resultados encontrados, passo a narrar componentes levando em consideração que o Curso Normal Regional de São Francisco de Paula naquela época indicava que aquela região poderia ou tinha potencial para sediar a existência de uma Escola Normal Regional. O município na época possuía um dos maiores territórios do Estado do Rio Grande do Sul, com mais de 6 mil quilômetros quadrados e população acima de 40.000 habitantes, estava localizado em uma posição estratégica entre a área de colonização italiana (Caxias do Sul), a fronteira com o Estado de Santa Catarina (Cambará do Sul), o litoral norte e acesso para a região metropolitana (Taquara).

A economia estava atrelada à tradição histórica da pecuária extensiva nas fazendas, e também era forte a extração de madeira, com uma parcela significativa da população envolvida com a derrubada e beneficiamento de araucárias em centenas de serrarias. Os líderes políticos locais possuíam sua representação ligada a esses contextos, e a população mantinha laços de dependência com esse modelo oligárquico que, em certos aspectos, lembrava relações de dependência social características do período da República Velha no Brasil.

Essa referência é importante, pois lugares que apresentam esses aspectos costumam ser identificados como locais onde as mudanças institucionais habitualmente ocorrem de maneira mais lenta e as percepções externas de elementos que podem de certa maneira contribuir para mudar certas “tradições” não são bem recebidas, ou percebidas com desconfiança, afinal movimentam o que já está estabilizado como sendo o modelo correto.

As tensões nas relações de poder político entre quem possui fazendas e serrarias vai colaborar para a criação de uma rede de lideranças que até poderiam ter suas diferenças em relação às tendências políticas, porém eram unidos em se tratando da tradição local, da manutenção do poder e da economia. É um elemento a se destacar se olharmos a questão da dependência das famílias ao emprego,

acesso à escola, à saúde, ao transporte, à moradia, pois esses componentes estavam atrelados às lideranças locais direta e indiretamente.

A existência de ligações políticas importantes entre o município e o poder público é percebida, e a região na época é terreno fértil para que essas relações se mantivessem, em razão da precariedade de estruturas básicas para a população na época. Por exemplo, com relação às estradas não pavimentadas e com pouca manutenção, o que dificultava os deslocamentos das pessoas. O número expressivo de pessoas que não sabem ler nem escrever também é um sinal de manutenção de determinadas tendências políticas tradicionais, pois há todo um contexto gerador de associações de dependência.

A construção do prédio da ENR na sede do município nos anos finais da década de 1940, a Lei Orgânica do Ensino Normal no Brasil de 1946 e suas determinações, o aumento do número de matrículas no Grupo Escolar em São Francisco de Paula nos anos 40, a falta de professores em muitas escolas do interior e o número significativo de docentes sem formação e a política estadual que vai definir a presença de escolas em todos os vilarejos do Estado como uma prioridade de governo foram componentes que estavam presentes na chegada do CNR em 1953.

O curso vai trazer novos significados para a dinâmica local, e a demanda reprimida na educação municipal constituída por docentes sem formação foi percebida desde a primeira turma e no percentual de normalistas matriculadas na modalidade de frequência livre. Esse foi um dos primeiros objetivos atingidos com a abertura da 1ª turma, ou seja, a partir daquele momento, passa a existir uma construção padronizada de como deveria estar constituída uma professora naquela localidade e interiores. As fontes evidenciam que essa necessidade em relação à ausência de formação específica de professoras que já exerciam a profissão foi sendo sanada a cada ano, e a modalidade de estudantes de frequência obrigatória foi aumentando, fazendo com que a maioria das estudantes passassem a ser aquelas que não tinham nenhuma experiência profissional.

Essa situação local, em que a maioria das professoras na época trabalhavam sem formação específica, também pode indicar ser parte do contexto político de gestão, em que, de certa maneira, é possível manter contratos de centenas de docentes em várias áreas do território, o que poderia garantir certa estabilidade de

poder e representação, pelo que se percebeu com o baixo número de nomeações e a grande quantidade de contratos, alterados a cada ano. O CNR vai auxiliar na certificação dessas profissionais que já atuam.

Essa vinculação das normalistas de frequência livre que já atuavam e residiam nas comunidades do interior e passam a receber materiais do CNR e frequentar a Escola Normal nos períodos de férias e recesso também deve ser observada como sujeitos que passaram a exercer uma nova composição profissional antes mesmo de estarem formados, afinal já estavam no ambiente de trabalho, mesmo sendo ao mesmo tempo normalistas.

Ao contrário das estudantes de frequência obrigatória, que colocariam em prática sua constituição docente somente depois de formadas e enviadas para o interior, suas colegas da frequência livre já poderiam acrescentar em suas práticas aspectos de seus aprendizados no CNR. O processo cotidiano pelo qual as normalistas foram expostas e mesmo se formos refletir sobre grandes ou pequenas intensidades em relação à frequência livre ou obrigatória, a questão central evidenciada é que estiveram em intenso contato com aquele ambiente independente do formato.

Nesse sentido, compreende-se a utilização de fontes documentais do Arquivo Institucional do Colégio Estadual José de Alencar-AICEJA como imprescindível, e a memória das entrevistadas como elemento diferenciador, fundamental na compreensão deste estudo. A presença das memórias foi o componente que proporcionou riqueza fundamental aos esclarecimentos que as fontes por si só não trouxeram, no sentido de possibilitar que fossem legitimados vestígios com propriedade. Nessa perspectiva, mesmo em menor número em relação às egressas, a presença das professoras nas entrevistas serviu como ferramentas de alinhavo, não apenas no sentido de aproximação, mas em muitos momentos para nortear direções, pois nem tudo foi sintonia durante o processo formativo.

As normalistas que participaram deste estudo também contribuíram trazendo elementos valiosos de seus cotidianos em relação àquela região, como os vínculos com a vida no campo, estudar com luz de lampião, histórias sobre professores primários em residências de vizinhos, o professor pobre e as relações com dono de uma serraria que emprestou dinheiro ao professor e depois o agrediu até cortar seu braço com um facão, ou seja, o espaço do tempo vivido que as lembranças

possibilitaram é riquíssimo e acrescentou partes significativas sobre o contexto da maioria das egressas, dificuldades, distâncias, relações sociais, escolas, dificuldades financeiras, vidas nas serrarias, nos campos, fazendas.

Aqui cabe registrar que os estudos sobre professores e professoras particulares nos interiores daquela região podem trazer subsídios importantes dentro do campo da história da educação no Estado do Rio Grande do Sul, de modo que é um microcampo em aberto para as pesquisas, pelo que se verificou no que se refere à ausência de dados. No tocante aos sinais evidenciados sobre o processo formativo envolvendo normalistas que se tornaram Regentes de Ensino Primário pelo CNRSFP desde sua abertura, em 1953, e a chegada do Curso Normal de 2º Ciclo, em 1962, chamaram a atenção por serem ostensivos tanto nas fontes documentais quanto nas falas das normalistas. Cabe salientar que não são elementos isolados e que funcionaram entrelaçados naquele cotidiano formativo com maior ou menor intensidade.

Ser normalista era passar a existir uma nova pessoa, uma professora com excelência após a fragmentação que o ambiente produzia, acrescentando novas características. O ambiente era um local para esquecer, em muitos momentos, as origens interioranas com suas dificuldades em vários graus e estilos. A instituição vai proporcionar um ambiente de controle tanto relacionado com os funcionários e setores quando às práticas didático-pedagógicas.

Para ser uma professora formada naquele curso, o senso de excelência deveria constituir o seu a dia a dia, em cada tarefa designada. Noções de tempo, de prazos, de qualidade em apresentações conduziam as aulas. Como mulheres, passavam a perceber um horizonte que o contexto local não deixava aparecer e agora, depois de formadas, poderiam ser professoras: casamento ou convento poderiam não ser mais as únicas opções.

A rotina era caracterizada como tendo intensidade em vários aspectos, em especial no regramento pessoal, na conduta, no comportamento e, lembrando Magalhães (1998), as escolas acabam imprimindo nos alunos modos de pensar e agir, de tal maneira que, quando estão em outros espaços sociais, essas “marcas” aparecem. No caso das futuras professoras, os “espaços” foram seus locais de trabalho. Essa intensidade envolvia os ritos de exaltação dos símbolos nacionais

quase diariamente, como uma espécie de renovação identitária, objetivando uma espécie de catarse coletiva.

As comemorações eram pensadas, detalhadas e intensas, marcadas por senso extremo de civismo, rigor, disciplina, controle, dedicação. A força dos elementos cívicos, religiosos, sociais, culturais, políticos era renovada em ritos diários. A presença de símbolos nacionais conduzia diariamente cada normalista que entrava pelo portão da escola para um mundo específico.

Sutilmente, pode ter havido mudanças nos perfis dos modelos psicoemocionais das estudantes durante o processo formador, em razão da repetição diária de tarefas e ritos. Questiona-se até quanto da essência daquelas mulheres permanecia após a formatura. Pode-se aprofundar essa temática em estudos futuros e verificar até que ponto a instituição poderia ser uma ferramenta do Estado na implantação de políticas públicas direcionadas para os sujeitos do interior naquela época.

Percebe-se um processo formativo permeado de dicotomias, pois se, por um lado, o ambiente se concretiza em ações de rigor, disciplina e controle extremo, ao mesmo tempo as egressas fazem menções sobre a qualidade das aulas e dos seus professores como excelentes. Observa-se que a intensidade em moldar os perfis de comportamento era tão forte e repetida diariamente que deixou marcas latentes nas memórias, indicando que, de certa forma, a função das futuras professoras seria civilizar os interiores até então não alcançados.

Durante o processo de investigação, uma frase em meio de uma entrevista foi um marco importante, pois para mim passou a ser o símbolo daquele curso naquele período: “civismo, disciplina, sociabilidade e responsabilidade”. Chamo a atenção para que possa refletir sobre a existência de perfis docentes com essas quatro características e suas influências por onde estiveram inseridas naqueles rincões.

Os períodos de exames eram como divisores de águas, ou o maior dos desafios, pois, além de testarem conhecimentos, eram momentos com tensionamentos extremos, de fragmentação emocional em busca da nota máxima, da excelência. Com conteúdos separados para homens e mulheres, formavam-se professoras que ensinariam mulheres a se tornarem mães e esposas exemplares para a sociedade, e orientariam os homens a se tornarem trabalhadores excelentes, especialmente com o uso de instrumentos manuais e técnicas para trabalhar a terra.

O senso de dever para transmitir o que era aprendido é percebido e remete a uma ideia de docente com uma missão civilizadora, alguém que venceu após extenuante processo, durante o qual foi submetida aos maiores desafios, agora está em locais que pode servir de modelo para melhorar as vidas das comunidades.

No tocante à disciplina de música, demonstra-se outra dicotomia quando indica que eram momentos de encantamento em meio à grande exigência de desenvolver a sensibilidade para ouvir e identificar notas, tons, para cantar ao som de apenas um toque no piano em frente à turma. A religião católica identificava, qualificava e desqualificava vidas por meio de sutis conteúdos, como se percebeu analisando os teores de exames e a proximidade que os padres professores mantinham de suas rotinas eclesiais com o processo de formação do curso.

O aprender a vestir-se com elegância, usando saias e sapatos de salto com postura, dominar conteúdos, escrever e falar bem, portar-se exemplarmente, andar com equilíbrio, gestos suaves para tornar-se uma professora qualificada. Estudar naquele ambiente era uma vida constituída de processos diários, apesar de ter sido mencionado que ser normalista era um privilégio social, pois horizontes se alargavam a partir do polimento forte feito pelo curso: surgia um sujeito de destaque social, mesmo com salários atrasados por vários meses.

O processo envolvia conflitos no âmbito da cultura local e suas relevâncias, religião, machismo, política, por isso identifica-se que a instituição era um importante elo para legitimação de lideranças da política local. Ficou evidenciado pelo uso das memórias a existência de dois grupos de representações que contribuíram para a constituição de identidade em São Francisco de Paula. Um dos grupos é composto por elementos que se alinham ao contexto local, desdobrando-se em nas questões que envolviam a política local, a religião católica e a cultura campesina, que por sua vez desdobrava-se nos hábitos e costumes (preconceitos, machismo, tradições, clima).

O outro grupo é concebido por referências específicas vindas do ambiente formativo e vinculadas diretamente ao polimento dos indivíduos em relação a se constituir professor dentro de um padrão. Uma referência permeada de características que se fortaleciam na repetição dos ritos diários realizados desde a chegada das alunas à escola. Dentro desse último grupo, também está incluso o que se refere à constituição do curso normal em si, seu mundo de práticas (aulas,

exames, saber/fazer, bancas). Observei que a cultura local foi um elemento forte na composição dessas professoras, pois, como já fazia parte da maioria, os indícios culturais acabaram sendo reforçados dentro do processo formativo, e nesse sentido, saliento que a instituição serviu como ferramenta reprodutora e depuradora de sentidos daqueles elementos.

Refiro-me a depurar para indicar que, antes de entrar no curso, essas mulheres percebiam esses constituintes como parte natural de suas vidas sociais e provavelmente com um sentido, uma visão representativa dentro de uma normalidade, ou seja, com um nível de intensidade. Talvez até não houvesse uma percepção de existência desses fundamentos até que, ao tornarem-se normalistas, passaram a frequentar um ambiente institucionalizado, em que a política local, a religião católica e a cultura campesina tinham um viés diferenciado, potencializado algumas vezes, como é o caso da presença literal legitimadora de padres sendo professores e, ao mesmo tempo, sacerdotes locais com ligações políticas e culturais estreitas, como é característico nesse período.

Essa parte da bagagem das estudantes era potencializada em razão do lugar que agora ocupavam socialmente como normalistas, futuras professoras e possivelmente representantes desses elementos pelas práticas que exerceriam nas comunidades para onde as políticas locais as enviariam. Foi necessário registrar esses pontos da composição, justamente por eles não aparecem tão nitidamente nas falas, mas nas fontes documentais, o que me levou a refletir sobre a possibilidade de que, sendo esses constituintes parte natural da vida das estudantes, suas memórias não davam tanto destaque, porém fizeram parte da configuração do ser docente, como foi verificado.

As concepções que vieram abarcar a constituição profissional dessas mulheres pela parte da escola ficaram perceptíveis de maneira significativa desde o momento em que as entrevistas foram agendadas, pois grande parte das egressas fez uma organização de seu histórico, como um memorial do próprio tempo de formação e, na hora em que ocorria o procedimento da conversa, percebia que várias folhas podiam ser consultadas.

Para mim, é um dos grandes símbolos que ficou como marca nessas mulheres: a organização de seus materiais, que se originou de uma rotina de intensas cobranças e controle. Houve um disciplinamento não apenas de hábitos,

talvez até uma artificialização de vontades, que não é percebida. Outro fator de destaque é o controle exercido pelos formatos que impregnavam as práticas didático-pedagógicas. Nesse sentido, o formato específico de um cotidiano que é repetido durante 4 anos, torna-se parte dos sujeitos, e corre-se o risco de não haver a percepção de que houve uma formatação profissional, institucional. Eu poderia ter utilizado a palavra “condução”, que talvez fosse mais adequada ao período e ambiente, mas se percebe neste estudo que é necessário um profundo respeito com essas normalistas.

A atuação docente representa a docente como agente da política pública educacional na época, que demonstrou uma capacidade de zelo profissional singular. A instituição serviu como ambiente forjador de mulheres para professoras profissionais e de elemento aplicador de políticas públicas naquele local. Destacou-se como local de formação excelente e também como reprodutor dos direcionamentos da educação na época. Percebia-se a existência de um ambiente formativo cujo objetivo era capacitar os sujeitos para a função de Regentes de Ensino Primário, tendo como foco inicial a atuação nos locais de interiores do município, onde existiam demandas a serem supridas e estavam sintonizadas com a política de expansão do ensino defendida por Leonel Brizola naquele período.

Essas lacunas existiam em razão da existência de docentes atuando sem formação e também pela falta de professores em várias escolas, como observado nos decretos municipais e mencionado anteriormente. Essa capacitação de sujeitos naquele lugar produziu um perfil profissional em consequência dos elementos caracterizantes daquela instituição e das influências do contexto local onde estava inserida.

Foi possível, portanto, perceber que uma cultura profissional foi gerada a partir da existência de um cotidiano permeado de intensa rotina ritualística. Houve uma moldagem de sujeitos com intencionalidade específica voltada para a prática da docência com um perfil de excelência. Esse contorno profissional foi concebido a partir da existência de uma rotina caracterizada por práticas direcionando comportamentos. Essa é uma referência para indicar que houve uma elaboração de processos que conduziram a condutas específicas.

Entrelaçavam-se procedimentos diluídos no calendário escolar que, de maneira sutil e ao mesmo tempo marcante, delineavam a forma como deveria ser

uma professora. A configuração de um cotidiano de atividades para manter as mentes ocupadas com o aprendizado específico pode ter contribuído para a obtenção de um polimento, sem que os sujeitos percebessem, afinal a quantidade de atividades que envolvia o dia a dia das normalistas era significativa.

Um sistema de práticas em que havia conteúdos direcionados para homens e mulheres, permeado com a modelagem de comportamentos e posturas de como uma mulher professora deveria ser diferenciada socialmente. Exaltava-se a constituição de um modelo profissional com características que serviriam de modelo nos ambientes escolares e comunitários onde essas normalistas atuariam e residiriam. Pode-se afirmar que elas foram à referência, a personificação de uma ideia de identidade social, ou seja, eram pessoas vistas pelas comunidades como representantes das normas a serem seguidas, buscadas.

Constituiu-se uma profissão que era uma simbiose em que os saberes didático-pedagógicos estavam associados à parte comportamental naquelas mulheres e naquilo que representavam. Produziu-se um perfilamento significativo em uma área sensível (educação) no contexto social da época. Percebe-se que nesses que faziam parte do rito diário havia a ideia de que a sociedade necessitava de mulheres e homens “novos” no sentido da modelagem para uma sociedade que estava se desenvolvendo no Estado e no país.

O componente que poderia de certa forma representar um modelo de sujeito social destacado é visto pela constituição de uma normalista, pois o processo de conduzir aquelas práticas cotidianas permeadas de obrigações, exigências, controle, rigor e disciplina contribuíram para essa intenção de dar “direção” a essas comunidades. A influência das professoras nesses locais ultrapassava a dimensão pedagógica ligada ao ensino escolarizante, pois sua presença naquele período legitima um padrão social, cultural, político e religioso.

São mulheres que marcaram uma época e são únicas, tanto por suas origens quanto por suas trajetórias dentro do CNR e seu polimento. As 19 entrevistadas para este estudo representam centenas de outras mulheres daqueles interiores que, de maneira anônima, nunca serão lembradas, porém existiram nas gerações de alunos que por elas passaram.

A partir da primeira formatura daquele curso, foi possível perceber o resultado de um cotidiano que teve inicialmente intenção de certificar professoras sem

formação que moravam e trabalhavam pelos interiores daquele município, assim como abrir espaço para que uma constituição docente específica pudesse ser elaborada em uma simbiose de aspectos culturais locais entrelaçados, como já mencionados anteriormente, e um longo e exaustivo processo diário composto de repetição de ritos diários, alguns bimestrais, semestrais e anuais, como se percebeu no último capítulo. Uma vida permeada de processos intensos.

O Curso Normal Regional pretendeu forjar uma identidade nos professores, não significa que matizou essa personalidade, pois cada docente possui suas estratégias e formas de resistência em sua prática. Havia uma pretensão de ter uma professora mais qualificada para a região dos Campos de Cima da Serra, principalmente nas áreas rurais, com instrução, didática e preceitos. Em algumas falas, percebe-se que essa influência se constituiu como característica em razão de as professoras se identificarem com o zelo pela ordem, entenderem que a boa postura era importante, o sentimento de patriotismo, o civismo, o sentimento da vocação, a mudança da fragilidade que aparentavam no ato da matrícula, em que necessitaram ter um responsável para assinar, mesmo com a maioria.

Essa intencionalidade em produzir um modo de ser e de se identificar com a docência vai se desenvolver a partir dos ritos, das práticas, das festividades, da rotina permeada de representações e simbolismos alinhados a política pública da época e ao contexto sócio histórico que vivia o Estado e o país. O ambiente de constituição profissional que existiu no CNR dentro daquele período possui especificidades daquele tempo e espaço, mas que permaneceram com o passar das décadas consolidando e compondo uma identidade vinculada à docência naquela região, mesmo com mudanças e alterações nas estruturas relacionadas à área da educação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Mapa Político do Rio Grande do Sul**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_de_Paula_\(Rio_Grande_do_Sul\)#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoFranciscodePaula.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_de_Paula_(Rio_Grande_do_Sul)#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoFranciscodePaula.svg). Acesso em: 18 ago. 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?** In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). **Qual o valor da História Hoje?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 21-39.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação Rural Como Processo Civilizador, In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALVES, Luiz Antônio. **Os Fundadores de São Francisco de Paula**. Caxias do Sul, RS: [s. n.], 2007.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados X Galinhas Gordas: Desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas - Décadas de 1930 a 1960**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ANDRADE, Flávio Anício. **O Curso Normal Regional e a formação da professora rural**, In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. FILHO, Macioniro Celeste. MESQUITA, Ilka Miglio (Orgs.). **História e Memória da Educação Rural no Século XX**. Cultura Acadêmica Editora, 2020, São Paulo/SP.

ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)**, Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ÁVILA, Ivany Souza. **“Memórias de professoras: O Instituto de Educação de Porto Alegre e as pedagogias da reciprocidade cidade/escola”**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A Desoficialização do Ensino Público**. 2007. Tese (Doutorado em

Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARROSO, Véra Lucia Maciel, (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí**. Porto Alegre, EST Edições, 1992.

BARROSO, Véra Lucia Maciel Barroso; ÁVILA, Edna Ribeiro de; BAROWSKI, Leonardo Braga (Orgs.). **História Oral Democracia Direitos e Diversidade**. Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara. O Ensino Monitorial/Mútuo no Brasil (1827-1854). In. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BASTOS, Maria Helena Camara; TAMBARA, Elomar; KREUTZ, Lúcio (Orgs), **Histórias e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2002.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: Um Novo Modelo de Escola Primária. In. STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol III- Século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar, Revista Brasileira da Educação, v.14, n.40, jan/abr, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRITO, Estela Denise Schütz. **Memórias de Ex-Alunos (as) do Internato da escola Normal Evangélica em São Leopoldo/RS: práticas cotidianas e cultura escolar (1950-1966)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BONFADA, Elisete Maria. **A Matemática na Formação das Professoras Normalistas: O Instituto de Educação General Flores da Cunha em tempos de matemática moderna**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BORGES. Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BOURDIEAU. Pierre, **Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

BOTO, Carlota. A História da Educação pelo Paradigma das Práticas Escolares: um convite à reflexão. In: ALVES, Claudia; MIGNOT, Ana Crystina (Orgs.). **História e Historiografia da Educação Ibero-Americana**: projetos, sujeitos e práticas. Rio de Janeiro: Quartet-FAPERJ-SBHE, 2012.

BOTO, Carlota. **A Liturgia da Escola Moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos**. Hist. Educ (On Line). V.18, n.41. set/dez 2014, p.99-127: Porto Alegre.

BRASIL. **Ministério da Saúde**; Grupos de Risco COVID 19. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46764-coronavirus-43-079-casos-e-2-741-mortes#:~:text=Pessoas%20acima%20de%2060%20anos,nenhum%20problema%20de%20sa%C3%BAde%20associado>. Acessado em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>: Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo, Escrituras, 1998.

CASTRO, Renata Brião de. O uso de jornais para a história da educação: A escola Garibaldi e a educação rural em Pelotas (RS) entre 1928 e 1950, ANPED, 2016, UFPR Curitiba/PR, 2019

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história: debate com José Sérgio Leite Lopes. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 139-182, mar. 2002.

DAROS, Dilnei Abel. Os 100 anos do “Colegião” de São Francisco de Paula/RS (1918-2018), A casa das 134 mulheres: elementos constituintes da primeira turma

do Curso Normal Regional (1953). Anais III CEHLA, p.671-684, UNISINOS, São Leopoldo: 2018.

DAROS, Dilnei Abel. FIGUEIREDO, Milene Moraes de. Os elementos constituintes do contexto coletivo de São Francisco de Paula na década de 50: uma análise a partir do Registro Escolar Modelo I salvaguardado no Acervo Institucional do Colégio Estadual Jose de Alencar. Inc: GIACOMONI, Cristian. DAROS, Dilnei Abel. BELUSSO, Gisele. DALSOTTO, Mariana Parise Brandalise. (Orgs). **Caleidoscópico da História da Educação**: percursos teórico-metodológicos. Caxias do Sul/RS. EDUCS: 2020.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. COSTA, Jean Carlo Carvalho. O uso da imprensa nos trabalhos em história da educação do PPGE/UFPB (2007-2015): um balanço necessário. Revista temas em Educação, João Pessoa, v.25, n.2, p.133-151, jul/ago, 2016.

DALLABRIDA, Norberto. MARTINI, Estela Maris Sartori, Colégio de elite distintos em gênero, Educação, UNISINOS, jan/abril, 2020.

DICIONÁRIO DO AURÉLIO ONLINE. **Cerração**. 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/cerracao>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DICIONÁRIO PREBIAM. **Iminência Parda**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/emin%C3%Aancia>. Acesso em: 03 nov. 2020

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

ECO. Umberto, **Como Se Faz Uma Tese**. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

EGGERT, Edla; RAMOS, Inajara Vargas; SOUZA, José Edimar de (Orgs). **Memórias, trajetórias e formação docente, experiências investigativas e seus desdobramentos**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? histórias orais e modos de lembrar e contar. história da educação, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, n. 8, p. 141-174, set., 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura, experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Ed. USP, 2017.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; FISCHER, Beatriz T. Daudt; PERES, Lúcia Maria Vaz (Orgs), **Memórias Docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, Formação do patronato político brasileiro, 3. ed. revista, 2001. Globo.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FISCHER, Beatriz T. Daut. **Professoras: histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas: Seiva, 2005.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. SOUZA, Fátima de. Símbolos de excelência escolar, história e memória da escola pública e inscrita em troféus, **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 14, maio/ago, 2007.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História da Educação e História Cultural**. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima. VEIGA, Cyntia Greive.(Org). História e Historiografia da Educação no Brasil. 1. Ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, José Carlos Santos da. **São Francisco de Paula- Rio Grande do Sul: história, encantos e mistérios; resgatando o passado serrano**; Vol.1; Porto Alegre: Evangraf,2012.

FONSECA, José Carlos Santos da. **São Francisco de Paula- Rio Grande do Sul: história, encantos e mistérios; almanaque serrano**; Vol.2; Porto Alegre: Evangraf,2015.

FONSECA, José Carlos Santos da. **São Francisco de Paula- Rio Grande do Sul: história, encantos e mistérios; Cima da Serra: Um Salto Adiante**; Vol.3; Porto Alegre: Evangraf,2019.

FRAGA, Andréa Silva de. **Trajetórias de alunas-mestres a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920-1960)**. 2017. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. As práticas das festas escolares na escola normal de Pirassununga (1930-1950). Dissertação, PPGEDU, PUC SP, 2006.

FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso. Memórias de Diretoras: práticas administrativas no cotidiano dos grupos escolares do Maranhão (1960-1970), PPGEDU, UNISINOS, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIOLO, Jaime. **Lança & Grafite: a instrução no RGS da primeira escola ao fim do império.** Passo Fundo: Ed. UPF, 1994.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre (1869-1937).** 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patricia Santos. (Orgs). **Intelectuais Mediadores práticas culturais e ação política, Ed.1.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016.

GÓMEZ, Angel Péres. O Pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente.** Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. **Memórias recompondo tempos e espaços da educação: Bom Jesus/RS (1913-1963).** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Orgs.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar séculos XIX e XX.** São Leopoldo: Oikos, 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Orgs.). **Romagem do tempo e recantos da memória, reflexões metodológicas sobre história oral.** São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. O ensino de história da educação na escola normal: entre o presente e a realidade escolar (Uberlândia-Minas Gerais) 1928-1970, Série Monografias. Vol.4, EDUFU.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs). **A Invenção da Tradição,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

JARDIM, Rosângela de Souza. SOUZA, José Edimar de. **Administração Escolar em Bento Gonçalves/RS na década de 1960: relações de contexto.** Revista Educatio, UCS, 2019.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001.

KERN, Arno Alvarez. A Educação do Outro: Jesuítas e Guaranis nas Missões Coloniais Platinas. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos

(Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, Gisele Alves de. **Culturas e Práticas Escolares do Curso Complementar no Colégio São José Vacaria/RS (1931-1944)**, PPGEDU, UCS, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**, 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.

LOUZADA, Maria Crsitina dos Santos, **A trajetória docente de uma alfabetizadora do Colégio São José em Pelotas/RS nas décadas de 1940 a 1980**, DISSERTAÇÃO, PPGEDU, UFPEL, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais**. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p.145-161, maio/ago. 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **Os Momentos de Formação Docente no Interior do Grupo Escolar Farroupilha/RS (1944-1949)**: “Era um momento também onde a gente um estudo das dificuldades, ou das ideias novas, modernas”, Ver. HISTEDBR On-line Campinas, SP v. 19, p. 1-23, 2019.

LUCHESE, Terciane Ângela. **História das instituições escolares, um olhar teórico-metodológico**. In: LUCHESE, Terciane Ângela. FERNANDES, Cassiane Curtarelli. BELUSSO, Gisele (Orgs). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul: Educus, 2018.

MAGALHÃES, Justino. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escrituras, 1998.

MARTINS, Angela Maria de Souza. **Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro**, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. V.5, n.14, p.259-260, ago,1945.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol.1, nº.2, 1996, p.73-98.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária**. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, jan./jun., 2012.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça, o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

MONTI, Edinardo Monteiro Gonzaga do. **Canto orfeônico**: os ideais cantados do Estado Novo, *Revista Travessia*, 2006.

MONTI, Edinardo Monteiro Gonzaga do. Educação Musical: contrapontos numa perspectiva histórica, **Revista Travessia**, ano XII.

MOURA, Geovana Ferreira Melo; FILHO, Geraldo Inácio. Colégio Nossa Senhora das Dores: rememorando os espaços destinados à educação feminina por meio da história oral (1940-1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 47-53, jan./dez., 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

NÓVOA, Antonio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.166, p.1106-1133, out/dez. 2017.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 109-119, 1991.

NÓVOA, Antonio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n .3, 2019.

NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antonio. **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro, A Imagem Fotográfica como fonte para a pesquisa em história da educação, X Encontro SulRiograndense de Pesquisadores em História da Educação. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/252.pdf>.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Folha Informativa COVID 19**, Escritório da OPAS e da OMS no Brasil; Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=COVID%2D19%20%C3%A9%20a%20doen%C3%A7a,%2C%20em%20Wuhan%2C%20na%20China>: Acessado em 14 set. 2020

PAIVA, José Maria de. Igreja e Educação no Brasil Colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARMAGNANI, Jacob J. Biografia de São Francisco de Paula: raízes Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). Porto Alegre: EST edições, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov., 2001.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUADROS, Claudemir. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

QUEIROZ, Daniela Fernandes da Silva. **Escola Normal Lourenço Filho (1934-1974)**: histórias e memórias da formação de professores em Rio Branco-Acre. Rio Branco: UFA, 2017.

REIS, José Carlos. **Teoria & História**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

RODRIGUES, Ângela. ESTEVES, Manuela. Análises de Necessidades na Formação de Professores. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora, Portugal: 1993.

RICO, Antón Costa. Iluminar la intensa historia de las prácticas escolares desde la historiografía educativa: potencialidad y retos. ALVES, Cláudia; MIGNOT, Ana Crystina (Orgs.). **História e Historiografia da Educação Ibero-Americana**: projetos, sujeitos e práticas. Rio de Janeiro: Quartet-FAPERJ-SBHE, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I, Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**, Tomo III, Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: [s. n.], 1981.

RIPE, Fernando. SOUZA, José Edimar de, OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. História e historiografia da educação no Rio Grande do Sul, instituições, cultura e práticas educativas, Editora Fi, Porto Alegre. 2019.

RIZZON, Luiz Antônio; POSSAMAI, Osmar João. São Francisco de Paula Distrito de Cima da Serra In: BARROSO; Véra Lucia Maciel (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí**, Porto Alegre: EST Edições, 1992.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância, Cad. Cedes, Campinas v.23, n.59, p.39-56, abril 2003.

ROCHE, Jean. **L'Administration de La Province Du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1961.

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flavia Obino Corrêa. **Presságios de modernidade na arquitetura escolar gaúcha: o Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo (1946-1966)**. In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt Almeida (Orgs.). Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTOS, Rodrigo Luis dos, Tramas enlaçadas, política, religião e educação no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, Editora Fi, Porto Alegre, 2018.
SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SAVIANI, Demerval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. Companhia das Letras, 2019.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1992.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre; São Leopoldo: Ed. UFRGS; EST Edições, 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Riograndino da Costa e. **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968.

SILVA, Iva da. **Páginas de História: São Francisco de Paula**; Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2011.

SILVA, Katiene Nogueira. Do controle das paixões à maestria de si: um estudo acerca das práticas e das representações de moralização na escola pública paulista (1948-1978), TESE, PPGEDU, USP, 2011.

SILVA, Katiene Nogueira. Criança calçada, criança sadia: sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950-1970), DISSERTAÇÃO, PPGEDU, USP 2007.

SIMÕES, Regina Helena Silva. Em busca do futuro perdido? A pesquisa histórica como ferramenta para a problematização da profissão de professores no tempo. In: SIMÕES, Regina Helena Silva. CORREA, Rosa Lydia Teixeira. MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (Orgs). **História da Profissão Docente no Brasil**, Vitória: EDUFES, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar séculos XIX e XX**. Porto Alegre: Oikos, 2016

SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUZA, José Edimar de. Trajetória de um imigrante no sul do Brasil, Friedrich Christian Klinglhoeffler (1826-1838), Memória e Trajetória de Vida, **Revista TEL**, 2012.

SOUZA, José Edimar de; DUARTE, Ariane dos Reis. O curso normal de Sapiranga (Rio Grande do Sul-Brasil) na década de 1960: aspectos dos processos formativos. **Ver. Hist. UEG**, Porangatu, v. 6, n. 1, p. 117-135, jan./jul., 2017.

SOUZA, José Edimar de. A festa da Pátria: Memórias cívicas na área rural de Novo Hamburgo/RS (1930-1970). **Artelogie**, n. 4, 2013.

SOUZA, José Edimar de. GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Um dia de exame final: práticas avaliativas em uma escola isolada rural - Novo Hamburgo/RS (1953-1971), **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas. n.55, p.297-311, mar. 2014.

SOUZA, José Edimar de. GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo/RS (1931-1942), **Revista Brasileira da Educação**, v. 20, n. 61, abr./jun., 2015.

SOUZA, José Edimar de. O ensino em Novo Hamburgo/RS nas memórias de professores. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2020.

SUDBRACK, Edite Maria. Formação permanente e carreira docente, *Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalem*, v.13, n.20, p.45-50, jun.2020.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol I- Séculos XVI-XVIII**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol II- Século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol III-Século XX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TAMBARA, Elomar. Educação e positivismo no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol II- Século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/ago., 2000.

TARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIFF, Maurice. LESSARD, Claude. (Orgs.). **O Ofício de Professor história: perspectivas e desafios internacionais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **A instrução da mocidade rio-grandina: o ensino secundário na Cidade do Rio Grande/RS (1850-1889)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol II- Século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas Escolares, Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX), VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX: In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, Vol II- Século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Historia de La educación y historia cultura, posibilidades, problemas, cuestiones.** Revista Brasileira de Educação, nº 0, set/out/nov/dez. 1995.

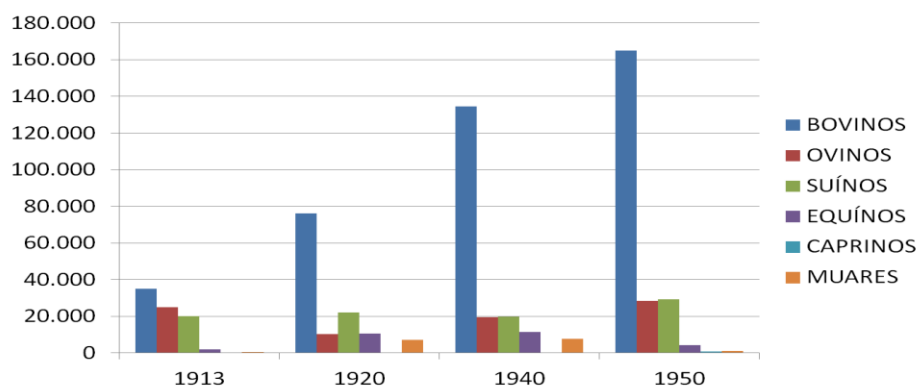
WERLE, Flávia Obino Corrêa Werle (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional:** instituições, práticas e formação de professores. Ujuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

WERLE, Flávia Obino. **Invenções e tradições na história da educação.** In: SIMÕES Regina Helena Silva. GONDRA, José Gonçalves. (Org), **Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação.** Vitória: EDUFES, 2012.

APÊNDICES

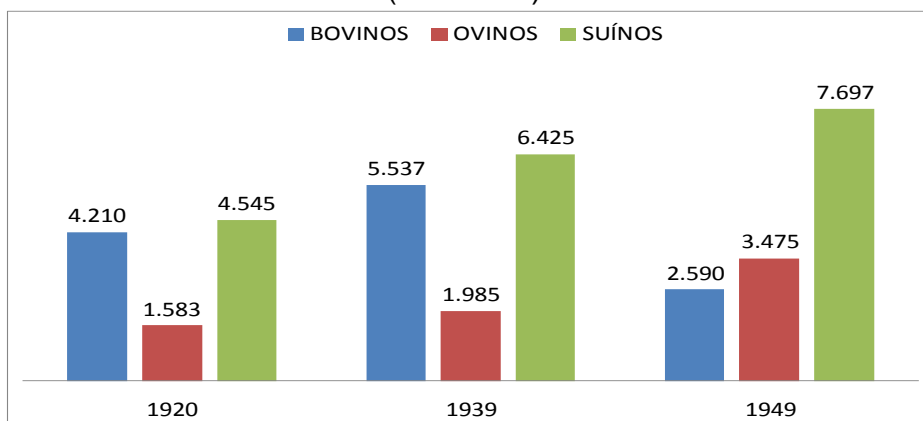
APÊNDICE A – GRÁFICOS QUANTIDADES/UTILIZAÇÃO DOS REBANHOS

Gráfico: Histórico dos Rebanhos (unidades).



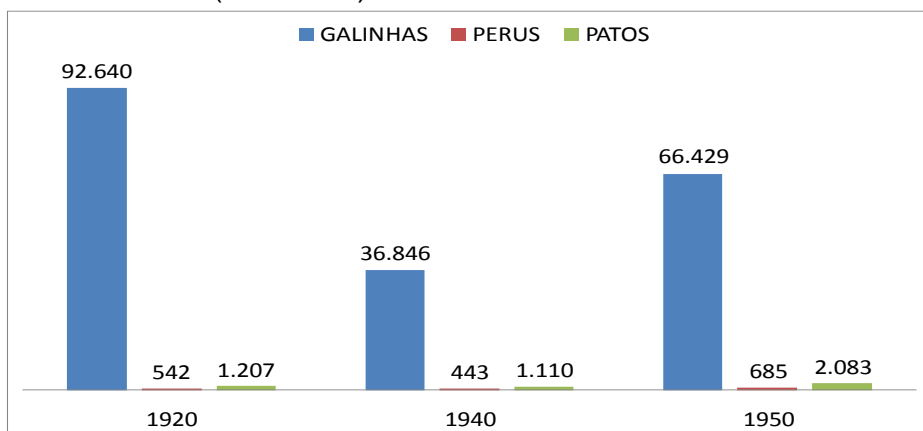
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Animais Abatidos (Unidades)

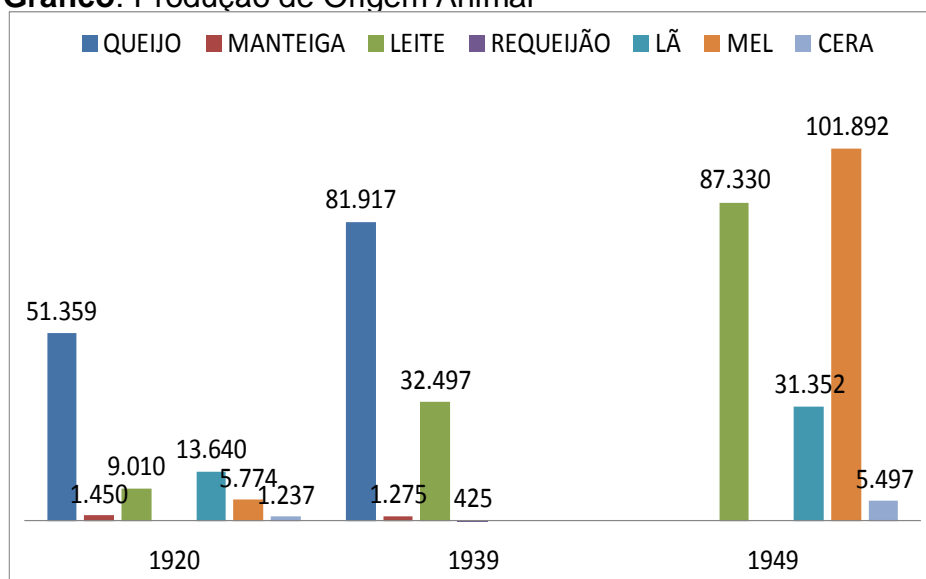


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Aves (Unidades).



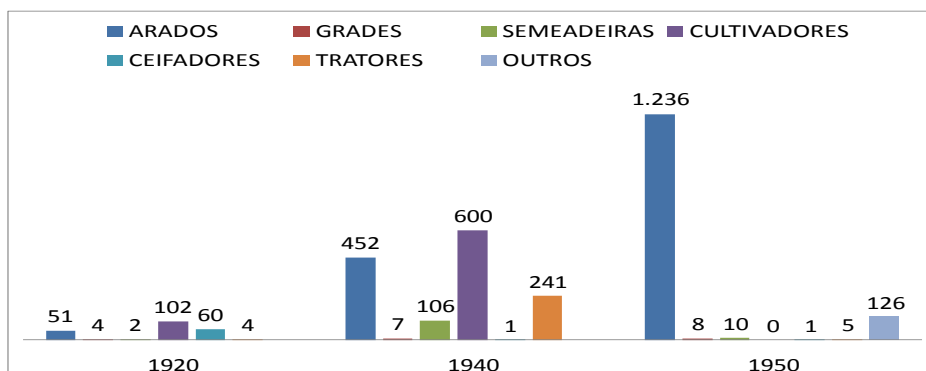
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Produção de Origem Animal

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

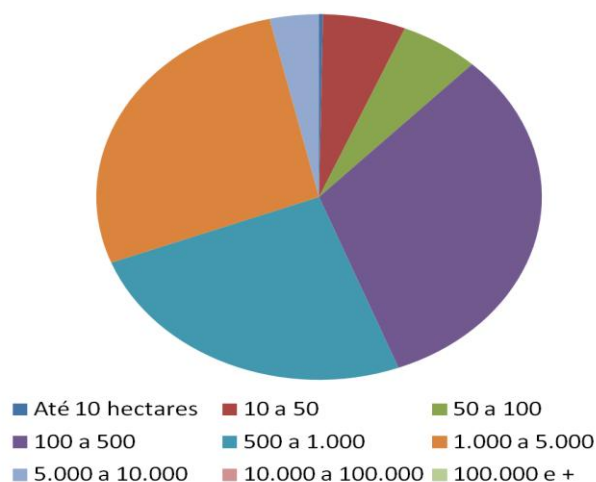
APÊNDICE B – GRÁFICOS ÍNDICES DE USO AGROPECUÁRIO

Gráfico: Implementos Agrícolas (Unidades).



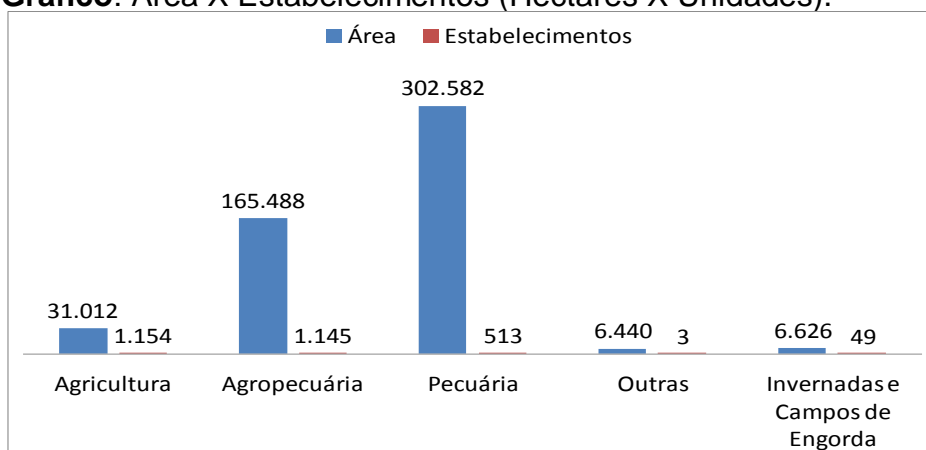
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Média de Tamanho dos Imóveis Rurais (Hectares).



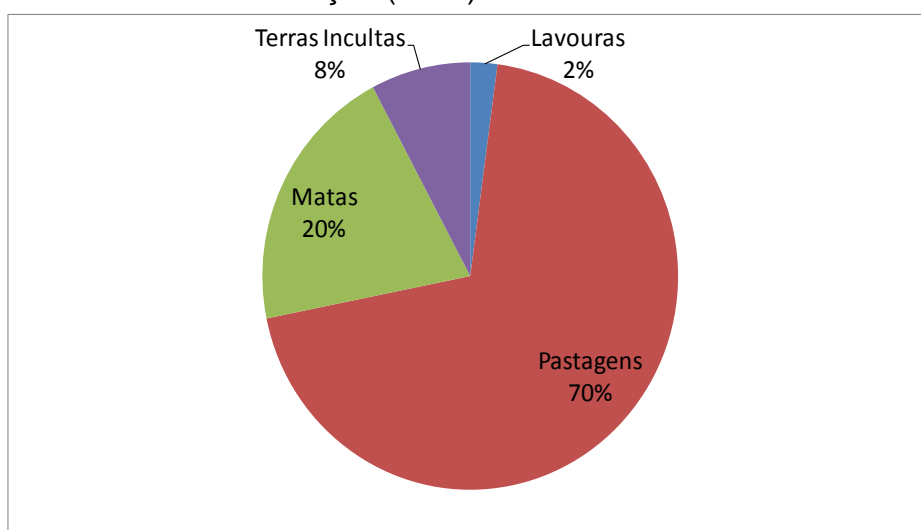
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Área X Estabelecimentos (Hectares X Unidades).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

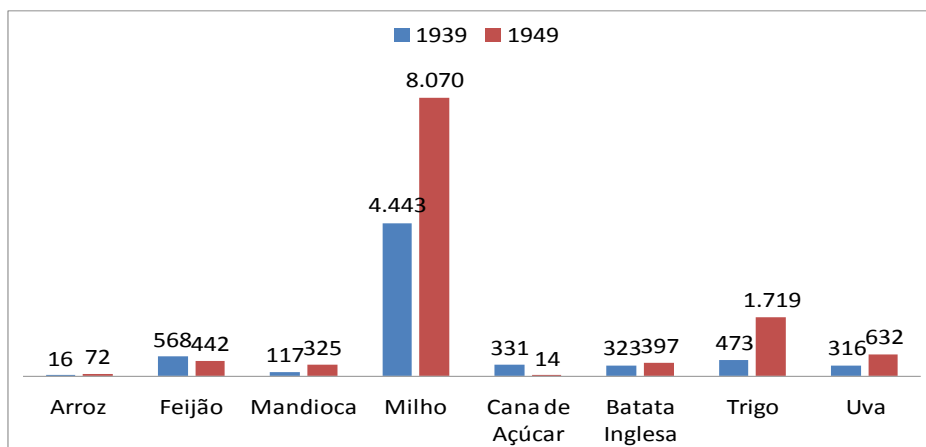
Gráfico: Área X Utilização (1950).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

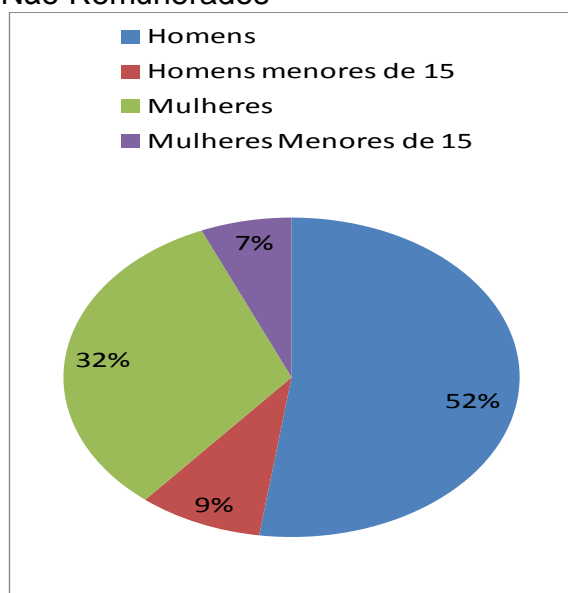
APÊNDICE C – GRÁFICOS PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1940)

Gráfico: Produção Hortifrutigranjeira (1939-1949).



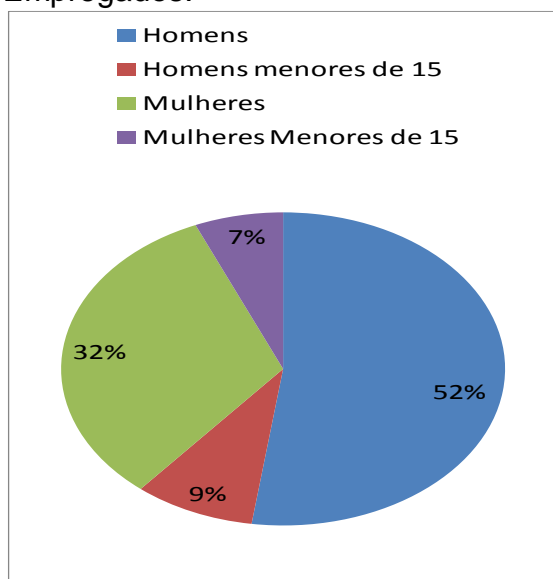
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Gráfico: Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários- 1940- Familiares Não Remunerados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

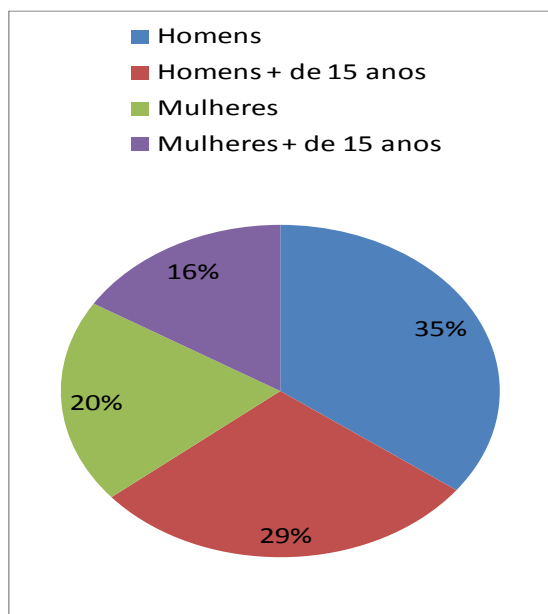
Gráfico: Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários- 1940- Colonos e Empregados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

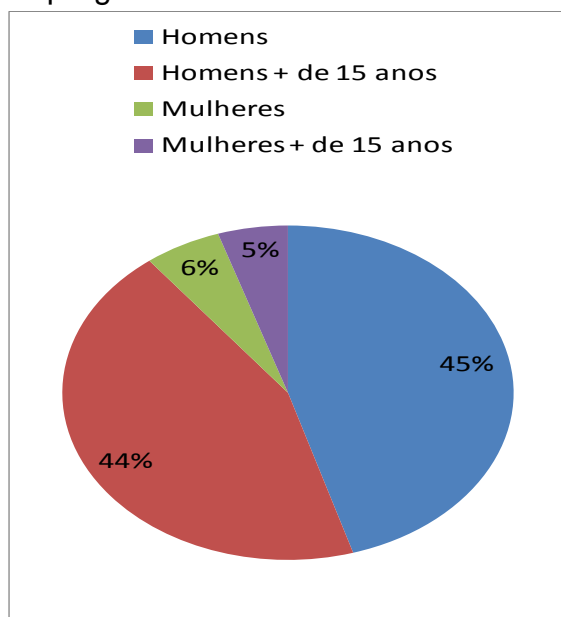
APÊNDICE D – GRÁFICOS PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (1950)

Gráfico: Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários- 1950- Familiares Não Remunerados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

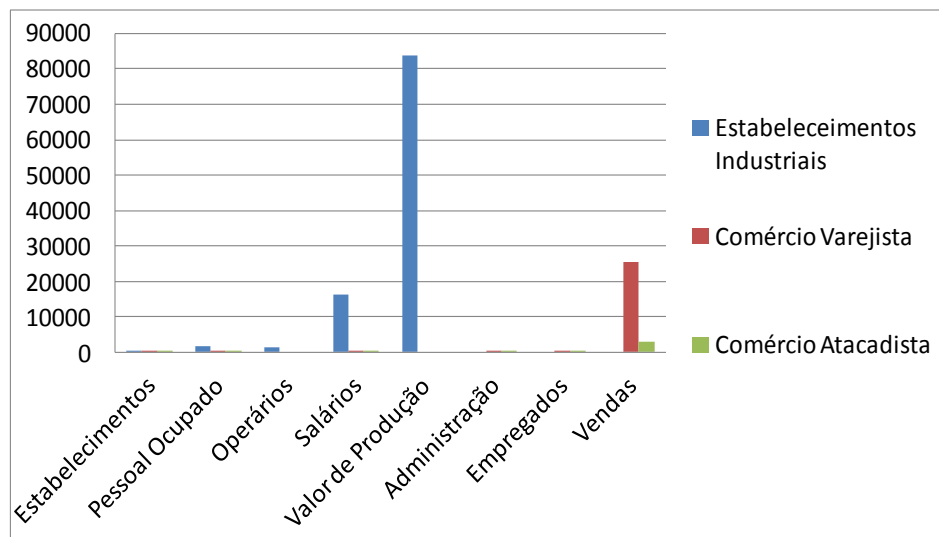
Gráfico: Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários- 1950- Empregados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE E – ESTABELECIMENTOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (1950)

Gráfico: Estabelecimentos de Indústria e Comércio (1950).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

**APÊNDICE F – QUADRO DE PROFESSORES E ESCOLAS, DECRETO nº 39
(25.05.1954)**

DECRETO Nº 39, de 25 de maio de 1954

DISPÕE SÔBRE O ENSINO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inc XIX, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1 – Provê o quadro de professores e fixa as Escolas Municipais:

Nº	Localidade	Distrito	Nome do Professôr
1	Lava-Pés	Elétra	Vaga
2	Fazenda dos Ilhéus	Juá	Alba Terezinha dos Passos
3	Fazenda Moura	Oliva	Readir Maria A. Soares
4	Parque Rural	Sede	Clori Pereira
5	Pinhão	Cazuza Ferreira	Maria Odete Lucena
6	Cedro-Faz. Batista	Cazuza Ferreira	Arlinda Luz da Costa
7	Horto Florestal	R. dos Kroeff	Amabile Menegas e Maria Teresinha Ferreira
8	São Gonçalo	Cambará	Ana Maria Machado
9	Bem-te-vi	Oliva	Leopoldina Polonia Camelo
10	Serra do Pinto	Tainhas	Maximilia C. da Rocha
11	Capão Alto	Caz. Ferreira	Ieda Borges Machado
12	Santo Antonio	R. dos Kroeff	Celuta Moreira Leite e Valdevina Silvestre
13	Faxinal dos Pelúcios	C. Ferreira	Eva de Oliveira Branco
14	Ilheus	Criuva	Deoclécio da Silva Lessa
15	Passo do Inferno	Elétra	Ledi da Silva Rosa
16	Bôa Vista	Jaquirana	Vaga
17	Fazenda Velha	C. Ferreira	Francisca da Silva Santos
18	Barra do Camisas	Jaquirana	Teresinha P. P. Carneiro
19	Faz. Sita-P.Velho	Tainhas	Auxiliadora Sita
20	Fundo do Agudo	Criuva	Elina Paloschi dos Santos
21	Chuvisqueiro	R. dos Kroeff	Guida Paim Sparrenberger
22	Pontão	Elétra	Eronina Justino da Rosa
23	Capela São João	Criuva	Virgilio S. dos Passos
24	Asulega	Tainhas	Elocy de Souza Brandão
25	Contendas (M. Agudo)	Tainhas	Rita Sita
26	Quebrada Funda	Chapada	Maria Zila Vieira
27	Tunas Baixas	Oliva	Benta teles do N. Lawrenz
28	Vargea do Cédro	Tainhas	Maria Clelia Valim Alves
29	Capela São Roque	R. dos Kroeff	Jeronimo Posenatto e Guilherme Alexius Muller
30	Espigão Alto	Jaquirana	Valter Porto de Quadros e Venina Rodrigues
31	Araucaria	Cambará	Vaga
32	Goiabeira	Cambará	Iole P. Bringhenti Magro
33	Arroio Corneta	Tainhas	Leopoldo Becker
34	Divisa das Contendas	Tainhas	Malvina Santos da Silva
35	Morro do S. Cruz	Oliva	Vaga
36	Colonia Felicidade	C. Ferreira	Eronita Prux Conceição
37	Fundo do Muniz	Juá	Eradio Moreira Gil
38	Potreiro Novo (Marques)	Tainhas	Iracema Corrêa dos Santos
39	Fundo do Rincão	Jaquirana	Eulina Teresinha J. Mello
40	Marmeleiro	Criuva	Ordália Prux
41	Barrocão	C. Ferreira	Ondina de Medeiros e Silva

42	Poço Redondo	Jaquirana	Celia Cardoso dos Santos
43	Casa Branca	Criuva	Rosalina M. Amoretti
44	Linha Café	Criuva	Severina Bartelli
45	Roça do Posto	Sede	Diná de Jesus Morais Pires
46	Campestre do Tigre	C. Ferreira	Maria Celia da Silva
47	Linha Gonçalves	Criuva	Vivaldina Nunes
48	Capão das Mulas	Caz. Ferreira	Josefina Dacol Rodrigues
49	Tres Lagoas (azulega)	Tainhas	Vaga
50	Encruzinhada da Picada	Chapada	Eva Candido de Lucena Pezzi
51	Gróta	Oliva	Honorina Zanol
52	Linha São Jacob	R. dos Kroeff	Eronita Cesaria Menegas
53	Ponte D. Pedro II	Sede	Mariana Martins Padilha
54	Fazenda Velha	C. Ferreira	Zenilda Ramos Soares
55	Cravina	R. dos Kroeff	Maria Gomes da Silva
56	Serra das Antas	Caz. Ferreira	Maria Enilda Alves Corrêa
57	Capela Santa Catarina	Criuva	Nadir Zanatta
58	Lageado do Sumidouro	R. dos Kroeff	Vaga
59	Ponte dos Ilheus	Criuva	Vaga
60	Boqueirão	Criuva	Iris Terezinha Reginini
61	José Velhor (Trentin)	Sede	Alfredo Wissmann e Maria Antonieta Pinto Wissmann
62	Ponte do José Velho	Elétra	Enedina Maria Pedroso Laurindo
63	Linha Santa rosa	R. dos Kroeff	Orena Vitoria de Mello
64	Ilha das Antas	Jaquirana	Otavio Cardoso de Oliveira
65	Costa das Antas	Jaquirana	Maria Benvinda Pereira
66	Colônia Pezzi	Chapada	Maria Dosolina de Oliveira Pezzi
67	Cipó	Juá	Maria José Pires
68	Morro Agudo (Retiro)	Cambará	Maria Decken
69	Linha Taimbé	Criuva	Selene Castilhos
70	Môrro Grande	Cambará	Vaga
71	Capão Penso	Cambará	Vaga
72	Fazenda dos Potreiros	Caz. Ferreira	Adasilda do Amaral e Silva
73	Gurita	Elétra	Mafalda Bertolucci
74	Ponte do Pinto	Sede	Andradina Peixoto da Silva
75	Cédro (Piardi)	Caz. Ferreira	Vaga
76	Taipinha	Jaquirana	Terezinha Cardoso de Oliveira
77	Campo Alto	Jaquirana	Vaga
78	Estiva	Cambará	Vaga
79	Tóca	Elétra	Iara Maria de Lima Ferreira
80	Linha Rech	Criuva	Olga Prux dos Reis
81	Apanhador	Juá	Ariovaldo Castilhos de Oliveira
82	Mato Grande	Jaquirana	Vaga
83	Campo Redondo	Cambará	Simeão Moraes Pereira
84	Taimbézinho	Cambará	Jurema Pinheiro da Silva
85	Pai-Bitú	Elétra	Francisca Eugenia Costa dos Reis
86	Coxilha do Tigre	Criuva	Adelia Biasus
87	Amola Faca	Sede	Eremita Silveira Pinto
88	Faxinalzinho	Tainhas	Enedina Alves Boeira
89	Funda da Mulada	Criuva	Assis José Pereira
90	Serraria São José	Cambará	Lelia Martins
91	Bôa Vista	Cambará	Vaga
92	Tunas Altas	Oliva	Gema Antonia Casagrande
93	Fazenda Muratori	Tainhas	Honorino João Buffão
94	Môrro do José Velho	Sede	Olivia Rabello dos Santos
95	Boca da Picada da Celulose	Cambará	Amara Pereira Maciel
96	Mangueirinha	Oliva	Maria Dina da Silva
97	Capão Alto	Sede	Eronita Schaeffer Bittencourt

98	Enxovia	Caz. Ferreira	Vaga
99	Encruzilhada dos Ilheus	Criuva	Vaga
100	Costa do Tainhas	Chapada	Marina Varela
101	Campestre do Tigre	Caz. Ferreira	Benta Maria do Amaral
102	Fazenda Gomes (Ilhéus)	Criuva	Vaga
103	Três Irmãos	Jaquirana	Ceres Marina Ramos
104	Apanhador	Juá	Juraci Souza Brandão
105	Sabiá	Oliva	Benedita Irlde Rech
106	Linha Venancio	Criuva	Zilma Francischelli
107	Ilheus	Criuva	Eloah Schmidt dos Passos
108	Invernadinha	Caz. Ferreira	Nilza Pascoal
109	Criuvinha	Jaquirana	Celia Vieira da Silva
110	Serrinha	Cambará	Vaga
111	Potreiro Velho	R. dos Kroeff	Vaga
112	Passo do Blanckenhein	Elétra	Jovita Borges Souza e Labibe Cantuz da Rosa

Art. 2 – São adidos aos Grupos Escolares Estaduais abaixo os seguintes professores:

Grupo Escolar de	Juá	Aura dos Santos Leidens
Escola Escolar de	Chapada	Colori Valim de Lima Santos
Grupo Escolar	Jaquirana	Dorilda A. da Rosa Dartora
Grupo Escolar de	Celulose-Cambará	Heleny Goulart S. Heitelvan
Escola Escolar de	Pedra Lisa-Caz. Ferreira	Lourdes T. Fabro dos Santos
Grupo Escolar de	Oliva	Maria Edith Pereira
Escola Escolar de	Chapada	Nair Gomes Camargo
Grupo Escolar de	Cambará	Rosita Rosa Pereira
Grupo Escolar de	Jaquirana	Sinval de Oliveira Lopes
Grupo Escolar de	Caz. Ferreira	Zaida Maria de Lucena
Grupo Escolar de	Celulose-Cambará	Iolanda Reyna Coelho
Escola Rural de	Pedra Lisa-Caz. Ferreira	Jovelina Pinheiro Bossle
Legião Brasileira de Assistência		Heloy Reis Pereira

Art. 3- Revogam-se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, em 25 de maio de 1954

Remígio Nodari

Prefeito

ANEXOS

ANEXO 1

1.2.7 - Número de casas e de pessoas livres e escravos, segundo os municípios e paróquias, do Rio Grande do Sul — 1872

MUNICÍPIOS	PARÓQUIAS	NÚMERO DE CASAS	NÚMERO DE PESSOAS LIVRES E ESCRAVOS
Porto Alegre	Nossa Senhora Madre de Deus	1 489	9 023
	Nossa Senhora do Rosário	2 075	14 104
	Nossa Senhora das Dores	703	4 632
	Nossa Senhora de Belém	372	2 824
	Nossa Senhora da Conceição de Viçosa	885	6 295
	Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia	433	3 600
	Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas	433	1 520
TOTAL		6 042	43 998
Camaquã	São João Batista de Camaquã
	Nossa Senhora das Dores de Camaquã
TOTAL			
São Leopoldo	Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo		5 773
	Santa Cristina do Pinhal	509	3 413
	Santana do Rio dos Sinos	1 020	7 028
	São José do Hortêncio	592	3 559
	São Miguel dos Dois Irmãos	479	2 977
	São Pedro do Bom Jardim		
	TOTAL	2 660	22 750
Triunfo	Senhor Boi Jesus - Junfa	563	4 326
	São João do Monte Negro	1 111	7 153
	TOTAL	1 674	11 339
São Jerônimo	São Jerônimo
	TOTAL		
Taquari	São José de Taquari	1 166	8 840
	Santo Amaro	916	6 925
	TOTAL	2 082	15 765
Santo Antônio	Santo Antônio da Patrulha	1 240	8 908
	São Francisco de Paula de Lima da Serra	545	5 360
	Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria	721	5 755
	São Paulo da Legoa Vermelha	715	4 744
	TOTAL	3 251	24 767
Conceição do Arroyo	Nossa Senhora da Conceição do Arroyo	813	6 045
	São Domingos das Torres	600	3 962
	TOTAL	1 413	10 011
Rio Pardo	Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo	1 390	11 571
	Santa Cruz	1 203	7 310
	TOTAL	2 593	18 881
Encruzilhada	Santa Bárbara da Encruzilhada	568	6 547
	São José do Patrocínio	227	1 949
	TOTAL	795	8 496
Cachoeira	Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira	1 414	11 899
	TOTAL	1 414	11 899
Caçapava	Nossa Senhora da Assunção de Caçapava	767	4 850
	Santo Antônio das Lavras	483	3 997
	Santana da Boa Vista	355	2 600
	São Sepe	283	2 482
	TOTAL	1 888	13 929

(continua)

ANEXO 2

U.I.
BIBLIOTECA

129

1.5.9 - População, por idade, sexo e grau de instrução, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 1920

MUNICÍPIOS	SABER LER E ESCRVER						TOTAL GERAL
	0 a 14 Anos			De 15 Anos e Mais			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Alegrete	1 177	1 202	2 379	5 433	4 570	10 003	12 382
Alfredo Chaves	1 642	1 526	3 168	5 606	3 773	9 379	12 547
Antônio Prado	468	446	913	1 498	1 184	2 682	3 595
Arroio Grande	237	232	469	1 648	1 273	2 921	3 392
Bagé	1 501	1 618	3 119	8 210	6 797	15 007	18 126
Bento Gonçalves	958	952	1 910	4 562	3 127	7 689	9 596
Bom Jesus	324	253	577	1 199	722	1 921	2 496
Capapava	596	535	1 131	2 718	2 315	5 033	6 164
Cachoeira	2 221	2 159	4 380	9 505	7 594	17 100	21 485
Canguçu	791	581	1 372	4 373	2 732	7 105	8 477
Caxias	1 755	1 775	3 530	6 386	5 447	11 833	15 363
Conceição do Arroio	485	447	932	2 776	1 461	4 237	5 164
Cruz Alta	1 625	1 611	3 236	8 618	5 579	14 197	17 433
Dom Pedro	534	545	1 079	3 098	2 596	5 694	6 773
Dores de Cansueta	236	192	428	1 599	1 091	2 690	3 118
Encantado	720	658	1 378	2 695	1 867	4 562	5 540
Encruzilhada	773	695	1 468	3 444	2 787	6 231	7 699
Erechim	1 219	1 054	2 273	6 489	3 956	10 446	12 709
Erval	265	318	583	1 635	1 365	3 000	3 583
Extrema	1 765	1 709	3 474	5 781	5 429	11 210	14 704
Garibaldi	912	927	1 839	2 986	2 403	5 389	7 228
Gravatá	748	557	1 305	2 720	1 843	4 563	5 668
Guaporé	1 588	1 421	3 009	5 702	3 754	9 456	12 465
Ijuí	1 557	1 374	2 931	5 864	4 240	10 104	13 035
Itaquí	667	730	1 397	2 767	2 538	5 305	6 742
Jaguário	582	637	1 219	2 925	2 762	5 687	6 906
Júlio de Castilhos	965	885	1 850	4 023	2 658	6 682	8 532
Lajeado	2 644	2 354	4 998	7 483	6 498	13 981	18 979
Lagoa Vermelha	1 046	827	1 873	5 012	2 464	7 476	9 249
Lavras	235	217	452	1 236	899	2 135	2 587
Livrramento	1 203	1 191	2 394	6 910	5 315	12 225	14 639
Montenegro	3 207	3 002	6 209	9 691	8 765	18 456	24 665
Palmeira	997	728	1 725	5 288	2 611	7 899	9 624
Passo Fundo	2 473	2 263	4 736	11 445	16 108	34 089	41 584
Pelotas	3 811	3 684	7 495	17 981	15 503	33 485	41 122
Pinheiro Machado	295	332	627	1 892	1 422	3 315	3 841
Piratini	312	254	566	1 853	1 452	3 305	3 841
Porto Alegre	9 018	8 830	17 848	45 466	37 886	83 352	104 996
Quaraí	489	464	953	1 965	1 821	3 786	4 739
Rio Grande	2 018	2 105	4 203	13 569	10 707	24 276	28 479
Rio Pardo	1 381	1 138	2 519	5 741	4 245	9 986	12 505
Rosário	528	521	1 049	2 978	2 147	5 125	6 274
Santa Cruz	2 531	2 433	4 964	8 901	7 870	16 771	21 735
Santa Maria	2 542	2 375	4 917	11 165	8 446	19 601	24 518
Santa Vitória do Palmar	414	461	875	2 580	1 998	4 578	5 453
Santiago do Bonifácio	308	377	685	2 444	1 778	4 222	4 987
Santo Amaro	279	251	530	1 521	995	2 516	3 046
Santo Angelo	1 315	1 158	2 473	6 613	4 228	10 841	13 314
Santa Teóclia	1 156	974	2 130	5 135	3 233	8 368	10 496
Santo Antônio da Boa Vista	623	408	1 031	3 614	2 706	6 320	7 731
São Borja	387	345	732	2 530	1 775	4 305	5 234
São Francisco de Assis	729	668	1 397	3 586	2 321	5 907	7 214
São Francisco de Paula	860	785	1 645	4 893	3 519	8 412	10 057
São Gabriel	569	447	1 016	3 366	1 789	5 155	6 122
São Jerônimo	375	285	660	2 388	1 218	3 606	4 074
São João de Cansueta	268	183	451	1 678	1 217	2 895	3 546
São José do Norte	3 243	3 169	6 412	12 056	10 953	23 009	29 421
São Leopoldo	1 022	996	2 008	4 183	3 727	7 910	9 918
São Lourenço	1 559	1 441	3 000	6 075	4 116	10 191	13 191
São Luís Gonzaga	2 209	2 106	4 315	6 915	4 916	11 831	14 649
São Sebastião do Caí	373	369	742	2 157	1 805	3 962	4 704
São Sepé	632	559	1 191	2 903	2 016	4 919	6 110
São Vicente	966	794	1 760	5 429	3 091	8 520	10 237
Soledade	1 916	1 849	3 765	6 381	3 091	9 472	11 668
Taquara	833	832	1 665	3 522	2 572	6 094	7 412
Taquari	351	133	484	1 519	481	2 000	2 481
Torres	303	305	608	1 617	1 124	2 741	3 251
Triunfo	1 203	1 259	2 462	6 187	5 262	11 449	14 011
Uruguaiana	980	683	1 663	4 374	2 244	6 618	8 231
Vacaria	1 173	1 094	2 267	3 888	3 351	7 239	8 506
Venâncio Aires	332	287	619	2 168	1 171	3 339	3 958
Viamão	1 173	1 094	2 267	3 888	3 351	7 239	8 506
TOTAL DO ESTADO	85 570	80 077	165 647	384 157	298 128	682 285	847 942

(continua)

ANEXO 3

170

I.S.P. - População, por idade, sexo e nível de instrução, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 1920

MUNICÍPIOS	NÃO SABEM LER E ESCREVER						TOTAL GERAL
	0 a 11 Anos			De 12 Anos e Mais			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Alegrete	5 757	5 725	11 582	4 138	5 225	9 363	20 945
Alfredo Chaves	6 451	6 019	12 470	3 115	4 263	7 378	19 848
Antônio Prado	1 862	1 887	3 749	862	1 309	2 171	5 921
Arrozal Grande	2 058	1 996	4 054	1 384	1 266	2 650	7 704
Bage	7 425	7 889	15 314	4 125	7 163	11 288	26 602
Bento Gonçalves	4 125	4 121	8 246	1 214	2 457	3 671	11 917
Bom Jesus	1 444	1 331	2 775	723	1 135	1 858	4 633
Caçapava	4 421	4 053	8 474	3 153	3 390	6 543	15 017
Caracol	10 923	10 844	21 767	6 842	8 409	15 251	37 018
Canguçu	7 796	7 480	15 276	5 466	7 795	13 261	28 537
Caxias	5 985	5 941	11 926	2 639	4 220	6 859	18 785
Conceição do Arroio	4 263	4 035	8 298	2 757	5 553	8 310	16 608
Cruz Alta	7 555	7 566	15 121	3 939	7 590	11 529	26 650
Dom Pedrito	3 231	3 005	6 236	2 054	2 007	4 061	8 297
Dores de Cansana	2 478	2 405	4 883	1 767	3 083	4 850	9 733
Encantado	5 446	5 340	10 786	2 478	5 450	7 928	18 714
Encruzilhada	6 068	5 729	11 797	4 161	5 226	9 387	21 184
Erechim	9 349	9 471	18 820	5 556	1 331	6 887	25 707
Erval	1 931	1 855	3 786	1 234	1 180	2 414	6 200
Estrela	4 237	4 141	8 378	1 003	1 654	2 657	6 945
Garibaldi	2 980	2 895	5 875	1 116	3 678	4 794	9 669
Gravataí	4 067	3 906	7 973	2 975	5 301	8 276	16 249
Guapore	8 827	8 920	17 747	3 067	3 892	6 959	24 706
Ijuí	5 759	5 906	11 665	3 094	2 314	5 408	17 073
Itaqui	2 723	2 573	5 296	1 660	2 270	3 930	9 226
Jaguarião	2 163	2 178	4 341	1 679	4 588	6 267	10 608
Júlio de Castilhos	5 200	4 933	10 133	3 279	3 300	6 579	16 712
Lajeado	7 514	7 234	14 748	2 569	6 174	8 743	23 491
Lagoa Vermelha	7 977	8 044	16 021	4 107	1 860	5 967	21 988
Lavras	1 919	1 910	3 829	1 474	5 814	7 288	11 112
Livramento	6 457	6 167	12 624	4 107	3 388	7 495	20 119
Montenegro	7 917	7 476	15 393	2 333	9 014	11 347	26 740
Palmeira	10 679	10 164	20 843	6 962	10 966	17 928	38 771
Passo Fundo	15 753	15 435	31 188	8 724	9 827	18 551	49 739
Pelotas	11 506	11 482	22 988	7 091	2 127	9 218	32 206
Pineheiro Machado	2 552	2 403	4 955	1 580	2 754	4 334	8 289
Piratini	3 132	3 041	6 173	7 172	2 754	9 926	16 100
Porto Alegre	20 483	21 169	41 652	13 114	19 531	32 645	74 297
Quaraí	2 622	2 553	5 175	1 840	7 484	9 324	14 500
Rio Grande	6 740	6 789	13 529	1 794	6 805	8 599	22 128
Rio Pardo	6 604	6 310	12 914	4 104	5 338	9 442	22 356
Rosário	3 491	3 614	7 105	2 387	5 268	7 655	14 760
Santa Cruz	6 895	6 514	13 409	2 709	3 183	5 892	19 301
Santa Maria	9 695	9 425	19 120	5 712	6 119	11 831	30 951
Santa Vitória do Palmar	2 077	2 141	4 218	1 489	1 840	3 329	7 547
Santiago do Boqueirão	3 695	3 542	7 237	2 270	3 221	5 491	12 728
Santo Amaro	1 572	1 431	3 003	917	1 192	2 109	5 112
Santo Ângelo	9 680	9 180	18 860	6 296	7 685	13 981	32 841
Santo Antônio da Patrulha	8 699	8 261	16 960	5 530	7 185	12 715	29 675
São Borja	5 458	5 276	10 734	3 271	5 111	8 382	21 116
São Francisco de Assis	4 269	4 090	8 359	2 787	3 847	6 634	15 003
São Francisco de Paula	4 990	4 906	9 896	2 812	3 998	6 810	16 706
São Gabriel	4 966	4 812	9 778	3 090	4 712	7 802	17 580
São Jerônimo	4 621	4 387	9 008	3 607	4 182	7 789	16 797
São João de Campaná	3 017	2 899	5 916	1 989	2 608	4 597	10 513
São José do Norte	2 532	2 716	5 248	2 058	2 765	4 823	10 071
São Leopoldo	6 448	6 222	12 670	2 455	2 955	5 410	18 080
São Lourenço	3 369	3 319	6 688	1 622	2 067	3 689	10 377
São Luís Gonzaga	8 037	7 611	15 648	4 278	6 046	10 324	25 972
São Sebastião do Caí	6 493	6 108	12 601	2 239	2 704	4 943	17 544
São Sepé	3 056	2 988	6 044	2 228	2 703	4 931	11 005
São Vicente	3 721	3 674	7 395	2 415	3 542	5 957	13 352
Solânea	11 198	10 897	22 095	7 266	9 329	16 595	38 690
Taquara	7 565	7 290	14 855	3 561	4 157	7 718	22 573
Taquari	4 887	4 623	9 510	3 177	3 857	7 034	16 544
Torres	2 617	2 650	5 267	1 939	2 829	4 768	10 035
Triunfo	1 977	2 034	4 011	1 761	1 684	3 445	8 456
Trujá	5 206	5 057	10 263	3 653	4 715	8 368	18 631
Vacaria	5 529	5 651	11 180	2 803	4 825	7 628	18 808
Venâncio Aires	3 554	3 496	7 050	1 554	1 908	3 462	8 512
Viamão	3 071	2 968	6 039	2 385	3 741	6 126	11 545
TOTAL DO ESTADO	398 955	389 584	788 539	235 294	310 938	546 232	1 334 771

FONTE: RECENSEAMENTO DO BRASIL 1920: população. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929. v. 4, pt. 4.

computadas as pessoas que não sabem ler ou escrever.

o de Jaguari, apesar de ter sido criado em 16/08/1920, no Recenseamento de 1920, foi constituido distrito de São Vicente; por esse motivo, não constam dados discriminados para esse mu-

ANEXO 4

180

1.7.13 - Pessoas de 5 anos e mais, por grau de instrução, segundo os municípios do Rio Grande do Sul — 1950

MUNICÍPIOS	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER(1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alegrete	36 579	10 587	10 702	7 535	7 755
Antonio Prado	9 065	2 644	2 731	1 694	1 993
Aparados da Serra	17 562	3 732	3 157	2 663	3 010
Arroio do Meio	14 416	5 931	5 894	3 253	3 330
Arroio Grande	14 720	4 070	3 725	3 566	3 359
Bagé	55 846	16 320	16 603	11 261	11 662
Bento Gonçalves	20 928	7 208	7 060	3 156	3 504
Bom Jesus do Triunfo	10 510	2 735	2 469	2 681	2 627
Caçapava do Sul	27 446	5 847	6 160	7 648	7 791
Cacequi	12 229	3 405	3 311	2 680	2 833
Cachoeira do Sul	79 134	23 484	21 509	15 986	18 075
Caí	34 080	12 935	12 380	4 373	4 392
Camaquã	29 185	6 363	5 196	8 388	9 238
Candelária	18 644	5 931	4 944	3 423	4 346
Canela	7 470	2 451	1 982	1 433	1 604
Canguçu	48 892	11 429	9 033	13 213	15 149
Canoas	33 033	12 045	10 342	4 767	5 879
Carazinho	47 170	15 945	15 122	7 583	8 528
Caxias do Sul	49 349	18 312	18 045	6 031	7 211
Cruz Alta	54 765	17 888	16 941	8 969	10 572
Dom Pedrito	75 755	6 458	6 844	4 307	4 441
Encantado	27 450	7 706	7 263	6 055	6 724
Encruzilhada do Sul	44 168	6 099	6 585	9 981	10 695
Erechim	97 386	27 527	24 571	21 546	23 714
Erval	3 452	2 339	2 311	1 971	1 831
Estrela	26 506	10 621	10 818	2 557	2 510
Farrópilha	10 754	3 714	3 768	1 600	1 872
Flóres da Cunha	8 462	2 856	2 872	1 330	1 404
Garibaldi	17 652	6 399	6 668	2 032	2 447
General Câmara	10 317	2 674	2 788	2 336	2 319
General Vargas	12 427	3 250	2 961	3 019	3 197
Getúlio Vargas	22 140	7 005	6 322	4 056	4 757
Gravataí	23 200	5 907	5 359	6 030	5 904
Guatuba	14 122	5 389	4 967	4 307	4 454
Guaporé	40 638	12 193	11 320	8 081	9 054
Ijuí	47 806	14 312	13 573	6 538	7 373
Iraí	30 121	5 945	4 534	9 642	10 000
Itaqui	16 943	4 392	4 467	3 606	3 176
Jaguarão	14 056	4 242	4 213	2 682	2 919
Jaguari	15 737	4 228	4 119	3 306	3 999
Júlio de Castilhos	20 257	5 910	5 234	4 366	4 747
Lagoa Vermelha	66 834	15 792	12 641	18 017	20 384
Lajeado	39 352	12 567	11 835	7 039	7 912
Lavras do Sul	10 174	2 210	2 217	2 775	2 972
Livramento	41 781	13 453	13 861	6 900	7 522
Marcelino Ramos	20 443	6 312	5 389	3 932	4 596
Montenegro	42 515	16 877	15 955	4 629	5 054
Nova Prata	21 875	6 472	6 052	4 467	4 884
Novo Hamburgo	25 419	9 991	9 907	2 429	3 092
Osório	55 664	8 180	6 616	9 566	10 702
Palmeira das Missões	68 521	15 858	12 544	18 912	21 207
Passo Fundo	83 909	23 007	21 099	18 593	21 210
Pelotas	109 839	37 750	38 182	14 982	18 925
Pinheiro Machado	12 167	3 679	3 423	2 450	2 615
Piratini	17 709	3 345	2 743	5 702	5 919
Porto Alegre	349 483	135 725	142 680	29 201	41 877
Quaraí	13 225	4 008	3 894	2 537	2 786
Rio Grande	67 956	24 688	22 838	9 136	11 332
Rio Pardo	33 484	8 450	7 708	8 337	8 969

(continua)

ANEXO 5

1.3.9 - População recenseada, por grupos de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul — 1990

MUNICÍPIOS	MENOS DE 1 ANO	DE 1 a 4 ANOS	DE 4 a 9 ANOS	DE 9 a 14 ANOS	DE 14 a 20 ANOS	DE 20 a 24 ANOS	DE 24 a 29 ANOS
Alegrete	440	1 542	2 626	2 183	2 091	1 249	1 451
Bage	564	1 972	3 417	2 999	2 924	1 782	2 053
Bento Gonçalves	676	3 490	5 367	3 720	2 933	1 472	1 476
Caçapava	366	1 340	2 136	1 705	1 605	832	1 044
Cachoeira	801	2 515	4 007	3 106	2 964	1 696	1 889
Cacimbinhas	302	885	1 441	1 177	1 016	562	683
Canquê	471	1 628	2 700	2 091	1 866	1 081	1 276
Caxias	653	2 441	3 521	2 475	1 905	1 039	1 037
Conceição do Arroio	222	861	1 381	1 152	1 013	591	817
Cruz Alta	498	1 634	2 887	2 289	2 007	1 117	1 455
Dom Pedrito	334	1 310	2 135	1 751	1 551	774	935
Dores de Camaquã	136	498	777	586	508	291	351
Encruzilhada	343	1 367	2 193	1 649	1 490	912	1 106
Federação	124	389	645	495	413	219	308
Gravatá	342	1 014	1 676	1 331	1 161	590	761
Itaqui	188	717	1 312	1 115	1 042	563	637
Jaguarão	281	895	1 511	1 367	1 443	905	1 012
Lagoa Vermelha	583	1 794	2 951	2 383	2 079	1 094	1 410
Passo Fundo	630	2 264	3 950	3 179	2 690	1 526	1 834
Pelotas	1 091	3 301	5 486	4 834	5 110	3 018	3 870
Piratini	229	932	1 559	1 299	1 239	713	854
Porto Alegre	1 286	3 845	6 369	5 633	6 486	4 499	5 371
Quaraí	224	752	1 375	1 187	1 111	653	732
Rio Grande	515	1 725	2 990	2 631	2 934	1 908	2 403
Rio Pardo	654	2 180	3 558	2 752	2 606	1 557	1 779
Rosário	223	1 010	1 613	1 372	1 251	680	765
Santana do Livramento	443	1 621	2 793	2 451	2 278	1 232	1 423
Santa Cristina do Pinhal	165	617	978	791	632	385	443
Santa Cruz	437	1 867	2 644	2 079	2 022	1 086	1 297
Santa Isabel	48	196	308	242	204	139	133
Santa Maria da Boca do Monte	745	2 683	4 130	3 182	2 945	1 687	2 140
Santa Vitória do Palmar	192	589	1 019	835	785	499	565
Santo Amaro	423	1 278	1 978	1 525	1 447	797	972
Santo Angelo	461	1 595	2 782	2 285	1 908	990	1 296
Santo Antônio da Estrela	804	2 979	4 304	3 369	2 873	1 511	1 770
Santo Antônio das Lavras	164	661	1 177	979	914	483	604
Santo Antônio da Palmeira	307	1 534	2 536	1 905	1 544	784	1 094
Santo Antônio da Patrulha	506	1 509	2 580	1 990	1 819	1 022	1 293
São Borja	487	1 681	2 757	2 249	1 998	1 116	1 269
São Francisco de Assis	346	1 159	1 948	1 488	1 401	597	809
São Francisco de Paula de Cima	353	1 043	1 634	1 301	1 125	669	781
da Serra	509	1 848	3 134	2 597	2 520	1 498	1 873
São Gabriel	371	1 283	2 032	1 638	1 487	804	959
São Jerônimo	227	710	1 153	905	810	404	493
São João Batista de Camaquã	197	680	1 113	894	755	369	503
São João Batista do Erval	741	2 409	3 614	2 890	2 535	1 322	1 476
São João do Monte Negro	225	756	1 235	1 031	1 032	619	677
São José do Norte	715	2 425	3 722	3 028	3 170	1 751	1 774
São Leopoldo	398	1 264	1 968	1 687	1 577	829	886
São Lourenço	410	1 613	2 609	1 956	1 623	845	1 184
São Luís Gonzaga	434	1 521	2 646	2 083	1 754	941	1 178
São Martinho	558	2 006	2 914	2 372	2 207	1 200	1 374
São Sebastião do Caí	207	751	1 351	1 007	939	522	659
São Sepé	322	1 259	2 223	1 939	1 875	614	938
São Tiago do Boqueirão	193	734	1 260	987	875	485	689
São Vicente	484	2 018	3 177	2 560	2 119	1 099	1 364
Soledade	229	851	1 257	987	950	442	544
Taquara do Mundo Novo	338	1 049	1 545	1 449	1 407	695	947
Taquari	210	628	999	868	789	457	600
Torres	95	442	746	599	524	304	357
Triunfo	269	1 032	1 809	1 526	1 578	1 005	1 136
Uruguaiana	500	1 452	2 445	1 925	1 092	620	812
Yacaria	344	905	1 508	1 216			
Viamão							
.....	26 027	90 949	147 910	119 069	110 247	62 035	74 657

(continua)

ANEXO 6

96

1.3.9 - População recenseada, por grupos de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul — 1890

MUNICÍPIOS	DE 29 a 39 ANOS	DE 39 a 49 ANOS	DE 49 a 59 ANOS	DE 59 a 69 ANOS	DE 69 ANOS E MAIS	IDADE IGNORADA	TOTAL
Alegrete	1 952	1 259	727	419	252	59	16 250
Bagé	2 842	1 853	1 104	589	438	155	22 692
Bento Gonçalves	2 544	2 721	1 704	800	368	5	27 276
Cacapava	1 416	941	647	386	305	1	12 724
Cachoeira	2 823	1 895	1 220	722	410	24	24 072
Cacimbinhas	1 101	617	426	213	162	-	8 605
Canguçu	1 961	1 229	801	471	369	-	15 934
Caxias	1 709	1 756	1 176	583	206	5	18 506
Conceição do Arroio	1 099	772	501	308	229	12	8 958
Cruz Alta	1 995	1 150	690	402	316	-	16 440
Dom Pedrito	1 467	948	555	379	242	60	12 441
Dores de Camaquã	507	319	220	140	106	-	4 439
Encruzilhada	1 530	1 018	657	394	314	-	12 973
Federação	485	305	209	151	101	-	3 844
Gravatá	1 139	729	451	313	183	3	9 693
Itaqui	941	701	329	191	134	-	7 870
Jaguarão	1 422	975	554	391	278	-	10 984
Lagoa Vermelha	2 283	1 559	809	470	226	-	17 641
Passo Fundo	2 411	1 427	831	495	337	30	21 604
Pelotas	5 713	4 051	2 497	1 471	998	141	41 591
Piratini	1 145	816	508	302	254	24	9 874
Porto Alegre	7 670	5 109	3 156	1 885	1 068	42	52 421
Quaraí	1 012	606	360	204	106	7	8 333
Rio Grande	3 954	2 478	1 397	1 033	628	-	24 653
Rio Pardo	2 532	1 519	1 047	684	452	-	21 320
Rosário	1 069	671	419	212	146	-	9 431
Santana do Livramento	2 068	1 344	721	430	256	107	17 167
Santa Cristina do Pinhal	592	380	217	143	80	-	5 423
Santa Cruz	1 647	1 093	679	466	219	-	15 536
Santa Isabel	257	170	120	73	44	-	1 939
Santa Maria da Boca do Monte	3 099	2 088	1 292	764	421	28	25 207
Santa Vitória do Palmar	373	568	330	192	136	-	6 583
Santo Amaro	1 422	907	583	403	204	-	11 939
Santo Angelo	1 219	1 096	587	401	257	-	15 377
Santo Antônio da Estrela	2 541	1 612	857	488	233	22	23 341
Santo Antônio das Lavras	824	527	300	189	116	-	6 960
Santo Antônio da Palmeira	1 368	850	548	290	199	-	12 959
Santo Antônio da Patrulha	1 911	1 175	769	477	339	-	15 390
Santo Antônio da Patrulha	1 851	1 169	686	436	259	6	15 958
São Borja	1 193	838	486	256	150	-	10 669
São Francisco de Assis	1 154	698	429	252	158	-	9 597
São Francisco de Paula de Cima	2 607	1 624	920	569	314	23	20 046
da Serra	1 478	997	613	366	227	13	12 268
São Gabriel	772	545	316	218	153	11	6 729
São Jerônimo	772	507	307	212	153	-	6 462
São João Batista de Camaquã	2 733	1 336	812	499	261	72	20 220
São João Batista do Erval	1 075	732	539	343	246	18	8 528
São João do Monte Negro	2 604	1 641	1 073	645	447	47	23 042
São José do Norte	1 229	884	660	380	215	-	11 977
São Leopoldo	1 507	908	525	339	200	-	13 719
São Lourenço	1 896	1 127	666	426	253	-	14 925
São Luís Gonzaga	1 896	1 185	795	462	258	-	17 247
São Martinho	1 916	581	378	251	184	-	7 744
São Sebastião do Cai	914	800	470	309	199	15	11 906
São Sepe	1 399	600	335	208	99	-	7 324
São Tiago do Boqueirão	892	600	335	208	99	-	17 209
São Vicente	1 837	1 186	688	382	295	-	7 120
Soledade	846	465	288	176	85	11	11 190
Taquara do Fundo Novo	1 429	906	562	331	221	-	6 347
Taquari	761	449	329	168	85	-	4 486
Torres	528	384	250	146	111	31	11 352
Triunfo	1 448	866	477	248	157	74	13 681
Uruguaiana	1 589	936	529	302	210	-	9 319
Vacaria	1 178	678	479	325	222	-	-
Viamão	-	-	-	-	-	-	-
ESTADO	108 091	71 286	43 620	26 223	16 280	1 061	897 455

FONTE: BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Idades. Rio de Janeiro, 1901.

ANEXO 7

Peliculas de molduras e outros objectos de arte
 que se acham no Museu de Historia Natural de Rio de Janeiro
 que pertencem ao patulo de collectioes de
 museu de historia natural de Rio de Janeiro

13	Cartões antigos
13	Cartões
15	Cartões americanos para uso de alunos
2	Cartões (cartas) com gravuras de plantas
1	Cartões
8	Cartões para uso de classes
2	Cartões
3	Cartões
9	Cartões para uso de classes
3	Cartões do Rio Grande do Sul
3	Cartões do Brasil
1	Cartão da America do Norte
1	" " " " " "
1	" " " " " " Europa
1	" " " " " " Africa
1	Cartão de Paris
1	Cartão de Madrid
2	Cartões para ensino de anatomia
2	Cartões para ensino de anatomia

E.

ANEXO 8

7	4. ^o livros. Escrituras Escolhidas
10	Manuscriptos, por um Rio-Grandense
3	Seleções por Clemente Pinto
23	Histórias do Rio Grande do Sul
18	Grammaticas. 1. ^o curso. por C. Pinto
16	" " 2. ^o " " " "
40	Taboadas methodicas
6	Cadernos A. B. C. musical
30	" para copia
16	" Garnier
65	" quinzenas
1	Diario para matricula em uso
4	" " chornadas " "
1	" " correspondencia em uso
1	" " actas " "
1	" " inventarios " "
43	Ardozias novas
3	Camprainhas em uso
2	Linetas " "
3	Tinteiros duas mesas em uso
100	" " carteiras 76 em uso
48	Canetas de latão
3	Geometricas por Olavo Friese
5	Canecas de agatha 2 em uso
2	Compassos para o ensino de geometria.
1	Caixa de gir
3	Mappas do Rio Grande do Sul
3	" " Brazil
1	" " da America do Norte
1	" " " Sul
1	" " Africa
	" " pherico

ANEXO 9

- 1 Mapa da Europa.
- 2 Quadros para o ensino de anatomia
- 3 " " " " " systema metrico
- 13 Carteiras antigas
- 13 Bancos
- 15 Carteiras americanas para um aluno
- 60 " " " dois " " mesas
- 4 Estrados novos
- 8 Cabides para 120 chapicos
- 6 Globos geographicos sendo dois usados
- 4 Quadros novos ja bastante usados
- 2 Telhas
- 2 Guartinhos
- 2 Copos para agua
- 3 Pedras novas ainda incalcadas
- 4 Machina de costura orgadaada.

O Director

Antero Gonalves de Almeida

ANEXO 10

Relação do material de ensino recebido para fornecimento das classes do Grupo Escolar de S. Francisco de Paula em 11 de Junho de 1911

30	1. ^{as} Livros	José de Deus
20	Culturas Escritas.	3. ^a serie. Dr. Pinto
20	"	" " " " " " " "
30	Manuscriptos	Nic. Grandoris
15	Seleções	prosa e verso - Dr. C. Pinto
15	2. ^{as} arithméticas	- J. Lobo
50	Talcoadas arithméticas	
20	Histórias do Brasil	Frankenberg
30	Lingua Nativa	1. ^a Dr. C. Belle
15	"	" 2. ^a " " " "
4	Livros de contas	1. ^o - Peri
4	"	2. ^o - " "
10	Colleções primarias	regras de deca
50	Caixas de madeira	
1	Livro para cartilha	
2	Caixas de pomes de aço	
50	Ardores	
1	Livro para ensinos de arithmetica	
3	Regias de lapis de Feltz	
2	Compassos para desenho	
3	Esquadros grandes	
3	Reguas	
5	Caixas de tinta francesa	
1	Passo de papel	
8	Livros de 50 folhas	
2	Caixas de pomes de pedra	2. ^o
10	Folhas de papel branco	
100	Cadernos quadrinulados	
2	Caixas de gis	
3	Contadores Mechanicos	

ANEXO 11

1	Machina de costurar
2	Letras
24	Papel para escrever
6	Canetas de agulha
Material recebido em Julho de 1918	
1	Collecção de quadros para o ensino de leitura pelo methodo de João de Deus.
200	cadernos quinquenais
100	" para copia
40	" collecção Garnier e Tomás
30	Geometrias. Olavo Freire
30	1. ^{as} arithmeticas. Souza Lobo
20	Historias do Rio Grande do Sul. por João Maria Mobilianis
60	Carteiras triumpho com os respectivos tinteiros (60)
Material recebido em Agosto de 1918	
20	2. ^o livros João de Deus
20	Grammaticas 1. ^o curso
20	" 2. ^o "
20	Carteiras Escolhidas 3. ^o serie
10	Manuscriptos por Um Rio-Grandense
50	Talcoadas
50	Ardorias
3	Camprinhos
4	Quizas de contas de latão
100	Tinteiros de louca
Relação do material de ensino existente no Grupo Escolar em 30 de Setembro 1918	
27	2. ^o livros de leitura. João de Deus
18	3. ^o " Escitura escolhida

ANEXO 12

DECRETO Nº 59, de 25 de maio de 1954.

DISPÕE SOBRE O ENSINO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, no uso de atribuições que lhe confere o art. 51, inc. XIX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1 - Provê o quadro de professores e fixa as Escolas Municipais:

Nº	Localidade	Distrito	Nome do Professor
1	Lava-Pés	Elétra	Vaga
2	Fazenda dos Ilhéus	Juá	Alba Terezinha dos Passos
3	Fazenda Moura	Oliva	Readir Maria A. Soares
4	Parque Rural	Séde	Clori Pereira
5	Pinhão	Caz.Ferreira	Maria Odete Lucena
6	Cédro-Faz.Batista	Caz.Ferreira	Arlinda Luz da Costa
7	Hórto Florestal	R.dos Kroeff	Amabile Menegaz e Maria Terezinha Ferreira
8	São Gonçalo	Cambará	Ana Maria Machado
9	Bem-te-vi	Oliva	Leopoldona Polonia Camelo
10	Serra do Pinto	Tainhas	Maximília C. da Rocha
11	Capão Alto	Caz.Ferreira	Ieda Borges Machado
12	Santo Antonio	R.dos Kroeff	Celuta Moreira Leite e Valdevina Silvestre
13	Faxinal da Pelucios	C. Ferreira	Eva de Oliveira Branco
14	Ilheus	Criuva	Deoclécio da Silva Lessa
15	Passo do Inferno	Elétra	Ledi da Silva Rosa
16	Bôa Vista	Jaquizana	Vaga
17	Fazenda Velha	C.Ferreira	Francisca da Silva Santos
18	Barra do Camisas	Jaquizana	Terezinha P.P.Carneiro
19	Faz. Sita-P.Velho	Tainhas	Auxiliadora Sita
20	Fundo do Agudo	Criuva	Elina Faloschi dos Santos
21	Chuvisqueiro	R.dos Kroeff	Guida Paim Sparrenberger
22	Pontão	Elétra	Eronina Justino da Rosa
23	Capela São João	Criuva	Virgílio S. dos Passos
24	Azulega	Tainhas	Eloicy de Souza Brandão
25	Contendas(M. Agudo)	Tainhas	Zita Sita
26	Quebrada Funda	Chapada	Maria Zila Vieira
27	Tunas Baixas	Oliva	Benta Telles do N. Lawrenz
28	Vargea do Cédro	Tainhas	Maria Clelia Valim Alves
29	Capela São Roque	R.dos Kroeff	Jeronimo Pozenatto e Guilherme Alexius Müller
30	Espigão Alta	Jaquirana	Valter Porto de Quadros e Venina Rodrigues
31	Araucaria	Cambará	Vaga
32	Goiabeira	Cambará	Iole P.Bringhenti Magro
33	Arroio Corneta	Tainhas	Leopoldo Becker
34	Divisa das Contendas	Tainhas	Malvina Santos da Silva
35	Morro do S.Cruz	Oliva	Vaga
36	Colonia Felicidade	C. Ferreira	Eronita Prux Conceição
37	Fundo do Muniz	Juá	Eradio Moreira Gil
38	Potreiro Novo(Marques)	Tainhas	Iracema Correa dos Santos
39	Fundo do Rincão	Jaquirana	Eulina Terezinha J. Mello
40	Marmeleiro	Criuva	Ordália Prux
41	Barroçao	C. Ferreira	Ondina de Medeiros e Silva
42	Poço Redondo	Jaquirana	Celia Cardoso dos Santos
43	Casa Branca	Criuva	Rosalina M. Amoretti
44	Linha Café	Criuva	Severina Bartelli
45	Roça do Posto	Séde	Diná de Jesus Morait Pires

ANEXO 13

46 - Campestre do Tigre	C.Ferreira	Maria Celia da Silva
47 - Linha Gonçalves	Criuva	Vivaldina Nunes
48 - Capão das Mulas	Caz.Ferreira	Josefina Dacol Rodrigues
49 - Três Lagoas(azulega)	Tainhas	Vaga
50 - Encruzilhada da Picada	Chapada	Eva Candida de Lucena Pezzi
51 - Gróta	Oliva	Honorina Zanol
52 - Linha São Jacob	R.dos Kroeff	Eranita Cezaria Menegaz
53 - Pónte D.Pedro II	Séde	Mariana Martins Padilha
54 - Fazenda Velha	Caz.Ferreira	Zenilda Ramos Soares
55 - Cravina	R.dos Kroeff	Maria Gomes da Silva
56 - Serra das Antas	Caz.Ferreira	Maria Enilda Alves Corrêa
57 - Capela Santa Catarina	Criuva	Nadir Zanatta
58 - Lajeado do Susidouro	R.dos Kroeff	Vaga
59 - Ponte dos Ilheus	Criuva	Vaga
60 - Boqueirão	Criuva	Iris Terezinha Reginini
61 - José Velho (Trentin)	Séde	Alfredo Wissmann e Maria Antonieta Pinto Wissmann
62 - Ponte do José Velho	Elétra	Enedina Maria Pedrosos Laurindo
63 - Linha Santa Rosa	R.dos Kroeff	Orema Vitoria de Mello
64 - Ilha das Antas	Jaquirana	Otávio Cardoso de Oliveira
65 - Costa das Antas	Jaquirana	Maria Benvidina Pereira
66 - Colônia Pezzi	Chapada	Maria Dosolina de Oliveira Pezzi
67 - Cipó	Juá	Maria José Pires
68 - Morro Agudo(Retiro)	Cambará	Maria Decken
69 - Linha Tainbé	Criuva	Selene Castilhos
70 - Morro Grande	Cambará	Vaga
71 - Capão Penso	Cambará	Vaga
72 - Fazenda dos Potreiros	Caz.Ferreira	Adazilda do Amaral e Silva
73 - Gurita	Elétra	Mafalda Bertolucci
74 - Ponte do Pinto	Séde	Andradina Peixoto da Silva
75 - Cédro (Piardi)	Caz.Ferreira	Vaga
76 - Taipinha	Jaquirana	Terezinha Cardoso de Oliveira
77 - Campo Alto	Jaquirana	Vaga
78 - Estiva	Cambará	Vaga
79 - Tóca	Elétra	Iara Maria de Lima Ferreira
80 - Einha Rech	Criuva	Olga Prux dos Reis
81 - Apanhador	Juá	Ariovaldo Castilhos de Oliveira
82 - Mato Grande	Jaquirana	Vaga
83 - Campo Redondo	Cambará	Simeão Moraes Pereira
84 - Taimbézinho	Cambará	Jurema Pinheiro da Silva
85 - Pai-Bitú	Elétra	Francisca Eugénia Costa Reis.
86 - Coxilha do Tigre	Criuva	Adelia Biasus
87 - Amola Faca	Séde	Erenita Silveira Pinto
88 - Faxinalzinho	Tainhas	Enedina Alves Bocira
89 - Funda da Mulada	Criuva	Assis José Pereira
90 - Serraria São José C	Cambará	Lelia Martins
91 - Boa Vista	Cambará	Vaga
92 - Tunas Altas	Oliva	Gema Antônia Casagrande
93 - Fazenda Muratori	Tainhas	Honorino João Buffão
94 - Morro do José Velho	Séde	Olivia Rabello dos Santos
95 - Boca da Picada da Celulose	Cambará	Amara Pereira Maciel
96 - Mangueirinha	Oliva	Maria Dina da Silva
97 - Capão Alto	Séde	Eronita Schaeffer Bittencourt
98 - Enxovia	Caz.Ferreira	Vaga
99 - Encruzilhada dos Ilheus	Criuva	Vaga
100 - Costa do Tainhas	Chapada	Marina Varela
101 - Campestre do Tigre	Caz.Ferreira	Benta Maria do Amaral
102 - Fazenda Gomes (Ilheus)	Criuva	Vaga
103 - Três Irmãos	Jaquirana	Ceres Marina Ramos
104 - Apanhador	Juá	Juraci Souza Brandão
105 - Sabiá	Oliva	Benedita Iríde Rech
106 - Linha Venancio	Criuva	Zilma Francischelli

ANEXO 14

M. S. S. S.

107 - Ilheus	Criuva	Eloah Schmidt dos Passos
108 - Invernadinha	Caz.Ferreira	Nilsa Pascçal
109 - Criuvinha	Jaquirana	Celia Vieira da Silva
110 - Serrinha	Cambará	Vaga
111 - Potreiro Velho	R.dos Kroeff	Vaga
112 - Passo do Blankenhein	Elétra	Jovita Borges Souza e Labibe Gantuz da Rosa

Art. 2 - São adidos aos Grupos Escolares Estaduais abaixo os seguintes professôres:

Grupo Escolar de	Juá	Aura dos Santos Leidenz
Escola Escolar de	Chapada	Colori Valim de Lima Santos
Grupo Escolar de	Jaquirana	Dorilda A. da Rosa Dartera
Grupo Escolar de	Celulose-Cam- bará	Heleny Goulart S. Heitelvan
Escola Escolar de	Pedra Lisa-Caz. Ferreira	Lourdes T. Fabro dos Santos
Grupo Escolar de	Oliva	Maria Edith Pereira
Escola Escolar de	Chapada	Nair Gomes Camargo
Grupo Escolar de	Cambara	Rosita Rosa Pereira
Grupo Escolar de	Jaquirana	Sinval de Oliveira Lopes
Grupo Escolar de	Caz.Ferreira	Zaida Maria de Lucena
Grupo Escolar de	Celulose-Cam- bara	Iolanda Reyna Coelho
Escola Rural de	Pedra Lisa-Caz. Ferreira	Jovelina Pinheiro Bossle
Legião Brasileira de Assisten- cia		Heloy Reis Pereira

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, em 25 de maio de 1954.

Remigio Negari
Remigio Negari
Prefeito.

D E C R E T O nº 60, de 25 de maio de 1954.

TRANSFERE UMA ESCOLA.

O Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, no uso de atribuições que lhe confere o art. 51, inc. XIX, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica transferida a escola nº 39, localizada em Fundo do Rincão, no distrito de Jaquirana, para Varzinha, no mesmo distrito.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, em 25 de maio de 1954.

Remigio Negari
Remigio Negari
Prefeito.

ANEXO 15

Folha da SERRA

EXPEDIENTE
 Redação: R. José Bonifácio, N. 118
 Rio Grande do Sul, 201311
 Assinatura Anual — 30.00
 Número Atrazado — 0.50
 Impresso na Tipografia Barcelos

Ano IX

DIRETOR: Sérgio Rebelo
GERENTE: Pedro Barcelos

São Francisco de Paula, 24 de janeiro de 1948.

Redator
Aldemir de R. Teixeira

N. 450

Secretaria de Educação e Cultura

Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional

1a. Colônia de Férias em São Francisco de Paula

A Secretaria de Educação e Cultura, através de seu órgão competente e especializado, a Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional, sob a eficiente direção do Dr. Luiz H. Maluf, comprindo um dos objetivos traçados pela Secretaria de Educação, na gestão de Sua Excelência o Sr. Dr. Elias José da Rocha, Presidente Secretário, para a realização integral da finalização educativa da infância e da juventude de nossa Região, tem por seu realizar a Colônia de Férias para os escolares suburbanos, a fim de completar o tratamento de que se necessita necessitam.

Desde o dia 17, que se fecha em nossa cidade, no G. E. João de Barros, uma das 10 Colônias de Férias, encaminhadas aos pontos de recreio mais próximas da cidade: Torres, Coaraci, Itaipó e a nossa municipal, sendo esta a que inaugura em nossa cidade.

A Colônia que inaugura em nossa cidade, no G. E. João de Barros, com 100 crianças, sob a direção do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

No mais de 10 dias, além de 100 crianças oferece uma recepção oficial, no G. Escolar, cantando por cima do Sr. Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores, e muitas outras pessoas de nossa comunidade. Os dirigentes, mediante sua solicitação, se encaminharam para o município de Torres, onde se encontra o primeiro estabelecimento de ensino de nível secundário estadual para cada uma das zonas da região, que é o Colégio de Torres, com 100 alunos, sob a direção do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes e a professora Maria Antônia Dugglio.

A nossa reportagem, que teve o prazer de fazer parte de nossa das refeições, sanduiches e perfumado, pelo Sr. Dabbachi, e sobre todo e com o carinho pela presença, nas nossas colônias de férias.

A noite, assim, foi empregada

de uma Hora de Arte, que apresenta trabalhos plásticos de estudantes, de cujo programa de execução: músicas de ranchos, coreografias, balados, dedicados aos presentes, especialmente ao Sr. Prefeito, aos Vereadores, ao Dr. Ruben, ao Diretor do Estado e Colônia e ao Sr. Manoel Borges de Moraes, o Sr. Manoel Borges de Moraes, o Sr. Manoel Borges de Moraes.

Nesta ocasião, os alunos e assistentes, cantaram a Campa da Colônia, que publicamos a parte, muito agradável.

As que se destacam, hoje, em se falar sobre a colônia, está a outra, conhecida, pelo Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, o Sr. Manoel Borges de Moraes, o Sr. Manoel Borges de Moraes.

A Colônia, que inaugura em nossa cidade, no G. E. João de Barros, com 100 crianças, sob a direção do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

As crianças, dispõem de jogos, cinema, filmes, saltinhos, etc., que são conduzidos para a local, preferivelmente os Grupos escolares, que estão período de férias, estão fechados.

Pelo que a nossa reportagem observou, poderá avaliar as condições das instalações, dispostas a criança, e de esperar que muito mais ainda seja feito em favor do nosso futuro.

Aqui consignamos, os nossos tributos parabéns aos Dirigentes da Colônia de Férias, e famílias, todos para que esta cidade, seja realmente praticada por pessoas e grandes, e que a nossa comunidade possa crescer daqui para diante a seriedade que em clima sério, e em grande desenvolvimento de uma que em sua cidade.

A Colônia, que inaugura em nossa cidade, no G. E. João de Barros, com 100 crianças, sob a direção do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

Resultado da Eleição para a Rainha do C. A. S.

1º lugar —	Maria R. Fogajo	4.092 votos
2º lugar —	Luciana Azeredo	4.180
3º lugar —	Vanessa Andrade	7.493
4º lugar —	Carolina Souza	400
5º lugar —	Edith Santos	250

Edital de Citação

O doutor Arno Saturnino Arpiou, Juiz de Direito da Comarca de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Para saber que o presente edital viram, em prazo de trinta (30) dias, a partir da data de publicação, no Jornal da Serra, que faz parte do Edital de Citação, em nome do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

Para saber que o presente edital viram, em prazo de trinta (30) dias, a partir da data de publicação, no Jornal da Serra, que faz parte do Edital de Citação, em nome do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

Arno Saturnino Arpiou
Juiz de Direito

Edital

O Dr. Arno Saturnino Arpiou, Juiz de Direito da Comarca de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul, R. R. A. S. I. L.

Para saber a quem interessar possa, pelo presente edital, em prazo de dez dias, a partir da publicação, no Jornal da Serra, que faz parte do Edital de Citação, em nome do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

Para saber a quem interessar possa, pelo presente edital, em prazo de dez dias, a partir da publicação, no Jornal da Serra, que faz parte do Edital de Citação, em nome do Sr. Dr. Manoel Borges de Moraes, Dr. Ruben Salles e as assistentes Celso Rocha da Faria, Maria Antônia Dugglio, Mercedes Nagata, Odete Sugiama, Lucio Castello e Agostinho Dabbachi.

Arno Saturnino Arpiou
Juiz de Direito

ANEXO 17

Folha da SERRA

Orgão dos interesses coletivos

EXPEDIENTE
Redator: Almeida de R. Teixeira
N. 454

Ano IX DIRETOR: Silvio Rabelo GERENTE: Pedro Barcelos São Francisco de Paula, 23 de fevereiro de 1948. Redator: Almeida de R. Teixeira N. 454

Table with multiple columns: Delegacia de Policia, São Francisco de Paula, 10 de janeiro de 1948. Includes financial data and administrative details.

meu encontrar, a política em pleno vigor. Segundo isso etc. U. ... O maluco, no meio da grande disciplina e ordem...

Colônias de Férias (Especial para a Folha da Serra)

Qual foi a origem e o desenvolvimento das Colônias de Férias? ... A cultura das Colônias de Férias organizadas pelo Secretariado de Educação e Cultura...

SERRANO! Associa-se à Construção do Nosso Hotel.

ANEXO 18

Matrícula do anno de 1918

No.	Nomes	Filiação	Edade	Nacionalidade	Domicilio	Classe	No. do requeri-mento	Observações
1	Waldemar Lourenço dos Santos	João Opimus dos Santos	8	Portuguez	Alto Colla	1. ^o	1	Este Grupo Escolar foi insti- tuido a 10 de Abril do corrente anno, nos se' conformes a funcio- nar com regularidade de estab- leci-mento, e por que tambem nao se podia passar com classe matricula de conformidade com o dispositivo da Lei 11, de 11 de Fev- reiro de 1918.
2	Decio Martins	Agrippino Martins	8	"	"	"	2	
3	Mrs. de Oliveira Pinto	Horacio de Oliveira Pinto	7	"	"	"	3	
4	José Antonio Cidade	Pedro Cidade	10	"	"	"	4	
5	Desamilton	"	7	"	"	"	5	
6	João Carlos Pereira	Victor Pereira	9	"	"	"	6	
7	Erice Pereira	"	8	"	"	"	7	
8	Pedro Hilda Lubert	Angela Lubert	15	"	"	3. ^o	8	
9	Olga Galvão	Joel Galvão	15	"	"	2. ^o	9	
10	Luiz de Galvão	"	7	"	"	1. ^o	10	
11	Juacy Pacheco	João Pacheco	8	"	"	2. ^o	11	
12	Maria José de Oliveira	José de Oliveira	7	"	"	1. ^o	12	
13	Mrs. de Oliveira Pinto	Horacio de Oliveira Pinto	7	"	"	1. ^o	13	
14	Desamilton da Silva Santos	Octavio Alves da Silva	8	"	"	2. ^o	14	
15	Rosalina Guimarães	Egypcio Guimarães	8	"	"	1. ^o	15	
16	Amor Ramos	João Ramos	7	"	"	1. ^o	16	
17	Leidia Kohlrausch	Pedro Kohlrausch	10	"	"	1. ^o	17	
18	Maria Kohlrausch	"	11	"	"	1. ^o	18	
19	Cecilia Kohlrausch	"	13	"	"	1. ^o	19	
20	Antonia Cardoso	Antonio Otavio Cardoso	8	"	"	1. ^o	20	
21	Adolpho Lucena	Candido Lucena	8	"	"	1. ^o	21	
22	Adelina Fontenelli	José Fontenelli	8	"	"	1. ^o	22	
23	Veronica Fontenelli	"	7	"	"	1. ^o	23	
24	Francisco de Oliveira	João Baptista Lucena	12	"	"	1. ^o	24	
25	Dora Ferreira	João Luiz Borges	12	"	"	1. ^o	25	
26	Adélia de Oliveira	Luiz Carlos de Andrade	9	"	"	1. ^o	26	
27	Olga Hilda Martins	Emilio João Martins	7	"	"	1. ^o	27	
28	João Hoff	Antonio Hoff	7	"	"	1. ^o	28	
29	Maria Lopes dos Santos	Diamantino Lopes dos Santos	10	"	"	1. ^o	29	
30	Julia Lopes dos Santos	"	11	"	"	1. ^o	30	

ANEXO 21

Número da matrícula	Data (dia e mês)	NOME DO ALUNO (por extenso)	Sexo (M = masculino, F = feminino)	Certidão do registro civil (sim ou não)	DATA DO NASCIMENTO			Idade (anos completos até 30 de Junho)	Nacionalidade (sendo brasileiro, declarar o Estado ou Território onde nasceu)	Ano ou série que vai cursar	2ª. a 3ª. ou qual vez que vai cursar o mesmo ano ou série?	Na própria escola	Em outra escola	Da própria escola (sim ou não)	De outra escola (F = federal, E = estadual, M = municipal, P = particular)	Do lar (sim ou não)	Alta por motivo (ano ou mês)	Estados da Federação
					Dia	Mês	Ano											
					(6)	(7)	(8)											
75	24/4/53	Célia Soares	F	Sim	4	4	1931	21	Bras. livre	1ª	1ª							
76	24/4/53	Esperita Pinata Hauptsch	F	Sim	2	4	1933	19	Bras. livre	1ª	1ª							
77	24/4/53	Lucy Lopes da Silva	F	Sim	28	9	1937	15	Bras. bras.	1ª	1ª							
78	24/4/53	Emília Rodrigues da Silva	F	Sim	19	12	1932	20	Bras. livre	1ª	1ª							
79	24/4/53	Luiz Aldegar de Sousa	F	Sim	11	2	1938	15	Bras. livre	1ª	1ª							
80	24/4/53	Marcos Antonius Fernandes	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
81	24/4/53	Joia Maria Saenger Herbst	F	Sim	24	4	1916	36	Bras. livre	1ª	1ª							
82	24/4/53	Joia Augusta do S. Costa	F	Sim	19	3	1926	27	Bras. livre	1ª	1ª							
83	24/4/53	Cláudia Carvalho da Rocha	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
84	24/4/53	Coni Westmann Pacheco	F	Sim	10	5	1902	51	Bras. livre	1ª	1ª							
85	24/4/53	Olivia Westmann Pacheco	F	Sim	24	9	1904	48	Bras. livre	1ª	1ª							
86	24/4/53	Lucia Westmann Pacheco	F	Sim	2	3	1935	18	Bras. livre	1ª	1ª							
87	25/4/53	Suzana Walter	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
88	25/4/53	Margarita Martins Jacintho	F	Sim	6	9	1922	30	Bras. livre	1ª	1ª							
89	25/4/53	Cristina Pereira Soares	F	Sim	15	3	1933	20	Bras. livre	1ª	1ª							
90	25/4/53	Suzaninha de Souza Costa	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
91	27/4/53	Margarita Michelberg	F	Sim	21	12	1937	16	Bras. bras.	1ª	1ª							
92	27/4/53	Jaime Francisco Santos	M	Sim	1	12	1936	16	Bras. bras.	1ª	1ª							
93	28/4/53	Marilda Jesus S. da Fonseca	F	Sim	25	2	1933	20	Bras. bras.	1ª	1ª							
94	28/4/53	Celia K. Smith	F	Sim	14	11	1918	34	Bras. livre	1ª	1ª							
95	28/4/53	Leila Valia Müller	F	Sim	25	4	1924	29	Bras. livre	1ª	1ª							
96	29/4/53	Marlene Besser	M	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
97	29/4/53	Marceli Michel da Rosa	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
98	29/4/53	Maria Giacoma Bertina	F	Sim	8	9	1928	24	Bras. livre	1ª	1ª							
99	29/4/53	Maria Vitória Pereira	F	Sim	20	2	1933	20	Bras. livre	1ª	1ª							
100	29/4/53	Graciana Maria Pereira	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
101	29/4/53	Paulina Antonia J. Quate	F	Sim	7	8	1922	30	Bras. livre	1ª	1ª							
102	29/4/53	Anna Lúcia Soares	F	Sim	13	2	1929	22	Bras. bras.	1ª	1ª							
103	29/4/53	Celso José Cerveira	F	Sim	21	2	1932	21	Bras. livre	1ª	1ª							
104	29/4/53	Wesley Augusto Fontana	F	Sim	21	4	1937	16	Bras. livre	1ª	1ª							
105	29/4/53	Francisca Antonia Figueira	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
106	29/4/53	Luiza Grazziotin	F	Sim	26	8	1924	28	Bras. livre	1ª	1ª							
107	29/4/53	Assis Soares	M	Sim	8	11	1928	24	Bras. bras.	1ª	1ª							
108	29/4/53	Paulo Paulo Moraes	F	Sim	18	9	1937	16	Bras. bras.	1ª	1ª							
109	29/4/53	Luiz Maria Westmann	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
110	29/4/53	Maria Elvira Westmann	F	Sim					Bras. livre	1ª	1ª							
111	29/4/53	Maria Antonieta Quate	F	Sim	14	7	1928	25	Bras. livre	1ª	1ª							

ANEXO 22

A - PARTE DESTINADA AOS ALUNOS

Número da matrícula	Data (dia e mês)	NOME DO ALUNO (por extenso)	Sexo (M = masculino, F = feminino)	Certidão do registro civil (sim ou não)	DATA DO NASCIMENTO			Idade (anos completos até 30 de junho)	Nacionalidade (sendo brasileiro, declarar o Estado ou Território onde nasceu)	Ano ou série que vai cursar	2ª a 3ª ou qual vez que vai cursar o mesmo ano ou série?		TEMPO ESCOLAR (em anos)		PROCEDÊNCIA DO ALUNO		De 1ª a 11ª
					Dia	Mês	Ano				Na própria escola	Em outra escola	Da própria escola (sim ou não)	De outra escola (F = federal, M = municipal, P = particular)			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	
112	11/5/53	Letícia Angela Dalbryda	F	Não	21	5	1920	33	Bras. Livre	12	12						
113	11/5/53	Maria Cecyl Consalves Gel	F	Não					Bras. Livre	12	12						
114	11/5/53	Maria Helena C. Paschoa	F	Sim	15	5	1936	17	Bras. Portug	12	12						
115	11/5/53	Mariana Luísa Helen	F	Não					Bras. Livre	12	12						
116	11/5/53	Emi Furla Bergatti	F	Não					Bras. Livre	12	12						
117	11/5/53	Maria Aparecida da S. Paz	F	Não	26	1	1910	38	Bras. Livre	12	12						
118	11/5/53	Yraí Estuvas Martins	F	Não					Bras. Livre	12	12						
119	11/5/53	Luiza Francisca M. Sousa	F	Não					Bras. Livre	12	12						
120	15/5/53	Célia do Carmo Portuquês	F	Não				25	Bras. Livre	12	12						
121	15/5/53	Clélia Schür	F	Sim	21	2	1926	27	Bras. Livre	12	12						
122	15/5/53	Luísa Joana Santana	F	Sim	20	12	1935	18	Bras. Livre	12	12						
123	15/5/53	Adriani Maria Barth-Sauer	F	Não					Bras. Livre	12	12						
124	15/5/53	Lyli Maria Botus	F	Não	12	2	1921	32	Bras. Livre	12	12						
125	15/5/53	Christina Arrig	F	Sim	7	2	1928	25	Bras. Livre	12	12						
126	15/5/53	Mara Maria Santana Maracá	F	Sim	19	6	1930	23	Bras. Livre	12	12						
127	27/5/53	Leonora Maria	F	Sim	30	7	1930	22	Bras. Livre	12	12						
128	27/5/53	Ídilia Maria D. Gluck	F	Não					Bras. Livre	12	12						
129	28/5/53	Ídilia Maria Quastmann	F	Não					Bras. Livre	12	12						
130	17/6/53	Maria Beatriz Michalagosa	F	Não					Bras. Livre	12	12						
131	17/6/53	Mateuzo Aguiar Loure	F	Não					Bras. Livre	12	12						
132	2/6/53	Luiza Eurazilha M. Catarzi	F	Sim	12	2	1931	18	Bras. Portug	12	12						
133	2/6/53	Emi Martins	F	Não					Bras. Livre	12	12						
134	7/7/53	Emma Raupp de Aguiar	F	"					"	12	12						

ANEXO 23

Blinda Falcão
 Noemy Aguiar Grefenoy.
 Trausa de Anacleto Cabral
 Horacina Borges

Ata n.º 3

Realizada pelo Senhor Director da Escola Normal Regional "José de Alencar" e com a presença das professoras que compõem o corpo docente da primeira série da referida Escola, realizou-se aos dezessis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, mais uma "hora pedagógica". ~~Metodos educativos e meios de corrigir a criança~~ foi o tema abordado pelo senhor director que passou a ler o livro "O Segredo da Educação" do Dr. J. Bauble, S.J. que, com muito carinho e acerto, estuda tão importante assunto. Nada mais havendo a constar, eu, Horacina Borges, 2ª assistente da Direcção, que lavrei esta ata, aqui a escrevo.

Elis de Araújo Lima

Araceli Amorim
 Irineia Irene C. Figurelli
 Norma Costa Salsinha
 Blinda Falcão
 Noemy Aguiar Grefenoy.
 Trausa de Anacleto Cabral
 Horacina Borges

Ata n.º 4

Nos nove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, realizou-se uma reunião dos professores da Escola Normal Regional "José de Alencar". Pelo senhor Director que a presidiu, foram lidos os seguintes ofícios e comunicados: Ofício-circular n.º 189 no qual a Superintendência do Ensino Normal encaminha programas para as diversas disciplinas da 3ª série; Ofício-circular n.º 176 que encaminha lista bibliográfica para prof...

ANEXO 24

- Procurar o que estiver errado nas seguintes proposições
- 16) As tres pessoas Divinas são um só Deus que possuem uma, duas, tres naturezas Divinas.
 - 17) Em Jesus Cristo existem uma, duas, tres naturezas.
 - 18) Em Jesus Cristo existem uma, duas, tres pessoas Divinas.
 - 19) Jesus Cristo é a primeira, segunda, terceira pessoa da S. Trindade!
 - 20) Condições necessárias para a boa Confissão.

Dissertação sobre o pecado.

As 15, 30 horas recolhidas as provas e as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.

Eu, Elisa C. de Lucena, servindo de secretária, lavrei o presente termo que vai assinado.

São Francisco de Paula, 22 de novembro de 1954.

Diretor Elvino de S. Lucena

1.º Examinador: Sr. Pedro Rizzari

2.º Examinador: Maria Eugênia English

ANEXO 25

97

membros da Comissão Examinadora, tiveram reunião com os pais da Religião da III série do Curso de Focoção de Regentes do Curso.

Compareceram os seguintes alunos: Francisca L. Tires, Gessildes Lopes, Ervaldo Duarte, Lida M. F. Tachos, Talalcama Amoritti, Jean Trica Santos, Maria de S. Gomin, Maria Leda S. Rocha, Maria Níria Ramos, Maria Lúcia Soares.

As 15 horas teve início o exame que consistiu de seguintes questões:

- 1) Quais são os meios para formar uma consciência verdadeira?
- 2) De que modo o Jesus Cristo aperfeiçoou o Decálogo?
- 3) Quantas espécies há de culto?
- 4) Que é culto falso?
- 5) Que é sacrilegio?
- 6) Em que se funda a veneração que se presta aos santos?
- 7) Quais são os graus da santidade?
- 8) Por que motivo a Igreja honra o corpo dos santos?
- 9) De que maneira se comete o peccado de blasfêmia?
- 10) Por que devemos consagrar algum tempo a Deus?
- 11) Que quer o homem social?
- 12) Quais os nossos principais deveres para com as autoridades?
- 13) Pesquisar o que tiver prado.
Os meios principais com que Deus manifestou sua lei são:
Ato de Contenção, Credo em Deus Pai, O Decálogo, o Padre Nosso, Ave Maria, A voz da Consciência, Ato de fé.
- 14) O maior mandamento é -----
- 15) Receber a pagrada comunhão com o peccado mortal

ANEXO 26

35

Gaspar Canoni, Alindina Gomes Nader, Helvis da Silva,
Tônia Valim de Quadros, Jorge Batista de Souza
Arquias.

Foram, após, distribuídas as folhas, devidamente
rubricadas pelo Diretor. Às 8,30 horas, iniciou-
se o exame que constou das seguintes questões:

Questionários

- 1.^ª) Quais são os mistérios principais da nossa Fé
(contidos no Credo)
- 2.^ª) De que modo nos exprimimos os dois mis-
térios principais da nossa Fé por meio do
Sinal da Cruz?
- 3.^ª) Por que a Igreja Docente é infalível?
- 4.^ª) Quem é o Papa?
- 5.^ª) Basta crer para termos garantida a sal-
vação eterna?
- 6.^ª) Que é que a esperança nos faz desajar?
- 7.^ª) Por que motivo os homens devem amar-se?
- 8.^ª) Que é a virtude?
- 9.^ª) Quais são as obras de misericórdia espiri-
tuais?
- 10.^ª) Que é a Graça Santificante?
- 11.^ª) Que efeitos produz em nós a Eucaristia?
- 12.^ª) Quantas coisas são necessárias para bem
comungar?
- 13.^ª) Que é a Missa?
- 14.^ª) Que é a oração e como se deve rezar?

2.^ª Questão

Rezar o que estiver errado nas seguintes proposições:

- 15.^ª) A Igreja foi fundada por S. Pedro, Jesus Cri-
sto pelo Papa.
- 16.^ª) O Sacramento que nos faz pertencer à Igre-
ja de Jesus Cristo é a Crisma, o Batismo

ANEXO 27

2) A Independência do Brasil
 3) ... foi o 1º Imperador do Brasil.
 4) O 1º país a reconhecer nossa independência foi ...
 ... o último país foi ... com a inter-
 ...
 5) Em ... rompe a Confederação do Equador, mo-
 ... pacificados por ...
 6) Frei Caneca foi fuzilado porque ...
 7) A 1ª Constituição foi promulgada em ... , houve
 ... adicional no seu ...
 8) Pausa da Guerra Platina
 9) ... foi o acontecimento mais importante entre cis-
 ... e brasileiros.
 10) Faziam parte da região Triuna permanente ...
 11) A região Una começou em ... com ...
 ... e terminou em ...
 12) Foi declarada a independência de D. Pedro II ...
 13) A revolução Farroupilha começou na região ...
 As 12 horas recolhidas as provas e com as f ...
 ... encerrou-se o exame.
 Eu, Lilla M. D. Porto, Auxiliar da Secretaria
 a presente Ata que vai por todos assinada
 Diretora Dênia de Paula
 Ex. Neuza C. Greffang
 Ex. Verulina Gemuk

Ata de Exame
 "Religioso"

11) Série Freqüência obrigatória
 Nos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 1968,
 em uma das salas da Escola Normal Regional José
 de Alencar de São Francisco de Paula, presentes os

1955
 Hilário

ANEXO 28

- 8) O ginásio pertence ao curso -----
 9) As faculdades de ensino superior são formadas pelas -----
 10) ----- é um grande centro de indústria pesada, fábrica de estruturas metálicas.

Dissertação:

Para resolver problemas econômicos - sociais da região, tem havido uma série notável de realizações no Estado e nos municípios.

Entre eles podemos citar: -----

Parte prática: ←

Dá a receita de uma massa para fazer flores (F)
 Dá a receita de sabão de água de colônia (N)

As 17,00 horas, recolhidas as provas, e, com as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.

Em, Lilla H. D. Pires, Auxiliar da Secretaria, lançou a presente ata, que vai por todos assinada.
 São Francisco de Paula, 28 de fevereiro de 1956.

Assistente: Horacina Borges

I Ex: Maria Tereza Siqueira

II Ex: Raimundo Guimarães

III Ex: Dalva Kubin

ANEXO 29

Festa, a chamada, verificou-se o comparecimento de todos os alunos, menos o seguinte: Ch. José e Felice Cardoso.

Logo após, distribuídas as folhas, devidamente rubricadas pelo Diretor. Às 15 horas e 30 minutos, iniciou-se o exame para cada um das seguintes questões:

Para as alunas:

- 1.^a parte: dissertação - o preparo da mamadeira.
- 2.^a parte: questionário
- 3.^a parte: textos
- 4.^a parte: trabalho prático: ponto cheio e ca-seado.

Para os alunos:

- 1.^a parte: dissertação: trabalhos culturais
- 2.^a parte: questionário
- 3.^a parte: textos
- 4.^a parte: apresentação de um trabalho de ma-deira.

Às 17 horas, recolhidas as provas e com as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.

Eu, Elisa Costa de Lucena, servindo de secretária, lavrei o presente termo que vai por todos assinado.

São Francisco de Paula, 22 de junho de 1964

Diretor: Clvio de Araújo Lima
 1.^a Examinador: Alzira Elyza S. Aguiar
 2.^a Examinadora: Trineia Irene C. Figueira

ANEXO 30

Feita a chamada verificou-se o comparecimento dos seguintes alunos: Coraene Leopoldina Quadros Cardoso, Renilda Corrêa de Andrade, Amabile Saluteza, Vilma Grisa, Nadir Alves da Silva, Maria Erdy Pires, Renilda Casara, Josefina de Souza Aguiar, Eva Helenita do St. Pires, Loyse J. da Silveira, Luciana Nélida Andreola, Olidina Gomes, Maria Tracema Teixeira, M. Tda Aguiar, Jaci Pires de Carvalho, Protásio Cariani, Janira Thannancyello, Maria Colith St. da Silveira, Clodomira Borges Santos. Foram após, distribuídas as folhas, devidamente rubricadas pelo Diretor. Às 12.30 horas, iniciou-se o exame que constou das seguintes questões:

Sexo feminino

1.ª Parte

→ Dissertação: Sobre o lar.

- 1) Cite um dos mandamentos de que a Economia Doméstica estuda.
- 2) Que significa Economia Doméstica?
- 3) Cite exemplos de despesas superfluas.
- 4) Para controlar as despesas que é necessário.
- 5) Que é uma biblioteca?

Preencher as lacunas:

- 1-2) A vida apresenta dois aspectos diferentes, mas inseparáveis: o e o
- 3) A relação da roupa, ao ser mandada para a lavadeira, chama-se

ANEXO 31

4) ... são coleções de documentos que tratam da história de um país...

→ 5) Faz um carolápio para o almoço de amanhã.

→ Prática: II Parte.
Faz na fazenda, que tens, frango cheio e caseado.

Sexo masculino

I Parte
Dissertação: Semeadura.

Responda:

- 1) Que é adubação?
- 2) Que se deve fazer ao estrume dos animais antes de misturar to a terra?
- 3) Para que se emprega a irrigação?
- 4) Qual a região do Brasil a que a irrigação trouxe grande proveito.
- 5) Que é plantação em covas?

Preencha as lacunas:

- 1) ... é muito recomendado para afeiço de animais.
- 2) O ... é o principal alimento das aves domésticas.
- 3) A melhor época para a poda é em
- 4) A utilidade do feijão soja é também para
- 5) Na época da colheita devemos as frutas apodrecidas, para evitar

II Parte

Representação de um trabalho intalhe. ←

Às 15,30 horas, recolhidas as provas e com as formalidades regulamentares, encerrou-se o exame.

Em, Elisa C. de Lucena, servindo de secretária,
louvei o presente termo que vai por todos assinado

ANEXO 32 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA ORAL

Roteiro para entrevista oral com professores e egressas que atuaram na região de abrangência do Curso Normal Regional de São Francisco de Paula na década de 1950/60

- 1) Conte como foi sua infância? Local de nascimento, família, acontecimentos importantes, brincadeiras, tradições, costumes...
- 2) Como foi quando você iniciou na escola? Como era essa escola? Colegas? Aulas? Professores/Professoras... longe ou perto de casa...momentos marcantes...
- 3) Como os professores faziam a aula? O que estudavam? Como era essa escola? Você lembra de algum dia especial de exames? De prova? Algum dia em que os pais iam até a escola?
- 5) Como foi o seu começo, da sua vida de professora? onde fez sua formação? O que a levou a escolher essa profissão? Em quais escolas você estudou, que cursos fez? Fale sobre sua experiência como professora, seus planejamentos, sua rotina, reuniões, determinações legais... Lembra do primeiro dia como professora? Poderia descrever? O prédio, os alunos, os sons, cheiros da merenda, uniformes, clima da estação?
- 8) Em relação ao Curso Normal Regional de São Francisco de Paula aberto na década de 1950, quais as lembranças que tens?
- 9) Em relação ao funcionamento de um curso normal que tinha como função formar regentes de ensino primário como ele funcionava? Regras, exames, posturas das normalistas, o grupo de professores, as orientações, os formatos das aulas, exames, uniformes, enfim tudo o que envolvia aquele processo de formar professoras naquela cidade. Se assumiu cargos de chefia (Direção, Vice, Supervisão, Orientação, Inspeção), como foi? Poderias descrever como foi esse desafio? Relações com o grupo de funcionários, com os programas de educação... o que lembrar.... observa-se que havia exames,o que a senhora lembra desses momentos....
- 10) Se fosse apontar as características, o perfil que as normalistas formadas na Escola Normal Regional tinham ao saírem de lá, quais seriam e porquê?

11) Lembra de características, estilos de professores e professoras do curso normal? Como eram conhecidas entre as normalistas. Como ocorriam as trocas de direção, tinha um tempo específico, como eram as escolhas?

12) Lembra como era São Francisco de Paula nessa época? Algumas lembranças mais marcantes? Existiam desafios em ser uma mulher professora naquela época em São Francisco de Paula? Poderiam comentar?

14) Gostaria de complementar com alguma outra história ou outras...fatos importantes...momentos que lhe marcaram tanto no curso, na escola, quanto na cidade e sociedade da época...

16) Para finalizar...existem muitas histórias sobre o “ Colegião”, o Grupo Escolar nos tempos de início (1918 e antes com o Colégio Municipal), tens alguma lembrança de fatos, comentários de como era? Como funcionou? Professores? Dificuldades, Festividades, momentos marcantes...